

**UNIVERSIDADE DO VALE DO RIO DOS SINOS
UNIDADE DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS**

NÍVEL DOUTORADO

CARLOS DANIEL BAIOTO

Orientadora: Prof. Dra. Adriane Ferrarini

Co-orientação: Prof. Dr. Jose Odelso Schneider

**CULTURA COOPERATIVISTA COMO POTENCIALIZADOR DE
EFICIÊNCIA COOPERATIVISTA: UM ESTUDO DE CASO DA
COOPERATIVA DE CRÉDITO SICREDI PIONEIRA**

São Leopoldo

2018

CARLOS DANIEL BAIOTO

**CULTURA COOPERATIVISTA COMO POTENCIALIZADOR DE
EFICIÊNCIA COOPERATIVISTA: UM ESTUDO DE CASO DA
COOPERATIVA DE CRÉDITO SICREDI PIONEIRA**

Tese apresentada como requisito parcial para
obtenção do título de Doutor em Ciências
Sociais, pelo Programa de Pós-Graduação
em Ciências Sociais da Universidade do
Vale do Rio dos Sinos – Unisinos

Orientadora: Prof. Dra. Adriane Ferrarini

Co-orientação: Prof. Dr. Jose Odelso Schneider

São Leopoldo

2018

B162c Baioto, Carlos Daniel

Cultura cooperativista como potencializador de eficiência cooperativista: um estudo de caso da cooperativa de crédito Sicredi Pioneira / Carlos Daniel Baioto ; Adriane Ferrarini, orientadora ; Jose Odelso Schneider, coorientador – São Leopoldo, 2018.

234 f.

Dissertação (Doutorado em Ciências Sociais) – Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Unidade de Pesquisa e Pós-Graduação, Universidade do Vale do Rio dos Sinos, 2018.

1.Cooperativismo 2. Capital social 3. Eficiência cooperativista 4. Cultura cooperativista I. Ferrani, Adriane, orient. II. Schneider, Jose Odelso, coorient. III. Título

CDU 334

AGRADECIMENTOS

Meus agradecimentos seriam para muitos, pois reaprendi, através da proposta cooperativista, que nas trajetórias da vida “o problema não é ser pequeno, mas ser sozinho”. Na construção da pesquisa do doutorado, posso afirmar que as dificuldades existiram e não foram poucas, mas em contrapartida sempre surgiram pessoas para apoiar. O trabalho final apresentado para a tese também representa, além de um processo de autossuperação e persistência, ou teimosia, um momento de gratidão a muitas pessoas que contribuíram direta ou indiretamente para este momento. Em especial, agradeço ao apoio da minha família, minha companheira Carla Maria e minha filha Maria Clara, pelo carinho e compreensão; ao meu irmão Antonio Rafael, à minha irmã Amanda Carolina, aos meus pais Antonio Valdemar e Silvia Nair – sempre me apoiaram, mesmo nos momentos de ausências por conta das horas de estudo. Em especial ao professor, amigo e grande mestre Padre Jose Odelso Schneider, por representar uma fonte de inspiração intelectual, cooperativista e humana: me acompanhou e apoiou desde o início do mestrado. À minha orientadora Adriane Vieira Ferrarini, pelo apoio e dedicação no direcionamento da pesquisa. Ao amigo Joni John e pelo apoio, amizade e exemplo de superação. À Unisinos, que me possibilitou ampliar meus horizontes como pessoa e como profissional; ao PPG de Ciências Sociais – em especial ao professor Carlos Gadea Gadea e Maristela Simom, sempre na torcida pelos alunos com uma palavra de apoio. À Capes/Fapergs pela bolsa que possibilitou a continuidade dos meus estudos. Aos meus alunos e orientandos da pós-graduação e em gestão de cooperativas (da Unisinos, da Unisc e do Cesurg), que ajudaram nas indagações que refinaram o aprofundamento da pesquisa. Aos meus alunos de graduação e de pós-graduação em gestão de cooperativas (Cesurg) pelo apoio e pela motivação para pesquisa. Também à direção e a colegas professores da mesma faculdade, que sempre me apoiaram e torceram juntos.

*A vida é de fato escuridão, exceto onde houver impulso,
E todo impulso é cego, exceto onde houver sabedoria,
E toda sabedoria é vã, exceto onde houver trabalho,
E todo trabalho é vazio, exceto onde houver amor,
E, quando você trabalha com amor,
Você se liga com você mesmo,
Com o outro, com Deus.*

Khalil Gibran

RESUMO

Ao pensarmos a contemporaneidade, identificamos um ambiente complexo com múltiplas formas de organização da vida em sociedade, bem como evidências de um processo de transição de paradigmas ainda não compreendidos na sua totalidade. Neste sentido, utilizamos Edgar Morin como referência analítica do contexto de transição. Reconhecemos que no campo da economia, também há necessidade de análises que demonstrem esta complexidade, pois os paradigmas da economia moderna têm demonstrado limites interpretativos e, por consequência, problemas socioeconômicos e ambientais. Esta perspectiva possibilita análises mais complexas e plurais sobre o conceito de economia. Desenvolvemos nossas percepções sobre este campo com base em Karl Polanyi e Amartya Sen, que demonstram formas de economia mais plurais e sustentáveis. Neste campo de análise, identificamos o cooperativismo como uma dimensão mais substantiva de organização socioeconômica de trabalho – um modelo mais adequado às necessidades da economia contemporânea. Na gestão do empreendimento cooperativo, as dimensões social e econômica estão diretamente correlacionadas, por se tratar de um modelo de organização voltado à melhoria da qualidade de vida das pessoas. Nesta pesquisa, objetivamos investigar a importância da Educação Cooperativa como forma de gerar um capital social específico deste modelo de organização, como indicador de resultado de um modelo de gestão cooperativista. Este indicador estaria relacionado a uma forma de eficiência que incorpora tanto elementos sociais como econômicos na análise de indicadores de resultado. Delimitamos como estudo de caso as experiências de projetos voltadas ao fomento da cultura cooperativista desenvolvidos pela cooperativa de crédito Sicredi Pioneira. A metodologia desenvolvida incorporou um conjunto de procedimentos relacionados a evidenciar a influência da cooperativa no fomento da educação cooperativista e geração de um capital social específico do cooperativismo, e a evidenciar referências de indicadores que demonstram uma eficiência voltada à proposta cooperativista. Neste sentido, trabalhamos com estudo de caso da cooperativa referenciada, entrevistas, diário de campo, análise sócio-histórica e, em profundidade, as ações relacionadas diretamente ao fomento de uma cultura cooperativista na comunidade. Os resultados desta pesquisa demonstraram que o investimento na educação cooperativista representa um indicador importante para evidenciar uma eficiência cooperativista, e que as ações desenvolvidas pela cooperativa em educação cooperativista têm atuado como fonte de um capital social na comunidade onde atua – no caso, a cidade de Nova Petrópolis. Entendemos que a pesquisa apresentada respalda a necessidade de construção de indicadores de resultados na análise de gestão de cooperativas que incorporem o fomento à cultura cooperativista como fator estratégico para a sustentabilidade deste modelo de organização.

Palavras chave: Capital social; eficiência cooperativista; cooperativismo; cultura cooperativista.

ABSTRACT

When thinking of contemporaneity, we identify a complex environment with multiple forms of organizing life in society, as well as evidence of the transition of paradigms, which have not yet been understood in their totality. In this regard, we use Edgar Morin as analytic reference of the context of transition. In the field of economy, there is demand for analysis which takes in account this complexity, as the paradigms of modern economy have shown interpretative limitations and in consequence socioeconomic and environmental problems. This perspective allows more complex and plural analysis about the concept of economy. We develop our perceptions in this field based on Karl Polanyi and Amartya Sen who show more complex and plural forms of economy. In this field of analysis, we identify cooperativism as a more substantive socioeconomic work organization – a more adequate model for the needs of contemporary economy. In the management of cooperative entrepreneurship, the social and economic dimensions are directly correlated, as the model focuses on the improvement of life quality of people. In this research, we aim to investigate the importance of the social capital, which is specific for this organization model, as performance indicator of a cooperative management model. This indicator would be related to a form of efficiency which incorporates social and economic elements in the performance indicator analysis. The case study is delimited to the experience in projects focused on promoting the cooperative culture by the credit cooperative Sicredi Pioneira. The methodology developed incorporates a bundle of procedures in order to emphasize the impact of the cooperative in the promotion of a cooperativism specific social capital and the indicator references which demonstrate an efficiency focused on the cooperative proposal. In this context, we work with a case study of the cooperative previously mentioned, interviews, field diary, sociohistorical analysis and the actions directly related to the promotion of a cooperative culture in the community. The results of this research show that the cooperative social capital represents an important indicator to emphasize the cooperative efficiency and that the actions taken by the cooperative have served as a source of that social capital in the community of the municipality of Nova Petrópolis. We understand that the present research supports the necessity of developing performance indicators in the analysis of cooperative management which incorporate the promotion of a cooperative culture as a strategic factor for this organization model.

Keywords: Social capital; cooperative efficiency; cooperativism.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

| | |
|---|-----|
| Figura 1 - Tetragrama de Morin | 32 |
| Figura 2 - As cooperativas distribuídas por regiões no Brasil..... | 115 |
| Figura 3 - 1ª sede da cooperativa, na residência do gerente Josef Neumann Sênior, em funcionamento de 1903 a 1933 | 130 |
| Figura 4 - 2ª sede da cooperativa, na residência do gerente José Otto Neumann, filho do antigo gerente, em funcionamento de 1933 a 1953 | 130 |
| Figura 5 - 3ª sede da cooperativa, primeira sede própria, em funcionamento de 1953 a 1967. Hoje é de propriedade da Sicredi Pioneira RS..... | 131 |
| Figura 6 - 5ª e atual sede própria da Sicredi Pioneira RS, inaugurada em 1977, por ocasião dos 75 anos da cooperativa, no centro da cidade de Nova Petrópolis | 131 |
| Figura 7 - Rede de atendimento Sicredi | 133 |
| Figura 8 - Área de ação da cooperativa Sicredi Pioneira..... | 135 |
| Figura 9 - Símbolo de Nova Petrópolis | 174 |
| Figura 10 - Monumento ao cooperativismo..... | 176 |
| Figura 11 - Monumento “Força cooperativa”..... | 178 |
| Figura 12 - Placa do monumento “Força cooperativa” | 179 |
| Figura 13 - Placa do monumento em reconhecimento à importância da frase de referência do Padre Amstad | 180 |
| Figura 14 - Monumento do cooperativismo em Sunchales, na Argentina | 181 |
| Figura 15 - Miniatura do monumento..... | 182 |
| Figura 16 - Placa da OCB em homenagem à cidade | 183 |
| Figura 17 - Placa formalizando a relação de irmandade..... | 184 |
| Figura 18 - Logomarca do evento de irmandade | 185 |

LISTA DE QUADROS E GRÁFICOS

| | |
|--|-----|
| Quadro 1 - Interação entre princípios socioeconômicos..... | 50 |
| Quadro 2 - Características de cada organização | 78 |
| Quadro 3 - Sociedade cooperativa x sociedade mercantil | 78 |
| Quadro 4 - Sociedade cooperativa x associações | 80 |
| Quadro 5 - Demonstrativo de diferenciação de meios e fins da gestão em cooperativa | 87 |
| Quadro 6 - Indicadores multidimensionais..... | 91 |
| Quadro 7 - Vetores de solidarismo | 92 |
| Quadro 8 - Vetores de empreendedorismo | 93 |
| Quadro 9 - Análise demonstrativa da tríade da gestão cooperativa..... | 94 |
| Quadro 10 - A evolução da aplicação dos diferentes conceitos de “capital social” | 98 |
| Quadro 11 - Distribuição das cooperativas no Brasil por segmento | 114 |
| Quadro 12 - Por que cooperar? | 116 |
| Quadro 13 - Representação quantitativa das cooperativas no Rio Grande do Sul | 121 |
| Quadro 14 - Sobre o cooperativismo financeiro | 123 |
| Quadro 15 - Cooperativas de crédito por região..... | 125 |
| Quadro 16 - Número de associados por sistema nas principais cooperativas de crédito do Brasil..... | 125 |
| Quadro 17 - Diferencial entre cooperativas de crédito e bancos comerciais..... | 126 |
| Quadro 18 - Organização geral do sistema Sicredi | 134 |
| Quadro 19 - Organograma da estrutura gerencial da Sicredi Pioneira RS | 136 |
| Quadro 20 - Indicativos de ações geradoras de capital social e seus reflexos..... | 141 |
| Quadro 21 - Quadro de referência: ações que geram capital social, a partir de autores selecionados..... | 142 |
| Quadro 22 - Quadro de referência: consequências ou rebatimentos do capital social a partir de autores selecionados | 142 |
| Quadro 23 - Quadro explicativo: objetivos com as perguntas do Grupo 1 - fontes de capital social | 155 |
| Quadro 24 - Quadro explicativo: objetivos buscados em cada questão presente no questionário elaborado e utilizado nas entrevistas do Grupo 2 | 156 |
| Quadro 25 - Indicadores: anuário de sustentabilidade..... | 161 |
| Quadro 26 - Indicadores: anuário social da cooperativa Sicredi | 164 |

Gráfico 1 - Evolução do número de cooperativas de crédito..... 124

SUMÁRIO

| | |
|--|-----------|
| 1. INTRODUÇÃO..... | 13 |
| 2. CRISE PARADIGMÁTICA E CONTEMPORANEIDADE EM EDGAR MORIN..... | 21 |
| 2.1 Epistemologia e paradigmas | 21 |
| 2.2 A crise do paradigma da simplificação | 23 |
| 2.3 Sobre o paradigma da complexidade | 26 |
| 2.4 Ação social e o sentido de experiência | 29 |
| 3. ECONOMIA E MODOS DO AGIR ECONÔMICO | 34 |
| 3.1 Origens da economia | 34 |
| 3.2 Economias clássica e neoclássica | 36 |
| 3.3 Limites e consequências da economia de mercado na sociedade contemporânea ... | 42 |
| 3.4 Para além da economia de mercado | 47 |
| 4. COOPERATIVISMO..... | 55 |
| 4.1 Delimitações históricas | 55 |
| 4.2 Educação cooperativista | 64 |
| 4.2.1 <i>A proposta de educação cooperativa</i> | 65 |
| 4.3 Cooperação, cooperativismo e cooperativas..... | 69 |
| 4.4 A dupla dimensão da gestão cooperativa: social e econômica | 76 |
| 5. EFICIÊNCIA COOPERATIVISTA..... | 81 |
| 5.1 Eficiência cooperativista: perspectivas de análise | 81 |
| 5.2 Sobre os sentidos de “eficiência” na gestão cooperativa: considerações sobre meios e fins..... | 86 |
| 5.3 Sobre indicadores de eficiência | 90 |
| 6. CAPITAL SOCIAL E A PROPOSTA COOPERATIVA: PERSPECTIVAS E LIMITES | 97 |
| 6.1 Abordagens de capital social | 97 |
| 6.2 Capital social e cooperativismo | 101 |

| | |
|--|------------|
| 6.3 Capital social cooperativista: um conceito multidimensional | 103 |
| 6.4 Sobre análise de capital social em pesquisas qualitativas | 107 |
| 7. DELIMITAÇÃO DO CAMPO EMPÍRICO | 110 |
| 7.1 O contexto do cooperativismo | 110 |
| 7.2 Cooperativismo no mundo | 112 |
| 7.3 Cooperativismo no Brasil | 113 |
| 7.4 Cooperativismo no Rio Grande do Sul | 120 |
| 7.5 Ramo de cooperativas de crédito | 122 |
| 7.6 A cooperativa de crédito Sicredi Pioneira e o sistema Sicredi | 128 |
| 7.7 O campo empírico: com fenômeno social | 136 |
| 8. METODOLOGIAS APLICADAS | 139 |
| 8.1 Sobre a abordagem exploratória: elementos de análise | 145 |
| 8.2 Estratégias para definição de universo de pesquisa | 149 |
| 8.2.1 <i>Procedimento de análise de conteúdo</i> | 153 |
| 8.2.2 <i>A composição das perguntas e o cruzamento dos dados</i> | 156 |
| 9. APRESENTAÇÃO DA PESQUISA DOS ELEMENTOS DE ANÁLISE..... | 158 |
| 9.1 Os indicadores socioeconômicos da cooperativa de crédito Sicredi Pioneira | 159 |
| 9.1.1 <i>Segundo conjunto de indicadores: Anuário Social da Cooperativa</i> | 163 |
| 9.2 Ações sociais voltadas ao capital social cooperativista | 170 |
| 9.2.1 <i>O fomento a uma cultura cooperativista local</i> | 173 |
| 9.2.2 <i>As cooperativas escolares como desdobramento das ações da Casa Cooperativa de Nova Petrópolis</i> | 187 |
| 9.2.3 <i>A origem da proposta das cooperativas escolares</i> | 189 |
| 9.3 Análise das entrevistas com a comunidade cooperativa local | 196 |
| 10. CONSIDERAÇÕES FINAIS | 211 |
| REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS..... | 217 |
| APÊNDICE 1 | 231 |
| APÊNDICE 2 | 232 |
| APÊNDICE 3 | 233 |

1. INTRODUÇÃO

A pesquisa apresentada nesta tese representa o resultado de uma trajetória de trabalho e estudos dedicada a tentar compreender e demonstrar, em um sentido amplo, a complexidade das dinâmicas de gestão de um empreendimento que se propõe cooperativista. Representa também o resultado de um conjunto de experiências de trabalho no campo do cooperativismo: nos aspectos teóricos, iniciaram com a pesquisa de mestrado, estudando a abrangência da educação cooperativista, levantando questionamentos sobre quais seriam os indicadores necessários para uma gestão voltada ao cooperativismo, ou quais seriam as ações gerenciais voltadas ao fomento a uma cultura cooperativista; posteriormente, atuando como professor de cursos de pós-graduação em gestão de cooperativas, onde essas indagações surgiam constantemente; e ainda atuando como consultor para cooperativas, e palestrante; este tema sempre é recorrente. No aspecto empírico, considerando as experiências como membro de cooperativa ou como consultor para cooperativas, os indicadores de gestão cooperativista têm representado um tema importante a ser discutido no contexto de atuação dessas organizações. Neste sentido, o desafio assumido para o doutoramento refere-se a uma tentativa de responder algumas destas indagações bem como delimitar elementos teóricos e empíricos que fundamentem, de forma metodológica, aspectos referentes à complexidade inerente à sinergia entre os capitais tangíveis e intangíveis da gestão de um empreendimento que se propõe cooperativista.

Avaliamos que o reconhecimento desta sinergia, como uma avaliação estratégica, potencializa o que delimitamos como sendo uma eficiência específica deste modelo de organização. Esta especificidade é reconhecida na pesquisa no sentido de evidenciar a indissociabilidade entre a dimensão social e a econômica dentro da cultura cooperativista. Neste sentido, pesquisas preliminares sobre este campo têm demonstrado que, na contemporaneidade, as representações desta forma de organização são múltiplas e por vezes contraditórias quanto ao reconhecimento desta indissociabilidade. As análises variam – desde as que reconhecem neste modelo de organização uma entidade social que potencializa a qualidade de vida e a redistribuição do capital monetário até as que o qualificam como uma forma de precarização das relações de trabalho e como uma forma de adequação às necessidades da economia de mercado.

Identificamos que estas contradições estão inseridas, do ponto de vista social, no contexto de aprofundamento das desigualdades e da precarização do mundo do trabalho

e, do ponto de vista epistemológico, nas constantes ressignificações de paradigmas ou em uma crise de paradigmas. Neste sentido, Morin (2000) aponta para uma análise de um contexto de crise paradigmática, que o autor reconhece como sendo resultado de um conflito interpretativo entre o paradigma da simplificação e o paradigma da complexidade. Neste sentido, esta pesquisa visa a contribuir com uma análise que reconheça esse conflito, a fim de demonstrar que elementos de análise simplistas tendem a reduzir a complexidade desse modelo de organização a ponto de desfigurar a abrangência do fenômeno tanto em suas dimensões socioeconômicas como nas teórico-interpretativas.

Nesta linha argumentativa, identificamos o cooperativismo como sendo o campo de análise desta pesquisa, reconhecido como um conjunto de princípios e valores assim como uma organização de pessoas com interesses socioeconômicos e culturais comuns. Neste sentido, também reconhecemos que o cooperativismo incorpora tanto representações de movimento social como também uma proposta de um modo de organização no campo do mundo do trabalho, isto é, uma abordagem política, social e econômica.

Por se tratar de um fenômeno social que se propõe a atuar como uma ação contra a hegemonia das diretrizes da economia de mercado, o cooperativismo tem enfrentado, no decorrer de sua trajetória de desenvolvimento, vários obstáculos com relação ao reconhecimento de suas peculiaridades como organização econômica, social, jurídica, ideológico-doutrinária e política, e conseqüentemente divergências com relação a suas delimitações teóricas e conceituais.

Em sua origem, as cooperativas estavam vinculadas a sindicatos e associações de ajuda e assistência social; posteriormente, também foram vistas como símbolo de movimento social; na América Latina e na Europa, durante os períodos de ditaduras políticas, as cooperativas ora eram perseguidas como subversivas (SCHNEIDER, 2007) – por estarem relacionadas a movimentos anarquistas e socialistas ou, simplesmente, por constituírem uma reunião de pessoas –, ora serviam de braço para o controle político. Juridicamente, as cooperativas no Brasil não eram reconhecidas como empresas até a regulamentação do marco jurídico definido como “ato cooperativo” (artigo 79 e seu parágrafo único da lei nº 5764/71). Neste sentido, atuavam na clandestinidade até essa data.

Na contemporaneidade, podemos considerar que muitos desses limitadores foram superados, pois há um reconhecimento da importância do cooperativismo como

modelo de organização econômica e social, inclusive em âmbito público, por organizações de atuação global. Já se reconhece o potencial socioeconômico do cooperativismo, que representa um modelo mais sustentável de desenvolvimento. Como exemplo, podemos citar: reconhecimento da ONU de 2012 como “O Ano Internacional das Cooperativas” (NACIONES UNIDAS, 2010) por meio da resolução A/RES/64/136, que reconhece publicamente a importância das cooperativas como fator de sustentabilidade socioeconômica.

O reconhecimento destas organizações representa a importância do cooperativismo em âmbito global. Esta importância possibilitou que as cooperativas tivessem representações também em âmbitos internacional e nacional, como a ACI (Aliança Cooperativa Internacional), a OCB (Organização das Cooperativas do Brasil) e a Oces (Organização das Cooperativas Estaduais), entre tantas outras formas de organização cooperativa que não serão enumeradas no momento. É reconhecido que algumas das dificuldades foram parcialmente superadas, tanto em nível mundial quanto no contexto nacional brasileiro, o que possibilitou o desenvolvimento de empreendimentos cooperativos em vários ramos e países. No entanto, reconhecemos que a complexidade desse modelo de organização também passa por uma análise de uma construção epistemológica do fenômeno social. Sendo assim, esta pesquisa também representa a tentativa de desenvolver uma análise das tensões representativas desse fenômeno como forma de evidenciar um campo analítico ainda incipiente quanto a delimitações conceituais. Neste sentido, trabalhamos com uma delimitação teórica para construção de três conceitos centrais da pesquisa: o conceito de **capital social**, específico do cooperativismo, e os de **resultado** e **eficiência**, adequados a características do cooperativismo. Estes conceitos são delimitados no sentido de construção de ferramentas de análise que evidenciem a dupla dimensão da organização cooperativa.

A delimitação empírica da pesquisa relaciona-se ao ramo das cooperativas de crédito. Mais especificamente, trabalhamos com um estudo de caso tendo como referência as experiências da cooperativa de crédito Sicredi Pioneira, em Nova Petrópolis, cidade do interior do estado do Rio Grande do Sul, que tem como uma das bases de sua economia a agricultura, em especial as cooperativas agrícolas, seguindo a tendência nacional apresentada em quadros posteriores. Nesta pesquisa, avaliou-se a abrangência das ações sociais desta cooperativa de crédito, no sentido de potencializar um capital social específico voltado ao fortalecimento de uma cultura cooperativista na

comunidade local. Para a pesquisa empírica, trabalhamos na tentativa de identificar e evidenciar metodologicamente de que maneira as ações sociais desta cooperativa têm influenciado no processo de gestão voltado a uma eficiência que incorpore tanto a dimensão social como a econômica da cooperativa. A metodologia empregada para este fim incorporou um conjunto de metodologias e técnicas reconhecidas como **procedimento de triangulação**. Neste sentido, foram incorporadas técnicas de pesquisa qualitativa e quantitativa, assim como entrevistas semiestruturadas, pesquisa documental eletrônica e do patrimônio cultural local.

Para responder aos objetivos e considerações desta pesquisa, trabalhamos com **duas hipóteses** – que foram confrontadas tanto na construção teórica como na pesquisa empírica. A **primeira hipótese** considera que ações da cooperativa de crédito Sicredi Pioneira voltadas à disseminação da cultura cooperativista junto à comunidade local atuariam como fonte potencializadora de um capital social relacionado à cultura cooperativista na comunidade envolvida. Avaliamos ser relevante destacar que não é objetivo desta pesquisa medir capital social, mas sim ações de fonte e fomento como uma diretriz de ação estratégica. A **segunda hipótese** considera que a ampliação do capital social voltado à cultura cooperativista potencializaria resultados voltados à eficiência específica da organização cooperativista. A confirmação destas hipóteses demonstraria a importância dos investimentos voltados ao fortalecimento do capital social para a gestão do empreendimento cooperativo, assim como a importância da construção de indicadores voltados a resultados multidimensionais de gestão cooperativa. Por compreendermos a complexidade do conceito de capital social, delimitamos, neste trabalho, a construção do conceito de “capital social cooperativista”, por evidenciar a delimitação de ações voltadas especificamente ao fortalecimento da cultura cooperativista, e por diferenciar-se de outras formas de capital social.

Entendemos que a relevância acadêmica do empenho desta pesquisa justificou-se, em especial, por três razões interligadas: primeiramente, por ser uma forma de contribuir com um entendimento mais amplo do cooperativismo contemporâneo, considerando seu contexto e complexidade e, conseqüentemente, das potencialidades da gestão cooperativa; em um segundo momento, por considerar que este aprofundamento tem condições de evidenciar a relação entre o investimento na dimensão social da cooperativa e os resultados na dimensão econômica; e, em um terceiro momento, por considerarmos que o tema “capital social”, tendo em vista uma abordagem de capital

intangível associado à gestão de cooperativas, representa um tema relevante a ser mais explorado no contexto da produção acadêmica desse campo de pesquisa.

Como **objetivo central** desta pesquisa, consideramos a possibilidade de analisar a influência do capital social como elemento potencializador do que delimitamos conceitualmente com sendo uma “**eficiência cooperativista**” na cooperativa de crédito Sicredi Pioneira. Os desdobramentos deste objetivo central se dividem em quatro objetivos específicos: **a)** constituir uma delimitação epistemológica dos conceitos principais relacionados à pesquisa no campo teórico da “economia”, “cooperativismo”, “eficiência” e “capital social”, articulando-os à gestão do empreendimento cooperativo; **b)** sistematizar a elaboração do conceito de “eficiência cooperativista”; **c)** identificar as ações fomentadoras de **capital social cooperativista**, estimuladas pela ação social da cooperativa de crédito Sicredi Pioneira; **d)** avaliar a abrangência dos conjuntos de indicadores de resultados desenvolvidos pela cooperativa de crédito Sicredi Pioneira para evidenciar a incidência de uma **eficiência cooperativista**.

Para contemplar os objetivos da pesquisa, os capítulos foram divididos na forma de subcapítulos. Na **introdução**, é apresentada uma breve delimitação do campo de análise e uma breve delimitação do campo empírico e metodológico. Posteriormente, é apresentada também nesse capítulo a hipótese que apresenta as diretrizes a serem respondidas no decorrer da pesquisa, bem como objetivos norteadores da pesquisa que demonstram as motivações para um aprofundamento no doutorado, em termos epistemológicos e empíricos, referente a identificar as potencialidades do investimento no fortalecimento de um capital social específico do cooperativismo como forma de gerar uma eficiência adequada ao modelo de gestão de um empreendimento que se propõe cooperativista.

O **segundo capítulo** visa a delimitar a pesquisa no contexto contemporâneo e epistemológico com base na análise da crise paradigmática apontada por Edgar Morin, no sentido de evidenciar a incidência da complexidade do processo interpretativo do cooperativismo.

No **terceiro capítulo**, trabalhamos com uma contextualização do campo econômico e suas representatividades analíticas, a fim de demonstrar a complexidade da organização cooperativa como empreendimento que incorpora aspectos sociais e econômicos na sua estrutura. Neste sentido, esse capítulo aborda a questão das interpretações epistemológicas de economia, bem como evidencia as consequências

destas interpretações. Para este fim, trabalhamos com autores como Karl Polanyi e Amartia Sen como referenciais centrais.

No **quarto capítulo**, realiza-se um aprofundamento sobre questões relacionadas ao conceito de “cooperativismo”, tais como: dimensões epistemológico-históricas, princípios, valores, ramos, diferenciações de outras formas de organização, marco jurídico e complexidades do processo de gestão desse modelo de organização. O objetivo dessa etapa é evidenciar a indissociável relação entre os fatores social e econômico no contexto do cooperativismo contemporâneo. Essa etapa justifica-se por considerarmos que, no âmbito da gestão de cooperativas, a produção e a reprodução de conhecimento são elementos estratégicos para a sustentabilidade do empreendimento, uma vez que a reprodução da lógica de mercado também ocorre na base da produção de conhecimento adequado a este modelo. Schneider (2007) considera que o investimento em uma educação cooperativista representa um fator estratégico na gestão deste modelo de organização. Neste sentido, o aprofundamento em questões conceituais visa a esclarecer o sentido dos conceitos discutidos e como eles são incorporados no contexto do cooperativismo, bem como a criação de ferramentas de análise e delimitação conceitual como forma de contribuir para o que reconhecemos como lacunas epistemológicas no campo do cooperativismo.

No **quinto capítulo**, tratamos da construção de dois conceitos referenciais das ferramentas de análise centrais que delimitam o recorte analítico da pesquisa de campo: em um primeiro momento, a análise do termo “eficiência” que é utilizado no contexto epistemológico da tese, visando a refinar o sentido de “resultado” dentro da gestão cooperativista. Junto a este refinamento, há a construção de um conceito que incorpora as dimensões social e econômica às análises de resultado de uma gestão que se proponha a atuar nesta dupla dimensão da organização cooperativa. Neste sentido, este conceito é trabalhado como forma de delimitar um campo de análise específico sobre o que seria “resultado” em uma organização cooperativa e a tentativa de delimitar teoricamente o conceito de uma “eficiência cooperativista”.

No **sexto capítulo**, é trabalhado o conceito de “capital social”, que representou uma abordagem central para os objetivos desta pesquisa, como referência para a delimitação do campo teórico sobre capitais tangíveis e intangíveis. O aprofundamento do termo objetivou demonstrar a indissociabilidade entre os diferentes capitais de um empreendimento que se propõe cooperativista. Avaliamos, neste sentido, a necessidade da construção de um conceito específico de capital social que incorpore os princípios

referentes ao termo e às referências dos princípios cooperativistas. Como consideração inicial, destacamos que o conceito de “capital social” nesta pesquisa não está relacionado ao sentido de “cota-parte” – sentido este que é comumente utilizado no contexto da gestão cooperativista para designar valor financeiro integralizado pelos associados ao se associarem a uma cooperativa. O conceito de “capital social”, nesta pesquisa, designa um valor intangível, ou um capital intangível, tendo como referência um conjunto de autores trabalhados no sentido de delimitar conceitualmente o que entendemos por referência de análise de capital social adequada ao campo de estudo desta pesquisa. Ainda sobre este conceito, trabalhamos a importância de identificar elementos que atuem como fontes geradoras de capital social ou de um ambiente voltado para esta geração – ambiente este que reconhecemos nas ações da cooperativa referenciada no estudo de caso apresentado.

No **sétimo capítulo**, tratamos da delimitação do campo empírico, abordando o contexto do cooperativismo, seus desdobramentos socioeconômicos e, mais especificamente, o ramo das cooperativas de crédito, por ser esta a área de atuação da cooperativa estudada. Em última etapa, demonstramos a trajetória da cooperativa de crédito Sicredi como sistema cooperativo – para assim delimitar a cooperativa Sicredi Pioneira, por se tratar do objeto central desta pesquisa.

No **oitavo capítulo**, é demonstrada a construção metodológica aplicada à pesquisa, que incorporou um conjunto de procedimentos reconhecidos como o método de triangulação. Este procedimento visa a cercar analiticamente o objeto pesquisado a partir de uma gama de procedimentos metodológicos com o objetivo de propiciar uma maior clareza quanto ao objeto de pesquisa. Neste sentido, identificamos como mais adequada uma pesquisa voltada ao estudo de caso, utilizando abordagem quantitativa e qualitativa, bem como métodos descritivos e explicativos. Foram utilizadas as técnicas de entrevistas semiestruturadas, análise documental e de representações de patrimônio cultural e pesquisas eletrônicas e bibliográficas. De acordo com a complexidade do tema, a triangulação representou uma forma adequada de abordagem, por possibilitar demonstrar de forma abrangente a trajetória das reflexões decorrentes da pesquisa.

No **nono capítulo**, é tratado o campo da pesquisa empírica, com base nas ações da cooperativa de crédito Sicredi Pioneira. Consideramos, neste sentido, que as experiências de ações sociais desenvolvidas por essa cooperativa no contexto territorial de Nova Petrópolis podem vir a demonstrar subsídios analíticos da sinergia de capitais ou, em outras palavras, da indissociabilidade entre análise de resultados das dimensões

social e econômica na gestão cooperativista. Experimentam-se, assim, ferramentas de análise que possibilitem evidenciar elementos relacionados a identificar a influência de ações voltadas para o desenvolvimento da cultura cooperativista e de ações relacionadas, aqui, ao fortalecimento do capital social específico do cooperativismo e sua relação com a sustentabilidade do empreendimento. Esta relação caracterizaria resultados de uma **eficiência específica dentro da proposta cooperativista**. Estes elementos de análise são apresentados de forma a incorporar a análise dos dados apresentados dentro dos pressupostos desenvolvidos na metodologia e referencial teórico.

No **décimo capítulo**, são apresentadas as considerações finais, que incorporam a análise dos dados apresentados dentro dos pressupostos desenvolvidos na metodologia e no referencial de contextualização teórica. Também são apresentadas as considerações referentes às respostas aos objetivos e hipóteses desta pesquisa, bem como indicativos de continuidade desta pesquisa sobre o tema.

2. CRISE PARADIGMÁTICA E CONTEMPORANEIDADE EM EDGAR MORIN

Nesta etapa da pesquisa, trabalhamos na tentativa de abordar o que entendemos como contexto epistemológico da pesquisa, tendo como referencial inicial as considerações sobre as representações de conhecimento dentro do que Edgar Morin determina como “crise paradigmática”. As análises decorrentes são tentativas de situar as contradições de entendimento sobre cooperativismo e contribuir para uma análise ampliada das representações desta forma de organização. As considerações iniciais contidas nesta primeira fase fazem referência às outras etapas de análise teórica e também às análises decorrentes da pesquisa de campo, ou seja, o que delimitamos como incidência de uma tensão interpretativa percorre todo o campo de análise da pesquisa.

Esta etapa visa a refletir sobre o processo contemporâneo com base na análise de uma crise de paradigmas, onde reconhecemos estarem inseridos os questionamentos referentes às representações epistemológicas do cooperativismo no contexto que Edgar Morin denomina de “crise paradigmática”, delimitando uma tensão interpretativa entre dois paradigmas: o da simplificação e o da complexidade.

2.1 Epistemologia e paradigmas

Situamos inicialmente o que o autor entende por paradigma como forma de um conjunto explicativo. Para Morin (2000), o conceito remete a uma abordagem relacionada ao sentido de complexidade, e constitui um campo de estudos denominado pelo mesmo autor (1992) como sendo da “paradigmatologia”, área de estudo que ele relaciona com as particularidades do sentido de “ciência ocidental”.

O autor utiliza uma grande diversidade de expressões quando procura conferir significado à noção de paradigma “[...] como o princípio, o modelo ou a regra geral, quer o conjunto das representações, crenças, ideias que se ilustram de maneira exemplar ou que ilustram casos exemplares”. No livro *A inteligência da complexidade*, o autor descreve que “[...] os paradigmas são os princípios dos princípios, algumas noções mestras que controlam os espíritos, que comandam as teorias, sem que estejamos conscientes de nós mesmos” (MORIN, 2000b, p. 40-41). Em *O método IV*, o autor afirma que o paradigma está situado no núcleo das teorias e que controla a própria

lógica. “Os sistemas de ideias são radicalmente organizados em virtude dos paradigmas” (MORIN, 1992, p. 188).

[...] informa que, para todos os discursos que se efetuam sob seu domínio, o paradigma contém “[...] os conceitos fundamentais ou as categorias mestras da inteligibilidade, ao mesmo tempo que o tipo de relações lógicas de atração / repulsão (conjunção, disjunção, implicação ou outras) entre esses conceitos ou categorias”.

A noção de paradigma, para Morin, não se limita a um símbolo ou a apenas um artifício linguístico. Para ele, o paradigma deixa de ser construção verbal para tomar existência real. Segundo o autor, existe o mundo do paradigma: “o paradigma que produz uma cultura é ao mesmo tempo o paradigma que reproduz essa cultura” (MORIN, 2000c, p. 67). Em sua visão, é a maneira pela qual um grande paradigma pode controlar a epistemologia – que controla a teoria, e toda a “prática que decorre da teoria” (MORIN, 1992, p. 187), mantendo-se assim como forma de pensamento hegemônico que se autorreproduz à medida que se autojustifica. Ferrarini (2008, p. 39) considera a importância do reconhecimento do contexto de produção epistemológica no processo do conhecimento científico, no qual o conceito de paradigma e as reflexões decorrentes emergem.

A **epistemologia** pode ser considerada uma “ciência da ciência”, ou uma “metaciência”, tal como pontua Santos (1989). Pretende pensar como a ciência está sendo pensada, quais são as condições concretas (teóricas, psicológicas, sociais, etc.) da produção do conhecimento.

Com base nestas considerações sobre a construção do conhecimento, a autora destaca, com base no pensamento de Thomas Kuhn, a dimensão da construção do saber científico como algo contextual, ou seja, uma manifestação cultural de um determinado período histórico, expressando assim as limitações e possibilidades de compleição deste contexto. Neste sentido, Ferrarini destaca (2008, p. 39):

Ao historicizar a ciência, Kuhn (1975) mostrou que não existe uma única ciência cujas verdades formuladas tenham validade universal, além do tempo e do espaço. As teorias científicas são produzidas e transformadas historicamente, de acordo com cada contexto e época e, diante disto, uma verdade científica é questionável, pois ela somente tem sentido de verdade em determinado contexto e lógica.

Para Morin (1996), a constatação de que o conhecimento científico é algo que pode e necessita ser reconhecido como uma manifestação histórica possibilita

considerar este conhecimento como algo dinâmico, em movimento e em transformação. Ferrarini (2008) considera que estas transformações podem ser compreendidas através de Kuhn: “a partir das noções de crise, ruptura epistemológica e de revolução científica, cuja ocorrência o autor sistematiza como períodos cíclicos [...] surge a divisão que hoje temos entre ciência dominante e ciência emergente”. Esta abordagem contextual do conhecimento nos permite considerar que novas abordagens teóricas têm condições de representar transformações empíricas na realidade, por apresentarem novas perspectivas interpretativas.

2.2 A crise do paradigma da simplificação

Para Morin (1992), vivemos uma época em que

[...] temos um velho paradigma, um princípio obsoleto, que nos remete a disjuntar, a simplificar, a reduzir, a formalizar sem poder comunicar aquilo que está disjunto e sem poder conceber os conjuntos ou a complexidade do real.

O paradigma da simplificação, segundo Morin (2003a), é aquele que entende ser possível colocar a ordem em todo o contexto do universo, expulsando a desordem. Este pensamento possui uma lógica reducionista da complexidade existente no universo, uma vez que aborda a dinâmica da vida de forma compartimentada, enxergando o uno e o múltiplo de formas totalmente individualizadas. Esta forma de entender o mundo remete à ideia de que, no homem, o corpo é separado do espírito, e podem ser vistos separadamente.

A reflexão epistemológica de Edgar Morin parte do diagnóstico da crise daquilo a que chama de “paradigma da simplificação”, ou seja, o modelo de produção, organização, validação e transmissão do saber que esteve na base dos avanços das ciências e da tecnologia dos últimos 300 anos. Por se manter como forma de pensamento hegemônica, este paradigma atuaria tanto no campo cognitivo, intelectual, como no cultural, de onde emergem os raciocínios e as teorias, referenciadas pelo “grande paradigma ocidental”, por ele assim denominado, que opera a disjunção, a fragmentação e a redução.

Em uma breve análise da trajetória de construção deste paradigma, o autor identifica na compreensão de mundo da Idade Média as referências a um mundo orgânico, onde o modelo interpretativo da Igreja Católica sobre os preceitos bíblicos vai

referenciar todos os sentidos de relação do homem em sociedade e na natureza. Este modelo, baseado na fé, inquestionável, limitava toda e qualquer análise interpretativa da realidade criando uma teologia dogmática com base em uma interpretação teocêntrica dos fenômenos, tanto físicos como sociais. A saturação deste modelo interpretativo abriu caminho para novas perspectivas analíticas, decorrente do aperfeiçoamento científico da análise empírica dos fenômenos e do enfraquecimento da hegemonia da Igreja Católica.

O autor reconhece como um novo ciclo interpretativo as transformações científicas do século XIV sobre a influência do pensamento de René Descartes. Este contexto representaria o rompimento da teologia do pensamento teocêntrico medieval para as bases do pensamento antropocêntrico, característico do Iluminismo. Para Morin, esse período histórico balizou um modelo interpretativo das ciências modernas. Além de romper com o sentido metafísico de explicação dos fenômenos físicos e sociais, o pensamento cartesiano influenciou a construção do método de análise experimental, que teria como resultado a geração de bases das “leis naturais” e certezas absolutas. O pensamento cartesiano faz referência a uma abordagem científica de causa e efeito com base em uma visão denominada de mecanicista, por representar os fenômenos estudados de forma determinista, alicerçada na representação de uma máquina ou parte de uma engrenagem geral, ajustável, estática, previsível e controlável.

Ferrarini (2008, p. 53) considera, neste sentido:

Pontes (1995) considera que o positivismo é a mais clássica representação do paradigma dominante que teve início com Descartes. Quiroga (1991) também assinala esta relação, retomando o pensamento de Comte, o qual delimita que o momento em que a filosofia positivista começou a marcar posição no mundo está ligado a Bacon, Galileu e Descartes. A filosofia positivista emerge no bojo do paradigma dominante, sob a mesma égide de oposição ao espírito teológico e metafísico. Posteriormente, recebe outras influências.

Esta abordagem interpretativa com base no modelo cartesiano e positivista gerou dogmas científicos vestidos de “leis da natureza”, “leis da física” e, conseqüentemente, referências para normas sociais. A construção teológica deste paradigma é reconhecida por Morin como essencial para o desenvolvimento científico no século XVII, influenciando todas as áreas do conhecimento científico e boa parte da construção epistemológica de vários campos das ciências nos aspectos físicos, biológicos, sociais e econômicos até o início do século XX. Este modelo interpretativo de análise criou os princípios e regras específicas deste paradigma, como forma de

manutenção e continuidade de modelos de paradigma no sentido de mantê-los como hegemônicos e conseqüentemente como os únicos modos possíveis de conceber o real e de ordenar a ação sobre o mundo. Morin (2000) considera que a construção hegemônica deste paradigma referenciou a forma de interpretação científica característica do pensamento moderno. Para o autor, mesmo quando não é expressamente enunciado ou conscientemente assumido, o paradigma da simplificação é reconhecível em discursos dicotômicos e reducionistas da realidade, nas concepções lineares de tempo e de causalidade, na validação empírica do conhecimento e na divisão dos problemas em questões relacionadas à naturalização da realidade. Este paradigma expressa-se não apenas na ciência, mas também na organização do trabalho e na visão de mundo, sendo a base argumentativa para posturas preconceituosas e polarizantes. No contexto contemporâneo, este paradigma perde o sentido de explicação; no entanto, Morin considera ser este modelo a abordagem recorrente em muitas áreas da formação acadêmica e escolar. Não é intenção desta pesquisa formular uma análise da evolução deste pensamento com base nos autores que apontaram esta forma de construção analítica. Apresentamos esta abordagem de forma introdutória, com base em Morin, para delimitar aquilo que o autor denomina como crise paradigmática, e assim apontar a influência desta transição ou tensão interpretativa na construção epistemológica do campo de pesquisa em uma tentativa de contribuir para análises interpretativas mais complexas do fenômeno estudado.

Neste sentido, na contemporaneidade, expressa-se um estado de crise traduzido pela saturação das formas interpretativas que o autor reconhece como sendo a expressão do paradigma da simplificação, mas que ainda está em vigor e que oportunizará, a seu ver, uma transformação de caráter amplo. Neste sentido, Morin (2002c, p. 138) afirma:

[...] estamos chegando certamente à era em que o grande paradigma sofre erosão e desgaste, e em que os processos que ele determinou no universo científico-técnico-burocrático provocam demasiadas manipulações, securas, ameaças. É preciso um paradigma de complexidade, que, ao mesmo tempo, separe e associe, que conceba os níveis de emergência da realidade sem os reduzir às unidades elementares e às leis gerais.

Para Morin, o reconhecimento dos limites explicativos do paradigma da simplificação evidencia a emergência de novas formas interpretativas, formas estas que o autor delimita como contornos de um novo paradigma, denominado “paradigma da complexidade”.

2.3 Sobre o paradigma da complexidade

Segundo Morin (2000), os avanços da ciência contemporânea têm permitido demonstrar as evidências da saturação do paradigma da simplificação, bem como a manifestação de novas compreensões sobre o que seria o real: na microfísica, assim como na física quântica, depara-se com a indissociabilidade entre a ação do sujeito e a produção de conhecimento; a astrofísica demonstra a noção de temporalidade não linear; a biologia e as novas ciências da informação e da computação evidenciam fenômenos que não podem ser reduzidos a relações de causalidade eficiente; as ciências sociais e humanas debatem-se com a impossibilidade da redução dos acontecimentos sobre a sociedade, sem compreenderem as interações entre história, filosofia, meio ambiente e economia.

De acordo com Morin (2000), em todos os campos do conhecimento, como nas concepções tradicionais de objetividade, de lei científica, de determinação causal, e nas próprias barreiras disciplinares das ciências, as referidas leis científicas estão sendo colocadas em xeque, não necessariamente por novos conhecimentos, mas também pela notória saturação das bases explicativas. Para o autor, o processo interpretativo a partir da complexidade trata-se de ser capaz de pensar o real como um todo e não de reduzi-lo arbitrariamente a elementos redutores.

Para compreender a dinâmica do pensamento complexo, Morin cria dois conceitos-chave de reflexão, a dialógica e a recursividade. Por oposição ao princípio da não contradição, a dialógica delimita-se como sendo “a unidade complexa entre duas lógicas, entidades ou substâncias complementares, concorrentes e antagônicas que se alimentam uma da outra, se completam, mas também se opõem e combatem” (Morin, 2001, p. 89).

A partir da reflexão dialógica, é possível avaliar que a realidade se constitui, se modifica, se destrói e se regenera a partir de princípios e forças contrárias. Morin exemplifica (2000, p. 78):

[...] todos os fenômenos e sistemas naturais ou humanos obedecem a uma ordem que foi produzida a partir de uma desordem inicial que, por sua vez, resultou da destruição de uma ordem anterior – ordem e desordem não podem ser pensadas separadamente mas como um par que na sua relação dialógica produz as infinitas configurações e modificações do real.

A análise recursiva, ou o pensar recursivamente, explicado por Morin (2000, p. 83), “permite pensar interativamente a relação organismo/meio; um conceito como o de socialização designa a dupla ‘ação’ do indivíduo sobre a sociedade e da sociedade sobre o indivíduo”. O autor defende este conceito como forma de interpretação das ações. Segundo ele, é preciso pensar a recursividade, ou seja, “a possibilidade de a causa agir sobre o efeito e de o efeito agir sobre a causa”. Explicado por Morin (2000, p. 33):

Este princípio atua em oposição ao princípio determinista da causalidade linear (todos os fenômenos têm uma causa e são, por isso, explicáveis em relações particulares de causa-efeito; numa relação de causalidade particular há fenômenos determináveis como causa e fenômenos determináveis como efeitos, sem que essa relação se possa inverter: A é causa de B. B pode ser causa de C, AB podem ser causa de D, mas B não pode ser causa de A, C causa de B, D causa de AB) é preciso pensar a **recursividade** ou, seja, a possibilidade de a causa agir sobre o efeito e de o efeito agir sobre a causa.

Estes conceitos-chave do pensamento de Morin visam a evidenciar a necessidade de procedimentos de análise mais complexos quanto às interações entre o meio ambiente, a sociedade, a economia, as ciências, a cultura e as políticas, sendo estas prerrogativas referências de justificativa ou questionamento dos modelos de desenvolvimento ocidental. Nesta pesquisa, reconhecemos, com base em Morin, a necessidade de identificar as ações fontes destas transformações nos campos de análise destacados, bem como as consequências destas ações dentro de recortes analíticos tanto teóricos como empíricos.

Com base em Morin (2000), é possível considerar que o processo de organização social é composto de “elementos influenciadores, tanto internos como externos”. Desta forma, a sociedade necessita ser entendida em termos de “disposição de relações entre componentes ou indivíduos, produzindo uma unidade complexa”. Esta unidade complexa possibilitaria tanto a solidariedade relativa a estas ligações como a possibilidade de continuidade, mesmo tendo variações aleatórias. Esta interação é delimitada por Morin como o “macroconceito trinitário – sistema – interação – organização”, descrito da seguinte forma pelo autor (2000, p. 205):

1. O sistema que exprime a unidade complexa e fenomenal do todo, bem como o complexo das relações entre o todo e as partes;
2. As interações que expressam as relações, ações e retroações realizadas num sistema;
3. A organização que representa o caráter constitutivo destas interações – aquilo que forma, mantém, protege, regula, rege e se regenera.

Por esta abordagem, o sistema é caracterizado como uma unidade complexa, “um todo que não se reproduz à soma de suas partes constitutivas, que no contato mútuo se modificam e, conseqüentemente, modificam o todo” (MORIN, 2000, p. 56). Esta análise visa a demonstrar a “multidimensionalidade do sistema: social, econômico, biológico, psicológico, cultural...”. Com esta afirmação, Morin demonstra que uma das conseqüências do paradigma da simplificação está em atuar como limitador de inteligibilidade, tanto da compreensão da totalidade na diversidade do uno como da diversidade que produz diversidade, impedindo, assim, possibilidades de entendimento sobre as interações do sistema.

As interpretações decorrentes das considerações de Morin demonstram a necessidade de procedimentos de análise que reconheçam o processo complexo de indissociabilidade entre formas de reprodução da vida em sociedade em relação ao meio ambiente com as conseqüências a partir de modelos de desenvolvimento. Avalia-se que a abordagem de Morin sobre o contexto do pensamento complexo tem possibilitado novas reflexões sobre a genealogia das formas de compreensão nos mais diversos campos do conhecimento e das formas de viver. Morin (1999, p. 279) explica esta necessidade reflexiva:

As sociedades humanas toleram uma grande porção de desordem; um aspecto dessa desordem é o que chamamos liberdade. Podemos tanto utilizar a desordem como um elemento necessário nos processos de criação e invenção. Vemos aqui como é necessário pensar a complexidade de base de toda realidade vivente.

Por estas formas de abordagem, o autor considera a possibilidade da construção de uma visão de mundo que incorpore sua dinâmica complexa. Na definição de Morin (2000), os “metapontos de vista” limitam e são frágeis referências de análise e, neste contexto, a construção de “metaperspectivas” possibilita abordagens mais condizentes com o que o autor reconhece como sendo a “nossa condição planetária”. Estas referências contribuíram para a construção da análise epistemológica do cooperativismo, tendo como parâmetro o fato de esta forma de organização estar inserida nesta crise interpretativa. Esta correspondência acontece por reconhecermos nesse modelo de organização uma unidade complexa e, assim, constituída por um conjunto de elementos influenciadores de seu meio, tanto como forma de reprodução de racionalidades distintas aos princípios cooperativistas como por representar uma forma de organização alternativa ao modelo hegemônico de organização do trabalho. No

contexto desta pesquisa, esta abordagem nos demonstra que essa interação multidimensional da organização cooperativa evidencia a necessidade de análises que superem avaliações dicotômicas sobre a complexidade das representações do cooperativismo na contemporaneidade. Intenciona-se, assim, evidenciar a tensão entre análises simplistas do cooperativismo e abordagens teóricas e empíricas que possam evidenciar a complexidade dessa forma de organização. Esta análise teórica inicial contribui para validarmos o argumento de que o processo de organização social do empreendimento cooperativista pode ser reconhecido como uma unidade complexa, composta por elementos influenciadores internos e externos – elementos estes que necessitam ser reconhecidos na análise de “resultado” ou objetivos no processo de gestão desse modelo de organização.

Quando falamos de organização social como uma unidade complexa, reconhecemos que esta é constituída por sujeitos ou “atores sociais” e que as representações destes sobre a organização também se constituem como elementos influenciadores desta organização. Neste sentido, podemos interpretar estas formas representativas em uma dimensão de “experiências sociais coletivas”. Em Dubet (1994), delimitamos “experiência” como uma “maneira de construir o mundo”, de forma sempre provisória, em fluxo constante, condicionada tanto pelas dimensões sociais como pelas representações de “ator social”. Consideramos, assim, a necessidade de um aprofundamento sobre a composição destes processos representativos de experiências sociais, para melhor compreender a complexidade da dinâmica social na organização cooperativista. No contexto dos objetivos da pesquisa, esta delimitação de representações dos atores sociais envolvidos na cooperativa possibilita ampliar a análise de sentidos de resultado das ações da cooperativa.

2.4 Ação social e o sentido de experiência

Nesta seção, intenciona-se aproximar elementos da análise de Morin, como ferramentas interpretativas, para auxiliar na compreensão da **natureza das condutas** sociais no contexto de organização social cooperativa, tendo como referência o conceito de “experiência social” em François Dubet. Com este processo analítico comparativo intenciona-se ampliar a compreensão referente às dinâmicas das relações sociais, fornecendo, assim, subsídios argumentativos para superar simplificações destas dinâmicas.

Dubet (1994) argumenta que a delimitação de “experiência social” atua como uma resposta ao que o autor define como “precariedade das representações clássicas de sociedade” e da **ação dos atores** frente ao dinamismo dos processos sociais, característicos da complexidade do contexto contemporâneo: difuso, multirrelacional e sem centralidade. Neste sentido, a tentativa de delimitação teórica do conceito de “experiência” surge, segundo o autor, como “ambígua e vaga, evocando dois fenômenos contraditórios” entre si: em uma primeira abordagem, a reflexão proposta refere-se à “maneira de sentir e ser invadido por um estado emocional”, ligada a questões relacionadas à subjetividade de forma pessoalizada; a segunda abordagem refere-se à relação cognitiva da experiência. Segundo Dubet (1994, p. 94):

A experiência pode ser concebida como a recobertura da consciência individual pela sociedade, como este **transe** original do social de que Durkheim e Weber falavam, no qual o indivíduo esquece o seu Ego para se fundir numa emoção comum, a do **grande ser** que é então apenas a sociedade sentida como uma emoção ou a do amor gerado pela emoção carismática [...] A esta representação emocional da experiência justapõe-se uma segunda significação: experiência é uma atividade cognitiva, é uma maneira de construir o real e, sobretudo, de o **verificar**, de experimentar. A experiência constrói os fenômenos a partir de categorias do entendimento e da razão.

Para ampliar a reflexão referente à delimitação de categorias de entendimento, o autor utiliza o conceito de “ação social” com o objetivo de demonstrar a relação entre “experiência” e “ação social” na dinâmica da organização social. Segundo Dubet (1994, p. 95), essa combinação entre “experiência” e “ação” só é possível dentro de uma delimitação específica por ele abordada.

A noção de experiência só tem sentido e utilidade se a ação não for redutível à versão subjetiva do sistema, se o ator não estiver totalmente socializado. Mas esta afirmação [...] não deixa de pôr numerosos problemas, porque a parte não socializada da ação continua, no entanto, socialmente definida e construída. Se o ator não está totalmente socializado, não é porque lhe existam elementos **naturais** e irredutíveis, a alma, ou a razão, por exemplo, é porque a ação não tem unidade, não é redutível a um programa único.

Segundo o autor, a hipersocialização do ator não é absoluta nem acabada. Neste sentido, tanto a **experiência social** como a **ação social** não teriam uma totalidade ou centralidade absoluta. Essa forma de abordagem desqualifica, por exemplo, referenciais analíticos que reduzem as trajetórias das **ações sociais** como sendo motivadas, exclusivamente, por uma racionalidade instrumental voltada ao utilitarismo. Esse reducionismo simplificaria a complexidade da interação entre o **ator social** e suas

formas de ação na sociedade ou na organização social. Para demonstrar a complexidade do processo de construção dessa **experiência de ação social do ator social**, Dubet (1994, p. 96) utiliza como exemplo a transformação da imagem do professor, a saber:

Durante muito tempo pôde considerar-se que o papel social daquele que ensina constituía a identidade dos que ensinam. [...] o papel dava origem a um personagem, quer dizer, fusão dos códigos culturais e da personalidade. O professor era **verdadeiramente** um professor, cuja “subjetividade” era formada ao mesmo tempo pelas expectativas sociais bem estabelecidas dos colegas, da administração, dos alunos e dos pais. No melhor caso, ele **representava o papel** de professor [...] ele acabava por acreditar em tal, pois que os outros em tal acreditavam. Ora, a imagem que os que ensinam hoje apresentam deles mesmos nas entrevistas individuais ou coletivas é muito diferente. Eles falam não do seu papel, mas das suas experiências, porque consagram o essencial do que dizem para afirmarem que não são personagens e que se constituem como indivíduos muito mais pela distância em relação ao seu papel que pela sua adesão total.

Para Dubet, essa transformação se justifica pela flutuação da experiência vivida entre dois universos, entre duas **lógicas de ação diferentes**, mas que são complementares **dialogicamente**: (a) as falas em “termos de estatuto”, tendo por base as condutas delimitadas previamente pela organização, em princípios que legitimam argumentações e posturas; (b) a medida comparada das falas entre a realidade de sala de aula, a interação com alunos, a interação com colegas de trabalho e as normatizações e adequações do que representa o estatuto. Neste sentido, a vivência profissional ocorre em uma forma de “ensaio da personalidade, como experiência mais íntima que privada” (DUBET, 1994, p. 97), conforme segue:

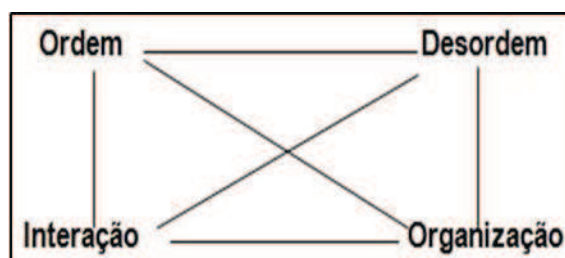
Os critérios de referência e de reconhecimento por outrem estão dissociados da ordem dos estatutos. Mais ainda, profissão só se afigura possível no esquecimento do estatuto e na sua negação. Ele é descrito como uma interpretação permanente, como um debate social interno a respeito das finalidades da escola, das normas da justiça [...]. Assim, quando o estatuto daquele que ensina pode gerar mal-estar e desvalorização, a profissão pode, por seu lado, afigurar-se como uma experiência gratificante ou penosa, mas não pode ser transcrita na linguagem do estatuto, incapaz de justificar a profissão. Pelo contrário, a profissão pode ser descrita como uma destruição de personalidades e o estatuto pode ser reivindicado de modo defensivo e protetor.

A configuração apresentada por Dubet demonstra que a socialização dos atores não é total, porque a “experiência se inscreve em registros múltiplos e não congruentes”, concebendo, dessa maneira, a designação de “autonomia do indivíduo”. Neste sentido, Dubet (1994, p. 102) propõe a construção de uma categoria de análise, a

“categoria de experiência humana”, com o objetivo de delimitar o “conjunto impreciso de situações e de emoções que um grupo social constrói e opõe às condições que lhe são criadas”. Com essa argumentação, fica demonstrado o posicionamento do autor quanto à maneira como os “atores coletivos se formam”, não sendo somente por conjunto de interesses “materiais ou simbólicos”, mas pela interação ou combinação de questões que vão do subjetivo ao formativo, da representação estatutária até a representação social. Dessa forma, o autor reafirma que avaliações exclusivamente utilitaristas ou ideológicas e doutrinárias sobre a **ação dos atores sociais** impedem, pela análise da simplificação, a compreensão da complexidade dessas ações. Com essa abordagem, amplia-se a composição de elementos a serem considerados, na tentativa de compreender a abrangência de elementos que compõem as **lógicas de ação dos atores** dentro de uma organização social. Reconhecemos, assim, o sentido de organização social como uma unidade complexa (MORIN, 2000), conceito discutido anteriormente que evidencia a multiplicidade de elementos influenciadores desta organização social.

Em Morin (2000), a dinâmica social, sob uma análise da paradigmática, possibilita refletir sobre a simplificação de procedimentos analíticos dicotômicos. Análise esta demonstrada como o uso de uma ferramenta interpretativa delimitada como “Tetragrama de Morin”. O uso desta ferramenta possibilita evidenciar a interação **dialógica** entre as partes e negando a análise de relações dicotômicas excludentes:

Figura 1 - Tetragrama de Morin



Fonte: Morin, 2000, p. 204.

O tetragrama propõe uma reflexão sobre o universo social a partir na análise **dialógica** reconhecendo a interação entre antagonismos como sendo um elemento influenciador das organizações sociais. Segundo Morin (2000, p. 45), “cada um deles chama o outro, cada um precisando do outro para se constituir, cada um inseparável do outro, cada um complementar ao outro, sendo antagônico ao outro”. A esse processo, o autor relaciona também o princípio da reciprocidade. Esse princípio também é

trabalhado por Sabourin (2011) e por Mauss (1974) como uma forma de delimitar os modelos de vínculos sociais gerados nas organizações sociais. Neste sentido, compreender os modelos de vínculos sociais gerados a partir das **experiências sociais** nas organizações contribui para a identificação das motivações para a **ação dos atores sociais** envolvidos. No campo de análise desta pesquisa, identificar a dinâmica destas motivações implica em uma análise recursiva, ou seja, compreender o contexto socioeconômico em que estão inseridos, e como este contexto irá influenciar nas representações de experiências sociais vividas no campo da organização cooperativa. Neste sentido, poderíamos refletir sobre um tipo de experiência de ação social específica do cooperativismo?

3. ECONOMIA E MODOS DO AGIR ECONÔMICO

Consideramos que as representações de economia necessitam ser evidenciadas, como forma de delimitar epistemologicamente alguns elementos teóricos que compõem o recorte analítico desenvolvido nesta pesquisa. Consideramos que estas representações são elementos influenciadores da dinâmica da organização de empreendimentos cooperativistas na sua dimensão econômica. Apresentamos inicialmente uma breve delimitação de dois momentos: primeiro, uma introdução ao pensamento econômico e a seus principais modelos conceituais; posteriormente, abordamos os limites desses modelos interpretativos de economia voltados às referências do paradigma da simplificação e à emergência de uma abordagem que reconheça a complexidade desse conceito. Ao final, desenvolvemos uma análise aprofundada dentro do pensamento de Karl Polanyi e Amartya Sen com elementos de referência de outra economia.

3.1 Origens da economia

Segundo Rossi e Tierno (2009), Aristóteles (384-322 a.C.) representa o pensador de referência para discutirmos as bases do pensamento econômico. Ainda segundo os autores, foi Aristóteles que desenvolveu uma análise filosófica da relação entre os fins e meios humanos na economia.

Em Aristóteles, é possível reconhecer a economia como uma interseção entre aspectos corporais e mentais dos seres humanos, ou seja, como processo de ação social, incorporando dimensões da política e da filosofia (ROSSI; TIERNO, 2009, p. 58). “Aristóteles vê a economia como uma ciência prática e como uma capacidade que promove hábitos que aceleram a ação”. Neste sentido, é associada a um conhecimento prático voltado ao uso equilibrado dos recursos naturais ou de produção, de forma a manter o bem comum. Do pensamento aristotélico, os autores destacam (ROSSI; TIERNO, 2009, p. 68):

Aristóteles associa o tema economia aos fins humanos, referindo-se à sua preocupação com o acúmulo de riquezas. Ele considerava a política como a “arte mestra”. A política tem de usar as demais ciências, inclusive a economia, como forma de avaliar o que devemos ou não fazer, a finalidade dessa ciência precisa incluir a das outras, para que essa finalidade seja o bem comum. A vida empenhada no ganho é uma vida imposta, a riqueza não é o bem que buscamos, sendo ela apenas útil e no interesse social. A economia, em última análise, relaciona-se ao estudo da ética e da política na devida

distribuição dos recursos de forma a ser sustentável a continuidade da vida em sociedade.

A economia como arte do bem comum representa a centralidade do pensamento aristotélico, sendo relacionada a todas as dimensões da vida em sociedade. Em uma delimitação mais profunda desta referência, encontramos em Aristóteles considerações sobre a unidade de organização social, o *oikos*, e referências ao uso do capital monetário, a cremática.

Segundo Florenzano (2010, p. 23), o termo “ecologia” significa, de uma forma geral, “o estudo da casa, do ambiente que nos rodeia (*oikos* = casa + *logos* = conhecimento, estudo), termo este que representa a origem da palavra ‘ecologia’, ou seja, o estudo da relação do homem e seu meio”; e “cremática” consiste na maximização da rentabilidade financeira antes de qualquer outra coisa, em detrimento, se necessário, dos seres humanos e do meio ambiente (FLORENZANO, 2010, p. 34). “É da natureza da prática crematística recorrer a diversas estratégias de ação nocivas, como especulação financeira, degradação socioambiental, sem preocupação com as consequências”. Por estes dois conceitos, Aristóteles representa as diferentes formas de ação humana na economia.

Segundo o autor, o *oikos* tem relação com o sentido de autossuficiência – ou seja, de uma unidade humana, com base em vínculos sociais voltados a gerar autonomia ao grupo. Mais especificadamente (FLORENZANO, 2010, p. 4):

O *oikos* era uma unidade social e de produção que comportava em primeiro lugar pessoas: uma família nuclear composta por pai, mãe e filhos. Esta família organizava-se de acordo com uma hierarquia rígida, na qual o pai era o senhor da casa, que tinha poder absoluto sobre todos os demais e sobretudo o que ocorria no *oikos*. Este grupo podia ser acrescido, desde que os recursos o permitissem, de serviços não cidadãos e também de parentes de idade avançada e de parentes órfãos. Em seguida, do *oikos* faziam parte as terras e demais bens imóveis, casas, estábulos, depósitos; todos propriedade do senhor. Das terras dependia o sustento da família: elas deviam produzir toda a alimentação, deviam alimentar o gado, fornecer as fibras para os tecidos e assim por diante. O terceiro elemento constitutivo do *oikos* eram os bens móveis. Destes, os mais importantes eram, sem qualquer dúvida, os escravos, encarregados de toda sorte de trabalho, desde cuidar dos campos e plantações e dos animais, até fiar, executar pequenos serviços, atender a família em todas as suas necessidades.

Esta unidade social inclui, além da família, servos e escravos, e é constituída como uma unidade basicamente agrária, onde o equilíbrio entre produção e uso de recursos é fator determinante para sua sustentabilidade. Essa forma de organização

antecede a organização da *pólis* grega, atuando muitas vezes em tensão entre o público e o privado.

A cremática, segundo Rossi e Tierno (2009), representa uma relação desigual entre o uso do capital monetário de forma dissonante à sua função social, comprometendo assim o equilíbrio da economia. Segundo os autores, dentro do pensamento aristotélico, o capital monetário tem como função suprir as necessidades humanas, e não é um fim em si mesmo. Neste sentido, os autores apontam (ROSSI; TIERNO, 2009, p. 192):

[...] As perversões econômicas denunciadas por Aristóteles procedem de um uso desregrado da moeda, impulsionado pelo afã de lucro, quando ela não é um meio para facilitar o intercâmbio, uma instituição a serviço dos fins humanos. Como todas as instituições que são criadas pela vontade, obtém seu valor de uso a partir do que se faz com ela, e pode ser, como o idioma, a melhor ou a pior das coisas; pela aplicação do crédito, ela contribui para a cooperação social e para o desenvolvimento da riqueza; mas a especulação conduz à alteração da moeda, os abusos do crédito arruinam a confiança pública, que é o próprio fundamento da comunidade civil.

Fica evidenciado assim que, para Aristóteles, o termo “cremática” estava relacionado à situação onde o capital monetário perde sua função primária, de meio de troca, e se transforma em um fim em si mesmo. Segundo os autores, no pensamento aristotélico o dinheiro deve facilitar a economia, sendo o lucro e o acúmulo de capital uma forma de perversão social.

A preocupação com um sentido de equilíbrio da economia, tendo como referência o fator humano, o bem comum e a política, é elemento constante na análise de economia na teoria aristotélica, dando contornos de uma análise de economia que reconhece a interação entre ações sociais e humanas e o contexto ambiental. Esta referência interpretativa vai influenciar teóricos contemporâneos com Sen e Polanyi, no entanto, no sentido histórico, a constituição interpretativa de economia na sociedade medieval e na sociedade moderna teve contornos dissonantes em relação aos princípios aristotélicos.

3.2 Economias clássica e neoclássica

Segundo Hobsbawm (1996), o pensamento econômico clássico, que irá referenciar o pensamento econômico da modernidade, tem suas origens nas grandes transformações científicas da modernidade com base no pensamento cartesiano e o seu

método analítico, e posteriormente no avanço científico do século XVII com base nas descobertas científicas de Newton. Nesse período, a Revolução Industrial possibilitou as bases para o modelo capitalista de produção, tendo como referência o desenvolvimento substancial da manufatura, do comércio, das invenções, da divisão do trabalho e do acúmulo crescente de capital.

Ainda segundo o autor, estas transformações possibilitaram o rompimento definitivo com modelos anteriores, como entre economia e religião, ainda remanescentes da sociedade feudal e do absolutismo, pois estes modelos não eram mais necessários às novas referências constitutivas dos paradigmas da modernidade industrial. Neste contexto, os economistas modernos, tendo como base a ciência newtoniana e cartesiana, desenvolveram um conjunto de princípios interpretativos com status de “verdades” tão absolutas e dogmáticas quanto os princípios religiosos medievais, tendo como princípio que se a vontade divina tivesse criado um mecanismo que funcionasse harmoniosa e automaticamente sem interferência, o *laissez-faire* seria a forma mais alta de sabedoria nas questões sociais. Por esta abordagem, as “leis naturais” guiarão o sistema econômico nas ações sociais e políticas.

Polanyi (2000) considera que a economia clássica se caracteriza pela racionalização das práticas sociais entre empreendedores, tendo os meios de produção, o capital e os trabalhadores como base de produção. Neste contexto, a concorrência, entendida como elemento central, atua como a grande reguladora da economia e, por isso, há a necessidade de ela ser estabelecida como forma hegemônica de controle econômico, subordinando o social. Como referência deste modelo, o autor destaca dois princípios fundamentais – a importância do acúmulo de capital monetário como referência para o crescimento econômico e o mercado como um mecanismo para reconciliar os interesses dos indivíduos com os interesses da sociedade.

Este modelo interpretativo, segundo Hobsbawm (1996), teve desdobramentos de suas próprias “leis naturais”, onde as “leis da economia” são universais e imutáveis. O autor considera uma breve trajetória do pensamento da economia clássica, trazendo algumas referências interpretativas, tais como a de Adam Smith, com a lei da livre concorrência como regulação de produção de renda. É geralmente aceito que o marco inaugural do pensamento econômico clássico foi a sua obra *A riqueza das nações*. Seus conceitos giram em torno da noção básica de que os mercados tendem a encontrar um equilíbrio econômico no longo prazo, ajustando-se a determinadas mudanças no cenário econômico. David Ricardo, quanto à distribuição entre proprietários de terras,

trabalhadores e capitalistas, identificou um conflito inerente entre proprietários de terras e capitalistas. Ele propôs que o crescimento da população e do capital, ao pressionar um suprimento fixo de terras, eleva os aluguéis e deprime os salários e os lucros.

O autor destaca que a teoria malthusiana de Thomas Robert Malthus usou a ideia dos retornos decrescentes para explicar as baixas condições de vida na Inglaterra. De acordo com ele, a população tendia a crescer geometricamente, sobrecarregando a produção de alimentos, que cresceria aritmeticamente. A pressão que uma população crescente exerceria sobre um estoque fixo de terras significaria produtividade decrescente do trabalho, uma vez que terras cada vez menos produtivas seriam incorporadas à atividade agrícola para suprir a demanda. O resultado seria de salários cronicamente baixos, o que impediria que o padrão de vida da maioria da população se elevasse acima do nível de subsistência. Malthus também questionou a automaticidade da economia de mercado para produzir o pleno emprego.

A teoria do valor foi importante na teoria clássica. Smith e Kelly (1983) escreveram que “o preço real de qualquer coisa é o esforço e o trabalho de adquiri-la”, o que é influenciado pela sua escassez. Smith dizia que os aluguéis e os salários também entravam na composição do preço de uma mercadoria. Outros economistas clássicos apresentaram variações das ideias de Smith, chamadas de teoria do valor-trabalho. Economistas clássicos se focaram na tendência do mercado de atingir o equilíbrio no longo prazo.

A base do pensamento econômico clássico estaria pautada em um conjunto de princípios relacionados ao utilitarismo, ao liberalismo e ao individualismo, que vão referenciar um modelo de economia pautado nas necessidades do mercado e não nas necessidades sociais. Não é intenção desta pesquisa aprofundar questões relacionadas a estes princípios, mas destacaremos brevemente algumas considerações sobre eles.

Sobre o utilitarismo, Gaiger (2013) considera, tendo por base autores relacionados por ele:

O utilitarismo caracteriza-se por sua grande generalidade e simplicidade, articulando-se em torno de uma ideia bastante convincente: uma sociedade justa é uma sociedade feliz (Amsperger & Van Parijs, 2000: 15). Com sua máxima da maior felicidade do maior número e com “a tese de somente a utilidade ser a soberana das ações humanas” (Biervert & Wieland, 1997: 645), pode-se considerar o utilitarismo, quando do seu surgimento em meados do séc. XVIII, como uma concepção antifeudal revolucionária, moderna, altruísta e humanista. [...] Como filosofia prática, o termo “designa um conceito normativo de fundamentação racional, que julga a ação humana quanto às suas consequências úteis” (Ulrich, 1997: 646). Se uma sociedade

justa é uma sociedade feliz, importa o que produz a maior quantidade de bem-estar dos indivíduos afetados (Arnsperger & Van Parijs, 2000: 16). A partir daí, tem-se um individualismo benfazejo: “provê a tua felicidade, que isto assegurará o maior grau de felicidade para todos os outros, se fizerem o mesmo”. Livres de interposições, os indivíduos se comportam espontaneamente buscando maximizar seu bem-estar (seu interesse ou utilidade) racionalmente. Algo ainda melhor que o homem rousseauiano, pois desta feita o próprio contrato social torna-se supletivo: devemos estar inteiramente livres, porque assim faremos o que é naturalmente bom: seremos racionais e razoáveis, pois sabemos que nosso tempo é escasso e que não estamos sós.

Ainda segundo o autor, o utilitarismo, como filosofia prática, surge como referência do Iluminismo moderno, aludindo às bases filosóficas da industrialização do século XVIII na Inglaterra e referenciando o modelo econômico do liberalismo. Segundo Caillé (2009 apud GAIGER, 2013), o utilitarismo como filosofia prática, em princípio, estabelece que: (a) os homens são ou devem ser considerados como indivíduos, separados e mutuamente indiferentes, não podendo, por natureza, buscar algo além de sua própria felicidade ou de seu interesse; (b) é bom e legítimo que assim o seja, pois esse é o único objetivo racional oferecido aos seres humanos; (c) enfim, os indivíduos buscam essa satisfação de seu próprio interesse ou deverão buscá-la racionalmente, maximizando seus prazeres. Aliado ao utilitarismo, temos o liberalismo como doutrina social e política também característica da modernidade.

Segundo Schilling (1999), o liberalismo representa uma doutrina com dimensões político-econômicas, e seria um sistema doutrinário onde o interesse geral é pautado na garantia dos direitos individuais dos cidadãos. Este princípio teria surgido no Iluminismo em oposição à centralidade moral e política do absolutismo, tendo como referências as transformações científicas e o desenvolvimento do pensamento cartesiano e antropocêntrico. Ainda segundo o autor, o liberalismo como doutrina incorpora tanto dimensões sociais como políticas e econômicas, pautado na livre concorrência, contrário a qualquer forma de controle sobre a economia por parte de uma entidade centralizada, seja ela religiosa ou política estatal. No âmbito político, o liberalismo deu os seus primeiros passos com as revoluções francesa e americana; os direitos humanos constituíram, seguidamente, o seu primeiro ato de fé político. O liberalismo, segundo o autor, foi a ideologia política da burguesia (liberal), a qual, amparada pela mesma, conseguiu conquistar uma posição predominante durante o século XIX até a Primeira Guerra Mundial, altura em que se tornou a força política dominante em quase todo o mundo ocidental.

Na modernidade, o liberalismo em sua dimensão econômica tem como referências Adam Smith e a teoria do livre comércio (comércio livre, desenvolvida por ele). O liberalismo esteve intimamente relacionado às bases do capitalismo e foi o alicerce do desenvolvimento econômico industrial do século XIX, especialmente na expansão econômica da Inglaterra. O liberalismo também apresentou desdobramentos: o liberalismo político implicava a restrição do poder estatal, não permitindo que o Estado interferisse em alguns direitos fundamentais como o direito à vida, à felicidade e à liberdade. O liberalismo social defende os direitos individuais e as liberdades civis dos cidadãos contra possíveis atos de opressão do Estado, mas as necessidades básicas sociais, como saúde e educação, permaneceriam como atribuições do Estado.

Polanyi (2000) interpreta as bases doutrinárias da economia clássica tendo como referência os fundamentos econômicos do liberalismo e as prerrogativas da liberdade pessoal, propriedade privada, iniciativa individual, empresa privada e interferência mínima do governo. As referências destes princípios econômicos são pautadas por um conjunto de “leis sociais” relacionadas às “leis econômicas” e a base interpretativa destas leis está relacionada a algumas premissas: a) envolvimento mínimo do governo, pois por essa premissa o mercado livre e competitivo guiaria a produção, a troca e a distribuição e, ao mesmo tempo, regularia a sociedade; b) autointeresse, básico para a natureza humana, pois por esta interpretação todos os recursos econômicos, assim como as atividades econômicas, contribuiriam para a riqueza de uma nação. Hobsbawm (1996, p. 55) considera que a escola clássica é referência quanto aos aspectos relativos ao pensar da sociedade:

No longo prazo, a economia clássica atendeu a toda a sociedade porque a aplicação de suas teorias promovia o acúmulo de capital e o crescimento econômico. Ela dava respeitabilidade aos empresários, em um mundo que anteriormente tinha direcionado as honras e a renda para a nobreza e os abastados. Os mercadores e os industriais obtiveram um novo status e dignidade, como promotores da riqueza da nação, e os empresários estavam seguros de que, ao procurar o lucro, estavam atendendo à sociedade. Pensamento este defendido inclusive por doutrinas religiosas como o calvinismo que estabelecia a riqueza monetária como uma obra divina de reconhecimento do mérito pessoal das pessoas.

Tendo como base as premissas do liberalismo como sistema social e político, vemos um direcionamento da economia referenciada pelas premissas do mercado, delimitando o que Schilling (1999) relaciona com uma economia voltada às necessidades do mercado ou uma “economia de mercado”. O autor reconhece neste

modelo um sistema em que os agentes econômicos (pessoas, organizações civis e privadas) atuam com a mínima interferência estatal, sendo assim uma das bases do liberalismo econômico referenciado pelos princípios do utilitarismo. Schilling (1999, p. 89) reafirma a interpretação de uma “economia de mercado” atuando de forma hegemônica na sociedade moderna, caracterizando-a da seguinte forma:

a) Liberdade para definição de preços de serviços e mercadorias. A livre concorrência é que regula o mercado com relação aos preços; b) Produção e consumo de bens e serviços estabelecidos pela interação entre oferta e demanda; c) Quase a totalidade dos produtos e serviços de uma economia de mercado é produzida pela iniciativa privada (indústrias, comércios, bancos e empresas prestadoras de serviços). Num país que segue este sistema econômico, há poucas empresas estatais, sendo elas, geralmente, de setores estratégicos (geração de energia, por exemplo); d) Liberdade para abertura e funcionamento de empresas, com pouca ou nenhuma interferência do governo; e) Comércio exterior com poucos obstáculos e entraves (burocracia, impostos, taxas alfandegárias); f) Inserção das empresas no mundo globalizado; g) Pouca ou nenhuma atuação do Banco Central no controle de taxas de câmbio. Em grande parte dos países que seguem a economia de mercado o câmbio é flutuante; h) Mercado mediado pela interação entre produtores e consumidores; I) Proteção, através de leis, da propriedade privada; j) Cabem ao Estado a fiscalização e regulação da economia, visando a coibir práticas irregulares ou ações que possam provocar problemas ao funcionamento do mercado. O Estado também atua em áreas essenciais (serviços públicos) como, por exemplo, educação, saúde e segurança pública.

Ainda segundo o autor, é importante compreender que não existe uma “economia de mercado” sem uma política de mercado, ou seja, um Estado ou uma gestão pública que seja cúmplice destas diretrizes e que, desta forma, atue como um elemento motivador e de manutenção deste sistema a fim de legitimar sua hegemonia.

O advento do conceito de economia associado diretamente ao mercado constitui-se como paradigma do capitalismo nascente na modernidade, aliando-se a um conjunto teórico conceitual e filosófico que o referencia até a contemporaneidade, mesmo com as transformações interpretativas posteriores. Na economia neoclássica, os paradigmas referenciais do capitalismo com base na economia de mercado permanecem sendo reproduzidos como um conhecimento naturalizado e hegemônico. Vieira (1988, p. 89) destaca:

Neoclassicismo implica uma nova forma de classicismo. Os economistas neoclássicos eram marginalistas, no sentido de que enfatizavam a tomada de decisões e a determinação das variações na margem. No entanto, podemos perceber algumas diferenças entre eles. Primeiramente, que o pensamento neoclássico salientava que a oferta e a demanda determinavam preços de bens e serviços, enquanto os marginalistas diziam que somente a demanda determinava os preços dos bens e serviços. Segundo, muitos neoclássicos demonstraram maior interesse no papel da moeda do que muitos

marginalistas. Os economistas neoclássicos expandiram a análise marginal para as estruturas do mercado além da livre concorrência, do monopólio e do duopólio.

Segundo o autor, a economia neoclássica representa uma expressão utilizada para designar diversas linhas interpretativas do pensamento econômico que estudam a formação dos preços, a produção e a distribuição da renda através do mecanismo de oferta e demanda dos mercados. O autor destaca que o início desta corrente interpretativa surge no fim do século XIX e no século XX, tendo como referências autores como: o austríaco Carl Menger (1840-1921), o inglês William Stanley Jevons (1835-1882), o suíço Léon Walras (1834-1910), dentre outros autores liberais menos importantes. Posteriormente, destacaram-se o inglês Alfred Marshall (1842-1924), o sueco Knut Wicksell (1851-1926), o italiano Vilfredo Pareto (1848-1923) e o estadunidense Irving Fisher (1867-1947). Ainda segundo o autor (VIEIRA, 1988, p. 78),

Os clássicos deram ênfase para as relações de produção que surgiam entre as pessoas, no processo produtivo. Trataram, portanto, das formas sociais do processo produtivo, já os neoclássicos mudam de enfoque e restringem os campos de estudo da economia. Passam a estudar as relações entre pessoas e a produção tendo como ênfase a microeconomia em relação à macroeconomia.

Embora os autores neoclássicos divergissem dos economistas clássicos quanto a fatores relacionados tanto à metodologia de abordagem como à análise contextual de produção de valor e custo, esses permanecem reproduzindo os paradigmas filosóficos da economia de mercado. Sendo assim, mantêm as referências analíticas tanto do utilitarismo como do liberalismo para a construção socioeconômica, mantendo como base uma economia de mercado (PENA, 2017).

3.3 Limites e consequências da economia de mercado na sociedade contemporânea

Sobre o advento da economia de mercado e seu contexto, Polanyi (2000) refere como “miraculoso” o processo de transformação nos instrumentos de produção, e como “catastrófica” a desarticulação na vida das pessoas comuns, dos vínculos sociais, das redes de cooperação e do comunitarismo. Reconhece, ainda, esse processo como “um conjunto de mudanças não dirigidas, voltadas à ação corrosiva de um utilitarismo cru e a um modelo de desenvolvimento inconsciente” (POLANYI, 2000, p. 34).

Reconhecemos que no contexto da modernidade, a expressão econômica do paradigma da simplificação vai ser referenciada por uma abordagem determinista da ordem social pautada nas bases epistemológicas do liberalismo e do utilitarismo, referenciando o crescente capitalismo industrial, não reconhecendo a abrangência das ações econômicas fora das necessidades do mercado, por reduzir e generalizar a dimensão humana a necessidades utilitaristas. A simplificação da economia clássica reside no que Polanyi (2000, p. 45) reconhece como “uma teologia dogmática de princípios e leis imutáveis e generalizantes”. Segundo o autor, nesse modelo as desigualdades sociais geradas pelo acúmulo de capital são naturalizadas como uma consequência menor e residual, frente à proposta do desenvolvimento ilimitado e a qualquer custo, princípio este delimitado como “progresso”. Ferrarini (2008, p. 32) descreve este contexto como reprodução de uma desigualdade cientificamente justificável, e delimita a abrangência desta interpretação:

A desigualdade social também foi cientificamente explicada e justificada através da naturalização das leis sociais. O método cartesiano, pela via da fragmentação e disjunção, respaldou a separação entre as diferentes dimensões da vida, o que redundou no elevado grau de autonomização da economia. Com isso, justificou-se a produção para acumulação, uma concepção de desenvolvimento e cocrescimento econômico em que o mercado tem que estar satisfeito à custa de milhões de vidas, da mercadorização crescente da natureza e do ser humano e do aumento da desigualdade. A economia sofre um processo de assepsia científica e é desmoralizada através da filosofia utilitarista e da própria ciência da economia. As forças econômicas não sofrem tipo algum de sanção punitiva da lei por milhões de vidas que matam diariamente devido à falta de acesso ao trabalho e a formas de subsídios ou pela degradação dos recursos naturais. O Estado do Bem-Estar Social, por sua vez, regula a sociedade mas não regula o capital.

Com esta abordagem, é possível reconhecer que as consequências de uma interpretação simplificadora da economia restringiram a compreensão de suas consequências sociais e ambientais para a sociedade. Neste sentido, também restringiu a possibilidade de crítica ao modelo, por conta de suas fragilidades epistemológicas e operacionais como uma possibilidade de modelo de economia na sociedade contemporânea. Pena (2017) reconhece, neste sentido, que tanto na sua origem como na contemporaneidade, o modelo de economia de mercado apresenta alguns problemas estruturais em contradições dentro do próprio modelo. Segundo o autor, a referida “lei da livre concorrência” e a “lei da oferta e da procura” na prática não têm demonstrado possibilidade de efetividade, uma vez que a concentração do mercado por determinados setores ou empresas faz com que a regulação se dê por conta da manutenção de um

grupo pequeno de detentores do capital e das regras do mercado. Ainda segundo o autor, mesmo sendo considerada crime desde o século XIX, a prática de cartéis representa uma realidade na economia contemporânea. Esta prática oprime a possibilidade de desenvolvimento de outras empresas, assim como impede o desenvolvimento socioeconômico de comunidades e países. Em outros casos, empresas de um mesmo segmento unem-se para evitar os prejuízos de uma concorrência possível, em uma prática denominada de truste. Como foi falado anteriormente, não há modelo de produção sem uma política pública voltada à manutenção desse modelo; sendo assim, esse modelo de acúmulo de capital e criação de cartéis só tem legitimidade de ação por conta da cumplicidade da gestão pública, ou seja, uma política pública de mercado, reconhecendo que esse mercado é direcionado aos interesses de um grupo restrito que concentra vários setores produtivos da economia. O autor aponta (PENA, 2017, p. 56) que a ideia de livre concorrência representa uma “falácia metodologicamente reproduzida geração após geração em várias áreas do conhecimento”, e aponta como um dos exemplos a questão da regulação dos preços e a cumplicidade do Estado com grandes empresas.

[...] uma das principais críticas ao modelo de economia de mercado, torna-se praticamente impossível concorrer com grandes empresas multinacionais em determinados setores. Muitas vezes, essas empresas aproveitam-se de sua grandeza econômica para colocar os preços de seus produtos abaixo do custo de sua produção em uma determinada região apenas para controlar o mercado e destruir seus concorrentes. Uma vez concluído esse objetivo, elas voltam a elevar os valores. Em outros casos, as grandes marcas utilizam-se de seus poderes políticos para influenciar decisões do Estado que as beneficiem.

O autor aponta que esta relação entre o Estado e grupos empresariais, além de prejudicar a economia e o próprio mercado, também afeta a produção de mão de obra, uma vez que excessos cometidos pelas empresas contra seus trabalhadores tendem a ter o apoio do Estado. Nesta lógica, o trabalhador entra na contabilidade dos interesses desse mercado regulado, como custo da produção a ser subtraído. O autor aponta que os índices de concentração de renda acompanham em medida inversa o aumento dos índices de miséria, desempregos e crises de energia.

Polanyi (2000) argumenta que é necessário evitar a “falácia economicista” de uma suposta relação direta entre economia e necessidades de mercado. Segundo o autor, é pela interpretação errônea dos economistas clássicos que o sistema de mercado e de preços teria supremacia sobre as dimensões complexas da economia. Sendo assim,

Polanyi afirma que o sentido de economia necessita ser identificado por duas perspectivas: a interpretação formalista, característica da economia clássica e neoclássica; e a interpretação substantiva, referenciada como análise emergente de uma nova sociologia econômica. A economia formal, relacionada à lógica de meios e fins na escolha do uso dos recursos, pode gerar escassez de tais meios. Por este prisma, a maximização dos recursos se torna referência de regulação do mercado. Para Polanyi (2000), o esquema formalista restringe-se a interpretar a economia dentro dos limites do mercado e a dinâmica de regulação de preços com base na gestão da escassez. Para o autor, a organização humana é composta por fatores de motivação distintos, e o processo de escassez pode ser culturalmente construído. Por este prisma, mesmo um recurso que esteja em abundância pode ser restringido de acordo com as dinâmicas sociais, culturais e políticas. O autor considera que uma das limitações da **abordagem formal** está em não identificar as interações sujeito/meio, desconectando, desta forma, as interações entre o trabalho e suas consequências sociais, ambientais, políticas, econômicas e culturais. Ou seja, uma interpretação que não reconhece a codependência sistêmica entre o todo e as partes e dissocia a economia de suas consequências produtivas e de seus resultados sinérgicos para a sociedade.

Na economia formal, onde os fins justificam os meios, constitui-se um processo de análise utilitarista. Neste sentido, Gaiger (2013, p. 34) considera que

[...] a ética está contida como um fim genérico já dado. O utilitarismo, ocupando-se, desde então, apenas dos meios. Por isso, a razão do utilitarismo é essencialmente instrumental: consiste em escolher os meios eficientes para atingir o fim proposto.

Neste sentido, os meios ficam restritos a uma eficiência econômica voltada às necessidades do mercado, também servindo como referência das necessidades humanas de consumo. Sen (1999) destaca que, em uma economia de mercado, encontramos uma ausência de julgamento quanto às consequências dos meios utilizados para se alcançar a eficiência nos fins, sendo estes relacionados à otimização dos recursos em prol da satisfação da melhor colocação no mercado. Para o autor, por esta abordagem a economia perde a sua base social de equilíbrio e passa a ocupar-se de questões de logística. Como diz Sen (1999), ela se reduz a uma “economia engenheira”, a um cálculo de proveito, fundamentado em uma definição formal relacionada a uma ação utilitarista. O autor reconhece, neste princípio, um dos elementos da simplificação ou empobrecimento do conceito, reduzido a uma das dimensões dos paradigmas do

utilitarismo e do liberalismo. Polanyi (2000) reconhece que este modelo de economia distancia-se de uma definição substantiva de seu objetivo de gerar o bem comum, pois, além da economia, também a sociedade atua na lógica da oferta e da procura, tendo como referência a crença de autorregulação natural do mercado, que regularia tanto as relações mercantis como as relações sociais. Neste sentido, Sen argumenta que o empobrecimento dos sentidos de economia tem influenciado o comportamento humano, e contribuído para a construção de uma sociedade baseada nos atributos instrumentais e utilitaristas dos indivíduos e grupos em um processo de mercantilização da vida. Com base nesta lógica, os conceitos de economia, de organização e de vínculos sociais estariam limitados à movimentação e aos interesses de mercado, em especial do mercado financeiro. Por não reconhecer a diversidade das ações socioeconômicas, o utilitarismo, como princípio social, reduz, de forma normativa, as relações sociais às ações individualistas, desconectando-as de seu contexto. Nele, mesmo ações voltadas à cooperação seriam reconhecidas exclusivamente pela utilidade individual de longo prazo, negando, assim, a existência de vínculos além dos relacionados ao interesse utilitarista.

Amartya Sen (2000) considera que no contexto contemporâneo temos urgência em resgatar os conceitos e princípios norteadores da economia a fim de demonstrar a complexidade para além das necessidades do mercado. Para o autor, no contexto da economia de mercado, encontramos um distanciamento das necessidades sociais em favor das necessidades do mercado. Neste sentido, o autor reproduz o entendimento de Polanyi quanto às consequências deste distanciamento (já discutidas anteriormente), que estariam sendo produzidas como invisíveis e residuais, por conta de uma análise utilitarista que restringe a abrangência das demandas sociais, as demandas do mercado. Para os autores, esta abordagem vai se constituir como hegemônica na modernidade em detrimento de prerrogativas de um conceito de economia que, em suas origens, está diretamente relacionado à sustentabilidade, e onde o mercado representa apenas parte da economia e não sua totalidade.

Para o autor, temos a necessidade de resgatar ou ampliar os sentidos de economia para uma compreensão mais complexa, de forma que incorpore as necessidades sociais. Este resgate geraria transformações também nas diretrizes da política do Estado como entidade voltada à manutenção dos interesses sociais e não de interesses da economia de mercado.

3.4 Para além da economia de mercado

Tendo como referências as análises de Sen (2000) sobre a necessidade de um olhar mais plural referente às representações de economia e seus resultados, o autor destaca que o sentido de desenvolvimento socioeconômico ou de prosperidade necessita estar associado à manutenção da qualidade de vida dos seres humanos, ou seja, à centralidade do processo econômico, tanto os meios como os objetivos-fins.

A economia substantiva, segundo o autor, reconhece interdependência do homem com a natureza e o contexto. Por esta abordagem, podemos interpretar a abrangência das formas do processo de satisfação das necessidades humanas dentro de um contexto cultural e histórico, podendo atuar em diferentes formas de interação, tais como: integração, reciprocidade, redistribuição e troca (mercantil) no reconhecimento desta combinação. Podemos interpretar os processos econômicos de forma mais abrangente e complexa.

Com esta perspectiva, a economia é interpretada tendo o “sentido de produção e da prosperidade como a essência do progresso, considerando-se as pessoas como os meios pelos quais tal progresso na produção é obtido”, em uma referência contrária ao sentido de economia de mercado onde a vida das pessoas é referência final do processo de produção, sendo a prosperidade do mercado o meio para atingir esta qualidade de vida. Neste sentido, o autor considera as referências de Kant sobre economia (SEN, 1989, p. 23):

Em sua *Fundamentação da metafísica dos costumes*, Immanuel Kant sustentou a necessidade de considerar os seres humanos como fins em si mesmos, e não como meios para outros fins: “age de tal maneira que uses a humanidade, tanto na sua pessoa como na pessoa de qualquer outro, sempre e simultaneamente como fim e nunca simplesmente como meio”. Esse princípio é importante em muitos contextos.

Reconhecemos nesta abordagem elementos da economia substantiva, no sentido de que resgata o sentido de função da economia com uma reavaliação quanto aos meios e fins do processo econômico.

O autor aponta ainda, quanto ao sentido de eficiência econômica, a necessidade de analisar critérios de avaliação sobre meios e fins, levantando assim dois pontos de análise: primeiramente, considera o sentido de prosperidade econômica, em especial a monetária, como sendo apenas um meio para gerar qualidade de vida para as pessoas e não um fim em si mesmo; em segundo lugar, considera que o aumento monetário de

riqueza não representa necessariamente melhora na qualidade de vida das pessoas e comunidades. Sendo assim, o desafio a ser avaliado é o desenvolvimento de critérios de análise que identifiquem quais os fins a serem gerados e quais os meios mais eficazes para alcançar esses fins.

Para discutir qualidade de vida humana, Sen (1988, p. 34) utiliza o termo “enfoque da capacidade”, e concebe a vida humana como um conjunto de “atividades” e de “modos de ser” que podemos denominar como “efetivações” (*functionings*). Estes termos são utilizados no sentido de evidenciar as singularidades socioeconômicas e culturais das representações de qualidade de vida humana.

Por esta perspectiva, a qualidade de vida está associada à combinação de diferentes formas de “efetivação” interligadas do bem-estar de uma pessoa ao processo constitutivo de desenvolvimento das capacidades. A fim de delimitar o sentido de capacidades humanas e sua relação com desenvolvimento em Sen, Pinheiro (2012, p. 11) considera “não ter uma definição fechada para o termo ‘desenvolvimento’”. Contudo, é possível uma elucidação progressiva do núcleo do significado deste termo, por meio de uma reflexão sobre um conjunto de caracterizações fornecidas por Sen (2000). Neste sentido, o autor segue o seguinte roteiro de delimitação:

- 1) “O desenvolvimento pode ser visto [...] como um processo de expansão das liberdades reais de que as pessoas desfrutam” (p. 3).
- 2) “É por causa dessas interconexões (entre as liberdades de diferentes tipos) que a livre e sustentável condição de agente [agency] emerge como o principal motor do desenvolvimento” (p. 4).
- 3) “A lacuna entre as duas perspectivas (ou seja, entre uma concentração exclusiva na riqueza econômica e um foco mais amplo sobre as vidas que nós podemos levar) é uma questão fundamental na conceituação do desenvolvimento” (p. 14).
- 4) “Uma concepção adequada do desenvolvimento tem de ir muito além da acumulação de riqueza, do crescimento do produto nacional bruto (PNB) e de outras variáveis relacionadas à renda. Sem ignorar a importância do crescimento econômico, temos de olhar muito além dele” (p. 14).

O autor argumenta que o “desenvolvimento das capacidades humanas”, em Sen, estaria relacionado diretamente à liberdade das pessoas de atingir seus objetivos de vida, e de bem-estar. Neste sentido, os objetivos-fins do desenvolvimento econômico estariam relacionados diretamente à capacidade de gerar condições para que as pessoas sejam livres dentro de suas potencialidades. Com isto, o autor argumenta (SEN, 2000, p. 12) sobre o sentido de liberdade em Sen:

O fim último do desenvolvimento, o bem das pessoas, é associado à liberdade, isto é, à potência pessoal de conseguir a vida que se deseja racionalmente. Neste sentido, a liberdade é pensada positivamente como poder, autonomia e autodeterminação do agente, bem como colocada no centro da abordagem do desenvolvimento como liberdade, desempenhando um duplo papel avaliativo-constitutivo e causal-instrumental no processo de desenvolvimento.

O enfoque da capacidade pode ser contrastado não somente com sistemas de avaliação baseados em mercadorias, mas também com avaliações baseadas em um critério de se sentir com condições de efetivar suas potencialidades – tendo como referências as múltiplas formas de efetivar a qualidade de vida humana e suas diferentes formas de interação socioeconômica.

Em Polanyi (2000), identificamos uma ampliação da análise sobre as diferentes formas de interação econômica, que vão além das diretrizes da economia de mercado. Para o autor, a forma como os indivíduos interagem na economia é relacionada com o sentido de “agir econômico”, atuando como agentes econômicos, sempre dentro de um conjunto de premissas interpretativas sobre a relação entre a economia e a sociedade, premissas estas reconhecidas como “princípios econômicos”.

Neste sentido, o autor evidencia a pluralidade das interações das pessoas na economia, argumentando que esta interação entre maneiras de agir e princípios econômicos (mesmo que distintos) processa-se de forma dialética e, por vezes, por tensionamento. Ou seja, a hegemonia de um não impede o desenvolvimento do outro, podendo atuar concomitante em uma organização, produzindo interações recíprocas entre as diferentes formas de organização. Com base nesta análise, Darós (apud BAIOTO, 2015) elabora uma síntese no formato de quadro explicativo com base em um texto de Gaiger (2012), que demonstra as múltiplas formas de interação entre os tipos de vínculos sociais distintos e suas interações com diferentes princípios econômicos e diferentes formas de solidariedade.

Quadro 1 - Interação entre princípios socioeconômicos

| Princípio | Forma de vínculo | Tipos de vínculos | Tipos de economia | Características econômicas |
|---------------|---|---|---|--|
| Domesticidade | Vínculos sociais são legados da sociabilidade primária: constituídos modernamente pela família nuclear, mais que escolhidos, se estabelecem segundo critério de precedência e de autoridade preexistente em contextos simultâneos de intimidade e assimetria. Funcionam mediante relações interpessoais diretas, promovendo a partilha de comunhão de histórias, memórias, cosmovisões e identidades. | Vínculos condicionais ou vínculos seriais: Em tais contextos, o grupo depende de uma condição social comum prévia de pertencimento (família, clã, etnia, lugar dentro de uma organização, etc.). As atividades econômicas e a divisão de trabalho subordinam-se aos ciclos geracionais e às formas habituais e tradicionais de reprodução social. | Comensalidade: no interior de um grupo fechado, constituído por vínculos além do econômico, os fluxos de bens e serviços – no tocante a produzir, distribuir, utilizar e consumir – atendem a necessidades individuais compartilhadas ou sancionadas em comum, num contexto cujo alto grau de integração fusiona as individualidades no coletivo. | Condições para a comensalidade funcionar: Um núcleo precursor, imerso na memória e identidade grupal; noções de justiça e de equidade que dependem dos padrões desempenhados pelos indivíduos, sem implicarem princípios igualitaristas ou correspondência com as contribuições individuais; um processo lento de agregação de novos indivíduos por consanguinidades ou por entrada no círculo restrito das afinidades de parentesco; a subordinação das estratégias econômicas aos ciclos geracionais de reprodução familiar. |
| Reciprocidade | Vínculos sociais se alargam em círculos de interação, transição entre sociabilidade primária e secundária. Constituição de redes sociais maiores que as de parentesco. | Fusionais – Os indivíduos ligam-se mutuamente por uma comunidade de convicções. As condutas se traduzem em modalidades de associação entre indivíduos e grupos. | Relações de cooperação: As iniciativas econômicas funcionam e expandem seu quadro social com base em relações de cooperação. | A transição da comensalidade para a cooperação implica em: (a) reconhecer a legitimidade e as singularidades próprias das formas familiares de economia e das formas associativas; (b) propiciar a ascensão das relações de cooperação à posição central dominante; (c) canalizar os ativos humanos, |

| | | | | |
|----------------|--|--|--|---|
| | | | | <p>econômicos e relacionais, representados pela comensalidade, para o fortalecimento da cooperação. Fala-se em mercado de reciprocidade onde o intercâmbio se vale dos valores humanos produzidos pela reciprocidade, como a paz, a confiança e a compreensão mútua, mas os toma instrumentalmente e inverte o movimento em direção ao outro para um movimento em direção a si.</p> |
| Redistribuição | <p>A formação de unidades políticas mais amplas do que comunidades e agrupamentos locais, originando estados nacionais e impérios. Denota-se que os vínculos sociais seguem estendendo-se além das fronteiras das interações face a face e dos ambientes sociais compartilhados. Princípios de unidade e de autoridade centralizada.</p> | <p>Vínculos funcionais: os indivíduos e seus agrupamentos primários se reconhecem no seio de um sistema social, nele estando integrados a partir das funções que desempenham. Controle normativo pela delegação de poder a uma autoridade central.</p> | <p>Redistribuição: relações econômicas pautadas pela obrigação, expressando-se em formas de tributação ou de atribuições hierárquicas.</p> | <p>A lógica da redistribuição supõe um pacto social que retraduz o princípio da dádiva em uma escala temporal e espacial ainda mais ampla. Seu conteúdo virá a depender do tônus da reciprocidade que prevalece ou organiza a vida social [...] ao espírito de cidadania. Em caso negativo, será mais provável que o princípio de redistribuição assumira um sinal regressivo, concentrando poder e riqueza e promovendo maior desequilíbrio.</p> |
| Intercâmbio | <p>Surge de situações em que indivíduos necessitam momentaneamente uns dos outros, sem precisarem ou sem</p> | <p>Com enfoque instrumental que se destina a evitar compromissos que ultrapassem o interesse imediato,</p> | <p>Mercado ou economia de mercado moderna: O princípio do intercâmbio tem a finalidade de</p> | <p>O mercado é onipresente nas sociedades; consiste em um sistema que serve a transações</p> |

| | | | | |
|--|--|---|--|--|
| | <p>almejem criar vínculos, ou melhor, desejando apenas laços passageiros, em circunstâncias específicas em que se compatibilizam e se pactuam, de comum acordo, as bases da transação. Nas sociedades modernas, vínculos interpessoais com frequência devem ser afastados do trato dos assuntos coletivos, sobretudo da esfera política, que passa a ser responsabilidade da comunidade política, não mais uma extensão da vida privada. Esse critério, republicano, só faz sentido quando a sociabilidade primária e secundária se separam em dois universos estanques.</p> | <p><i>firmam-se vínculos contratuais.</i></p> | <p>estabelecer movimentos recíprocos <i>entre mãos</i>, facilitando a permuta e a circulação de bens. O intercâmbio é identificado com o mercado ou com a economia de mercado moderna.</p> | <p>voluntárias, decorrentes de interesses. O comércio consiste em uma forma pacífica de adquirir bens que normalmente se adquiriam à distância, em troca de outros bens ou moedas. A política funciona como um princípio organizador do mercado, na medida em que cabe ao Estado tornar inteligíveis as relações econômicas (institui um sistema monetário, um sistema tributário, um sistema educacional e, ainda, promove a integração social e territorial). Para Braudel, o mercado cumpre um papel civilizador. Para Sen, o mercado funciona como um provedor de interesses para os desfavorecidos. Para Singer, a economia solidária exige o mercado que é sinônimo de autonomia e combina com democracia. Torna-se imperativo inventar um novo mercado.</p> |
|--|--|---|--|--|

Fonte: Darós adaptado de Gaiger apud Baioto, 2012, p. 16-27.

Com base neste último quadro, ficam evidenciadas, além das interações entre os diferentes princípios, as interações com as diferentes características econômicas decorrentes destas interações.

Assim, o princípio de intercâmbio, com base em vínculos sociais de interesse voltados às diretrizes do mercado, não impede o desenvolvimento de outras formas de vínculos sociais baseados em princípios díspares, como o da reciprocidade ou da domesticidade. Para Gaiger (2013, p. 34), o princípio do intercâmbio é contrário ao sentido de vínculos sociais, atuando na esfera capitalista como um princípio de integração econômica, com base no modelo utilitarista. No âmbito dos vínculos sociais, o autor descreve os processos contratuais de curta duração:

O princípio do intercâmbio, fundado no interesse, obedece a uma racionalidade instrumental, de natureza pragmática, que supõe vínculos contratuais. Sua institucionalização configura, em cada tempo e lugar, um mercado determinado, no qual transacionam múltiplos agentes. No caso dos mercados modernos, caracterizam-se pela impessoalidade e pela monetização, [...] neles atuando a empresa capitalista [...]

Em um aprofundamento da questão dos processos monetários ou não monetários, Polanyi (2000) considera que a primazia do valor monetário na economia de mercado capitalista é diretamente associável à proposta utilitarista; considera que, quanto mais monetizado o empreendimento, mais ele estará envolvido em assimilar princípios capitalistas e, por consequência, os princípios utilitaristas. Cabe destacar que, de acordo com seu esquema triangular, a esfera da **economia monetizada mas não mercantil** representaria uma alternativa possível à economia mercantil, assim como uma **economia não monetizada e não mercantil**. Esta última seria identificada como uma relação de comensalidade. O esquema triangular de Polanyi citado por Gaiger (2013, p. 30) segue o seguinte formato:

- Economia mercantil – na qual a distribuição de bens e serviços é confiada ao mercado, que se expande na modernidade como uma solução de entendimento e equilíbrio para regular e viabilizar o intercâmbio entre agentes econômicos (indivíduos ou empresas), vistos como livres e iguais. Tais práticas econômicas, modernamente, são dominadas pela lógica capitalista de mercado, mas não devem resumir-se a ela. A economia real é mista, devendo-se diferenciar, entre outros, as lógicas atinentes aos mercados dos pobres e às iniciativas atuais de solidariedade econômica, a exemplo do já citado comércio justo;

- Economia monetizada, mas não mercantil – afasta-se do objetivo da realização mútua de interesses, com base no cálculo específico de mercado, com vistas à definição de preço. É a zona de vigência do princípio de redistribuição, a cargo do Estado, com propósitos compensatórios, no sentido de garantir proteção, bem-estar e harmonia social, diante dos efeitos excludentes e destrutivos da economia mercantil, especialmente em função de seu enquadramento pela lógica capitalista. Com finalidade redistributiva ou visando à preservação de vínculos sociais, existem outras iniciativas que refletem os demais princípios econômicos, seja de parte da Economia Social, veiculando a reciprocidade, ou de indivíduos e coletividades variadas,

inclusive no seio da economia familiar e comunitária, na qual vigora o princípio da domesticidade.

- Economia não monetizada e não mercantil – afasta-se do interesse próprio e da preocupação com o cálculo e a comparabilidade de valores, por isso não se desenvolve em bases monetárias. Predomina em iniciativas que veiculam os princípios de reciprocidade e de domesticidade, mas ambos, como vimos, podem ter na moeda um regulador de valor; às vezes, precisamente, outorgando-lhe um sentido não mercantil, seguramente não capitalista. A economia não monetária prevalece na família e em suas formas estendidas, podendo-se plasmar-se na vida comunitária e em outros agrupamentos, orientados por relações de comensalidade ou de cooperação.

Essa classificação demonstra que há diferenciações entre as organizações socioeconômicas, que se dão com base na distinção entre os meios e os fins adotados no agir econômico entre os agentes econômicos. Neste sentido, podemos considerar que a pluralidade das interações econômicas vai além do que é determinado no modelo de economia de mercado, e que a relação dos agentes econômicos é mais rica e diversificada do que as relações limitadas dentro das referências do utilitarismo.

Com base nas reflexões apresentadas, verifica-se o conflito interpretativo, que reconhecemos como referências de uma crise paradigmática entre análises simplistas e reducionistas do conceito de economia e suas consequências tanto no campo epistemológico como no âmbito socioeconômico e a emergência de análises voltadas ao reconhecimento da complexidade e abrangência do conceito. Ficam, assim, evidenciadas as múltiplas formas de interações socioeconômicas e seu potencial para gerar resultados de uma economia mais substantiva, que reconheça a qualidade da vida das pessoas como a principal referência de resultado.

4. COOPERATIVISMO

Nesta etapa será tratado o contexto do surgimento do cooperativismo, contexto este que irá referenciar o processo de ação social deste modelo de organização até a sociedade contemporânea, bem como irá pautar as diretrizes de organização socioeconômica. Em um segundo momento, desenvolvemos uma breve delimitação interpretativa referente a questões teóricas que aproximam e diferenciam três conceitos inter-relacionados: “cooperativismo”, “cooperação” e “cooperativa”. A intenção nesta etapa é evidenciar que além de uma simplificação conceitual, esta simplificação tem consequências mais profundas no processo interpretativo no campo do cooperativismo. Em um terceiro momento, tentamos demonstrar as diferenciações e aproximações entre uma empresa cooperativa e outras formas de organização, interações entre a dimensão social e econômica deste modelo de organização. O objetivo nesta etapa é contribuir para análises referentes às tensões interpretativas quanto aos meios e fins do processo de gestão cooperativa.

4.1 Delimitações históricas

O cooperativismo, como organização social e econômica, interage em suas origens com a ascensão do modo de produção do capitalismo baseado nos paradigmas da economia de mercado, e do liberalismo político do século XIX, no contexto da segunda Revolução Industrial na Inglaterra. Para Polanyi (2000), a interação entre formas distintas de organização social demonstra que, historicamente, independentemente da institucionalização hegemônica de um modelo político, econômico ou social, permanece possível a coexistência de formas distintas ou plurais de organizações socioeconômicas – que se transformam independentemente do modelo hegemônico. Sendo assim, considera que, mesmo com o advento do liberalismo, formas distintas de organização social e econômica integraram-se à conjuntura geral – de forma dialética ou conflituosa – como reação política e social.

O contexto histórico caracteriza-se pela separação e pelo conflito entre capital e trabalho, expresso na exploração do trabalho humano, reproduzindo elementos similares ao escravismo e à servidão, mas diferenciado pela troca do trabalho pelo salário. Segundo Gramsci (1982), na ascensão da economia de mercado verificamos um processo de acúmulo de capital no sentido vertical, ao mesmo tempo em que produz

uma erosão das relações sociais de vínculos não mercantis. Segundo o autor, a constituição deste modelo de organização social, econômica e política visa a se estabelecer como um processo hegemônico inquestionável, quanto às suas diretrizes de atuação. Mesmo surgindo no mesmo período, o cooperativismo, ao contrário, se coloca como uma ação contra-hegemônica propondo-se a ser uma organização de fortalecimento de vínculos sociais horizontais e democráticos, com base no trabalho e não no capital monetário. (SCHNEIDER, 2007). O cooperativismo, neste contexto, surge como uma proposta de ação de reação contrária ao modelo de economia de mercado, tendo como base referências de movimentos sociais e intelectuais de reação. Os principais movimentos sociais de reação seriam, segundo Schneider (2007), os Luditas e Cartistas. Já os principais movimentos de intelectuais seriam os socialistas, o movimento comunista, anarquista, além de organizações como a própria Igreja Católica em posições claras contrárias ao modelo de organização do trabalho, posição esta descrita na encíclica denominada *Rerum Novarum* explicada por Bortoli e Pereira (2014).

Sobre a condição dos operários (em português, *Das Coisas Novas*) é uma encíclica escrita pelo Papa Leão XIII a 15 de maio de 1891. Era uma carta aberta a todos os bispos, sobre as condições das classes trabalhadoras, em que as ideias distributivistas de Wilhelm Emmanuel von Ketteler e Edward Manning tiveram grande influência na sua composição. A encíclica trata de questões levantadas durante a Revolução Industrial e as sociedades democráticas no final do século XIX. Leão XIII apoiava o direito de os trabalhadores formarem sindicatos, mas rejeitava o socialismo ou social democracia e defendia os direitos à propriedade privada. Discutia as relações entre o governo, os negócios, o trabalho e a Igreja. A encíclica critica fortemente a falta de princípios éticos e valores morais na sociedade progressivamente laicizada de seu tempo, uma das grandes causas dos problemas sociais. O documento papal refere alguns princípios que deveriam ser usados na procura de justiça na vida social, econômica e industrial, como por exemplo a melhor distribuição de riqueza, a intervenção do Estado na economia a favor dos mais pobres e desprotegidos e a caridade do patronato à classe operária. A encíclica veio completar outros trabalhos de Leão XIII durante o seu papado sobre a soberania política; *Immortale Dei*, sobre a constituição cristã dos Estados, e *Libertas*, sobre a liberdade humana) para modernizar o pensamento social católico e da sua hierarquia. Pelos sucessores no papado foi denominada de “Carta Magna” do “Magistério Social da Igreja” e com ela deu-se início à sistematização do pensamento social católico, passando a ser o pilar fundamental da Doutrina Social da Igreja a que hoje assistimos.

Neste contexto, descrito anteriormente, um grupo de intelectuais denominados de “socialistas utópicos” como Louis Blanc, Charles Fourier e Robert Owen, entre tantos outros, entenderam que as mudanças sociais de melhoria na qualidade de vida dos trabalhadores implicariam mudanças nas relações de trabalho e distribuição de

renda mais igualitária e não pela revolução armada, como defendiam outros movimentos no mesmo período. Pinho (1966, p. 55) explica mais sobre este movimento:

Socialismo utópico foi uma corrente de pensamento estabelecida por Robert Owen, Saint-Simon e Charles Fourier. O socialismo utópico tinha como objetivo a criação de uma sociedade ideal, que seria alcançada de forma pacífica graças à boa vontade da burguesia. O nome socialismo utópico surgiu graças à obra *Utopia* de Thomas More, sendo que a utopia é referente a algo que não existe ou não pode ser alcançado. De acordo com os socialistas utópicos, o sistema socialista se instalaria de forma lenta e gradual. Karl Marx se distanciou do conceito de socialismo utópico, visto que de acordo com essa corrente a fórmula para alcançar a igualdade na sociedade não era discutida. O oposto do socialismo utópico é o socialismo científico, que criticava o utópico porque este não tinha em conta as raízes do capitalismo. Karl Marx classificava os métodos dos utópicos de “burgueses”, porque eles se baseavam na transformação súbita na consciência dos indivíduos das classes dominantes, acreditando que só assim se alcançaria o objetivo do socialismo.

Ainda segundo Pinho (1966), podemos reconhecer neste movimento intelectual as referências das bases do cooperativismo tanto nas dimensões teóricas com ideológicas. Neste sentido, compreende o cooperativismo como uma doutrina filosófica, política e social de organização econômica distinta do capitalismo, mas não um movimento de revolução. Ou seja, um movimento social que visa a um formato de organização que se diferenciaria dos princípios de organização do capitalismo liberal emergente com base no utilitarismo (séculos XVIII e XIX).

Robert Owen é reconhecido como o intelectual que forneceu as bases filosóficas das primeiras cooperativas inglesas, identificando, na organização cooperativa, além de uma forma de reação social, uma forma de ação prática às necessidades dos trabalhadores durante a Revolução Industrial. Segundo Pinho (1966), é Owen que, de forma pioneira, utilizou o termo “cooperação” diferenciado do termo “competição”, como um formato de organização de trabalho colaborativo com base humanista. Owen idealizou o modelo de organização no formato das “comunidades integrais” em propriedades de suas empresas. Essas organizações lançaram as bases filosóficas e empíricas das futuras cooperativas de sindicatos e, posteriormente, das cooperativas autônomas.

Para Pinho (1966, p. 45), as “pré-cooperativas” teriam sua gênese na Inglaterra, França, Alemanha e em outros países da Europa, como reação à forma de trabalho do contexto já descrito.

São reconhecidas como as mais antigas: a cooperativa dos trabalhadores dos estaleiros Woolwich e Chatham, na Inglaterra (1760); a cooperativa de consumo dos tecelões de Fenwich, na Escócia (1769); a cooperativa de consumo inglesa, a Oldhan Co-operative Supply Company (1795); as cooperativas de crédito de Schulse-Delitzsch e de Raiffeisen (1847), voltadas a atuar junto a agricultores, na Alemanha.

Estas experiências representam as referências de organização coletiva para o trabalho de forma colaborativa e democrática; no entanto, estas primeiras experiências tinham um caráter mais associativo ou assistencial (PINHO, 1966), Ainda segundo o autor, o modelo do cooperativismo moderno vem de outro grupo de trabalhadores organizados em cooperativas, um grupo de tecelões na cidade de Rochdale na Inglaterra. Pinho (1966, p. 37) relata a forma de organização desses pioneiros do cooperativismo moderno:

Tendo iniciado seus trabalhos em 24 de outubro de 1844, na cidade de Rochdale, Inglaterra, 28 trabalhadores, antigos operários da indústria têxtil, organizaram a “Rochdale Society Equitable Pioneers Limited”, sendo reconhecida como uma cooperativa de consumo. No início com os 28 operários, em 1845 já eram 80; em 1851, somavam um total de 630; e, em menos de dez anos, o número chegou a 5.300 associados.

Pinho (1966) defende que os “Pioneiros de Rochdale” não representam as primeiras cooperativas; existiram, anteriormente, como já citado anteriormente, outras organizações nesse formato. Para o autor, os “Pioneiros de Rochdale”, ao fundarem sua cooperativa em 1844, foram pioneiros em propor os sete princípios balizadores da organização cooperativa, que serviram de base para o movimento social do cooperativismo bem como para seu formato de gestão. Esses pioneiros tiveram experiências anteriores que embasaram seu pioneirismo – tanto em outras cooperativas como no sindicato, ou, com base em certa militância, em movimentos de cooperativas e de outras causas sociais (PINHO, 1966). Com base nas experiências vivenciadas, os “Pioneiros de Rochdale” viram a necessidade de implementar na organização cooperativa um conjunto de princípios e valores que seriam posteriormente reconhecidos como os princípios cooperativistas. Ainda segundo o autor, a falta desses princípios e valores é considerada como um dos motivos de falência de outras experiências cooperativas. Esse reconhecimento nos aponta para reflexões sobre o cooperativismo contemporâneo.

Para o autor, o real pioneirismo dos trabalhadores de Rochdale está no fato de terem introduzido, no modelo de organização cooperativa, formas diferenciadas de

gestão coletiva, como a autogestão e os princípios de conduta, itens reunidos nos sete princípios cooperativos.

Os princípios cooperativos delimitam o que vem a ser um empreendimento cooperativo; eles balizam os sentidos do que é ser uma cooperativa, além de diferenciar os empreendimentos cooperativos dos não cooperativos. Atualmente, esses referenciais definidores da gestão interna de uma cooperativa são:

a) **Adesão livre**: garante a liberdade de qualquer pessoa de ser cooperada ou não, de entrar e sair da sociedade cooperativa, independentemente de sua raça, credo, posição social e política.

Segundo Namorado (1995), a ACI define esse princípio da seguinte forma:

A adesão a uma sociedade cooperativa deve ser voluntária e aberta a todas as pessoas que possam fazer uso dos seus serviços e aceitem as responsabilidades inerentes à sua função, sem discriminações sociais, políticas, raciais ou religiosas.

Esse princípio é fundamental para que os vínculos entre os associados e dos associados para com a cooperativa e seus objetivos possam ser mais fortes do que simples vínculos formais.

b) **Controle democrático pelos sócios**: define que quem deve participar do controle e da gestão das cooperativas são seus próprios associados. São, ao mesmo tempo, executores e gestores. Segundo Tesch (1995), “homens e mulheres eleitos como representantes são responsáveis para com os sócios”.

Além disso, nas cooperativas de segundo e terceiro grau, a organização deve ser democrática, tendo as cooperativas singulares e as federações igualdade de representatividade em seu nível hierárquico.

Para garantir esse princípio, cada cooperado tem direito a um voto, independentemente do número de cotas-partes do capital social em que tiver subscrito. Nas cooperativas de serviço e trabalho, o relacionamento se dá no mesmo nível pelo ato cooperativo, independentemente das cotas de cada cooperado.

Com o objetivo de garantir a participação de todos os associados na administração – ou seja, para garantir a gestão democrática nas cooperativas –, suas estruturas de gestão interna são formadas por um conselho de administração e um conselho fiscal.

A assembleia geral é o órgão máximo e soberano em uma cooperativa. Pode ser ordinária, realizando-se, no mínimo, uma vez por ano, dentro dos três meses posteriores

ao término do exercício social. Nela, são apresentados e discutidos: a) a prestação de contas, havendo sua aprovação ou não; b) o destino das sobras ou perdas; c) as eleições de novos dirigentes e seus honorários; d) outros assuntos estabelecidos no edital de convocação. Já a assembleia geral extraordinária é realizada sempre que necessário, para deliberar sobre assuntos de interesse da cooperativa. Pode ser convocada pelo presidente da cooperativa, pelos membros do conselho fiscal e de administração ou por pelo menos 1/5 dos associados.

c) **Participação econômica dos sócios**: define que os sócios devem contribuir de forma equitativa e controlar democraticamente o capital.

A ACI (NAMORADO, 1995) define a seguinte regra a respeito desse princípio: “os excedentes ou aforros produzidos pelas operações de uma cooperativa, se os houver, pertencem aos sócios e devem ser distribuídos de tal maneira que se evite que um sócio obtenha ganhos à custa dos outros”.

As sobras são destinadas a fundos de reservas previstos na legislação vigente; a fundos especificamente criados pelos associados, conforme necessidade da cooperativa e da sua gestão; ao desenvolvimento da cooperativa; e aos sócios, na proporção de suas operações com a cooperativa. Essa destinação é decidida pelos associados, em assembleia geral ordinária, sendo a realização desta prevista no estatuto da organização.

Os fundos obrigatórios por lei são o Fundo de Reserva (FR), ao qual se destina no mínimo 10% das sobras; e o Fundo de Assistência Técnica e Educação Social, que deve abranger no mínimo 5% das sobras. Esse segundo deve ser utilizado com vistas à capacitação, ao desenvolvimento e treinamento necessários, conforme já descrito anteriormente.

d) **Autonomia e independência**: a cooperativa deve ter sempre a sua autonomia preservada. Seu controle deve ser sempre exercido pelos seus cooperados. Para Tesch (1995), as cooperativas são organizações autônomas de ajuda mútua, controladas por seus membros.

As organizações cooperativistas podem agir em conjunto com outras organizações, privadas ou públicas, mas sempre mantendo a sua autonomia e o controle democrático.

e) **Educação, treinamento e informação**: todos os associados que fazem parte de uma cooperativa, sejam diretores ou não, necessitam de educação e treinamento a fim de contribuir para o desenvolvimento da cooperativa e para que possam realmente ser gestores, e não apenas executores de tarefas. Para Schneider (2003, p. 69), essa regra

representa um dos princípios centrais do que vem a ser uma autêntica cooperativa, destacando:

Embora princípios cooperativos sejam hierarquicamente iguais, o princípio de educação é conhecido como “regra de ouro”, uma vez que sua existência e aplicação proporcionam o melhor entendimento dos demais princípios e valores cooperativos. É através da educação que se torna possível entender o conteúdo de tais princípios, elaborar estatutos, entender a lei das cooperativas, bem como os direitos e deveres dos sócios, e entender a sistemática do processo de funcionamento das cooperativas como instituição e empresa. O compromisso das cooperativas com a educação é muito antigo, pois, durante a trajetória da formação e vigência dos princípios, a educação sempre esteve presente no elenco dos princípios, e obteve mais ou menos prioridade. Na atualidade, a Declaração da ACI deixa bem clara a sua importância para o movimento cooperativo. A ideia de educação é acompanhada por informação e capacitação aos sócios e é estendida aos empregados, jovens e líderes de opinião.

f) **Cooperação entre cooperativas**: as cooperativas devem formar estruturas entre si, seja em nível local, estadual, nacional ou mundial. Essa intercooperação deve ser realizada de forma a atender os objetivos comuns de seus associados e fortalecer o sistema como um todo.

g) **Preocupação com a comunidade**: o desenvolvimento das cooperativas deve ocorrer de forma a fomentar o desenvolvimento das comunidades onde estão inseridas. É um compromisso social, não apenas econômico.

Junto aos princípios, os valores cooperativos representam, segundo Schneider (2007, p. 80), a centralidade do legado de Rochdale, e sobre isso defende que:

As normas ou métodos ou princípios têm um caráter mais flexível e devem poder adequar-se a cada nova situação histórica, a cada novo contexto econômico, social e cultural. Os próprios pioneiros assim o entenderam, pois, no curto período dos dez primeiros anos de existência da cooperativa de Rochdale, emendaram ou reformaram seus estatutos por duas vezes, ou seja, em 1845 e 1854, adequando-os a uma dinâmica histórico-social em rápida evolução. Mas sempre que o fizeram, mantiveram-se fiéis aos objetivos e valores fundamentais que se haviam proposto.

Os valores cooperativos, segundo Schmidt (2009), representariam a base de sentido do movimento cooperativo a partir da intenção de seus fundadores. Valores como autoajuda, democracia, igualdade, equidade e solidariedade seriam a centralidade da proposta de uma cooperativa.

De acordo com o documento promulgado pelo 29º Congresso da ACI, em 1988, destacado por Schneider, os valores cooperativos seriam as ideias que motivaram os pioneiros à criação do movimento cooperativo, sendo esses valores a fonte de inspiração

para os princípios cooperativos (SCHNEIDER, 2007, p. 77). O autor enumera esses valores, a saber:

- 1 - Valores de autoajuda, que compreendem a criatividade, o dinamismo, a responsabilidade, a independência e espírito do “faça você mesmo o que estiver ao seu alcance”.
- 2 - Valores de ajuda mútua, como cooperação, unidade, ação coletiva, solidariedade e paz.
- 3 - Valores de interesse não lucrativo, quais sejam, da conservação de recursos, eliminação do lucro como força orientadora, responsabilidade social e não exploração do trabalho alheio.
- 4 - Valores democráticos, como os da igualdade, participação e equidade.
- 5 - Valores do esforço voluntário, como os da fidelidade do poder criativo e do pluralismo.
- 6 - Valores do universalismo que significam abertura e mente esclarecida, sensibilidade a uma visão de globalidade.
- 7 - Valores educacionais que apreciam o desejo por mais conhecimento [...].
- 8 - Valores de determinação no esforço e na busca de benefícios para os membros.

Segundo Pinho (1966), além dos princípios e valores cooperativos – que, por si só, já representam um marco do formato de pensar as cooperativas –, o pioneirismo social do modelo de Rochdale também inspirou o movimento cooperativista pelo mundo, trazendo mudanças no modo de se pensar a cooperativa da época e que, apesar de algumas adequações, hoje representam as bases do movimento cooperativista no mundo.

O autor destaca o risco de estes valores serem sufocados pela preocupação exclusiva com a efetividade econômica financeira no crescimento das cooperativas. Tal situação representaria uma precarização das relações de trabalho, pois, em tais circunstâncias, corre-se o risco da redução da participação do cooperado, sublimando sua ação efetiva a empregado, reduzindo o real sentido da cooperativa a mero registro legal. Schneider (2005, p. 78) destaca:

Embora os objetivos econômicos sejam importantes, eles não podem constituir o objeto último, mas, sim, são meios para viabilizar objetivos mais importantes, ou seja, uma vida melhor, mais segura e mais digna, a promoção dos direitos humanos e defesa da democracia e da solidariedade [...].

Nesta perspectiva, a educação cooperativa representa uma ferramenta importante, a fim de potencializar uma cultura cooperativista gerando um aprofundamento necessário referente à construção de um ambiente adequado a uma real adesão aos princípios e valores cooperativos por parte dos cooperados e da comunidade próxima à cooperativa. O questionamento seria se, ao contrário, empreendimentos que não apresentam estas características de princípios e valores cooperativos, que delimitam sua ação basicamente a uma efetividade econômica, podem ser referidos como “cooperativas”.

A proposta do que vem a ser educação cooperativa refere-se a construir junto a estes trabalhadores uma forma diferenciada de sentido de trabalho, além do modelo capitalista. Schneider (2005, p. 19) aponta:

Como já vimos, através do quinto princípio cooperativo, nos é transmitida a grande necessidade de praticarmos entre os membros das cooperativas – e membros da comunidade – a educação, capacitação e informação cooperativa. A própria disposição hierárquica das expressões nos indicam, de maneira sutil, sua importância¹. Para que seja possível praticar tais conceitos, é necessário que os conheçamos e os entendamos.

Para Bogardus (apud SCHNEIDER, 2003), a educação cooperativa representa um método para efetivar uma cultura cooperativista, ação dos princípios e valores cooperativos; para o autor, esta forma de educação representaria o que denomina de “princípio de ação” ou “método de Rochdale”, que representaria os indicadores de uma cooperativa com base em seus princípios e valores.

Consideramos relevante diferenciar e aprofundar o debate referente aos limites de educação cooperativa ou capacitação na construção de uma real identificação dos trabalhadores organizados junto aos empreendimentos cooperativos. Questionam-se as proximidades e diferenciações entre ambas, na construção de um ambiente propício ao desenvolvimento de uma identidade cooperativa na dupla dimensão de efetividade (econômica e social) de um empreendimento que se propõe a se caracterizar como uma autêntica cooperativa. Cabe salientar ainda que, no dizer de Veiga (2001, p. 56):

A simples definição e estabelecimento dos órgãos deliberativos de uma cooperativa não garantem que seu funcionamento, na prática, seja participativo e democrático. Outras ações e formas de organização e participação podem ser utilizadas para que a cooperativa seja efetivamente democrática e participativa. Uma cooperativa que quer mesmo ser uma organização coletiva de sucesso deve ter seu quadro de associados organizado via núcleos ou comissões.

Segundo Schneider (2000), os valores e princípios cooperativos necessitam ser considerados como uma das prioridades de um empreendimento que se propõe a ser caracterizado como cooperativa. Além da efetividade econômica e do registro legal, necessita desenvolver uma gestão voltada a conciliar a afetividade da dimensão econômica e social. Sendo neste sentido o investimento em educação cooperativa e

¹ Desde a existência do cooperativismo, a educação sempre esteve presente nos estatutos das cooperativas, demonstrando de forma histórica sua importância.

cultura cooperativista uma ação tão estratégica como o investimento em capacitação técnica.

Reconhecemos que a simples adesão dos sócios cooperativos às características referidas bem como aos princípios e valores que norteiam a proposta cooperativa não se configura somente por sua adesão à proposta de associar-se. Para que isto ocorra, é necessário investimento em educação cooperativa, sendo este o canal de ligação entre a proposta cooperativa e sua dupla dimensão de efetividade.

4.2 Educação cooperativista

Nesta etapa o objetivo é identificar os sentidos da educação, sua relação com cooperativismo, bem como sua abrangência como base da proposta cooperativa; identificar suas peculiaridades, perspectivas e limites na construção de uma cultura cooperativista desenvolvida pela cooperativa estudada junto à comunidade envolvida.

Como ação social, educação pode ter várias representações; historicamente identificamos um sentido de reprodução da cultura vigente. Sendo inicialmente uma forma de hierarquia social, torna-se, a partir da modernidade, uma necessidade de legitimação das “verdades” da sociedade capitalista, voltada aos princípios e valores do utilitarismo. Por outro lado, esta argumentação sobre necessidade de se popularizar a educação transpassa o discurso marxista, que via na educação do trabalhador uma possibilidade de ampliar sua auto-suficiência.

Gramsci (1982), entretanto, entendia a dupla função da educação: de um lado, representava fator principal na formação do “intelectual orgânico e coletivo”, essencial na luta pela hegemonia. Ao mesmo tempo, identificava que a reprodução da referida ideologia de mercado como exercendo um poder coercitivo que faz a legitimação da dominação através de vários meios, entre eles a própria educação, quando voltada a este fim. Para o autor, o duplo sentido da educação representa um paradigma, pois, dependendo do sentido dado e da metodologia empregada, essa educação pode representar tanto a continuidade, legitimação, como reação contrária à hegemonia dos valores do capitalismo.

Bourdieu (1975) considera a estrutura educacional como uma forma de reprodução da subordinação do indivíduo à lógica dos valores capitalistas, sendo a escola representação máxima desta reprodução. Para Rummert (apud SCHNEIDER, 2003), a consideração sobre o sentido de educação a partir da lógica capitalista refere-se

a um preparar o indivíduo, a fim de suprir as necessidades do mercado, sendo este voltado à tecnologia. A educação neste sentido representaria, ao mesmo tempo, uma forma de afinamento competitivo e a maior qualificação de uma mão de obra adequada aos meios de produção e desenvolvimento econômico.

Como resultado de um contexto social, o sentido de educação tem múltiplas representações na definição de Frantz citando Carlos Libâneo (2003, p. 68). Educação pode ser considerada como:

O conjunto das ações, processos, influência, estruturadas que intervêm no desenvolvimento humano de indivíduos e grupos na sua relação ativa com o meio natural e social, num determinado contexto de relações entre grupos e classes sociais.

Ainda em Schneider (2003, p. 68), em suas considerações acerca dos significados da educação, diz o autor:

Para compreender a relação entre educação e cooperação em seus desdobramentos práticos, em seus significados, deve-se olhar e perguntar pelo seu uso social, pelos seus sentidos, por suas forças, seus movimentos, suas origens. Deve-se perguntar pelas intenções, interesses e necessidades de quem pratica a cooperação, de quem está envolvido no processo da educação. Deve-se compreender o sentido pedagógico dessas práticas, isto é, a direção que se dá ao processo educativo.

Independentemente dos paradigmas relacionados à função ou proposta de educação para a sociedade capitalista, continuidades e adequações, para o cooperativismo o sentido da educação, sua representação e objetivos têm um sentido claro: refere-se a uma condição substantiva que remete ao repensar o agir dentro da coletividade de um empreendimento voltado aos princípios e valores cooperativos. “Sendo este desafio proposto desde a origem do cooperativismo junto aos tecelões de Rochdale ou nas considerações de Bogardus (1964), educação cooperativa representaria ‘princípio de ação’ ou ‘método de Rochdale’” (SCHNEIDER, 2003).

4.2.1 A proposta de educação cooperativa

Compreendendo educação cooperativa como a centralidade do que se configura como cooperativa, Schneider (2003) destaca que, pelo estatuto do congresso da ACI de Paris, de 1934, este quinto elemento dos princípios cooperativos é reconhecido como parte desde a origem do cooperativismo com os pioneiros, que identificavam, neste

princípio, a ponte entre a proposta cooperativa, princípios e valores e a formação da identidade cooperativa.

Para os pioneiros, já nos seus primeiros estatutos (1844,1845), demonstravam claramente a preocupação com a formação do cooperado através de uma educação voltada a potencializar uma adesão à doutrina cooperativa. Para os pioneiros, sem uma devida compreensão por parte do cooperado das regras que norteiam o sentido de ser da cooperativa, este não tem condições de voluntariamente aderir à proposta. Esta preocupação com a formação do trabalhador em cooperativa representa um diferencial da proposta dos pioneiros.

Segundo Schneider (2007), educação cooperativa é considerada a “regra de ouro” da proposta cooperativa em decorrência de sua importância para a efetividade da proposta, e é a partir dela que se dá a possibilidade da compreensão dos outros princípios. Segundo o autor, foi a partir da realização do Congresso da ACI, realizado em 1995, que o termo “educação cooperativa” abrange um universo maior de ação voltada para a construção do trabalhador em cooperativa, indo além do sentido de conhecimentos gerais e de forma específica aspectos relacionados com o movimento cooperativo. Schneider (2007, p. 10) considera que, atualmente, o princípio nos deixa bem claro que:

[...] a tarefa fundamental da educação cooperativa é difundir e colocar em prática os valores e os princípios cooperativos para que homens e mulheres integrados possam adaptar-se aos novos tempos e assumir objetivos futuros. Por ser a educação um processo que permanece por toda a vida, por ser de cunho social e cultural, também requer um alto grau de responsabilidade por parte de seus líderes. A estes cabe emitir um diagnóstico sobre suas deficiências e conquistas, bem como a consecução de objetivos e meios que consolidem um movimento cooperativo unitário (MUÑOZ, 1996). [...] Educação significa também conhecimento, para que um sócio ingresse em uma cooperativa que possui como característica a adesão voluntária. Faz-se necessário que conheça os valores e os princípios e regras que norteiam o movimento cooperativo e a empresa da qual as pessoas irão fazer parte. A ignorância em relação ao processo cooperativo com todas as suas expressões e ramificações, implica numa experiência amarga, correndo o risco de ser transmitida erroneamente a possíveis interessados e deixando de tal forma uma imagem negativa sobre a estrutura das cooperativas.

Para Pinho (apud SCHNEIDER, 2003, p. 138), educação cooperativa é entendida como “cláusula pétrea”. A autora relaciona o princípio à metáfora jurídica referente às leis que não podem sofrer alterações, por representarem as bases de sustentação de um conjunto de diretrizes legais. Relacionado com o cooperativismo, a autora destaca que:

Metaforicamente, pode-se afirmar que a educação dos associados, ou educação cooperativa, é importante, “cláusula pétrea” do sistema cooperativo internacional. Introduzida [...] em 1844, em Rochdale, vem resistindo às alterações introduzidas, tanto pelos próprios pioneiros, como posteriormente pela ACI [...]. Realmente, essa regra estabelecida pela “lei Primeira” do Cooperativismo, ou Estatuto da Sociedade dos Probos Pioneiros de Rochdale, vem sendo mantida há mais de um século e meio [...] esse “princípio” tem sido valorizado pela ACI desde sua fundação em Londres, em 1895, para “continuar a obra dos Pioneiros de Rochdale”. Assim a educação dos associados incluída entre os “princípios de identidade” do cooperativismo mundial continua mantida apesar das mudanças introduzidas.

A educação cooperativa representa o elemento que potencializa dois fatores essenciais de configuração de um empreendimento que se propõe a ser cooperativo. Primeiro, a diferenciação entre a gestão do empreendimento cooperativo e a continuidade da racionalidade exclusivamente instrumental, possibilitando assim referências de construção de um ambiente, ou cultura, voltado à prática cooperativa. Segundo, a construção da identificação do cooperado com os princípios e valores cooperativos, representando o que Schneider (2003) denomina de a passagem do “comportamento do agente da cooperação”, atuando na forma proativa de agir deste junto à cooperativa.

O autor destaca que a tarefa de educação cooperativa consiste também em compreender que, no contexto social com base capitalista, a tarefa de potencializar o “comportamento do agente da cooperação” necessita de uma ação continuada, sendo que a passagem de uma forma de atuar deste “agente”, dentro da lógica capitalista, para a lógica cooperativa não ocorre a partir de uma educação fragmentada ou bancária. Schneider (2007, p. 12) destaca o sentido de educação bancária a partir do que afirma, a saber:

Paulo Freire preocupou-se em estudar a parte específica da educação dirigida aos adultos e classificou e criticou a educação dirigida aos adultos como educação bancária. Pois, para ele, este tipo de educação somente oferece informação ao homem, são realizados “depósitos” na sua mente, e esta os vai arquivando, impedindo-o de criar e inventar. Não existe transformação nem saber, apenas um acúmulo de informações (FREIRE, 1987). Entendemos que a educação cooperativa deve basear-se não tanto na educação bancária, mas, sobretudo, deve saber despertar a criatividade e o protagonismo das pessoas.

A partir das considerações desenvolvidas, identifica-se que a proposta de educação cooperativa como forma de fomentar uma cultura cooperativista, necessita ser compreendida a partir de suas peculiaridades em relação ao que se propõe. Compreende-se, assim, que, para sua efetivação, se faz necessário ir além da

simplificação da reprodução de conteúdo, que há mais fatores a considerar, fatores relacionados a um agir pedagógico voltado à proposta cooperativa.

Podemos considerar que o agir pedagógico voltado aos fins do fomento de uma cultura cooperativista representa um conjunto de ações que concilia o contexto social com uma proposta que se configura como educação cidadã, pela compreensão de que, nos empreendimentos cooperativos, a construção de conhecimento necessita dar-se a partir de uma ação dialógica por atuar na forma de interação de saberes e recursiva por incorporar elementos do contexto socioeconômico da cooperativa.

Para Schneider (2003), os valores cooperativos se configuram como uma proposta de uma “cultura cooperativista” do trabalhador, além de uma ação de conveniências; é de se dizer que o atuar em cooperativa significa um ato político contrário à lógica de competição de mercado. Sendo assim, ações voltadas à educação cooperativista remetem-se a um projeto político de construção de uma cultura cooperativista por se configurarem como um elemento de transformação, por onde o agir cooperativo objetiva um processo de apropriação da gestão do empreendimento, tanto na dimensão econômica como no ato democrático participativo das decisões. Para Albuquerque (2005, p. 129), uma proposta de educação voltada a estes fins necessita que se levem em consideração essencialmente dois fatores, quais sejam:

Multilateralidade: A proposta educativa necessita potencializar a autonomia do indivíduo dentro de parâmetros de responsabilidade social pela articulação de pressupostos humanizantes com questões tecnológicas. Democráticas: a proposta educativa necessita ser construída dentro de pressupostos democráticos que rompam com o autoritarismo docente e o autoritarismo burocrático [...] recuperando a prática solidária que favoreça uma análise centrada na realidade vivencial do cooperado e de sua prática.

Para Schneider (2007, p. 23), o ato de educação vai além da mera distribuição de conhecimento, tem a ver com comprometer a mente dos sócios a fim de se compreender a complexidade da proposta cooperativa, em outras palavras, estimular o surgimento de uma cultura cooperativista. O autor cita Böök (1992) e sua representação do ato de educação voltada à cooperação. Diz, em linhas gerais, que:

“Por educação, entendo o estabelecimento de um conhecimento sobre o entorno comunitário e um trabalho para animar aos membros comprometidos, aos empregados dedicados e aos dirigentes comprometidos” [...] acrescenta que o cooperativismo se apresenta como um projeto pedagógico genérico que demonstra o potencial humano de mobilização e responsabilidade.

Consideramos que a construção de uma cultura cooperativista passa por ações contínuas que incorporem aspectos tanto sociais como econômicos do cooperativismo como doutrina. Neste sentido, a educação cooperativista representa a base desta estratégia como forma de fomentar uma cultura contrária às premissas do utilitarismo e também como forma de superar interpretações simplistas sobre a complexidade da cultura cooperativista, que vai além da cultura da cooperação.

4.3 Cooperação, cooperativismo e cooperativas

Nesta etapa do trabalho, a intenção é explicitar as proximidades e distanciamentos entre os conceitos de “cooperação”, “cooperativa” e “cooperativismo”. Busca-se com esta delimitação propor um exercício de reflexão crítica sobre as consequências da simplificação, tanto do processo teórico-epistemológico como dos processos históricos dos sentidos atribuídos ao cooperativismo, em detrimento da complexidade dos possíveis sentidos relacionados a essa forma de organização.

Em um sentido de delimitação, a organização de um empreendimento no formato de cooperativa está relacionada às suas bases históricas e doutrinárias, agrupadas sob o termo “cooperativismo” – que tem relação com o **processo social de cooperação**. Esses dois conceitos são reconhecidos como relacionados diretamente, mas não configuram o mesmo fenômeno.

Com base em pesquisas contendo delimitações teóricas sobre o cooperativismo, identificamos a dificuldade, por parte de alguns autores, quanto à delimitação ou entendimento da abrangência conceitual e histórica do cooperativismo em um sentido teórico-epistemológico. Encontramos autores que referenciam a trajetória histórica desse fenômeno relacionando-a aos primórdios da história da humanidade e à necessidade de sobrevivência. Assim, relaciona-se o cooperativismo, em sua noção própria de “natureza humana”, com uma tendência universal de cooperar. Como exemplo, temos autores como Klaes (2005, p. 32), que destaca: “o cooperativismo pode ser encontrado em sociedades muito antigas, como no feudalismo, ou em sociedades da antiguidade clássica”. O autor justifica essa retomada histórica para embasar a afirmação de que o cooperativismo é algo “natural”, que há exemplos de cooperativismo até no reino animal (KLAES, 2005, p. 32-34):

Manifestações do instinto de ajuda mútua têm-se profundas em toda a natureza e até nos últimos degraus da vasta escala dos seres vivos. [...] encontram-se provas inconcussas de instintos, de hábitos de solidariedade e de apoio recíproco. [...] o princípio de solidariedade que existe na ordem da natureza tem por instrumento específico a cooperação na ordem social, econômica e moral, bem como na órbita da inteligência e na esfera profissional. O homem [...] também prescinde de auxílio e cooperação mútua para a consecução de seus objetivos mais imediatos. Dessa forma, conforme o exposto, não há dúvidas sobre a tendência natural do homem em buscar sanar as exigências que o meio ambiente lhe impõe, por meio de uma ação grupal, pois assim é, talvez, mais fácil. Por isso, podemos afirmar que o cooperativismo é um fenômeno que tem acompanhado a evolução do homem desde seus primórdios.

Ainda como exemplo de divergências sobre o conceito e a trajetória histórica do cooperativismo, podemos citar Manica (2012, p. 8-9):

A história do cooperativismo se insere na história da humanidade desde os primórdios da civilização humana. Por todas as circunstâncias, cooperar é essencialmente necessário para a subsistência de uma coletividade humana. A civilização humana nasceu e cresceu sob a égide da necessidade de cooperar. [...] origem do cooperativismo empírico e não formal remonta ao início da civilização humana. A origem formal, ainda não como organização qualificada e legalmente institucionalizada, tem muitos exemplos, como a vida dos apóstolos dos primeiros escolhidos por Jesus para difusão da fé. Membros que viviam como uma comunidade limitada e com objetivos de serem todos por um e um por todos. Princípio ainda hoje proclamado como balizador do cooperativismo. A origem do cooperativismo formal e legal é já conhecida como prática de associativismo no mundo contemporâneo.

Esses são apenas alguns autores que recorrem em relacionar “cooperativismo” a “cooperação”, reduzindo o sentido do conceito. A cooperação pode ser entendida como um fenômeno arcaico nas organizações humanas; no entanto, o cooperativismo – como conjunto doutrinário e de trabalho – é um fenômeno moderno: demonstra características de um contexto histórico da modernidade. A cooperação também é entendida como reação filosófica e política, contrária ao que Polanyi (2000) denomina de “teologia liberal”.

Defendemos aqui que as distorções sobre a trajetória do cooperativismo demonstram não apenas equívocos de entendimento, mas também um empobrecimento analítico do fenômeno e, ao mesmo tempo, revelam a carência de reflexões mais claras e precisas sobre essa forma de organização social. A simplificação, nesse caso, pode ser entendida tanto como uma causa quanto como uma consequência, além de ser sintoma de um fenômeno maior: um processo de reducionismo a-histórico que gera, conseqüentemente, uma simplificação sobre a complexidade do fenômeno do cooperativismo no contexto contemporâneo – ou, em outra escala de análise, uma

construção de invisibilidade de sua complexidade, comprometendo o entendimento de suas consequências no contexto contemporâneo. Em outras palavras, o reducionismo da trajetória da organização cooperativa e do cooperativismo limita a possibilidade de um entendimento mais claro de suas dificuldades e potencialidades na contemporaneidade.

Namorado (2005, p. 3-4) identifica a existência de experiências embrionárias do cooperativismo antes do século XIX. No entanto, reconhece que o cooperativismo moderno surge com base nos movimentos operários.

[...] as cooperativas eram algo mais do que um dos pilares do movimento operário, já que, como sua própria designação sugere, sempre foram também uma expressão da cooperação entre os homens. Uma expressão organizada da cooperação que a tem como eixo. Ora, como sabemos, a cooperação é o verdadeiro tecido conjuntivo das sociedades humanas. Nos primórdios da civilização, foi mesmo uma das condições básicas para a sobrevivência da espécie. Por isso, as cooperativas estão longe de ser um fenômeno circunstancial historicamente datado e passageiro. Pelo contrário, sendo organizadas e movidas pelo impulso da cooperação, radicam-se através dele no que há de mais essencial das sociedades humanas [...] Propostas estas razões pela via cooperativa e dada a evolução dos receptivos fenômenos, é legítimo que se pergunte se continua a ter sentido valorizar-se para a sua compreensão o código genético, na parte que o radica historicamente no movimento operário. Incluo-me para uma resposta afirmativa, uma vez que essa ligação ao movimento operário deixou marca no universo cooperativo, em termos verdadeiramente estruturantes [...]. Por isso, esquecer essa marca genética pode significar a subalternização da lógica mais profunda do cooperativismo.

A delimitação tratada nesta etapa tem como objetivo diferenciar: **cooperação**, como processo social; **cooperativa**, como organização social; e **cooperativismo**, como movimento social. Mesmo que experiências de cooperação e associativismo possam ser identificadas em vários momentos da vida em sociedade, no desenvolvimento histórico, essas experiências não podem ser confundidas com organizações cooperativas ou cooperativismo. Como já foi destacado anteriormente, são processos sociais correlacionados, mas distintos.

Nessa análise, podemos reconhecer que a cooperação é um conceito trabalhado no campo teórico dos processos sociais, sendo uma das bases do convívio em sociedade. Segundo Schneider e Baioto (apud BAIOTO, 2015), nos diversos contextos sociais, a cooperação pode estar mais ou menos presente. Ela tende a ser maior de acordo com os seguintes fatores:

1. Quando se tem um nível mais elevado de informação sobre a ação na qual se coopera. Ao ser solicitada a doar valores monetários a um pedinte, por exemplo, qualquer pessoa resistirá a dá-los. Mas se aquele que a interpela explicita que a

colaboração financeira está voltada para uma finalidade filantrópica e de relevância social, a pessoa tende a ser mais generosa.

2. Nas experiências de organizações de dimensão pequena ou média e não demasiadamente burocratizadas. Em tais entidades, as relações sociais são mais informais, mais diretas e vizinhas, o que motiva as pessoas a se empenharem mais pela entidade na qual trabalham.

3. Nas experiências de organizações multiativas – como as universidades, que se dedicam simultaneamente ao ensino, à pesquisa e à extensão. Elas tendem a verificar uma maior adesão de pessoas do que instituições de ensino superior dedicadas apenas ao ensino.

4. Quando existe influência de fatores externos aos grupos, as pessoas tendem a cooperar para a realização de um fim a que se propuseram. Quando um país é ameaçado por outro, por exemplo, seus habitantes deixam de lado suas diferenças e se unem para enfrentar a ameaça externa com uma maior coesão. Ou, no nível micro, um exemplo seria uma família que sofre alguma ameaça: ela tende a promover um intenso processo de coesão entre seus integrantes em função do enfrentamento da ameaça externa.

5. Em experiências de populações em bairros das periferias urbanas ou comunidade em áreas rurais. As associações tendem a ser mais ativas e dinâmicas e as próprias pessoas tendem a ser mais colaborativas na periferia do que as que vivem nos centros urbanos.

O autor ainda pondera que, no âmbito das sociedades mais competitivas, há um maior estímulo a ações individuais. Por outro lado, nas sociedades mais cooperativas, oportuniza-se ao indivíduo maior possibilidade de alcançar a segurança e o apoio social em ações voltadas aos interesses da coletividade.

Pinho (1966) considera que, apesar de os termos “cooperativa”, “cooperação” e “cooperativismo” terem a mesma base teórico-epistemológica de “cooperar”, eles não configuram o mesmo fenômeno social. Enquanto “cooperação” significa ação conjunta com vistas a um objetivo comum, “cooperativismo” representa uma doutrina ou uma ideologia, e “cooperativa” seria uma organização de pessoas articuladas em um empreendimento de cunho socioeconômico, sendo o cooperativismo a base de seus princípios e valores. Essa delimitação é demonstrada por Pinho (1982, p. 7-8):

Etimologicamente, cooperação (do verbo latino *cooperare* – operar juntamente com alguém) significa a prestação de auxílio para um fim comum. E cooperativismo é a doutrina que visa à renovação social através da

cooperação. Do ponto de vista sociológico, cooperação é uma forma de integração social e pode ser entendida como ação conjugada em que pessoas se unem, de modo formal ou informal, para alcançar o mesmo objetivo. A cooperação, quando organizada segundo estatutos previamente estabelecidos, dá origem a determinados grupos sociais. Dentre tais grupos, as cooperativas representam aqueles que visam, em primeiro lugar, a fins econômicos, sociais, educacionais. A doutrina que deu bases teóricas às realizações cooperativistas constitui o cooperativismo. Portanto, cooperação e cooperativismo não são palavras sinônimas. [...] o termo cooperação tem sido geralmente usado como equivalente a cooperativismo ou como organização cooperativa. É o que se verifica em Gide, Gaumont, Lavergne, Lasserre, Poisson, Brouk [...] Cooperativismo no sentido de doutrina, que tem por objetivo a correção do social pelo econômico através de associações de fim econômico e social, ou seja, as cooperativas no sentido de sociedade de pessoas organizadas em bases democráticas, que visam a benefícios: sociais, econômicos e educacionais a seus membros. Trata-se de uma sociedade de pessoas e não de capitais, sem objetivo de lucro mas econômico-social. Seu funcionamento se inspira nos chamados “Princípios dos Pioneiros de Rochdale”: adesão livre, gestão democrática, juros módicos ao capital, retorno proporcional às operações, transações a dinheiro, neutralidade política, religiosa e ética e desenvolvimento da educação.

O autor ainda reconhece que o processo social de cooperação não pode ser reconhecido como um processo exclusivo das cooperativas. Essa forma de organização pode ser gerada de várias formas: espontânea, coercitiva, formal, informal, direta, indireta. Desse modo, não gera benefícios iguais entre todos “naturalmente”, em especial quando atende aos modelos de cooperação coercitiva e formal.

Como forma de diferenciar o sentido de cooperação tendo como perspectiva o materialismo histórico marxista referente ao trabalho cooperado, Baioto (2009) destaca que a cooperação também existe em empresas capitalistas. Em vários modelos de organização, podem ser encontrados processos de cooperação, só que seu significado é diferente do proposto no modelo cooperativista. Para Marx (1989), seria uma forma de trabalho em que os trabalhadores atuam conjuntamente em prol de uma produção que só pode ocorrer a partir de uma ação interligada entre vários setores de trabalho – ou seja, a base do processo produtivo seria o resultado de um esforço social comum ou de cooperação. O objetivo desse processo seria a maximização do tempo individual mediante uma ação de tempo de atuação cooperada, implicando em um menor esforço de cada um e, ao mesmo tempo, em um maior resultado de trabalho no todo. Marx (1989) identifica, dessa forma, que o aumento da capacidade de produção não é igual à elevação do trabalho individual ou, simplesmente, o resultado da soma do trabalho isolado de cada trabalhador, mas, sim, o resultado de outra perspectiva de produção, sendo esse resultado proveniente de um esforço social coletivo em cooperação.

Para a doutrina marxista, o processo de cooperação é entendido como um esforço social coletivo, relacionado diretamente à vida em sociedade, sendo anterior ao modo de produção capitalista. No entanto, ela diferencia o sentido de cooperação dos sistemas de domínio da propriedade privada e o uso comum dos meios de produção servil. Para o marxismo, é no capitalismo que a organização cooperativa identifica-se como força produtiva. Jesus e Tiriba (1989 apud CATTANI, 2003, p. 50), comentando sobre a reflexão marxista, destacam o que seria, para Marx, a cooperação a partir da lógica capitalista:

A cooperação capitalista não se manifesta como forma histórica especial da cooperação, mas a cooperação é que se manifesta como forma histórica peculiar do processo de produção capitalista, como forma histórica que o distingue especificamente. [...] Nesse mesmo horizonte, podemos verificar, ao longo do capitalismo, diferentes tecnologias de produção e de gestão da força de trabalho que dão origem e pressupõem diferentes estilos de cooperação, que, grosso modo, verificam-se como “cooperação passiva” e “cooperação ativa”, em diversos níveis. **Na primeira**, o comando da “cooperação” dos assalariados encontra-se na gerência científica (organização taylorista-fordista); **na segunda**, mesmo diminuídos os níveis de hierarquia e aumentados os níveis de participação na gestão da empresa (organização toyotista), as ações dos trabalhadores permanecem sob o comando da “autoridade dos capitalistas como o poder de uma vontade alheia que subordina a um projeto próprio a ação dos assalariados aos objetivos do capital”.

A partir do entendimento marxista, em Schneider e Baioto (apud BAIOTO, 2015), o poder de ação da força coletiva de trabalho seria uma estratégia do trabalhador de superar o isolamento de sua individualidade em prol de um objetivo comum. Sendo assim, a experiência de trabalho em cooperação pode ser entendida tanto como **ação** quanto como **movimento**. Para Jesus e Tiriba (1989 apud CATTANI, 2003), o **primeiro caso** representaria um esforço coletivo em prol de um bem comum. Isso significaria uma predisposição a atuar junto aos outros, de produzir com outros, o que demonstra um sentido de valor, de perspectiva humana sobre o atuar no âmbito social. O **segundo caso** representaria uma perspectiva histórica de sentido de vida em coletividade, em que o indivíduo se entende como parte do grupo e não fora dele.

Em Schneider e Baioto (apud BAIOTO, 2015, p. 292), é destacada a importância de uma análise aprofundada sobre o conceito de cooperativismo:

O entendimento da complexidade do contexto do cooperativismo possibilita: (a) fazer comparativos quanto aos paradoxos do cooperativismo contemporâneo com o rompimento com algumas de suas bases históricas; (b) reflexões mais críticas sobre as diretrizes do desenvolvimento da proposta, como reação ou adequação ao modelo liberal; (c) identificar distorções no

processo de trabalho nas cooperativas; (d) propor ajustes mais profundos na forma de avaliar a representação e os indicadores de crescimento dos empreendimentos sob o registro de cooperativa; (d) identificar o que realmente seriam modelos de desenvolvimento cooperativista. Entende-se, assim, que a simplificação obscurece entendimentos críticos do processo ao mesmo tempo em que mantém a continuidade das distorções.

A importância de propor reflexões mais críticas e análises mais complexas sobre os desafios do cooperativismo na contemporaneidade nos remete à necessidade de avaliar a produção de conhecimento gerado sobre esse modelo de organização e doutrina, avaliando suas possibilidades e limites. Neste sentido, reconhecemos que as formas de produção de conhecimento não são aleatórias, elas têm uma intencionalidade. Para Foucault (1990), é importante reconhecer que as formas de geração de poder também ocorrem a partir da legitimação de formas de geração de conhecimento e de hierarquias de conhecimento. Neste sentido, consideramos que o reducionismo da trajetória histórica e teórico-epistemológica do cooperativismo gera, conseqüentemente, um entendimento também simplista de sua doutrina, princípios, valores e proposta social de reação à sociedade de mercado, assim como a perda de sua **identidade cooperativa** para uma adequação ao mercado. Esse risco é um fenômeno que se caracteriza pelo esvaziamento de sentido do processo institucional, conforme descrito por Giddens (1999) em sua descrição das “instituições casca” que, por fora, apresentam-se de acordo com os modelos previstos de delimitação, mas que por dentro demonstram enormes transformações que as descaracterizam de sua proposta inicial.

Para Schneider e Baioto (apud BAIOTO, 2015), o cooperativismo – como movimento social, intelectual e econômico – tem demonstrado exemplos de superação na sua trajetória. Os autores reconhecem que, no contexto contemporâneo, os desafios do cooperativismo são: (a) estabelecer-se como uma alternativa ao modelo capitalista/utilitarista de produção da vida em sociedade; (b) levar em conta a importância estratégica da gestão do conhecimento cooperativista com base na **educação cooperativista**; (c) gerar as circunstâncias adequadas ao desenvolvimento da **identidade cooperativa**; (d) reconhecer o modelo de organização cooperativista dentro de sua dupla dimensão: social, como organização de pessoas voltada para as próprias pessoas, e não para o mercado; e econômica, tendo em vista sua sustentabilidade com empresa social. A mediação destes desafios referencia a necessidade de estudos que aprofundem reflexões sobre os sentidos do cooperativismo contemporâneo, como uma unidade complexa.

4.4 A dupla dimensão da gestão cooperativa: social e econômica

Para compreender a abrangência do empreendimento cooperativo é importante reconhecer que este é delimitado por princípios e valores próprios, tendo, desde a sua formação, a intenção de diferenciar-se de empreendimentos voltados aos princípios e valores capitalistas. Entretanto, a motivação da proposta cooperativa surge como forma de os trabalhadores contornarem as carências do mercado capitalista e darem conta das demandas dos trabalhadores. (PERIUS, 2003).

Nessa perspectiva, esse empreendimento precisa ter uma viabilidade econômica e, para tanto, a gestão cooperativa visa a articular as dimensões social e econômica a fim de prestar um melhor serviço a seus cooperados. Para Schneider (2007), a gestão cooperativa caracteriza-se por suas peculiaridades em articular racionalidades inicialmente distintas. Para o autor, a dimensão econômica necessita de uma atenção constante e eficaz, tendo em vista que ela representa, assim como a função social da cooperativa, um fator de sobrevivência desse empreendimento.

Diferentemente da proposta de empreendimento capitalista, o capital na gestão cooperativa não tem função principal, não constituindo poder de decisão nem influenciando a prestação de serviço ao associado. Os associados, independentemente do valor monetário com que tenham contribuído para a cooperativa, têm igual valor de voto. Nessa linha de raciocínio, Schneider (2007, p. 65) destaca:

Na cooperativa, os associados apoiam, em conjunto, através das cotas-partes, da capitalização de resultados ou outras formas, como fundos rotativos, os recursos necessários à empresa, o que faz com que todos sejam proprietários e investidores. Rompem-se, assim, o conflito e a oposição de interesse entre capital e trabalho, “o cooperativismo constitui a face humana da economia” (lema do congresso da Aliança Cooperativa Internacional das Américas – ACI, realizado em Montevideu, em 1998).

Os atos decisórios, de acordo com a primazia da proposta cooperativa e do trabalho coletivo, também precisam ser coletivos, a fim de contemplar o princípio cooperativo de controle democrático pelos sócios. Para Schmidt (2009), a democracia na gestão cooperativa tem suas peculiaridades; no entanto, ela pode ser orientada através de coordenadores por setor de trabalho. Para os autores, a democracia cooperativa não representa a inexistência de uma ordenação de gestão sobre as decisões administrativas de trabalho. Mesmo que decisões sejam tomadas a partir do voto da maioria ou de representantes desta (delegados ou conselheiros), a instituição pode

reproduzir a dinâmica do mercado em agilidade, pois, dentro da própria dinâmica cooperativa, há mecanismos de controle e de organização compreendidos dentro do estatuto da cooperativa. Schmidt (2009, p. 70) destaca que:

A gestão cooperativa deverá caracterizar-se por uma ação coletiva, onde todos decidem o que e como fazer, mas respeitam a hierarquia de comando da organização na execução das tarefas. O trabalho coletivo, geralmente, contribui para mais segurança, mais estabilidade e maior rendimento. A excelência da associação em empresa cooperativa será obtida quando todos os associados a ela vinculados forem efetivamente ativos e souberem cooperar, no pleno uso de seus direitos e deveres. [...] a excelência da associação e da empresa cooperativa bem como pré-condição que todos os trabalhadores a ela vinculados, são associados, no pleno uso de seus direitos.

Conciliar a racionalidade instrumental administrativa com os princípios e valores cooperativos representa um dos desafios e paradigmas da gestão cooperativa, assim como o desafio de se manter como empreendimento econômico e, para tanto, estar sujeita à redução de custos, investimentos, manter-se competitiva no mercado e, ao mesmo tempo, cumprir sua função de prestadora de serviço às necessidades do cooperado.

A gestão dos empreendimentos cooperativos diferencia-se não apenas da racionalidade capitalista de mercado, mas também das formas de gestão associativa e da gestão estatal, representando, assim, uma forma de gestão única e que, por isso, necessita de uma formação de gestão e capacitação específica voltada às características e peculiaridades desse empreendimento.

Os quadros abaixo têm como objetivo destacar as principais diferenciações desse modelo de organização em relação a outras formas de gestão.

Quadro 2 - Características de cada organização

| Estado Patrão | Cooperativa | Empresa Privada |
|---|--|--|
| O cidadão empregado do Estado. | O cooperado não se torna empregado. É autônomo, independente e dono. | O trabalhador é empregado capitalista. |
| Relações entre dirigentes e dirigidos com poderes desiguais. | Relações entre proprietários com poderes iguais. | Relações entre dirigentes e dirigidos com poderes desiguais. |
| Resultados canalizados ao fortalecimento do Estado e da burocracia. | Não tem fins lucrativos e beneficia todos os cooperados. | Lucro do capital pelo trabalho e remuneração por ele estipulada. |
| Forma de organização econômica em declínio acentuado. | Tendência contra o desemprego que o Estado e a empresa não resolvem. | Ser flexível e ágil para atender às necessidades do mercado. |

Fonte: Queiroz, 1996, p. 45.

O quadro acima demonstra, nas duas formas de organização distintas ao modelo cooperativista, que a base de organização mantém de forma vertical e hierárquica todos os processos de gestão, distinguindo-se do modelo de gestão das cooperativas, que visa ao processo participativo e democrático.

O próximo quadro trata das principais diferenciações entre as sociedades cooperativas e as sociedades mercantis. Ela evidencia relações tanto no nível operacional como no nível administrativo gerencial.

Quadro 3 - Sociedade cooperativa x sociedade mercantil

| Sociedade cooperativa | Sociedade mercantil |
|---|---|
| É uma sociedade de pessoas que funciona democraticamente. | É uma sociedade de capital que funciona hierarquicamente. |
| Mínimo de 20 pessoas. | Mínimo de uma pessoa. |
| Seu objetivo principal é a prestação de serviços aos seus associados. | Seu objetivo principal é o lucro. |
| Cada associado tem direito a um voto nas assembleias gerais. As associações entre cooperados se dão em cima de propostas. | Cada ação ou cota corresponde a um voto nas assembleias. Aqui, as associações se dão majoritariamente entre os que detêm mais capital na empresa. |
| O controle é democrático. | O controle é financeiro. |
| As cotas não podem ser transferidas a terceiros. | As ações ou cotas podem ser transferidas a terceiros. |

| | |
|---|---|
| Afasta ou disciplina as ações dos intermediários. | São, muitas vezes, os próprios intermediários. |
| Os resultados retornam aos associados de forma proporcional às operações efetuadas com cooperativa. | Dividendos retornam aos sócios proporcionalmente ao número de ações de cada um. |
| Aberta à participação de novos associados. | Pode limitar a quantidade de acionistas. |
| Defende preços justos. | Defende o maior preço possível. |
| Promove integração entre as cooperativas. | Promove concorrência entre as empresas. |
| O compromisso é educativo, social e econômico. | O compromisso é puramente econômico. |
| Nas assembleias gerais, o quórum é baseado no número de associados presentes. | Nas assembleias gerais, o quórum é baseado no capital presente. |

Fonte: Veiga, 2005, p. 77.

O quadro acima evidencia que o ponto de divergência principal entre a proposta cooperativa e a mercantil é o objetivo de cada uma. A primeira existe em função do cooperado, tendo este total garantia de participação; o capital é somente um meio de suprir as necessidades do cooperado. Já na proposta mercantil, o único sentido de existência de uma instituição refere-se à acumulação e multiplicação de capital, sendo as diretrizes do empreendimento limitadas exclusivamente neste sentido (PINHO, 2004). Mesmo que a cooperativa necessite de viabilidade econômica, essa viabilidade representa apenas um dos sentidos da cooperativa, e não o único.

Quanto às formas de gestão das organizações cooperativa e associativa, também é possível identificar diferenças:

Quadro 4 - Sociedade cooperativa x associações

| Critério | Associação | Cooperativa |
|----------------------|--|--|
| Conceito | Sociedade de pessoas sem fins lucrativos. | Sociedade de pessoas com fins econômicos. |
| Constituição | Mínimo de duas pessoas. | Mínimo de 20 pessoas. |
| Finalidade | Representar e defender os interesses dos associados. Estimular a melhoria técnica, profissional e social dos associados. | Viabilizar e desenvolver atividades de consumo, produção, prestação de serviços, crédito e comercialização, de acordo com os interesses dos seus associados. Atuar no mercado. Formar e capacitar seus integrantes para o trabalho e a vida em comunidade. |
| Operações | Auxilia no processo de comercialização dos associados. Pode realizar operações financeiras e bancárias usuais. | Realiza plena atividade comercial. Realizam operações financeiras, bancárias e pode candidatar-se a empréstimos e aquisições do governo federal. |
| Responsabilidades | Os resultados das atividades da associação são de responsabilidade da diretoria, respaldada pelos associados. | Os resultados da cooperativa são de responsabilidade dos associados proporcionalmente ao capital subscrito por cada um. |
| Recursos financeiros | As possíveis sobras das operações entre associados serão aplicadas na própria associação. | Após decisão em assembleia geral, as sobras podem ser divididas de acordo com o volume de negócios do associado. É obrigatória a destinação de parte das sobras para fundos previstos em lei. |
| Tributação | Deve fazer anualmente uma declaração de isenção de renda. | Não paga imposto de renda sobre suas operações com seus associados. Deve recolher o imposto de renda na fonte sobre operações com terceiros. Paga as taxas decorrentes das ações comerciais. |

Fonte: Veiga, 2005, p. 78-80.

O quadro acima demonstra que tanto as associações como a cooperativa têm seu foco na melhoria de vida de seus associados, assim como no investimento em melhoria da própria estrutura; no entanto, a cooperativa, ao contrário da organização associativa, visa ao excedente junto com a função social, e tem foco no retorno financeiro obtido por seus membros, não em sua manutenção.

Reconhecemos que as diferentes formas de organização também constituem diferentes sentidos de resultado do processo de gestão. Sendo assim, podemos considerar que os sentidos de eficiência também são distintos. No caso da organização cooperativa, esta eficiência compõe um conjunto amplo de elementos para compor as perspectivas do que vem a ser o resultado da gestão deste modelo de organização.

5. EFICIÊNCIA COOPERATIVISTA

Esta etapa da pesquisa visa a uma delimitação conceitual, como ferramenta de análise, que possa ampliar o quadro representativo quanto aos sentidos de resultado em gestão de cooperativas – resultados estes delimitados em um sentido específico de eficiência no âmbito desse modelo de organização. Neste sentido, esta etapa da tese visa a demonstrar os potenciais representativos de uma delimitação conceitual do que reconhecemos como os indícios de uma **eficiência específica da organização cooperativa**. Essa delimitação intenciona demonstrar a trajetória analítico-interpretativa do que entendemos por referências de um conceito que reconheça o conjunto de elementos influenciadores no processo de análise de resultado da gestão desse modelo de organização.

5.1 Eficiência cooperativista: perspectivas de análise

A partir do reconhecimento da complexidade das dimensões da organização cooperativa, entendemos que também no âmbito da análise de seus resultados se faz necessário um aprofundamento reflexivo, a fim de reconhecer a abrangência do que consideramos como uma eficiência de gestão cooperativa.

Parte-se inicialmente da tentativa de demonstrar a complexidade do termo “eficiência”, bem como as formas de simplificação reducionista no uso do termo. Partindo de uma análise epistemológica, identificamos que a palavra “eficiência” deriva do termo latino *efficientī*, que significa “a capacidade de dispor de alguém ou de algo para conseguir um efeito determinado” (ABRUCIO, 1997). O conceito também costuma ser equiparado com o de “ação”, quando um ato é praticado para que se obtenha um determinado resultado – ou seja, em termos de um uso racional dos meios dos quais se dispõe para concretizar uma meta. Trata-se da capacidade de alcançar os objetivos e as metas programadas, conseguindo, dessa forma, a sua otimização.

Consideramos importante ressaltar que a palavra “eficiência” é usada em diferentes áreas e contextos, estando a análise de seu significado dependente do contexto onde ela é utilizada e o objetivo previsto. Neste sentido, o termo “eficiência” não está diretamente relacionado a priori a nenhuma área de conhecimento ou referência pré-estabelecida de resultado, sendo um conceito de uso relacional ao objetivo previamente elaborado.

No âmbito da economia neoclássica, fala-se da eficiência à Pareto, que é uma noção enunciada por Vilfredo Pareto. Neste sentido, Chiavenato (1994, p. 32) considera:

[...] a eficiência é considerada ótima se não for possível melhorar a situação sem prejudicar/degradar a mesma. A eficiência de Pareto é baseada em critérios de utilidade, já que se algo gera proveito, utilidade, comodidade ou frutos sem prejudicar terceiros, entende-se que irá desencadear um processo natural de otimização até alcançar o ponto ótimo.

Nas ciências administrativas, esse conceito pode ser entendido pelo Princípio da Eficiência. Idalberto Chiavenato (1994, p. 70) ensina que toda organização deve ser analisada sob o escopo da **eficácia** e da **eficiência**. Segundo o autor:

[...] *eficácia* é uma medida normativa do alcance dos resultados, enquanto eficiência é uma medida normativa da utilização dos recursos nesse processo. [...] A *eficiência* é uma relação entre custos e bens. Assim, a eficiência está voltada para a melhor maneira pela qual as coisas devem ser feitas ou executadas (métodos), a fim de que os recursos sejam aplicados da forma mais racional possível.

Com base nessa análise, a eficiência não teria relação apenas como os fins, mas também com os meios operacionais, e é voltada para os aspectos internos da organização. “Quem se preocupa com os fins e em atingir os objetivos é a eficácia, que se insere no êxito do alcance dos objetivos, com foco nos aspectos externos da organização”. Segundo Chiavenato (1994, p. 70):

À medida que o administrador se preocupa em fazer corretamente as coisas, ele está se voltando para a eficiência (melhor utilização dos recursos disponíveis). Porém, quando ele utiliza estes instrumentos fornecidos por aqueles que executam para avaliar o alcance dos resultados, isto é, para verificar se as coisas bem feitas são as que realmente deveriam ser feitas, então ele está se voltando para a eficácia (alcance dos objetivos através dos recursos disponíveis).

Para Chiavenato, nem sempre se é eficiente e eficaz ao mesmo tempo. Uma organização pode ser eficiente e não ser eficaz – e vice-versa. O ideal é ser igualmente eficiente e eficaz.

Para Sérgio Rodrigues Bio (1996), “eficiência diz respeito a método, a modo certo de fazer as coisas”. Assim, uma empresa eficiente “é aquela que consegue o seu volume de produção com o menor dispêndio possível de recursos. Portanto, ao menor custo por unidade produzida”. O autor ainda considera que a eficácia diz respeito a

resultados, a produtos decorrentes de uma atividade qualquer. Trata-se da escolha da solução certa para determinado problema ou necessidade. Para Bio (1996, p. 21), “uma empresa eficaz coloca no mercado o volume pretendido do produto certo para determinada necessidade”. Porém, o autor vincula a eficácia à eficiência: para ele, a eficácia depende não somente do acerto das decisões estratégicas e das ações tomadas no ambiente externo, mas também do nível de eficiência (BIO, 1996, p. 22). Richard L. Daft (1999, p. 39) diz que

[...] eficiência é um conceito mais limitado que diz respeito aos trabalhos internos da organização. A eficiência organizacional é o volume de recursos utilizados para produzir uma unidade de produto. Ela pode ser medida como a razão entre as entradas e as saídas. Se uma organização puder conseguir um determinado nível de produção com menos recursos que outra, diz-se que ela é mais eficiente.

Segundo Daft (1999, p. 39), a eficácia organizacional pode ser entendida como o grau em que uma organização consegue realizar seus objetivos. “Eficácia é um conceito abrangente. Esta consideração leva em consideração um conjunto de variáveis tanto do nível organizacional como operacional”. O autor considera ainda que “a eficácia avalia a extensão em que os múltiplos objetivos – oficiais ou operativos – foram alcançados”. Daft (1999) diz que a eficácia é difícil de ser medida nas organizações e tem opinião parecida com a de Chiavenato sobre a relação entre eficácia e eficiência: às vezes, a eficiência conduz à eficácia. Em outras organizações, eficiência e eficácia não são relacionadas. Uma organização pode ser altamente eficiente e não atingir seus objetivos porque fabrica um produto para o qual não existe demanda. De maneira análoga, uma organização pode alcançar suas metas de lucro, mas ser ineficiente (DAFT, 1999).

Torres (2004, p. 175) traz os dois conceitos para a área pública:

Eficácia: basicamente, a preocupação maior que o conceito revela se relaciona simplesmente com o atingimento dos objetivos desejados por determinada ação estatal, pouco se importando com os meios e mecanismos utilizados para atingir tais objetivos. Eficiência: aqui, mais importante que o simples alcance dos objetivos estabelecidos é deixar explícito como esses foram conseguidos. Existe claramente a preocupação com os mecanismos utilizados para obtenção do êxito da ação estatal, ou seja, é preciso buscar os meios mais econômicos e viáveis, utilizando a racionalidade econômica que busca maximizar os resultados e minimizar os custos, ou seja, fazer o melhor com menores custos, gastando com inteligência os recursos pagos pelo contribuinte.

Torres (2004) afirma que a tendência nas ciências administrativas é incorporar um terceiro conceito, mais complexo do que eficiência e eficácia: a **efetividade**. Esse

terceiro elemento é comumente utilizado nas áreas de administração pública. O sentido de efetividade, na gestão pública, refere-se aos resultados de uma ação e aos possíveis benefícios à população. “Efetividade” seria um conceito complementar e mais abrangente que “eficácia”, na medida em que esta última indica se o objetivo foi atingido, enquanto a efetividade mostra se aquele objetivo trouxe melhorias para a população visada. Para Torres (2004, p. 175):

[...] central é averiguar a real necessidade e oportunidade de determinadas ações estatais, deixando claro que setores são beneficiados e em detrimento de que outros atores sociais. Essa averiguação da necessidade e oportunidade deve ser a mais democrática, transparente e responsável possível, buscando sintonizar e sensibilizar a população para a implementação das políticas públicas. Este conceito não se relaciona estritamente com a ideia de eficiência, que tem uma conotação econômica muito forte, haja vista que nada mais impróprio para a administração pública do que fazer com eficiência o que simplesmente não precisa ser feito.

Usando como exemplo o uso desse conceito no âmbito da gestão pública, o autor defende que, na medida em que aumentam as preocupações com a melhoria da qualidade do Estado, as preocupações com eficiência e efetividade vão se sobrepondo às limitadas questões de ajuste fiscal. Ainda segundo o autor: “eficiência tem foco na relação custo/benefício, enquanto efetividade se concentra na qualidade do resultado e na própria necessidade de certas ações”.

Nas ciências jurídicas, o sentido de “eficácia” está relacionado diretamente à interpretação da Emenda Constitucional (EC) 19 de 1999 sobre o Princípio da Eficiência na Constituição Federal. Segundo Hely Meirelles (2002), a Emenda Constitucional 19 significa uma verdadeira mudança de paradigma e a possibilidade de importantes avanços para o campo público. Com ela, tem-se a permissão legal para se adotar no Brasil as reformas gerenciais. A EC 19 contém numerosos artigos com significativas inovações e traz expressamente o Princípio da Eficiência: conforme o artigo 37, a administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência. Ao analisar o texto constitucional, cabe recorrer aos ensinamentos da ciência jurídica. Para Meirelles (2002, p. 94):

[...] o Princípio da Eficiência exige que a atividade administrativa seja exercida com presteza, perfeição e rendimento funcional. É o mais moderno princípio da função administrativa, que já não se contenta em ser

desempenhada apenas com legalidade, exigindo resultados positivos para o serviço público e satisfatório atendimento das necessidades da comunidade e seus membros.

Nessa abordagem, o Princípio da Eficiência retoma ou reafirma as bases estatutárias do sentido de gestão pública, definindo em âmbito legal os objetivos da gestão pública, bem como os resultados esperados por seus operadores. Comparativamente, ressaltamos que a gestão cooperativa também é referida por processo estatutário descrito tanto nos estatutos referenciais internacionais já mencionados com na legislação brasileira, que delimita tanto **o ato cooperativo** quanto os objetivos das organizações cooperativas. Neste sentido, podemos considerar que o processo de definição dos objetivos de determinado empreendimento definirá também o que vem a ser o seu sentido de “eficiência”.

Segundo Gaiger (apud CATTANI, 2003, p. 124), na proposta capitalista de doutrina utilitarista (no que tange às diretrizes da proposta, e não à gestão), o sentido de “eficiência de resultado” estaria diretamente relacionado ao custo-benefício, “como uma forma de otimizar custos em prol da rentabilidade e das porcentagens de lucros, independentemente dos custos sociais e ambientais”. Ainda segundo o autor, o sentido utilitarista representa a linha condutora da eficiência capitalista, em detrimento de qualquer custo social decorrente – como custo de postos de trabalho ou qualidade de vida. Gaiger (apud CATTANI, 2003, p. 126) afirma:

Das ações econômicas guiadas pelo preceito de rentabilidade máxima resultam em boa medida as principais características negativas das economias capitalistas, tais como a produção sistêmica de desigualdades de recursos e de poder, a reiteração de formas de sociabilidade empobrecidas, baseadas no benefício pessoal em lugar da solidariedade, e a exploração crescente dos recursos naturais em nível global, ameaçando as condições físicas de vida na Terra (Santos, 2002). Na acepção que recebe nesse contexto, a eficiência não resolve tais problemas, mas tende a agravá-los.

No entanto, Orlando Gomes (2008), ao analisar os conceitos da administração, diz que essas distinções também existem na ciência do Direito. Ambas distinguem **obrigações de meio e obrigações de resultado**. Neste sentido, Gomes (2008, p. 21) afirma que:

[...] para compreender a discrepância, impõe-se a distinção entre as obrigações de meios e as obrigações de resultado. Correspondem as primeiras a uma atividade concreta do devedor, por meio da qual faz o possível para cumpri-las. Nas outras, o cumprimento só se verifica se o resultado é atingido.

O que fica explicitado nessas abordagens é que tanto nas ciências jurídicas como nas administrativas o Princípio da Eficiência diz respeito aos meios empregados para atingir determinado fim a ser determinado de acordo com as características de cada contexto em que o sentido é empregado, não sendo possível, assim, generalizar que a eficiência limita-se a fatores de resultado monetário a priori. Independentemente de seu significado nos diferentes campos teóricos discutidos, cabe identificar quais os resultados previstos para, assim, determinar os meios a serem relacionados e o sentido de “eficiência” que será utilizado.

Conforme Schneider (2003), considerar somente o êxito econômico da cooperativa compromete seu sentido de existência, colocando em segundo plano todos os valores e princípios característicos do cooperativismo. O autor aponta os riscos de uma gestão cooperativa focada somente em resultados econômicos, sendo um deles o esvaziamento da participação do associado, por não se compreender responsável pelos caminhos trilhados pela cooperativa. Para Schneider, a instrumentalização econômica não é um fim, mas um meio de a cooperativa efetivar sua função social. Sendo assim, é reconhecível a necessidade da gestão cooperativista, desenvolver sentidos de resultados voltados a interligar a dimensão social e econômica da organização. Prerrogativa esta já descrita nos princípios e valores do cooperativismo.

5.2 Sobre os sentidos de “eficiência” na gestão cooperativa: considerações sobre meios e fins

Na delimitação dos sentidos de “eficiência” vinculados à gestão de uma organização ou empreendimento cooperativo, identificamos algumas correlações entre a dinâmica de um empreendimento cooperativo e a proposta de uma empresa capitalista. Questões como a efetividade da gestão, proporcionando resultados monetários para os sócios e sustentabilidade socioeconômica e ambiental, são alguns dos fatores recorrentes nas duas formas de organização. Todavia, com base nas diferenciações estatutárias apresentadas anteriormente, é importante reconhecer que a principal diferenciação, no que tange à gestão cooperativa, está na tensão para apresentar resultados – tanto na dimensão social (organização de pessoas) como na econômica (em sua dimensão empresarial).

Segundo Schmidt e Perius (apud CATTANI, 2003), opor essas duas racionalidades, a cooperativa e a capitalista, e identificá-las como totalmente contrárias

nos coloca em uma contradição, pois a cooperativa atua social e economicamente junto ao sistema de produção capitalista, em alguns momentos mantendo negócios comerciais como compra, venda e prestação de serviços junto a empreendimentos capitalistas. Nessa perspectiva, Schmidt e Perius (apud CATTANI, 2003, p. 68) consideram:

A cooperativa é uma opção de organização econômica que convive e mantém negócios com a outra opção, a empresarial capitalista, pois estas empresas ora são clientes, ora são fornecedoras da cooperativa. A opção cooperativa não é excludente, mas uma alternativa disponível para organizar a economia dentro da liberdade que caracteriza a sociedade.

Em suas respectivas representações de eficiência, também identificamos correlações e distanciamentos entre as duas racionalidades, tanto na dimensão do termo como na compreensão dos limites dos impactos sociais e ambientais na geração de resultados e indicadores de eficiência. Em outras palavras, existem diferenciações no que tange aos meios e fins de ação sobre os resultados propostos pelas duas racionalidades.

O demonstrativo do Quadro 5 representa uma análise comparativa dessa afirmação, utilizada como forma de evidenciar a diferenciação entre meios e fins através das diretrizes de um empreendimento que se propõe cooperativista e de uma empresa capitalista, que se propõe a seguir o modelo de uma economia de mercado:

Quadro 5 - Demonstrativo de diferenciação de meios e fins da gestão em cooperativa

| Modelo Econômico | Meios | Objetivos / Fins | Resultados |
|----------------------------------|--|--|--|
| Capitalismo: economia de mercado | <ul style="list-style-type: none"> - Pessoa - Recursos naturais - Comunidades | <ul style="list-style-type: none"> - Acúmulo de capital - Maximização dos lucros - Competitividade no mercado | <ul style="list-style-type: none"> - Continuidade do modelo de desenvolvimento - Ampliação das desigualdades sociais - Reproduz modelo formal de economia |
| Proposta cooperativa | <ul style="list-style-type: none"> - Capital financeiro - Mercado - Sobras | <ul style="list-style-type: none"> - Qualidade de vida dos cooperados - Desenvolvimento local sustentável | <ul style="list-style-type: none"> - Modelo de desenvolvimento sustentável - Reproduz modelo substantivo de economia |

Fonte: Elaborado pelo autor.

O quadro acima intenciona evidenciar a diferenciação de sentidos de valor entre as duas formas de organização. Reconhecemos essa diferenciação da seguinte forma: na empresa capitalista, os meios sociais empregados na gestão visam a garantir uma boa

imagem social ou uma adequação às exigências legais das políticas de inclusão, ou mesmo um aumento da produtividade; no entanto, o objetivo final é o acúmulo de capital, e as consequências reproduzem os paradigmas desse modelo. Na organização cooperativa, os resultados de uma eficiência econômica monetária visam a garantir a eficiência na prestação de serviço (objetivos) junto aos associados, garantindo uma melhor distribuição de renda. As consequências disso, segundo já elencamos, constituem um desenvolvimento mais sustentável. Compreender a abrangência dessa diferenciação representa um fator estratégico na gestão de um empreendimento que se propõe cooperativista. No entanto, essa diferenciação precisa estar presente no processo gerencial, no entendimento dos colaboradores e associados e na imagem da cooperativa junto à comunidade local e ao mercado, representando um posicionamento interno e externo por parte da organização. Em outras palavras, o sentido de resultado da gestão cooperativa, e consequentemente os indicadores de resultado, necessitam ser relacionados a um sentido cooperativista da organização.

Reconhecemos que a dimensão econômica da organização cooperativa necessita gerar resultados monetários de desenvolvimento, mas que este não é o objetivo da cooperativa; é, antes, um meio que a cooperativa tem de efetivar o resultado social de sustentabilidade junto aos associados e comunidade. A base analítica para a construção do quadro apresentado, bem como os argumentos decorrentes deste, é referenciada pelas diretrizes do “ato cooperativo” (lei nº 5.764, de 16 de dezembro de 1971.) e amparada pela lei das cooperativas, onde fica destacado que a cooperativa tem um fim social e não econômico. Neste sentido, o quadro segue a diretriz do “ato cooperativo”, evidenciando assim que os meios não podem ser confundidos com os fins, a custo de se tornar similar ao modelo de gestão e de resultado de uma empresa capitalista de mercado.

O paradoxo que configura a gestão de um empreendimento que se propõe cooperativista consiste em não encarar os elementos econômicos da dimensão empresarial como um fim em si, mas como um meio para objetivos voltados à proposta cooperativista (PANZUTTI, 1998). Esse risco parece iminente quando avaliamos que a sua relação com o mercado considera que empreendimento cooperativo não se limita ao intercâmbio de mercadorias e serviços, mas também de compreensões sobre o agir social. Em outras palavras, a relação com o mercado pode estimular a adequação entre os meios e os fins da gestão de um empreendimento cooperativo de acordo com as referências do paradigma utilitarista.

Godbout (1998, p. 45) reflete sobre a relação entre os meios e os fins quando debate as formas instrumentais inseridas no paradigma de **sociedade de mercado**:

A teoria da racionalidade instrumental, que tem a noção de otimização como conceito central, é uma racionalidade dos meios em relação aos fins que praticamente não se pronuncia quanto aos fins. Essa ideia de otimização se aplica aos níveis individual e coletivo.

O autor considera que a base da racionalidade instrumental, inerente ao paradigma do mercado, atua na distinção entre os fins e os meios, como uma separação das duas ordens. Os meios, para ele, contaminam os fins, com o objetivo de otimizar o processo de tornar o produto mercantil.

Gaiger (2006 apud Gaiger, 2013, p. 24) reconhece que a relação que se tem com os meios e fins, em experiências de trabalho voltadas a ações coletivas, diferencia-se das referências puramente econômicas:

Quando os experimentos coletivos convertem-se em comunidades de trabalho, instituem uma sorte de racionalidades instrumentais às avessas, na qual a atividade econômica passa a funcionar como um meio para a consecução de outros fins. As novas tensões dialéticas entre os indivíduos e sua coletividade de pertença recuperam uma identidade propriamente social, no sentido de estar referida a aspirações de indivíduos-em-relação e a uma visão que tende a integrar as dimensões da vida humana, contrariamente à autossuficiência da esfera econômica.

Como decorrência desse paradoxo, podemos destacar o seguinte questionamento: como avaliar os resultados possíveis da inversão de percepção em um empreendimento cooperativo, no que tange aos vínculos sociais, aos princípios do agir econômico e às representações das práticas econômicas monetizadas? Esse questionamento aponta para duas considerações: a primeira, com base em Godbout (1998) e Polanyi (2000), avalia que as diretrizes da economia de mercado propiciam a corrosão dos laços sociais; e a segunda leva em conta que as bases da proposta de empreendimentos no formato de cooperativa são a aproximação e a manutenção de vínculos sociais fusionais voltados à cooperação e à reciprocidade. Neste sentido, cabe ponderar que a negligência com esses laços, que aqui podemos denominar “ativos sociais”, representaria não apenas a inversão dos princípios cooperativistas, mas também uma forma de adaptação aos paradigmas da economia de mercado, voltados ao utilitarismo com relação aos resultados gerados.

Compreender a pluralidade da proposta da organização de um empreendimento cooperativista evidencia a necessidade de se avaliar, de forma mais ampla, a

abrangência dos objetivos previstos por esse modelo de organização, os quais não se restringem exclusivamente à sua viabilidade econômica. Ou seja, a viabilidade de um empreendimento que se propõe cooperativista depende da identificação de sua totalidade, ou seja, da interação entre suas representações de eficiência, eficácia e efetividade. Com base nas considerações apresentadas, justifica-se a necessidade de uma maior delimitação dos significados referentes aos resultados esperados da gestão desse modelo de organização. Entendemos que as representações de uma “eficiência cooperativista” podem evidenciar alguns elementos norteadores desse formato de organização socioeconômica. Neste sentido, defendemos que “eficiência cooperativista” representa conceitualmente: **o reconhecimento de que os resultados objetivados como fins da gestão de uma organização cooperativa são indissociáveis de sua dupla dimensão (social/econômica) e que os princípios cooperativistas são balizadores desses resultados.** Sendo assim, os indicadores de uma eficiência cooperativista teriam como referenciais de análise os princípios e valores do cooperativismo aliados aos resultados de sustentabilidade socioeconômica do empreendimento. Essa abordagem reconhece a necessidade de incorporar tanto aspectos tangíveis como intangíveis relacionados à gestão dessa organização. Em um sentido epistemológico, reconhecemos na delimitação conceitual apresentada a indissociabilidade entre a organização e as pessoas, e entre o econômico e o social. O reconhecimento da necessidade da construção de indicadores possibilita refletir sobre quais seriam os elementos que poderiam compor um quadro analítico de resultados do processo de gestão de cooperativas.

5.3 Sobre indicadores de eficiência

Tendo como base as considerações representativas da **eficiência cooperativista**, encontra-se a necessidade de evidenciar as múltiplas formas de avaliação de resultados na construção de indicadores. Neste sentido, apresentamos nesta etapa alguns indicadores de resultados que demonstram a pluralidade da avaliação sobre o que vem a ser “resultados” na gestão.

Ferrarini (2008) apresenta referências mais plurais quanto à representação dos resultados de gestão de um empreendimento cooperativo. A autora trabalha na construção de um quadro analítico (Quadro 6) resultante de uma análise sistematizada a partir das considerações de riqueza de Sen (1999) e do conceito de desenvolvimento

integrado de Neto Flores (2002), que visa a “dar visibilidade para alguns resultados que costumam não aparecer em relatórios, especialmente os qualitativos”. Esses indicadores são elencados no sentido de demonstrar as variáveis disponíveis e que considerem aspectos mais complexos do processo de gestão.

Quadro 6 - Indicadores multidimensionais

| Dimensões de riqueza ou sustentabilidade | Conceito | Indicadores |
|--|--|---|
| Econômica | Controle e gestão dos recursos produtivos e dos resultados do seu próprio trabalho (acesso a crédito, acesso a mercado, direito ao trabalho, constituição de empresa ou cooperativa) | <p>Operacional: Criação de clubes de troca solidária, cooperativa e rede de empreendimentos</p> <p>De efetividade: Produção e oferta de produtos e serviços de forma individual ou coletiva; comercialização nas feiras dentro e fora da comunidade; e missão de gestão da moeda social; satisfação de necessidades de subsistência dos indivíduos e suas famílias; incentivo ao desenvolvimento econômico local; aumento da qualidade e diversificação dos produtos e serviços oferecidos e consumidos na comunidade; fortalecimento das cooperativas da comunidade; fomento à criação de novos grupos de produção</p> <p>CHA²: Capacidade gestora e empreendedorismo econômico</p> |
| Social | União das pessoas e da comunidade sob a forma de redes e teias cooperativadas de trocas de bens, serviços, ideias, favores, gestos de desprendimento e de partilha | <p>Operacional: Participação nas diversas atividades locais, reuniões e capacitações</p> <p>De efetividade: Fortalecimento dos laços sociais entre os integrantes pela convivência no grupo; exercício de convívio e respeito às diferenças; aproximações entre produtores e consumidores; ampliação de rede de relacionamentos através do ingresso de pessoas nas capacitações; exercício de processos de mútua ajuda e troca de favores, como: ensinar receitas e cuidar das crianças; identificação das necessidades de toda a comunidade; necessidades de convivência e de ajuda mútua para levar adiante o processo coletivo de constituição do clube e realização de feiras; exercício de relações solidárias através da aprendizagem de troca que não visam ao lucro</p> <p>CHA: Gestão participativa e democrática</p> |

Fonte: Adaptado de Ferrarini, 2008.

² CHA: Conhecimentos, habilidade e competências.

O quadro acima apresenta a definição de cada uma das dimensões da riqueza ou de valor e suas formas de mensuração a partir de indicadores multidimensionais. Tais conceitos dialogam com o conteúdo e com as dimensões da **eficiência cooperativista**. O quadro apresenta quatro dimensões da riqueza a serem adaptadas à eficiência, incorporando de forma indissociável elementos como: o econômico, o social, o político e o humano.

Neste trabalho, utilizaremos apenas os indicadores econômicos e sociais, por serem o foco contextual do tema apresentado.

Ainda com o objetivo de demonstrar a variedade de indicativos relacionados ao resultado da gestão de empreendimentos no formato de cooperativas, apresentamos dois quadros contendo os indicadores utilizados na construção do Sies (Sistema de Informação em Economia Solidária), correlacionando indicadores tangíveis e intangíveis. Os dois quadros seguem abaixo como referência do que é destacado pela Cartilha de Economia Solidária 2016.

Quadro 7 - Vetores de solidarismo

| AUTOGESTÃO | COOPERAÇÃO |
|---|--|
| <input type="checkbox"/> decisões fundamentais tomadas pelo conjunto de associados | <input type="checkbox"/> propriedade coletiva dos principais meios de produção |
| <input type="checkbox"/> princípio: <i>um associado, um voto</i> | <input type="checkbox"/> processo de trabalho coletivo |
| <input type="checkbox"/> eleições diretas e livres dos dirigentes | <input type="checkbox"/> rotatividade de funções e tarefas no trabalho |
| <input type="checkbox"/> voto secreto nas decisões fundamentais | <input type="checkbox"/> remuneração pelo trabalho |
| <input type="checkbox"/> uso de atas e outros registros oficiais | <input type="checkbox"/> minimização das diferenças de remuneração |
| <input type="checkbox"/> regularidade das reuniões decisórias | <input type="checkbox"/> práticas de reciprocidade e ajuda mútua |
| <input type="checkbox"/> renovação dos quadros diretivos | <input type="checkbox"/> práticas de convivência ou mística grupal |
| <input type="checkbox"/> órgãos fiscalizadores independentes da direção | <input type="checkbox"/> admissão de sócios segundo princípios |
| <input type="checkbox"/> socialização das informações entre os membros | <input type="checkbox"/> dispositivos de diluição de conflitos |
| <input type="checkbox"/> trabalhadores não associados apenas em caráter restrito | <input type="checkbox"/> elevado comparecimento nas instâncias deliberativas e consultivas |
| <input type="checkbox"/> atividades-fim realizadas apenas pelos sócios | <input type="checkbox"/> assistência a membros desfavorecidos |
| <input type="checkbox"/> aporte em capital e trabalho similar entre os sócios | <input type="checkbox"/> ações em prol da comunidade |
| <input type="checkbox"/> envolvimento dos membros na gestão cotidiana do trabalho e do empreendimento | <input type="checkbox"/> práticas de comércio justo ou intercooperação |
| <input type="checkbox"/> participação igualitária de sócios homens e mulheres | <input type="checkbox"/> filiação a instituições representativas |
| | <input type="checkbox"/> participação em movimentos sociais |
| | <input type="checkbox"/> práticas visando efeitos irradiador ou multiplicador |
| <input type="checkbox"/> total (14 indicadores) | <input type="checkbox"/> total (16 indicadores) |

Fonte: Gaiger apud Manual de pesquisa Sies 2010.

Quadro 8 - Vetores de empreendedorismo

| EFICIÊNCIA | VIABILIDADE |
|--|--|
| <input type="checkbox"/> remuneração igual ou superior ao mercado | <input type="checkbox"/> planejamento de médio e longo prazo |
| <input type="checkbox"/> melhoria nas condições de vida dos membros (habitação, saúde, escolaridade, etc.) | <input type="checkbox"/> fundos de investimento de médio e longo prazo |
| <input type="checkbox"/> fundos sociais (seguridade, saúde, descanso, etc.) | <input type="checkbox"/> expansão do trabalho ou da produção |
| <input type="checkbox"/> ações de cultura e lazer | <input type="checkbox"/> ampliação do capital do empreendimento |
| <input type="checkbox"/> preservação do capital do empreendimento | <input type="checkbox"/> diversificação ou expansão do mercado |
| <input type="checkbox"/> preservação da liquidez (capital de giro) | <input type="checkbox"/> autosuficiência econômico-financeira |
| <input type="checkbox"/> adimplência econômico-financeira | <input type="checkbox"/> aumento da remuneração média dos associados |
| <input type="checkbox"/> controle da qualidade do produto | <input type="checkbox"/> ampliação do quadro de associados |
| <input type="checkbox"/> ambiente de trabalho gratificante | <input type="checkbox"/> uso de insumos e de tecnologias limpas |
| <input type="checkbox"/> preservação do quadro de associados | <input type="checkbox"/> utilização de matérias-primas recicláveis |
| <input type="checkbox"/> contabilidade financeira | <input type="checkbox"/> tratamento de resíduos e efluentes |
| <input type="checkbox"/> cálculo dos custos dos produtos | <input type="checkbox"/> ações gerais de preservação ambiental |
| <input type="checkbox"/> estratégia para fixação dos preços | <input type="checkbox"/> processo de qualificação da força-de-trabalho |
| <input type="checkbox"/> remuneração do trabalho como variável diferenciada dos demais custos | <input type="checkbox"/> melhorias tecnológicas |
| | <input type="checkbox"/> ações educativas dos associados |
| | <input type="checkbox"/> elevado número de parcerias e articulações |
| <input type="checkbox"/> total (14 indicadores) | <input type="checkbox"/> total (16 indicadores) |

Fonte: Gaiger apud Manual de pesquisa Sies 2010.

Esses quadros demonstrativos representam reflexões sobre a pluralidade dos indicativos acerca do impacto socioeconômico da gestão de empreendimentos cooperativos. Quando comparados com o quadro de referência de meios e fins da gestão cooperativa, os quadros anteriormente apresentados fornecem as bases de análise para a construção de indicadores voltados a evidenciar de forma mais inter-relacional os resultados de uma **eficiência cooperativista**. A partir de pesquisas prévias, em bibliografia básica de gestão cooperativa e em sites especializados, não identificamos uma ferramenta de análise gerencial voltada à gestão cooperativa que evidenciasse, de forma interligada, ações sociais e econômicas relacionadas aos princípios e valores do cooperativismo. Neste sentido, o Quadro 9 (apresentado a seguir) visa a contribuir para uma análise mais plural da gestão desse modelo de organização: ele demonstra o que reconhecemos como uma **tríade da gestão cooperativa**, que incorpora: a) princípios cooperativos como balizadores ou referências interpretativas do modelo de organização quanto aos meios e fins; b) ações de resultado econômico da gestão, como objetivos-meios; e c) ações de resultado social da gestão, como objetivos-fins. Esses elementos, organizados no formato de quadro, possibilitam evidenciar referências operacionais de análise de resultados de uma **eficiência cooperativista**.

Quadro 9 - Análise demonstrativa da tríade da gestão cooperativa

| Princípio cooperativo (Referências) | Resultado econômico (Objetivos-meios-meios) | Ação e resultado social (Objetivos-fins) |
|--|---|---|
| 1. Adesão voluntária e livre | <ul style="list-style-type: none"> - Ampliação do quadro de associados, e consequentemente de capital integralizado a cooperativa - Ampliação de inserção financeira na comunidade - Potencialização dos ativos sociais e econômicos | <ul style="list-style-type: none"> - Potencialização de ações de lideranças locais a fim de fomentar a participação na cooperativa - Fomento à construção de vínculos comunitários locais - Fortalecimento do capital político e humano da cooperativa |
| 2. Gestão democrática pelos associados | <ul style="list-style-type: none"> - Aumento da participação nas assembleias da cooperativa – representa maior envolvimento e fidelização destes - Potencialização da rotatividade da gestão - Ampliação de lideranças locais - Estímulo maior à fidelização do associado | <ul style="list-style-type: none"> - Criação de ambientes democráticos, bem como investimento em formação continuada voltada à qualificação da participação do associado - Fortalecimento do capital político e humano da cooperativa - Potencialização da transparência de gestão - Aumenta do envolvimento do associado - Manutenção do capital político e social da cooperativa |
| 3. Participação econômica dos associados | <ul style="list-style-type: none"> - Ampliação de cotas-partes da cooperativa - Ampliação de ativos tangíveis e intangíveis - Ampliação da cultura empreendedora dos associados com isto gerar mais ativos para a cooperativa - Ampliação do fundo de reserva e Fates | <ul style="list-style-type: none"> - Construção de benefícios aos associados, que agreguem valor à relação de trabalho junto à cooperativa - Valorização do associado e dos potenciais deste de empreender |
| 4. Autonomia e independência | <ul style="list-style-type: none"> - Ampliação da sustentabilidade - Ampliação de ativos | <ul style="list-style-type: none"> - Fortalecimento de ações comunitárias de autonomia tanto da cooperativa como dos associados e comunidade (em âmbito político e econômico) |
| 5. Educação, formação e informação | <ul style="list-style-type: none"> - Ampliação da variedade de ativos - Maior controle e transparência da gestão | <ul style="list-style-type: none"> - Investimento na disseminação de uma cultura cooperativista e comunitarista - Ampliação da qualificação participativa do associado - Formação continuada, a fim de qualificar a relação de conhecimento dos associados e da comunidade local sobre a importância do cooperativismo - Gestão do capital intelectual da cooperativa |

| | | |
|---------------------------------|--|---|
| | | <ul style="list-style-type: none"> - Potencialização da autogestão - Aumento do capital intelectual da cooperativa - Aumento do capital social |
| 6. Intercooperação | <ul style="list-style-type: none"> - Potencialização de ações em redes de cooperação - Geração de mais ativos entre associados e comunidade cooperativa - Ampliação da integração cooperativa - Ampliação da economia cooperativa - Fortalecimento do setor | <ul style="list-style-type: none"> - Fortalecimento das relações entre cooperativas de forma multidimensional – tanto entre os ramos do cooperativismo em âmbito microrregional como macrorregional - Acréscimo de valor às relações junto a outras cooperativas - Aumento do capital comunitário em rede - Aumento do capital político |
| 7. Compromisso com a comunidade | <ul style="list-style-type: none"> - Ampliação da fidelização do associado e da comunidade - Ampliação da aderência da cooperativa com a comunidade | <ul style="list-style-type: none"> - Envolvimento nas necessidades da comunidade, atuação na formação e fortalecimento de vínculos fusionais, não utilitaristas - Aumenta o capital comunitário em rede - Aumento do capital político |

Fonte: Elaborado pelo autor.

A construção deste quadro possibilita demonstrar de forma sintética os capitais com base em ações multidimensionais relacionadas aqui à **tríade da gestão cooperativa**, no sentido de evidenciar as possibilidades de uma interpretação gerencial dos princípios do cooperativismo como um vetor estratégico de desenvolvimento desse modelo de organização. Fica evidenciada a inter-relação entre as ações da dimensão econômica e como elas influenciam os resultados das ações sociais. Neste sentido, é importante destacar que as dimensões social e econômica não estão em escala de hierarquia; sendo assim, entendemos que algumas ações podem – dependendo do contexto – começar por uma ação social capaz de influenciar o resultado na dimensão econômica – e vice-versa. Tudo depende do contexto da cooperativa. Destacamos, a título de exemplo, algumas ações gerenciais que têm por base os princípios cooperativistas na geração de desdobramentos sociais e econômicos:

a) Princípio da gestão democrática dos associados: pode ser facilmente relacionado à governança cooperativa, à organização social dos associados, aos meios de comunicação estratégicos internos da cooperativa, aos canais de transparência, aos boletins informativos e ao fortalecimento de ações de nucleação das redes sociais como forma de fortalecer os vínculos com o associado.

b) Princípio da autonomia e independência: busca dar foco à sustentabilidade da organização com base no empreendedorismo junto ao associado, na não dependência de um único setor de trabalho e na autonomia tanto em relação ao primeiro setor como ao segundo setor.

c) Princípio da educação e formação: está relacionado à gestão do conhecimento e fortalecimento do capital intelectual, tanto do corpo social da cooperativa como de novas lideranças. Também inclui incentivos à formação continuada de associados e filhos de associados, investimento em educação cooperativista para os diferentes níveis de formação da cooperativa, investimentos em pesquisa e inovação, intercâmbios de conhecimento entre cooperativas e redes de apoio.

d) Princípio da intercooperação: incentiva ações em redes de cooperação, organização ou fomento de cadeias produtivas com base em cooperativas, investimento em consumo ético e internacionalização de cooperativas – esta última não sendo focada apenas no setor de negócios, mas também nas trocas de experiências e nas plataformas de negócios voltados a intercâmbios nas redes de cooperativas internacionais.

e) Princípio do compromisso com a comunidade: reconhecido como responsabilidade social, propicia investimento em desenvolvimento regional, estímulo a cadeias produtivas locais voltadas a cooperativas e apoio a fóruns locais com a comunidade para identificar estratégias para um desenvolvimento local sustentável.

As possibilidades de uso desse quadro são multidimensionais, com potencial de adequação às peculiaridades de cada ramo do cooperativismo e do contexto regional e microrregional – não representando, assim, uma matriz única, mas adaptável ao plano de ação estratégico de cada cooperativa. Para os objetivos metodológicos desta pesquisa, o quadro possibilitou a organização das análises decorrentes da sistematização dos dados finais, bem como das considerações. Outra questão que fica evidenciada através desse quadro é a sinergia de capitais tangíveis e intangíveis do processo de gestão. Uma vez que essa sinergia é identificada, a capacidade de gerar resultados multidimensionais é potencializada.

6. CAPITAL SOCIAL E A PROPOSTA COOPERATIVA: PERSPECTIVAS E LIMITES

A segunda ferramenta relacionada ao aprofundamento interpretativo trabalha na delimitação de um tipo de capital social específico do cooperativismo, e que por sua complexidade necessita ser delimitado quanto à sua abordagem. Objetiva-se, assim, identificar subsídios de análise a fim de delimitar as interpretações desse termo relacionadas à proposta cooperativista. Essa delimitação visa a localizar teoricamente a direção argumentativa do conceito de “capital social” no contexto específico do cooperativismo.

6.1 Abordagens de capital social

Em uma perspectiva histórica, o conceito de “capital social” é reconhecido como uma abordagem em construção dentro da sociologia e, conseqüentemente, carece de um corpo teórico definido e coerente. No entanto, é também reconhecido por fornecer subsídios para análises que identificam os atores sociais e/ou as ações coletivas como catalisadores para modelos de desenvolvimento mais sustentáveis e democráticos.

Correa (2003) identifica duas abordagens comparativas principais sobre as definições de “capital social”, iniciando com a abordagem de Bourdieu (1998), que distingue três dimensões de capital social: (a) capital identificado com sentido econômico; (b) forma cultural relacionada a sentidos de organização; (c) construção de redes de apoio, na dimensão social. Em Bourdieu, o capital social se torna um recurso ou uma estratégia nas lutas sociais, nos conflitos de classe, demonstrando a conotação utilitarista das redes sociais. Neste sentido, as relações de sociabilidade seriam formas de aumentar a capacidade de um sujeito de satisfazer seus próprios interesses. Em contrapartida, autores como Coleman, Woolcock e Putnam definem o termo de forma distinta da abordagem de Bourdieu, mas com visões parecidas entre si. Para eles, “capital social” é uma construção de organização social – incluindo confiança, normas e redes de relacionamento – que pode melhorar a eficiência da sociedade pela ação coordenada, cooperativa e coletiva. Descrevem o capital social como “investimento em relações sociais pelos indivíduos através do qual eles adquirem recursos para realçar os retornos instrumentais esperados ou ações expressivas”.

Centenaro (2013) traz um quadro comparativo das diferentes abordagens de capital social, a fim de demonstrar a complexidade da delimitação do conceito:

Quadro 10 - A evolução da aplicação dos diferentes conceitos de “capital social”

| Referência | Período | Aplicação do conceito |
|---|----------------------------------|---|
| Lyda Judson Hanifan | 1916 | Segundo a autora, a comunidade se beneficiaria da cooperação de todos e quando as pessoas criam o hábito de se relacionar por razões sociais de lazer ou econômicas, essa rede de relações (ou capital social) pode ser dirigida para o bem-estar da comunidade. Hanifan, em 1916, usou o termo “capital social” para explicar a importância da participação da comunidade na melhoria do desempenho escolar. |
| Jane Jacobs | Década de 1960 | Para a autora, o conceito de “capital social” enfatiza a importância de redes informais de sociabilidade nas grandes metrópoles, demonstrando como redes sociais sólidas em áreas urbanas de uso misto constituíam uma forma de capital social que encorajava a segurança pública. |
| Glenn Loury e Ivan Light | Década de 1970 | Utilizam o termo na análise do problema de desenvolvimento econômico em áreas centrais das grandes cidades americanas. Neste estudo, os autores descobriram a ausência de laços de confiança, cooperação e conexão social na comunidade afroamericana, sendo que essa característica se constituía em um dos legados mais perversos da escravidão. |
| Pierre Bourdieu | Década de 1980 | Bourdieu definiu “capital social” como o agregador de recursos potenciais que possibilitavam o pertencimento duradouro a determinados grupos e instituições. Mostrou que o capital social não pode ser desvinculado do capital econômico (muito menos adquirir autonomia), para cuja reprodução contribui. |
| James Coleman | Final da década de 1980 | O autor destaca o capital social como um mecanismo de satisfação e completude para a vida social. Além disso, Coleman afirma que esse tipo de capital permite a criação de certos bens que, sem a sua presença, seriam impossíveis. |
| Robert Putnam | Década de 1990 | Putnam debate o papel do capital social e da sociedade civil na Itália e nos Estados Unidos. Afirma que o estudo do capital social tem como enfoque o desempenho das instituições democráticas. |
| Banco Mundial, Banco Interamericano de Desenvolvimento e Unesco | Segunda metade da década de 1990 | Usam o conceito como um ativo dos setores pobres, o qual poderia agir como mecanismo para superar ou, pelo menos, aliviar tal condição. |

Fonte: Adaptado de D’Araujo, 2010.

Tendo como referência uma análise comparativa com base no quadro apresentado, é possível identificar nas diferentes interpretações alguns elementos

convergentes. Neste sentido, Putnam (2001) considera que as diferentes abordagens interpretativas de “capital social” têm alguns aspectos comuns assim explicitados: (1) integram os campos político, econômico e social e subentendem que as relações sociais influenciam a forma como os mercados e Estados operam, assim como são influenciadas por esses mercados e Estados; (2) convergem para a análise dos atores e a forma como eles estabelecem relações estáveis e confiáveis entre si, incrementando tanto a eficiência individual quanto a coletiva; (3) apontam que o capital social pode ser fortalecido, mas que esse processo exige uma gama de recursos de natureza variada; (4) na medida em que os bens derivados de instituições públicas não podem ser apropriados privativamente, as pessoas tendem a apoiar as relações sociais e as instituições. Neste sentido, o traço que diferencia o capital social de outros tipos de capital é a ênfase nas vantagens resultantes para as classes historicamente excluídas. Putnam (2001) assegura que, em uma comunidade cívica, a cidadania se envolve nas questões de interesse comum, participa na vida pública, é solidária, confiante e tolerante, embora não negue os conflitos de interesse, e se engaja em organizações cívicas que incorporam e reforçam esses valores.

Como forma de relacionar a dimensão estatutária da organização cooperativa com o conceito de “capital social”, utilizamos as considerações de Putnam (2001), contextualizando o capital social dentro das normas adotadas pelo Banco Mundial em sua avaliação de projetos de desenvolvimento. De acordo com essas considerações, o capital pode ser identificado como: (a) capital natural, que se caracteriza pelos recursos naturais do país; (b) capital financeiro, que se compõe dos bens de capital, capital financeiro e imobiliário, entre outros produzidos pela sociedade; (c) capital humano, constituído por saúde, nutrição e educação da sociedade; e (d) capital social, que significa a capacidade da sociedade de estabelecer laços de confiança interpessoal e redes de cooperação com objetivos coletivos. Sendo assim, o traço que distingue o capital social de outros tipos de capital (econômico, cultural, político e organizacional) é a ênfase nas vantagens que resultam da construção de vínculos sociais – como forma de gerar outros capitais e integrá-los.

Diferentemente da proposta apresentada por Bourdieu, autores como Putnam (2000) e Coleman (1990) relacionam “capital social” com o sentido de comunitarismo, e não com valores utilitaristas ou de mercado. Para eles, trata-se de um valor da comunidade, gerador de bens públicos, pelos quais todos se beneficiam.

Na mesma linha reflexiva de Putnam e Coleman, Baquero (apud CATTANI, 2003) utiliza, para a delimitação de sua análise, um aprofundamento metodológico sobre duas dimensões do capital social que se interligam mutuamente: o estruturalismo e o cognitivismo.

a) **Na dimensão estrutural**, a relação dá-se na composição das instituições locais e em suas práticas (tanto formais quanto informais), que atuam em prol de modelos de desenvolvimento local. O capital social, nessa dimensão, constitui redes colaborativas horizontais que geram um processo de tomada de decisões de forma democrática, tendo como base relações de confiança e comunitarismo.

b) **Na dimensão cognitiva**, a relação dá-se com um conjunto de valores, atitudes, normas sociais e comportamentos que se observam dentro das comunidades, como confiança interpessoal, solidariedade, reciprocidade e cooperação.

As duas dimensões agem de forma integrada: as dimensões cognitivas referem-se a ações cooperadas das pessoas envolvidas em prol de objetivos comuns, e a dimensão estrutural busca relacionar o processo operativo dessas ações. Segundo Baquero (apud CATTANI, 2003, p. 31):

Em tal contexto, as relações de confiança interpessoal e institucional, e os recursos gerados por elas, propiciam constituições de capital social, fundamental para o desenvolvimento de estratégias de bem-estar comum. O ponto fundamental a ser respondido é como tal confiança generalizada surge? Basicamente, três vertentes de pensamento têm as fontes geradoras de confiança: a) atividade voluntária se constitui no mecanismo essencial para sustentar a confiança generalizada; b) a confiança surge como resposta a experiências pessoais e com instituições fora do universo daquelas pequenas associações das quais um indivíduo é filiado; c) há um leque de instruções que promovem o capital social além das associações voluntárias, tais como: família, as escolas, os meios de comunicação.

Podemos destacar, a partir das considerações de Baquero, a importância de identificar elementos que atuem como fontes geradoras de hábitos de cooperação ou, de outra forma, que incentivem a construção de ambientes que potencializem uma cultura de cooperação.

O autor destaca estudos de caso que evidenciam as relações entre capital social e a promoção de bem comum, estimuladas por entidades geradoras: (a) a criação da Villa El Salvador, no Peru; (b) as feiras de consumo familiar na Venezuela; (c) a experiência do orçamento participativo em Porto Alegre (KLIKSBERG, 2000 apud CATTANI, 2003).

6.2 Capital social e cooperativismo

O aprofundamento sobre a relação entre cooperativismo e capital social potencializa uma compreensão deste modelo de organização como elemento gerador de capital social. Neste sentido, Schneider (2003, p. 98) salienta:

A cooperativa é importante instância para ajudar a construir o **capital social**, hoje tão descuidado e do qual tanto fala Amartya Sen, Prêmio Nobel da Economia em 1998 e também corroborado por Putnam e Coleman. Segundo eles, o desenvolvimento das nações é determinado por um **leque de capitais**: o **capital natural** (recursos naturais, terra, água), o **capital físico** (construções, móveis, veículos), o **capital financeiro** (dinheiro, ações), o **capital humano** (educação, saúde) e o **capital social**. Até recentemente, só os 4 primeiros eram considerados responsáveis pelo crescimento dos povos. Mas, especialmente após a queda dos muros, ficou claro que eles não eram suficientes para um desenvolvimento equitativo e sustentável. Surgiu daí a tese do capital social, como quinto elemento. Consiste em que as pessoas devem participar de organizações que realizam negócios, com vistas ao progresso social e econômico. O capital social é, portanto, a base da equidade, porque as pessoas confiam umas nas outras, para trabalhar solidariamente. E, parafraseando Roberto Rodrigues, **as cooperativas são os referenciais para geração de confiança, participação e parceria, elementos do capital social**. Mas, ao mesmo tempo, elas são o braço econômico da organização social.

Neste sentido, Laidlaw (1981, p. 55) argumenta que a proposta cooperativa é um elemento motivador de ações cooperadas na comunidade:

No contexto de alguns autores que analisam o lado social das cooperativas, Laidlaw conceitua a cooperativa como “um grupo de pessoas, grande ou pequeno, comprometido na ação conjunta, baseada na democracia e no esforço próprio, visando a prestar um serviço ou concretizar um acordo econômico, que seja socialmente desejável e proveitoso para todos os seus participantes.

Temos, nessa definição, vários elementos que nos permitem caracterizar o empreendimento **cooperativa**, com base no seu caráter estatutário, como efetiva “empresa cidadã”, também considerando seu caráter comunitário, democrático e realmente prestador de serviços para o atendimento das necessidades dos associados e da própria comunidade em geral. Segundo Bogardus (1964, p. 77), “a finalidade das cooperativas não se limita meramente a fazer negócios, mas também a **recriar comunidades** instaurando novos processos de ajuda mútua e novos métodos de organização e trabalho”. Neste sentido, o autor reconhece que a organização cooperativa pode contribuir para recriar e fortalecer comunidades, promovendo a ajuda mútua naquelas comunidades mais carentes e necessitadas de apoio – ou, também,

promovendo a cooperação entre cooperativas de ramos diferentes, reforçando umas às outras e recriando, assim, o sentido comunitário das mesmas.

Tendo em vista a complexidade do conceito, podemos considerar que as variáveis relacionadas ao uso do termo “capital social” não são necessariamente dicotômicas ou excludentes, podendo atuar de forma dialógica e recursiva. Sendo assim, a falta de uso consensual do termo demonstra a sua complexidade e sua abrangência de significações de acordo com o contexto proposto.

Como forma de relacionar o cooperativismo com as potencialidades do capital social, encontramos a prerrogativa de que “a organização cooperativa surge potencialmente em momentos de dificuldade como uma alternativa de enfrentamento social e coletivo a situações de vulnerabilidade, contribuindo assim para o desenvolvimento regional”. (SCHNEIDER, 2007). Essa referência é recorrente na “comunidade cooperativista”, assim como na ONU e na OIT, em suas resoluções citadas anteriormente. Nas considerações apresentadas neste trabalho, levamos em conta que as prerrogativas de referência da organização cooperativa são democráticas e solidárias. Cooperativas voltadas ao fortalecimento do comunitarismo possibilitam a identificação de ativos sociais disponíveis nas comunidades, apresentando ações de cooperação. Hogan e Marandola (2006), assim como Kaztaman (2000), reconhecem o comunitarismo e a solidariedade como ativos disponíveis, com condições de apresentar respostas diante de situações de risco ou constrangimentos de comunidades ou indivíduos.

Esses ativos sociais atuam como elementos geradores de um aumento gradual de capital social, potencializando a organização de um empreendimento cooperativo. Neste sentido, podemos reconhecer que os ativos sociais da cooperativa, identificados na gestão do capital social, representam um fator estratégico para o desenvolvimento desse modelo de organização. No entanto, uma ação de cunho inverso, ou seja, de descaso com o capital social da cooperativa, pode gerar sua degradação como empresa social e, com base no princípio da reciprocidade, pode potencializar sua precariedade como empresa econômica. Neste sentido, este trabalho pretende contribuir para reflexões mais complexas da relação entre ativos sociais intangíveis na dimensão do empreendimento cooperativo, isto é, na gestão do **capital social** voltado às prerrogativas do cooperativismo, por reconhecermos que o capital social gerado na dimensão do nosso objeto empírico representa um modelo diferenciado de capital social.

6.3 Capital social cooperativista: um conceito multidimensional

De acordo com as considerações de Schneider (2007), torna-se estratégico para a gestão cooperativa identificar a intrínseca relação entre o cooperativismo e os princípios do capital social. Pode-se compreender, assim, o capital social como um ativo intangível da cooperativa, necessitando ser avaliado no processo de gestão do empreendimento. Objetivou-se, neste sentido, demonstrar que os investimentos de fundo social da cooperativa em questão, delimitada como objeto empírico, têm contribuído para o fomento da construção desses ambientes, atuando como fonte geradora de um capital social cooperativista.

Como base nas considerações apresentadas e nas delimitações epistemológicas, reconhecemos o conceito de “capital social cooperativista” como sendo: o resultado da ação recíproca entre os princípios do cooperativismo e o fortalecimento de vínculos sociais entre a cooperativa e a comunidade, em prol de um objetivo comum de desenvolvimento socioeconômico. O desenvolvimento gerado por esse modelo de capital social reconheceria as dimensões individual, comunitária e institucional como sendo codependentes ou recíprocas.

Reconhecemos que a delimitação desse conceito possibilita compreender a natureza dos vínculos gerados junto à comunidade local, bem como a abrangência das ações de fomento direcionadas à cultura cooperativista e aos resultados esperados dessas ações. Estas indagações nos remetem a outra pergunta: de que forma o cooperativismo operacionaliza essa organização? Dito de outra forma: como a cooperativa Sicredi Pioneira atua na condição de agente gerador de capital social? A tentativa de responder estas indagações possibilita abrir o quadro de análise amplo sobre os sentidos de resultado da cooperativa.

O capital social não é uma entidade única, pois ele ocorre e se fortalece em diversos âmbitos, dimensões e relações. Por isso, é tido como multidimensional (BANDEIRA, 2007). Neste trabalho, reconhecemos essa multidimensionalidade do conceito, mesmo mantendo a referência de Coleman como a principal (ainda que não exclusiva), por reconhecê-la como a mais próxima das diretrizes da proposta cooperativista. Coleman (1990) reconhece, como já foi descrito anteriormente, que o capital social é uma consequência do engajamento de indivíduos em atividades que exigem sociabilidade, e demonstra ao mesmo tempo que os laços sociais e as normas compartilhadas podem fomentar a eficiência econômica a partir do acúmulo desse

capital. Essa é uma das bases argumentativas deste trabalho. Woolcock e Narayan (2000 apud BANDEIRA, 2007, p. 101) afirmam que

[...] atualmente, ganha força o consenso na definição de capital social na qual o mesmo é tido como sendo constituído pelas normas e redes que facilitam a ação coletiva. Além disso, destaca o autor, é necessário também distinguir entre as fontes e as consequências do capital social. As fontes são, principalmente, as redes sociais, formais ou informais. Confiança, tolerância e normas de reciprocidade, bem como outras atitudes e disposições comportamentais que contribuem para aumentar a propensão à cooperação, devem ser consideradas como resultado dos processos de interação que ocorrem dentro das redes que constituem as fontes do capital social.

Como forma de refinar a análise da pesquisa a fim de evidenciar a multidimensionalidade do **capital social cooperativista**, tendo sempre em vista o hibridismo desse modelo de empreendimento, identificamos em Woolcock e Narayan (2000) a necessidade de delimitar o termo “capital social” considerando fatores como sua existência (fonte) e sua intensidade (consequências) em uma dada região. Bandeira (2007, p. 89) evidencia, neste sentido, a importância de identificar as ações de fonte. A participação em associações voluntárias e as redes informais de sociabilidade são variáveis para se identificar a existência de fontes de capital social; e a participação política e a variável “confiança” são fatores primordiais para a averiguação da intensidade (consequências) do capital social na região a ser estudada. Com base nessa perspectiva, identificamos em Bandeira (2007, p. 101) considerações recorrentes sobre o fenômeno:

A participação em associações voluntárias é um dos indicadores mais utilizados na análise do capital social, e a existência de uma densa rede de organizações da sociedade civil, em um determinado território, tem sido considerada pela literatura como um dos principais indicadores da sua abundância. As cadeias de relações que se estabelecem dentro destas organizações constituem um dos principais tipos de redes sociais existentes nas regiões, o que faz com que os processos de interação que ocorrem em seu interior devam ser considerados como importantes fontes de capital social.

O aspecto “confiança”, segundo Bandeira (2007, p. 117), é considerado pela literatura como uma das principais consequências do capital social. O aspecto mais utilizado refere-se à confiança generalizada, ou seja, a confiança em outras pessoas, instituições e organização. No âmbito da pesquisa, reconhecemos que as consequências das ações da cooperativa estudada têm contribuído para o desenvolvimento de um contexto de relações de vínculos sociais ligados à proposta cooperativista. Seguindo essa análise, a cooperativa atua como fonte geradora de um tipo de capital social

específico voltado à cultura cooperativista. É neste sentido que reconhecemos a existência de um capital social cooperativista.

Com base nas argumentações, reconhecemos como delimitação do tema que o capital social se retroalimenta entre ações geradoras e ações consequentes (rebatimento). Ou seja, as próprias ações que ocorrem graças à presença do capital social são, na maioria das vezes, ações que tendem a gerar novos aumentos no nível local de capital social – bem como ações que geram capital social tendem a gerar também reflexos positivos. Porém, isso não impede que ações que reduzam o capital social também possam ocorrer simultaneamente.

Ainda no sentido de evidenciar as formas de análise e de identificação de capital social em determinado contexto, Grootaert et al. (2003, p. 7) relatam a existência de duas classificações para o capital social: o capital social de “ligação” diz respeito aos laços entre pessoas similares, no sentido de que compartilham características demográficas tais como familiares, vizinhos, amigos e colegas de trabalho; e o capital social de “ponte” é constituído pelos laços que ligam as pessoas que não compartilham muitas dessas características.

Ainda em conformidade com Grootaert et al. (2003, p. 7), evidencia-se que:

Recentemente, alguns estudiosos sugeriram uma terceira classificação conceitual. Chamada capital social de “conexão”, essa dimensão refere-se aos laços mantidos com as pessoas que detêm posições de autoridade, tais como representantes de instituições públicas (polícia, partidos políticos) e privadas (bancos).

Esse desenvolvimento conceitual nasceu de uma preocupação que perdurava havia algum tempo de que pode haver (e geralmente há) uma enorme heterogeneidade – tanto demograficamente como em termos de sua importância para o bem-estar imediato ou futuro de um indivíduo – entre aqueles que podem ser identificados possivelmente como parte do capital social de ponte de uma pessoa. Enquanto o capital social de ponte, como a metáfora sugere, é essencialmente horizontal (isto é, conecta as pessoas de posição social mais ou menos igual), o capital social de conexão é mais vertical, uma vez que conecta as pessoas a recursos políticos (e outros) chave e instituições econômicas – isto é, entre diferenciais de poder. Barquero (2003) enfatiza que não é a mera presença destas instituições (escolas, bancos, agências de seguro) que constitui o capital social de conexão, mas antes a natureza e a extensão dos laços sociais entre clientes e provedores, muitos dos quais são um meio inerente à prestação destes

serviços (tais como ensino, expansão agrícola, medicina geral, etc.). O autor afirma que o acesso ao capital social de conexão é fundamental para o bem-estar, especialmente em países e comunidades pobres, onde muito frequentemente os bancos cobram taxas de juros abusivas, a polícia é corrupta e os professores faltam ao trabalho. Líderes locais e intermediários contribuem para facilitar as conexões entre as comunidades pobres e a assistência externa ao desenvolvimento (incluindo programas governamentais), constituindo, assim, uma importante fonte de capital social de conexão (BARQUERO, 2003).

Apesar de o capital social representar a consolidação de elementos de ligação comunitária, reconhecemos, a partir de Bandeira (2000), que não existe uma relação linear entre capital social e desenvolvimento regional. O autor afirma que, embora um bom estoque de capital social favoreça o desenvolvimento regional, essa não é uma condição suficiente para que ele aconteça. Barquero (2003 apud BAQUERO; BAQUERO, 2007, p. 136) argumenta que

[...] é questionada a capacidade de o capital social, uma vez instalado, ter efeitos duradouros. Dessa forma, embora o capital social seja essencial, não seria condição suficiente para o desenvolvimento numa perspectiva social, passando pela necessidade do investimento contínuo de ações para o fortalecimento deste capital.

Ainda nessa linha de argumentação, Lima (2005) destaca que a existência de uma cooperativa não é garantia de engajamento democrático ou produção de capital social, pois as relações que se estabelecem podem ser meramente de reprodução das relações de dominação e de alienação da sociedade capitalista. Reconhecemos, neste sentido, que não é a organização de empreendimento cooperativo que potencializa o capital social, mas sim a forma como a sua gestão identifica suas ações, tanto na comunidade como na relação com os associados de forma a fortalecer este aspecto do empreendimento. Neste sentido, também reconhecemos que nem toda organização de empreendimento cooperativo tem como base de suas ações e de gestão os princípios e valores cooperativistas.

Nesta pesquisa, reconhecemos – em um conjunto de ações da cooperativa de crédito Sicredi Pioneira – indícios de que a instituição atua em ações voltadas a diretrizes cooperativistas, também buscando o fortalecimento do capital social cooperativista para além do mero crescimento econômico-financeiro – o que poderia ser

reconhecido como um fortalecimento dos resultados voltados a uma eficiência cooperativista.

Maciel (2001, p. 284) tece uma argumentação neste sentido, reconhecendo que ações que estimulam o aumento do fluxo de capital social e, conseqüentemente, do estoque, são imprescindíveis – visto que as relações voltadas exclusivamente para relações utilitaristas atuam como um processo corrosivo dos vínculos sociais voltados ao comunitarismo.

Franco (2001) aponta para a importância do capital social, afirmando que, em uma região de elevado nível de capital social, as sociedades (ou parte delas) exploram melhor as oportunidades ao seu alcance; as organizações tornam-se mais eficientes; os chamados custos de transação são reduzidos; as instituições funcionam melhor; reduz-se a necessidade do uso da violência na regulação de conflitos; são produzidos mais bens públicos e privados; são constituídos mais atores sociais e a sociedade civil torna-se mais forte. Segundo Putnam (1997 apud BAQUERO; BAQUERO, 2007, p. 137):

[...] pesquisas empíricas levadas a cabo num contexto amplo têm confirmado que as normas e redes de engajamento cívico (capital social) podem melhorar a educação, diminuir a pobreza, controlar o crime, propiciar o desenvolvimento econômico, promover melhores governos e até reduzir os índices de mortalidade.

Quanto aos elementos geradores de capital social, duas correntes de pensamento são observadas: uma afirma que o capital social é fruto de padrões de longo prazo, em certa região; e, para a outra corrente, as iniciativas privadas ou públicas podem promover a participação dos atores locais por meio de uma entidade de ponte ou de uma fonte de capital social.

6.4 Sobre análise de capital social em pesquisas qualitativas

Tendo como referência de análise a delimitação de um tipo específico de capital social relacionado ao cooperativismo, identificamos inicialmente as dificuldades de uma delimitação adequada deste conceito no âmbito da gestão de cooperativas. Neste sentido, as pesquisas preliminares apontaram para um quadro ainda incipiente de análise teórica voltado a este campo.

Pesquisadores como Bandeira (2007) também relatam a dificuldade na obtenção de dados de análise sobre o capital social, assim como dados secundários para as

pesquisas da área. O autor destaca que análises qualitativas referentes a capital social requerem um enquadramento muito específico e adequado a uma análise contextual detalhada. Evidencia-se, assim, a importância de extrair o máximo possível de informações a partir dos dados disponíveis. No âmbito desta pesquisa encontramos dificuldades também em encontrar outros artigos e pesquisas relacionadas ao tema. Em consultas prévias em duas plataformas de dados, foi feito um levantamento bibliográfico entre 2014 e 2016 no portal Scielo Brasil (www.scielo.br) e no banco de trabalhos acadêmicos da Capes com o termo “capital social e gestão de cooperativas”, onde identificamos aproximadamente 16 pesquisas acadêmicas de doutorado e 24 de mestrado relacionadas ao tema. No entanto, apenas oito dessas pesquisas tratam do tema “capital social” como ativo intangível relacionado à gestão de empreendimento cooperativo; o restante trata do termo “capital social” como cota-parte, dentro da análise corrente, voltando-se à análise da construção de uma rede social de apoio ou de relação com os *stakeholders*, focando no associativismo e no desenvolvimento rural. Em pesquisa prévia nesses portais, procuramos por termos inter-relacionados ao tema da gestão cooperativa, como “formas de análise de eficiência em cooperativas ou cooperativas de crédito” e “gestão do capital social em cooperativas”. As pesquisas encontradas foram do nível de pós-graduação, como as de: Marcio Daniel Bechr (2003); Lecian Gilberto Conrad (2010); Denis Alexandre Maria Pereira e Wander Pereira (2014); todas relacionadas ao curso de pós-graduação em gestão de cooperativas da Unisinos. No entanto, não foram encontrados resultados que abordassem o tema dentro das hipóteses ou objetivos apresentados neste projeto de pesquisa, nem tampouco foram identificadas pesquisas relacionadas ao termo “capital social cooperativista”, conceito este que referenciamos aqui como específico do empreendimento cooperativo. O termo “capital social”, dentro de pesquisas acadêmicas sobre cooperativismo e mesmo em periódicos e artigos ligados a esse campo de pesquisa, tende a ser diretamente relacionado ou reduzido ao sentido de participação econômica dos sócios, a cota-parte. É recorrente, neste sentido, reduzir a compreensão de resultados de eficiência na gestão cooperativa à sustentabilidade e à ampliação dos ativos tangíveis do empreendimento. Resultados voltados aos ativos intangíveis e sinergia de capitais representam um campo de pesquisa ainda incipiente no contexto da gestão e produção de conhecimento voltadas a indicadores de eficiência na gestão de empreendimentos cooperativos.

As poucas pesquisas relacionadas ao termo “capital social”, dentro do campo dos ativos intangíveis e com enfoque na gestão de empreendimentos cooperativos,

fôram encontradas nos artigos de Schneider (2003), Ximenes (2011) e Rambo e Rûcket (2008). Com base nos portais de pesquisa descritos, em uma busca por estudos voltados à relação entre a eficiência de cooperativas de crédito e o capital social, foram identificados temas aproximados na dissertação de mestrado em economia de B. de Alencar Gama Lyra (2011), USP, e de Paulo Stigert (2013), sendo esta última uma dissertação de mestrado em contabilidade realizada na UFMG.

Quanto às experiências de pesquisas sobre o tema encontramos algumas referências que contribuíram na delimitação da metodologia desenvolvida na organização e categorização das entrevistas. Spellenberg (2001, p. 16) informa ser de fato importante definir qual o tipo de mensuração que será estudada na pesquisa. Ou seja, é importante estipular a mensuração do nível de capital social em determinado local ou a mensuração de fluxos desse capital. Ou seja, definir categorias de análise dos tipos de ocorrência de capital social. Isso deve ser feito através de levantamentos sobre ações que estejam ocorrendo e que possam contribuir para o aumento do capital social.

No caso deste trabalho, avaliamos que a cooperativa Sicredi Pioneira, como uma entidade privada, atua como uma instituição promotora de capital social específico, gerando ações que atuam como fonte de capital social cooperativista em âmbito regional. As próximas etapas da tese visam a demonstrar essa relação entre as ações de fonte geradora e os resultados obtidos junto à comunidade envolvida nas ações.

7. DELIMITAÇÃO DO CAMPO EMPÍRICO

Para o campo empírico, iniciamos com uma delimitação do contexto do cooperativismo, a fim de evidenciar a importância deste modelo de organização no cenário mundial, nacional e do estado; em um segundo momento, abordamos o contexto do ramo cooperativo onde essa cooperativa está inserida, a fim de demonstrar a importância desse setor do cooperativismo; em um terceiro momento, tratamos do contexto de surgimento da Sicredi Pioneira, para demonstrar o desenvolvimento do sistema Sicredi.

7.1 O contexto do cooperativismo

Para contextualizar o cooperativismo como organização econômica, apresentamos um recorte de demonstrativos quantitativos e qualitativos a fim de evidenciar a importância deste modelo de organização no cenário nacional e estadual. A abordagem descritiva explicativa foi incorporada como forma de destacar a interpretação do pesquisador sobre os dados apresentados.

Como uma delimitação prévia, podemos identificar o registro de cooperativas em subdivisões que no campo do cooperativismo denominam vários ramos:

a) Agropecuário: cooperativa de produtores rurais que procuram aperfeiçoar os processos de produção e obter preços melhores de venda, eliminando o atravessador (NAMORADO, 1995). A ideia é que os próprios produtores possam vender seus produtos diretamente ao consumidor, sem a figura do intermediário, somando ao seu resultado as suas sobras (o lucro que seria do atravessador).

b) Crédito: são as cooperativas de crédito urbanas (crédito mútuo) ou rurais. Têm por objetivo realizar operações financeiras para seus associados, com custos de tarifas e juros para empréstimos menores, além de fomentar outros empreendimentos cooperativistas.

c) Educacional: existem dois segmentos de cooperativas educacionais. O primeiro é o daquelas formadas pelos pais, os quais constroem o patrimônio físico da escola e administram todo o processo escolar. Segundo Veiga (2005, p. 48), “o objetivo é muito maior que a simples busca de redução de custos, que o ganho econômico. É a busca de uma formação educacional sociopolítica e ideológica”. O segundo segmento é

o das cooperativas educacionais formadas pelos alunos das Escolas Agrotécnicas Federais, voltadas à difusão da prática e dos ideais cooperativistas.

d) Trabalho: são as cooperativas que agrupam diversos tipos de profissionais. Por ser o objeto de estudo desta pesquisa, elas serão detalhadas mais adiante.

e) Produção: é o segmento formado pelas cooperativas em que os associados unem-se para adquirir os meios de produção e, a partir daí, fazem a execução e a gerência de todo o negócio.

f) Saúde: são as cooperativas formadas por médicos, odontólogos, psicólogos e profissionais de atividades afins. Também podem ser constituídas pelos usuários desses serviços.

g) Consumo: formadas com o objetivo de permitir aos associados melhores condições na compra de alimentos, roupas, medicamentos e outros, para seu abastecimento.

h) Habitacional: são estruturadas para viabilizar a construção ou a aquisição de casas por parte de seus associados. Também podem funcionar com o objetivo de administrar condomínios, conjuntos habitacionais e outros.

i) Mineral: formadas pelos trabalhadores que realizam a extração, beneficiamento e venda de minérios.

j) Especial: são as cooperativas organizadas por menores de idade, portadores de deficiência, índios ou outros grupos que necessitam de tutela. Seu objeto é o desenvolvimento e uma maior integração social de seus associados.

Quanto aos seus processos de integração e de formação de redes, as cooperativas podem ser diferenciadas como:

a) Singulares: são aquelas constituídas por pessoas físicas ou jurídicas.

b) Centrais e federações: são constituídas de, pelo menos, três cooperativas singulares.

c) Confederações: são constituídas de, pelo menos, três centrais ou federações. É dessa forma que as cooperativas se estruturam, sendo as confederações organizadas e representadas internacionalmente pela Aliança Cooperativa Internacional (ACI).

Atuando na tensão entre a gestão cooperativa e a capitalista, cooperativas das mais variadas áreas têm se aventurado nessa experiência de atuar em um mercado voltado à gestão focada no capital. O número de cooperativas no Brasil e no mundo demonstra a dimensão dessa forma de organização voltada ao trabalho. A título de uma

breve contextualização, seguem alguns dados que consideramos mais relevantes sobre o cooperativismo no mundo em termos quantitativos:

7.2 Cooperativismo no mundo

Em termos quantitativos, a organização de cooperativas apresenta alguns dados catalogados por Granato (2009) que destacamos: as 300 maiores cooperativas do mundo administram, juntas, cerca de US\$ 2,5 trilhões em ativos; entre as 10 maiores empresas do setor lácteo do mundo, seis são cooperativas; há cerca de 90 mil instituições financeiras cooperativas; 8% da população economicamente ativa do mundo é associada a uma cooperativa de crédito.

O autor traz dados quantitativos por continente, refinando mais a análise regional. Destacamos alguns dados que avaliamos mais representativos:

a) Nos países europeus, no ramo agropecuário 80% do azeite de oliva espanhol é produzido por cooperativas; 90% do queijo parmesão italiano é produzido por cooperativas; champanhe é produzido na França em sua maioria por cooperativas; 90% do leite produzido na Noruega é de cooperativas; 90% dos produtos agrícolas na França é produzido por cooperativas; 95% das exportações de leite, 70% da produção de carne, 50% do mercado de insumo agrícola e 70% de fertilizantes na Nova Zelândia são desenvolvidos por cooperativas; e na Finlândia, aproximadamente 60% das residências privadas foram construídas por cooperativas.

b) Nos países asiáticos: a Índia é o país com o maior número de cooperativas. Há 500 mil instituições do continente; 91% dos produtores rurais no Japão são associados a cooperativas; 50% do açúcar produzido na Índia é de cooperativas; 91% nos agricultores na Coreia do Sul são membros de cooperativas. Na Malásia, todas as escolas públicas são obrigadas por lei a constituírem cooperativas para administração de recursos.

c) Na América do Norte: no Canadá, mais de 60% da população é servida por cooperativas de economia e crédito mútuo; nos EUA, seis a cada 10 produtores rurais são associados a cooperativas, as quais têm fabricação própria de fertilizantes e defensivos agrícolas; 40% da energia elétrica nos EUA é proveniente de cooperativas de infraestrutura; 45% da população economicamente ativa da América do Norte é associada a cooperativas financeiras. Na América Central e do Sul: no Brasil, as cooperativas são responsáveis por mais de 70% da produção de trigo; mais de 40% da

de soja; 40% da de leite; 38% de algodão; 21% do café; e 16% do milho. Já na Colômbia, as cooperativas fornecem mais de 20% dos empregos no setor de saúde e também no de transporte. No Paraguai, as cooperativas de crédito representam 32% do mercado financeiro. 90% do leite produzido por produtores rurais no Uruguai é vinculado a cooperativas, e na Colômbia representa 35% da produção de café.

Os dados apresentados demonstraram de forma mais abrangente o contexto do cooperativismo no mundo, no sentido de tentar evidenciar a presença cada vez maior deste modelo de organização bem como a complexidade de inserção dos diversos ramos do cooperativismo.

Os dados quantitativos apresentados evidenciam que o modelo de economia de mercado não se constitui como uma experiência hegemônica, ou seja, a pluralidade das formas de organização socioeconômicas, por vezes referenciadas como alternativas, tem demonstrado a existência de uma pluralidade de formas de organização que se propõem a ser diferentes do modelo mercantil de produção do trabalho e da produção.

7.3 Cooperativismo no Brasil

No contexto da pesquisa, aprofundamos os dados em âmbito nacional, no sentido de tentar evidenciar o desenvolvimento das organizações sob o registro de cooperativas. Neste sentido, delimitamos alguns pontos que avaliamos relevantes, como a questão de representatividade quantitativa dos ramos do cooperativismo, bem como divisão por região. Tentamos demonstrar aspectos relacionados entre cooperativismo e aspectos qualitativos de desenvolvimento, delimitações jurídicas e aspectos históricos.

Quanto a aspectos quantitativos, o quadro abaixo visa a proporcionar um panorama da representatividade destas organizações por ramos, no cenário nacional.

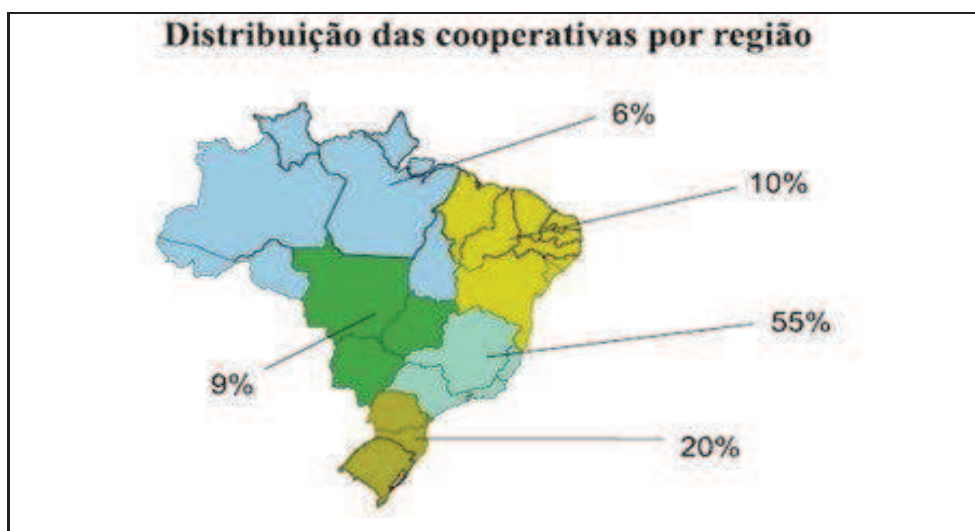
Quadro 11 - Distribuição das cooperativas no Brasil por segmento

| Ramo | Nº de Cooperativas | Nº de Associados | Nº de Empregados | Média de Associados | Média de Empregados |
|-----------------|--------------------|------------------|------------------|---------------------|---------------------|
| Agropecuário | 1.555 | 1.016.606 | 188.777 | 653 | 121 |
| Consumo | 147 | 2.990.020 | 14.056 | 20.340 | 96 |
| Crédito | 976 | 7.476.308 | 50.268 | 8.186 | 973 |
| Educacional | 279 | 50.847 | 3.966 | 182 | 14 |
| Especial | 8 | 315 | 9 | 40 | 1 |
| Habitacional | 293 | 114.567 | 886 | 391 | 3 |
| Infraestrutura | 125 | 955.387 | 6.154 | 7.646 | 49 |
| Mineral | 79 | 57.206 | 187 | 724 | 2 |
| Produção | 257 | 12.494 | 3.458 | 49 | 14 |
| Saúde | 813 | 225.191 | 96.230 | 277 | 118 |
| Trabalho | 896 | 193.773 | 1.580 | 216 | 2 |
| Transporte | 1.205 | 136.425 | 11.209 | 113 | 9 |
| Turismo e lazer | 23 | 1.823 | 15 | 79 | 1 |
| Total | 6.656 | 13.230.962 | 376.795 | 1.988 | 57 |

Fonte: OCB, 2016.

O quadro demonstra a importância das cooperativas no cenário nacional. Como recorte de análise destacamos as cooperativas de crédito neste contexto e sua representatividade no âmbito do cooperativismo, estando em terceiro lugar entre todos os ramos do cooperativismo em números percentuais de inserção na comunidade. Vale também destacar que este ramo está muito próximo dos resultados financeiros do primeiro ramo mais representativo do cooperativismo, o ramo agropecuário, pois em âmbito nacional, potencialmente, estes ramos atuam de forma integrada visto o princípio do cooperativismo denominado “princípio da intercooperação”. (OCB, 2005). A ilustração abaixo demonstra a distribuição de cooperativas por região.

Figura 2 - As cooperativas distribuídas por regiões no Brasil



Fonte: OCB, 2014.

Fica evidenciado no mapa apresentado que a região sul do país tem uma maior aderência à cultura da organização cooperativa. Esta constatação salienta a importância deste setor na economia destes estados, estando em segundo lugar em escala percentual crítica de cooperativas.

Ainda no sentido de complementar análises quantitativas, o quadro a seguir da página da OCB (2015) traz um demonstrativo quantitativo da relação entre o IDH e o desenvolvimento de cooperativas. Existem, portanto, indicativos da influência da organização cooperativa na melhoria da qualidade de vida da população de determinada região. O quadro apresentado não relaciona diretamente a questão entre maior IDH e o cooperativismo, mas demonstra a relação entre este indicativo e números de cooperativas por município. Trata-se de um tema que instiga a questionar em que medida a organização de uma cooperativa em determinada região poderia influenciar em melhorar as condições de vida para a população local.

Quadro 12 - Por que cooperar?

Fonte: OCB, 2015.

Como descrito, o quadro não se propõe a fazer uma relação direta, mas a atuar como um fator comparativo de reflexão. No caso do estado do Rio Grande do Sul, a análise destes indicadores pode acompanhar a análise dos quadros anteriores, ou seja, a maior parte destes municípios com mais cooperativas está no interior do estado por se tratar da região com as cooperativas agrícolas e é, conseqüentemente, onde se encontram as cooperativas de crédito com maior representatividade.

A organização dos empreendimentos cooperativos no âmbito de construção jurídico-histórica do cooperativismo constitui-se como um elemento importante a ser avaliado, devido às suas peculiaridades representativas no Brasil e no Rio Grande do Sul.

Para fazer a apresentação jurídica do cooperativismo, recorreremos a um conjunto de pesquisas reunidas na obra *Cenários e tendências do cooperativismo brasileiro* (PIRES, 2004), onde identificamos o histórico da formação jurídica das cooperativas no Brasil. Posteriormente, destacamos o cooperativismo no Rio Grande do Sul, e o que as cooperativas representam no cenário nacional quando relacionadas às problemáticas

dessa forma de organização, considerando a influência da imigração sobre a implementação dos princípios cooperativos.

As primeiras experiências do cooperativismo brasileiro remontam ao final do século XIX, com a criação, na cidade de Limeira (SP), em 1891, da cooperativa de consumo de Camaragibe. A partir de 1902, surgem as primeiras experiências das caixas rurais do modelo Raiffeisen no Rio Grande do Sul, e, em 1907, são criadas as primeiras cooperativas agropecuárias no estado de Minas Gerais (OCB, 1996). Mas, já em 1892, havia sido criada em Nova Venécia, atual município de Antonio Prado, a primeira cooperativa agropecuária, sob a liderança de Vicente Monteggia.

A prática cooperativa surgiu de forma legal no Brasil a partir de 1932, motivada por dois pontos principais: a) o estímulo do poder público ao cooperativismo, identificando-o como um instrumento de reestruturação das atividades agrícolas; b) a promulgação da lei básica do cooperativismo brasileiro de 1932, que passou a definir melhor as especificidades daquele movimento diante de outras formas de associação (PINHO, 1982).

O cooperativismo brasileiro é amparado pela lei nº 5.764, de 16 de dezembro de 1971, que também instituiu o regime jurídico das sociedades cooperativas. Nela, encontramos as principais definições, características e regras sobre seu estatuto.

Define também que uma organização cooperativa deve ser representada, formalmente, pela Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB), em nível nacional, e pela Organização Estadual de Cooperativas (OCE), em nível de cada unidade da Federação.

A lei nº 5.764/71 está estruturada em 117 artigos contidos em dezoito capítulos. O artigo 4º do capítulo II da referida lei define as cooperativas como “sociedades de pessoas, com forma e natureza jurídica próprias, de natureza civil, não sujeitas à falência, constituídas para prestar serviços aos associados [...]”. E o artigo 79 do capítulo XII define os atos cooperativos como sendo “os praticados entre as cooperativas e seus associados, entre estes e aqueles e pelas cooperativas entre si, quando associados, para a consecução dos objetivos sociais”.³

Tanto a lei específica sobre o cooperativismo de 1971 quanto a criação da OCB (Organização das Cooperativas do Brasil), em 1969, ainda que tenham permitido maior definição das especificidades das cooperativas no Brasil, representam a influência do

³ Por sua natureza civil, as cooperativas são regidas também pelo Código Civil pela lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002, que passou a vigorar a partir de 11 de janeiro de 2003 (BRASIL, 2002).

Estado no funcionamento dessas organizações. Há de se salientar, neste sentido, que o panorama político institucional do momento era de ditadura militar.

Outro aspecto legal a ser destacado está relacionado à criação da lei nº 9.867, de 10 de novembro de 1999, que criou e normalizou as cooperativas especiais, ou seja, as cooperativas sociais, as quais são destinadas a auxiliar pessoas em “situação de desvantagem” a se inserirem no mercado.⁴

A partir da aprovação da Constituição de 1988, quando a prática cooperativa se desvincula do Estado, vários projetos de lei passam a tramitar pelo Congresso Nacional com o propósito de alterar a lei nº 5.764/71.⁵ Pretendia-se, com isso, ampliar as margens de ação diante de um mercado globalizado e diminuir as “brechas legais”, de forma a inibir práticas fraudulentas das chamadas “cooperativas de fachada” (PINHO, 1982).

A legislação cooperativa vem sendo modificada no mundo inteiro como forma de atender às novas expectativas econômico-produtivas, de modo a permitir maior flexibilidade do movimento frente às novas conjunturas de mercado. No caso brasileiro, os esforços de revitalização das práticas cooperativas se inscreveram dentro de um movimento mais amplo de modernização das atividades e de ampliação da democracia, e ganhou consequência nas discussões sobre economia solidária/terceiro setor.

Esse modelo de organização foi acusado de favorecer médios e grandes agricultores voltados à cultura de exportação, em detrimento de uma agricultura de subsistência desenvolvida pela agricultura de base familiar (SCHNEIDER, 2007). O modelo adotado no Brasil, à semelhança de outras experiências na América Latina, utilizou o cooperativismo como instrumento de controle social e político. Diferentemente da Europa, onde o cooperativismo surgiu como uma forma de organização proletária, no Brasil, ao contrário, ele representaria a promoção das elites políticas e agrárias.

Mesmo com esse caráter conservador, no que concerne à implementação do cooperativismo brasileiro, não se pode falar de um cooperativismo único no país. Como destaca Schneider (2007), a distribuição desigual da presença e do peso econômico do

⁴ Os deficientes mentais, os dependentes químicos, os egressos das prisões, os condenados a penas alternativas à detenção e os adolescentes em idade adequada ao trabalho mas em situação familiar difícil (do ponto de vista econômico, social e afetivo).

⁵ Art 5º, inciso XVIII do texto constitucional: “a criação de associações e, na forma da lei, a de cooperativas independem de autorização, sendo vedada a interferência estatal em seu funcionamento”. Apesar disso, o poder público ainda assegura um programa de apoio às associações, e mais particularmente às cooperativas, através do Ministério da Agricultura e do Abastecimento (MA). (BRASIL, 1988)

cooperativismo expressa a “dinâmica do modelo de acumulação de capital vigente no país, cuja característica fundamental é o desenvolvimento desigual da sociedade brasileira”.

A diferença regional do cooperativismo brasileiro foi motivada, dentre outros fatores, pela forte influência de imigrantes – alemães, italianos e japoneses – instalados nas regiões sul e sudeste, muitos dos quais já traziam algumas experiências no campo do associativismo, servindo de base para a estruturação do cooperativismo com princípios competitivos.

Segundo Rambo (2000), em uma segunda fase importante do cooperativismo nacional, encontramos uma configuração da economia marcada pelo cenário internacional do pós-Segunda Guerra Mundial. Neste contexto, segundo o autor, identificamos uma política governamental de incentivo às cooperativas de produção ligadas ao setor rural (economicamente mais significativo), tornando-as cada vez mais dependentes das políticas do Estado. Esse representaria o segundo momento da organização cooperativa, caracterizado principalmente pela tutela e controle do Estado – período situado entre as décadas de 1940 e 1970, onde as cooperativas eram vinculadas ao controle do Estado.

Face às políticas do Governo Federal, concedendo isenções tributárias e facilitadoras de crédito, há o crescimento significativo de um movimento cooperativo passivo que reage apenas aos estímulos de um modelo econômico determinado pelo Estado. Ainda nesse período, o cooperativismo deixa de ser um espaço plural e democrático para transformar-se em um instrumento das políticas governamentais e de apoio ao modelo econômico agroexportador.

Por fim, o terceiro momento pode ser entendido como a reafirmação de um espaço plural propício a iniciativas cooperativas, e que tem início na década de 1980. Marcada pelas transformações tecnológicas da informática e da microeletrônica, concorre para que o contexto social desse período se caracterize por uma crescente interdependência nas relações mundiais, configurando uma profunda crise social representada por índices crescentes de desemprego, miséria, desigualdades e exclusão social.

Segundo Rodrigues (2002), os anos 1880/90 concorreram para um esforço de releitura do movimento cooperativista, onde a transformação das ações sociais é sinalizada na formação de redes, favorecendo um modo diferenciado de pensar a economia a partir da cooperação.

Se até recentemente, no final do século XX, o cooperativismo enquanto sistema proporcionava uma forma de organização de produção social pautada na circulação de capitais, bens, serviços e informações, na contemporaneidade ele aparece como uma “alternativa” à forma de se pensar a economia, a partir de uma pluralidade de ações e possibilidades – pluralidade necessária nas sociedades contemporâneas, cujas bases se veem confrontadas com os limites do modelo proposto pelo modo de produção, evidenciando uma crise institucional profunda do próprio modo de produção (RODRIGUES, 2002).

7.4 Cooperativismo no Rio Grande do Sul

Na região sul, desenha-se uma configuração social fragmentada e imensamente diversificada, seja pela emergência de grupos demandantes de múltiplos interesses e de múltiplas identidades, seja pela diferenciação que se apresenta nas normas de organização do processo produtivo (pequena propriedade), no agir político e no comportamento da sociedade civil isolada e não participativa (porque estrangeira e/ou minoritária). (OLIVEIRA, 2002).

Ainda segundo Oliveira (2002), nas primeiras três décadas do cooperativismo do século XX, no Rio Grande do Sul, os imigrantes exerceram um papel de destaque, porque tiveram a capacidade de desenvolver suas próprias soluções para questões de fundo; tal fato marcou o cooperativismo de forma singular, porque o associativismo se evidencia como alternativa concreta para evitar a dissociação crescente da vida cotidiana (universo instrumental da economia) dos valores e sentidos que pautavam o comportamento das pessoas (universo simbólico das culturas) e o vazio sociopolítico das áreas/regiões de colonização.

Nesse período, o cooperativismo traduziu ações estratégicas individuais e coletivas cuja meta não era criar outra ordem social, mas acelerar as mudanças, o movimento e a circulação de capitais, bens, serviços e informações, atuando como substituto do Estado na promoção do desenvolvimento nas áreas rurais (FALCÃO, 2006).

Na constituição histórica da região sul, apesar do amplo uso de trabalho escravo, destacaram-se as articulações coletivas; os indivíduos buscaram, no coletivo, construir estratégias de sobrevivência em um “mundo estranho e em transformação”. O “sujeito coletivo” construído pelos imigrantes adquiriu um sentido social mais amplo, na medida

em que transformou uma estratégia de sobrevivência (BAIOTO, 1998). Esta constituição histórica irá contribuir para o fortalecimento da cultura cooperativa na região, em especial entre os imigrantes alemães e italianos, que em um sentido de sobrevivência, necessitaram cooperar entre vizinhos da mesma comunidade, pois, além das adversidades enfrentadas pelo desconhecimento da terra, também eram vítimas constantes de trapanças dos moradores da região (BAIOTO, 1998).

A importância do cooperativismo no estado fica evidenciada no gráfico abaixo.

Quadro 13 - Representação quantitativa das cooperativas no Rio Grande do Sul

| Ramo | Nº de cooperativas | Nº de Associados | Nº de Empregados | Associados | Empregados |
|-----------------|--------------------|------------------|------------------|------------|------------|
| Agropecuário | 132 | 327.443 | 33.282 | 2.480 | 252 |
| Consumo | 8 | 14.835 | 89 | 1.854 | 11 |
| Crédito | 91 | 1.739.949 | 9.407 | 19.120 | 103 |
| Educacional | 18 | 3.450 | 78 | 191 | 4 |
| Especial | 2 | 177 | 0 | 88 | ---- |
| Habitacional | 22 | 37.940 | 153 | 1.724 | 7 |
| Infraestrutura | 23 | 487.997 | 2.560 | 21.217 | 111 |
| Mineral | 1 | 1.600 | 8 | 1.600 | 8 |
| Produção | 7 | 449 | 2.638 | 64 | 376 |
| Saúde | 59 | 21.340 | 10.250 | 361 | 173 |
| Trabalho | 25 | 4.419 | 110 | 177 | 4 |
| Transporte | 43 | 6.100 | 203 | 142 | 5 |
| Turismo e lazer | 3 | 173 | 6 | 58 | 2 |

| | | | | | |
|-------|-----|-----------|--------|-------|-----|
| Total | 434 | 2.645.872 | 58.784 | 6.096 | 135 |
|-------|-----|-----------|--------|-------|-----|

Fonte: Expressão do Cooperativismo Gaúcho, 2015, p. 1.

O quadro demonstra a importância das cooperativas de crédito no estado do Rio Grande do Sul, seguindo a média de colocação nacional deste ramo do cooperativismo em relação aos outros ramos. Destaque no quadro para a proximidade entre os ramos das cooperativas de crédito e as cooperativas agropecuárias. No caso do Rio Grande do Sul, estas cooperativas também atuam, em muitos casos, como cooperativas de consumo. Sendo assim, as cooperativas de crédito, neste estado, tendem a atuar junto a estes dois ramos, sendo esta uma peculiaridade do estado. (OCB, 2015).

Segundo dados da Ocergs (2016), o cooperativismo representa hoje, no Rio Grande do Sul, aproximadamente 15% da economia regional, sendo esta dividida entre Região Metropolitana e interior.

7.5 Ramo de cooperativas de crédito

Consideramos que as cooperativas de crédito atuam no sentido contrário à lógica acumulativa de capital monetário, pois operam em uma melhor distribuição de capitais monetários em uma ação contra-hegemônica de concentração de renda também em âmbito global. Neste sentido, na análise que segue nesta etapa, trabalhamos com dados quantitativos e comparativos como forma de evidenciar a complexidade deste ramo e com análises qualitativas no sentido de evidenciar as diferenciações com as instituições de crédito de empresas privadas.

Segundo Granato (2009), os ramos de crédito representam um ramo em pleno desenvolvimento, e destaca que o Woccu (World Credit Union Conference), que representa o Conselho Mundial das Cooperativas de Crédito, registrou em 2013 que existiam no mundo 56.904 cooperativas de crédito em **103 países**, totalizando cerca de 210 milhões de associados. O autor destaca este ramo com o gráfico apresentado abaixo, como forma de evidenciar quantitativamente este ramo.

Quadro 14 - Sobre o cooperativismo financeiro

| <i>Dados estatísticos do cooperativismo financeiro mundial, segundo o Woccu</i> | | | | | | |
|---|--------|--------------------------|---------------|--------------------------------|---------------|--------------------|
| Continentes | Países | Cooperativas Financeiras | Associados | População Economicamente Ativa | Ativos (US\$) | Empréstimos (US\$) |
| África | 25 | 22.385 | 17 milhões | 6,2% | 7,1 bilhões | 5,9 bilhões |
| América do Norte | 2 | 7.405 | 107,6 milhões | 45,9% | 1.366 bilhões | 897 bilhões |
| América Latina | 15 | 2.540 | 24 milhões | 7,2% | 68,6 bilhões | 40,5 bilhões |
| Ásia | 21 | 21.570 | 42 milhões | 2,9% | 178,8 bilhões | 114,8 bilhões |
| Caribe | 19 | 398 | 3,2 milhões | 17,9% | 6 bilhões | 4,1 bilhões |
| Europa | 12 | 2.390 | 9,2 milhões | 3,9% | 28,7 bilhões | 11,9 bilhões |
| Oceania | 9 | 216 | 4,9 milhões | 20,7% | 77,7 bilhões | 61 bilhões |
| Total | 103 | 56.904 | 207,9 milhões | 8,1% | 1,733 trilhão | 1,135 trilhão |

Fonte: Granato, 2009, p. 45.

O que fica evidenciado no gráfico é a importância deste ramo na América do Norte, onde, segundo o autor, se encontra também a sede das principais empresas privadas de crédito. Ainda segundo ao autor, seguindo dados da ICBA (Associação Internacional dos Bancos Cooperativos), chega-se a **um número aproximado de 520 milhões de pessoas associadas às cerca de 90 mil instituições financeiras cooperativas no mundo.** (GRANATO, 2009).

Em linhas gerais, as cooperativas de crédito constituem um ramo do cooperativismo formado por organizações que não visam ao lucro, e que são formadas para prestar serviços financeiros aos associados, como concessão de crédito, captação de depósitos à vista e a prazo, cheques, prestação de serviços de cobrança, de custódia, de recebimentos e pagamentos por conta de terceiros, além de outras operações específicas.

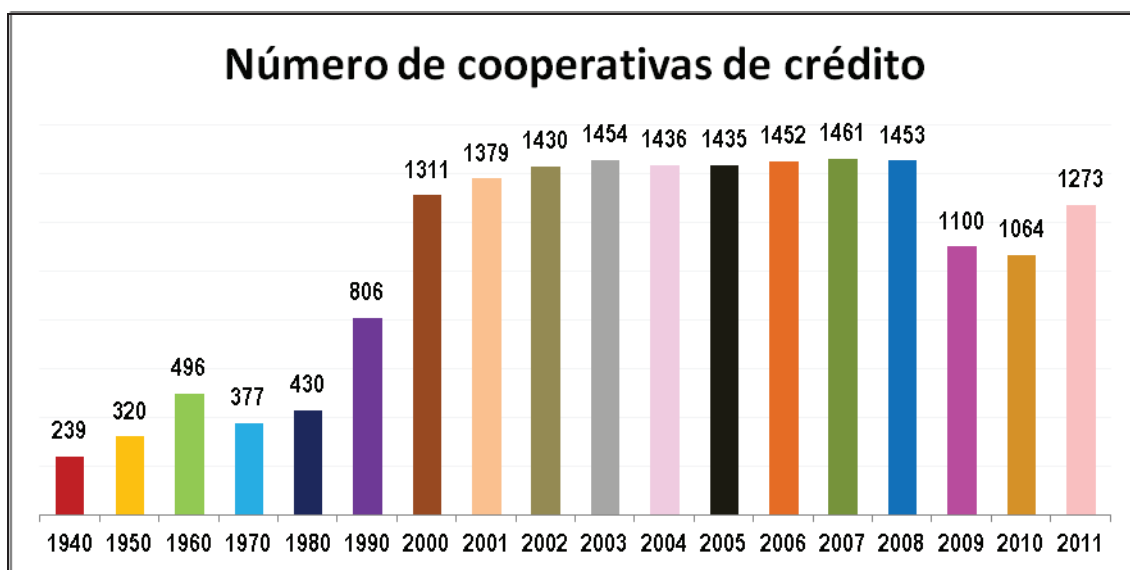
De acordo com a Organização das Cooperativas do Brasil – OCB (2014), existem no Brasil, atualmente, 1.047 cooperativas de crédito que, juntas, possuíam 4.673.174 associados em 2014. Em junho de 2015, o número de associados já ultrapassava os seis milhões e o número de funcionários estava em 33.988 (OCB, 2015). Ainda com base na mesma fonte, as cooperativas de crédito representam aproximadamente 16% do mercado de crédito e serviços bancários no país, evidenciando o papel de destaque que as cooperativas de crédito ocupam no cenário nacional. Para Schar Dong (2004), as principais diferenças entre as cooperativas de crédito e os bancos tradicionais ou comerciais podem ser identificadas por seus meios e seus fins: enquanto, na empresa bancária mercantil, os fins constituem a geração de

lucro monetário aos acionistas e os meios empregados seriam a relação de sua imagem junto à comunidade e clientes; na cooperativa de crédito, os fins constituem a geração de benefícios aos associados e à comunidade onde a cooperativa está inserida, e os meios representariam os resultados monetários da atividade.

Com o significativo crescimento das cooperativas de crédito, questiona-se até que ponto o desenvolvimento desse ramo representa, em igual medida, o crescimento da cultura cooperativa ou sua adequação ao mercado bancário formal. Questiona-se qual a função social que elas estão gerando em suas comunidades, ou se existe relação entre o desenvolvimento desse ramo e o desenvolvimento das comunidades onde estão inseridas – sendo essa a base de contribuição desta pesquisa.

O número de cooperativas de crédito vem aumentando nas últimas décadas, conforme representado no gráfico e nos quadros a seguir.

Gráfico 1 - Evolução do número de cooperativas de crédito



Fonte: OCB, 2011.

Essa redução apresentada nos últimos três anos é consequência da busca por maior competitividade no mercado. As cooperativas passam a se agrupar, seja por fusão, seja por incorporação, para ter maior ganho de escala e, assim, alcançar mais espaço e ampliar seus negócios. Em consequência disso, observa-se uma evolução significativa no total de associados e de empregados.

Quadro 15 - Cooperativas de crédito por região

| COOPERATIVISMO FINANCEIRO NO BRASIL MUNICÍPIOS ATENDIDOS POR REGIÃO | | | | | | | |
|--|-------------|-------------|-------------|-------------|-------------|------------------------------------|----------------------------|
| Região | 2011 | 2012 | 2013 | 2014 | 2015 | Variação Último Ano | Variação 5 Anos |
| Centro-Oeste | 39% | 42% | 47% | 49% | 50% | 2% | 28% |
| Nordeste | 7% | 8% | 8% | 8% | 9% | 14% | 30% |
| Norte | 13% | 14% | 15% | 17% | 19% | 14% | 49% |
| Sudeste | 49% | 50% | 51% | 53% | 54% | 2% | 10% |
| Sul | 84% | 86% | 88% | 90% | 90% | 0% | 7% |
| TOTAL | 39% | 40% | 42% | 43% | 44% | 2% | 13% |

Fonte: OCB, 2016.

O demonstrativo explicita o crescimento das cooperativas de crédito em todo o país, com destaque para a importância deste setor na região sul.

O demonstrativo posterior apresenta um panorama das organizações cooperativas deste ramo.

Quadro 16 - Número de associados por sistema nas principais cooperativas de crédito do Brasil

| NÚMERO DE ASSOCIADOS | | | | | |
|---|------------------------------------|---------------|------------------------------------|---------------|--------------------|
| NÍVEL ORGANIZACIONAL | Nº de associados DEZ-15 | % | Nº de associados DEZ-16 | % | Var % anual |
| SISTEMAS DE 3 NÍVEIS | 6.989.996 | 83,10% | 7.685.416 | 86,73% | 9,95% |
| SICOOB | 3.181.655 | 37,82% | 3.555.781 | 40,13% | 11,76% |
| SICREDI | 3.157.797 | 37,54% | 3.478.478 | 39,26% | 10,16% |
| UNICRED | 215.177 | 2,56% | 179.157 | 2,02% | -16,74% |
| CRESOL | 435.367 | 5,18% | 472.000 | 5,33% | 8,41% |
| SISTEMAS DE 2 NÍVEIS | 669.625 | 7,96% | 638.992 | 7,21% | -4,57% |
| CREDISIS -RO | 13.762 | 0,16% | 18.821 | 0,21% | 36,76% |
| CECRED | 483.124 | 5,74% | 546.519 | 6,17% | 13,12% |
| CECRERS | 24.324 | 0,29% | 27.183 | 0,31% | 11,75% |
| CECOOPES | 2.960 | 0,04% | 4.397 | 0,05% | 48,55% |
| UNIPRIME CENTRAL | 37.566 | 0,45% | 42.072 | 0,47% | 11,99% |
| UNICRED N/NE | 107.889 | 1,28% | - | - | - |
| SINGULARES NÃO FILIADAS A CENTRAIS | 751.953 | 8,94% | 536.632 | 6,06% | -28,63% |
| TOTAL GERAL | 8.411.574 | | 8.861.040 | | 5,34% |

Fonte: OCB, 2016.

O quadro apresentado evidencia a importância da cooperativa de crédito Sicredi no cenário nacional deste ramo.

Como forma de diferenciar as cooperativas de crédito dos bancos tradicionais, Schardong (2004) apresenta algumas das principais diferenças mais evidentes:

- As cooperativas de crédito são sociedades de pessoas e não de capital, em que o poder de decisão está na efetiva participação dos sócios e não na detenção de cotas de capital social na instituição;
- As cooperativas de crédito têm como objetivo a captação e administração de poupanças, empréstimos e prestação de serviços aos cooperados, independentemente da ideia de, como pessoa jurídica, obter vantagens para si, em detrimento do resultado do sócio – este investido da dupla qualidade: de associado e cliente das operações e dos serviços cooperativos;
- Suas operações estão restritas ao quadro associativo que é constituído de pessoas físicas e jurídicas;
- Os resultados (sobras) são distribuídos entre os sócios, proporcionalmente ao volume de operações que realizaram durante o exercício;
- As relações obrigacionais entre sócios e cooperativas não se confundem com as de fornecedor e consumidor, pois são caracterizadas como atos cooperativos, com tratamento próprio na legislação cooperativista;
- Sobre o resultado não incide tributação (Imposto de Renda e Contribuição Social – CSSL), em face da tributação se dar na pessoa física do associado.
- Por não ter fins lucrativos, as cooperativas de crédito praticam taxas de aplicações maiores e taxas de juros bem abaixo do mercado. Além disso, praticam tarifas e taxas reduzidas ou inexistentes em relação ao que praticam os bancos, isentando o associado até mesmo de impostos.

Além destas questões legais e estatutárias, veremos no quadro abaixo outras diferenciações quanto a aspectos mais qualitativos desta forma de organização.

Quadro 17 - Diferencial entre cooperativas de crédito e bancos comerciais

| Cooperativa | Banco comercial |
|--|---|
| Sociedade cooperativa | Sociedade comercial |
| Sociedade de pessoas | Sociedade de capital |
| Tem atuação pautada por princípios e valores | Tem atuação pautada de acordo com interesses de |

| | |
|--|--|
| universais do cooperativismo, tais como: democracia, ajuda mútua, igualdade, solidariedade e responsabilidade social | seus acionistas e normalmente não tem princípios e valores definidos |
| Objetivo principal é a prestação de serviços aos associados que participam nos resultados e prejuízos | Objetivo principal é o lucro para os acionistas |
| Número ilimitado de associados | Número limitado de acionistas |
| Controle democrático: um homem, um voto | Cada ação, um voto |
| Capital social representado por cotas-partes | Capital representado por ações ou por cotas individuais |
| Na Assembleia Geral, o quórum é baseado no número de associados | Na Assembleia Geral, o quórum é baseado no capital |
| É democrática | O sócio majoritário é quem manda |
| Relação civil entre o associado e a cooperativa | Relação trabalhista |
| Tem associados que são os proprietários e usuários dos serviços da cooperativa | Tem empregados que são subordinados a um chefe patrão |
| Retorno proporcional ao valor das operações | Dividendo proporcional ao valor das ações ou cotas-partes de capital |
| Produz sobras para os associados | Produz lucro para os acionistas/cotistas |
| Promove a integração | Promove a concorrência |
| Compromissos educativo, social e econômico | Compromisso econômico |

Fonte: OCB, 2011.

O quadro procura ressaltar as peculiaridades deste sistema, evidenciando que as referências estatutárias do processo de gestão da cooperativa de crédito são democráticas e horizontais, tanto no processo decisório com no uso dos recursos. As diferenciações entre os dois sistemas de crédito demonstram que mesmo atuando na mesma área econômica, trata-se de sistemas diferentes no âmbito de representação e de organização; no entanto, no processo operativo e gerencial reconhecemos que também é possível encontrar similaridades tais como: análise de risco, metas de produtividade, disputa no mercado, sustentabilidade, hierarquias gerenciais, análise de crédito, serviços prestados.

7.6 A cooperativa de crédito Sicredi Pioneira e o sistema Sicredi

O contexto da cooperativa de crédito estudada se confunde diretamente com a história das cooperativas de crédito no Brasil, acompanhando a trajetória da expansão das colônias de imigrantes alemães no Rio Grande do Sul e a vinda de missionários religiosos europeus, em especial missionários católicos da ordem jesuíta. Segundo Rambo (2000), a ordem jesuíta representa fator determinante para o cooperativismo de crédito no Brasil. Os missionários desta ordem vieram para o Brasil com a missão de catequização religiosa e também como fomentadores de experiências comunitárias de desenvolvimento regional das colônias de imigrantes. Segundo o autor, neste contexto, em 1885, aos 34 anos de idade, chega ao Brasil o Padre Theodor Amstad, missionário jesuíta nascido na Suíça, no ano de 1851, em Beckenried, onde também se ordenou padre desta ordem. Amstad, em missão, veio ao Brasil para atender as colônias alemãs do Rio Grande do Sul. Conforme Rambo (2000), o Padre Amstad passou um curto período em Porto Alegre, para estudos da língua portuguesa, sendo posteriormente encaminhado para a cidade de São Leopoldo e a São Sebastião do Caí. Como era um jovem sacerdote, os padres de idade mais avançada lhe encaminhavam sempre para as localidades interioranas. Essa oportunidade proporcionou a Amstad o convívio constante com todas as dificuldades e carências econômicas e sociais presentes e vividas pela sociedade naquela época. Assim, do mesmo modo como ocorreu com os tecelões ingleses na fundação da primeira cooperativa de Rochdale, que se uniram para o enfrentamento das dificuldades que eram comuns a todos, Amstad, em suas experiências de trabalho nas comunidades pobres da Alemanha, tinha desenvolvido um conhecimento do sistema de auxílio mútuo implantado no meio rural da Alemanha por Friedrich Wilhelm Raiffeisen. No contexto alemão, essas experiências tinham gerado melhores condições de trabalho para a comunidade da época, além de renda e desenvolvimento socioeconômico. Neste sentido, o Padre Amstad identificou no interior de Nova Petrópolis, no distrito de Linha Imperial, um contexto similar, tanto de pobreza como de condições socioculturais favoráveis ao desenvolvimento de uma cultura de cooperação pautada no crédito mútuo. A abordagem de sensibilização do Padre Amstad junto à comunidade envolvida era pautada pela lógica da ajuda mútua, com base na parábola da “pedra no caminho” – repetida pelo padre em seus encontros com a comunidade, citada por Rambo (2000, p. 166):

Pois se uma grande pedra se atravessa no caminho e 20 pessoas querem passar, não conseguirão, se um por um a procuram remover individualmente. Mas se as 20 pessoas se unem e fazem força ao mesmo tempo, sob a orientação de um deles, conseguirão solidariamente afastar a pedra e abrir caminho para todos.

Ainda segundo o autor, é com base nos princípios do Padre Amstad sobre cooperação e ajuda mútua que se desenvolveram os fundamentos da primeira e mais duradoura cooperativa da América Latina. Seu surgimento ocorreu no interior do estado do Rio Grande do Sul, em 28 de dezembro de 1902, no antigo salão de Nikolas Kehl, na localidade já descrita. Rambo (2000) descreve que o primeiro presidente da cooperativa, o senhor Anton Maria Feix, e o primeiro gerente, o senhor Josef Neumann Sênior, eram moradores da localidade, sendo também descendentes de imigrantes alemães. Durante os primeiros trinta anos do que é hoje a Sicredi Pioneira, o atendimento aos associados ocorria na residência de Josef Neumann Sênior (SICREDI PIONEIRA, 2017).

Em setembro de 1925, ocorreu a criação da primeira organização coletiva de crédito, a Central de Caixas Rurais, denominada União Popular do Rio Grande do Sul, que reuniu 66 associações de crédito até 1964. Em 1967, essa central foi transformada na Cooperativa de Crédito Sul-Rio-Grandense, atual Sicredi Metrôpoles RS. Desde a sua constituição até o contexto contemporâneo, a atual Sicredi Pioneira passou por uma série de alterações de nomenclatura. Rambo (2000, p. 45) destaca:

- 1902 – Caixa Econômica e Empréstimos “Amstad” de Nova Petrópolis;
- 1917 – Caixa Auxiliar do Sindicato Agrícola de Nova Petrópolis;
- 1922 – Caixa Auxiliar “Sistema Raiffeisen” de Nova Petrópolis (em virtude de exigências legais);
- 1929 – Cooperativa de Crédito Caixa Rural de Nova Petrópolis “Sistema Raiffeisen” de Responsabilidade Ltda.;
- 1969 – Cooperativa de Crédito Rural de Nova Petrópolis;
- 2007 – Cooperativa de Livre Admissão de Associados Pioneira da Serra Gaúcha – Sicredi Pioneira.

As Figuras 3, 4, 5 e 6 mostram a evolução da Cooperativa Sicredi Pioneira/RS através de suas instalações. Consideramos que este resgate fotográfico contribui em evidenciar um sentido de trajetória histórica junto à comunidade local.

Figura 3 - 1ª sede da cooperativa, na residência do gerente Josef Neumann Sênior, em funcionamento de 1903 a 1933



Fonte: Sicredi Pioneira, 2017.

Figura 4 - 2ª sede da cooperativa, na residência do gerente José Otto Neumann, filho do antigo gerente, em funcionamento de 1933 a 1953



Fonte: Sicredi Pioneira, 2017.

Figura 5 - 3ª sede da cooperativa, primeira sede própria, em funcionamento de 1953 a 1967. Hoje é de propriedade da Sicredi Pioneira RS



Fonte: Sicredi Pioneira, 2017.

Figura 6 - 5ª e atual sede própria da Sicredi Pioneira RS, inaugurada em 1977, por ocasião dos 75 anos da cooperativa, no centro da cidade de Nova Petrópolis



Fonte: Sicredi Pioneira, 2017.

Entre 1980 e 1994, foram constituídas a Cooperativa Central de Crédito Rural do Rio Grande do Sul Ltda. (Cocecrer-RS), pelas cooperativas de créditos remanescentes, a Cooperativa Central de Crédito Rural do Mato Grosso do Sul (Cocecrer-MS) e a Cooperativa Central de Crédito Rural do Paraná (Cocecrer-PR). Por decisão de todas as cooperativas, em 1992, a Cocecrer-RS e suas filiadas unificaram-se sob a denominação de Sicredi. (SICREDI PIONEIRA, 2017).

Ainda segundo a mesma fonte, em 16 de outubro de 1995, autorizadas pelo Conselho Monetário Nacional – resolução nº 2.193/95 (BANCO CENTRAL DO

BRASIL, 1995), as cooperativas filiadas à Central Sicredi RS constituíram o Banco Cooperativo Sicredi SA, primeiro banco cooperativo privado brasileiro. Nesse mesmo ano ocorre a integração da Cocecrer-PR ao Sicredi, atual Central Sicredi PR.

Em 3 de junho de 1996, iniciam-se as operações do Banco Cooperativo Sicredi. Em 13 de dezembro, as cooperativas do Paraná e do Rio Grande do Sul uniram-se para fortalecer o Banco Cooperativo Sicredi, tornando-o, assim, um banco interestadual. Nesse mesmo ano, ocorreu a integração da Cocecrer-MT ao Sicredi, atual Central Sicredi MT.

Em 1999, as cooperativas de crédito do Sistema, através do Banco Cooperativo Sicredi, são autorizadas a realizar operações de crédito rural com encargos equalizados pelo Tesouro Nacional. Em 31 de março de 2000, foi constituída a Confederação Interestadual das Cooperativas ligadas ao Sicredi – Confederação Sicredi. O Conselho Monetário Nacional aprovou a resolução nº 2.788/00 (BANCO CENTRAL DO BRASIL, 2000), facultando aos bancos cooperativos a sua transformação em bancos múltiplos.

Com base nos dados de 2015 (SICREDI, 2016), a cooperativa Sicredi está operando com mais de 1.000 unidades de atendimento em dez estados brasileiros, com mais de 1,8 milhão de associados. Está presente em 11 estados brasileiros, conta com R\$ 22 bilhões de ativos, R\$ 2,8 bilhões de patrimônio líquido e cinco centrais (RS/SC, PR, SP, MT/RO/PA e MS/GO/TO).

As cooperativas de crédito singulares, federações e confederações fazem parte, atualmente, do que se denomina de Sistema. Seu objetivo é estimular a formação de poupança, administrar os recursos e conceder empréstimos aos associados, além de prestar serviços iguais aos de uma instituição financeira. Cada cooperativa singular atua em uma determinada região e cada uma é voltada para sua categoria profissional. A Figura 7 mostra a rede de atendimento Sicredi no território nacional.

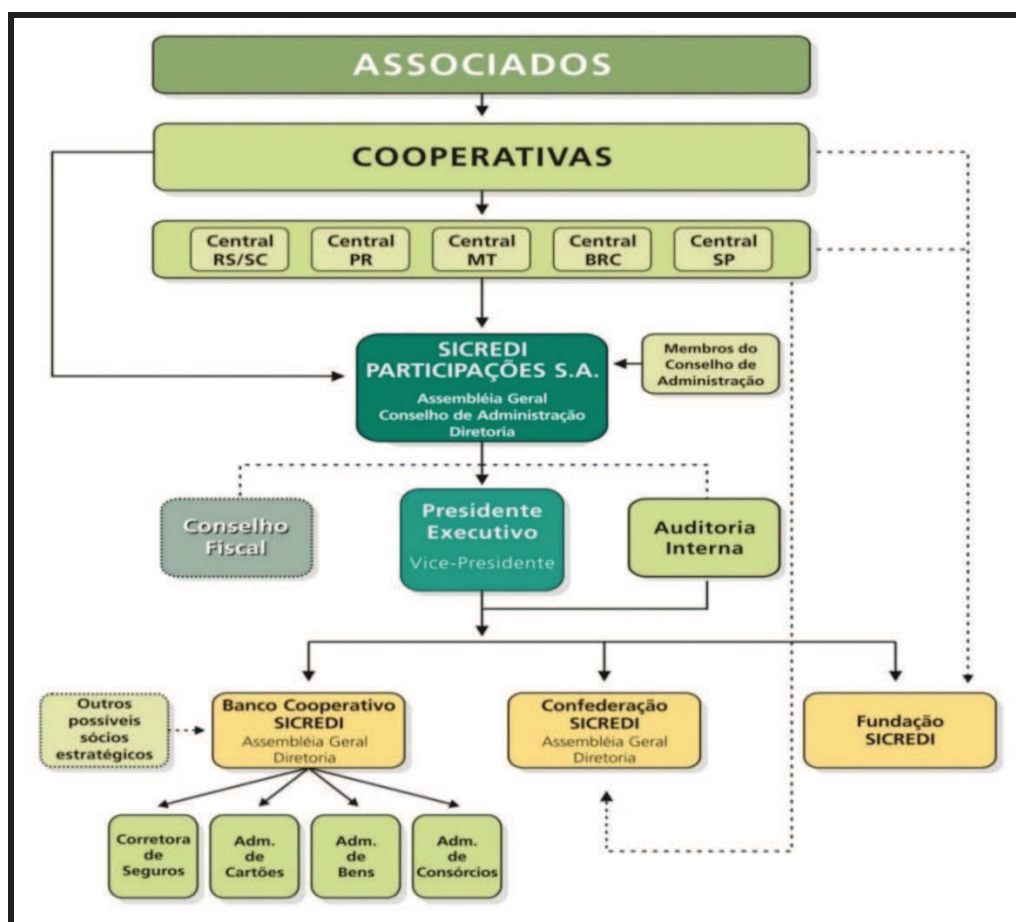
Figura 7 - Rede de atendimento Sicredi



Fonte: Sicredi Pioneira, 2017.

As cooperativas de crédito do Sicredi são organizadas em sistemas, o que lhes assegura uma marca corporativa e ganhos de escala em todos os níveis (SICREDI, 2016). As Centrais Sicredi difundem o cooperativismo de crédito e coordenam a atuação das cooperativas filiadas, apoiando-as nas atividades de desenvolvimento e expansão. A Sicredi central é responsável pela coordenação e definição dos objetivos estratégicos e econômico-financeiros do Sicredi, bem como pela deliberação de políticas de desenvolvimento, ética e auditoria. A Confederação tem por objetivo prover serviços às suas associadas e às demais empresas e entidades integrantes do Sicredi, nos segmentos de informática e administrativo, especialmente nas áreas tributária, contábil e de folha de pagamento. O Banco Cooperativo Sicredi atua como instrumento das cooperativas de crédito para acessar o mercado financeiro e programas especiais de financiamento. A Fundação Sicredi tem como objetivo estruturar, desenvolver e coordenar programas de educação que promovam o cooperativismo de crédito e a formação de associados. (SICREDI PIONEIRA, 2017).

Quadro 18 - Organização geral do sistema Sicredi



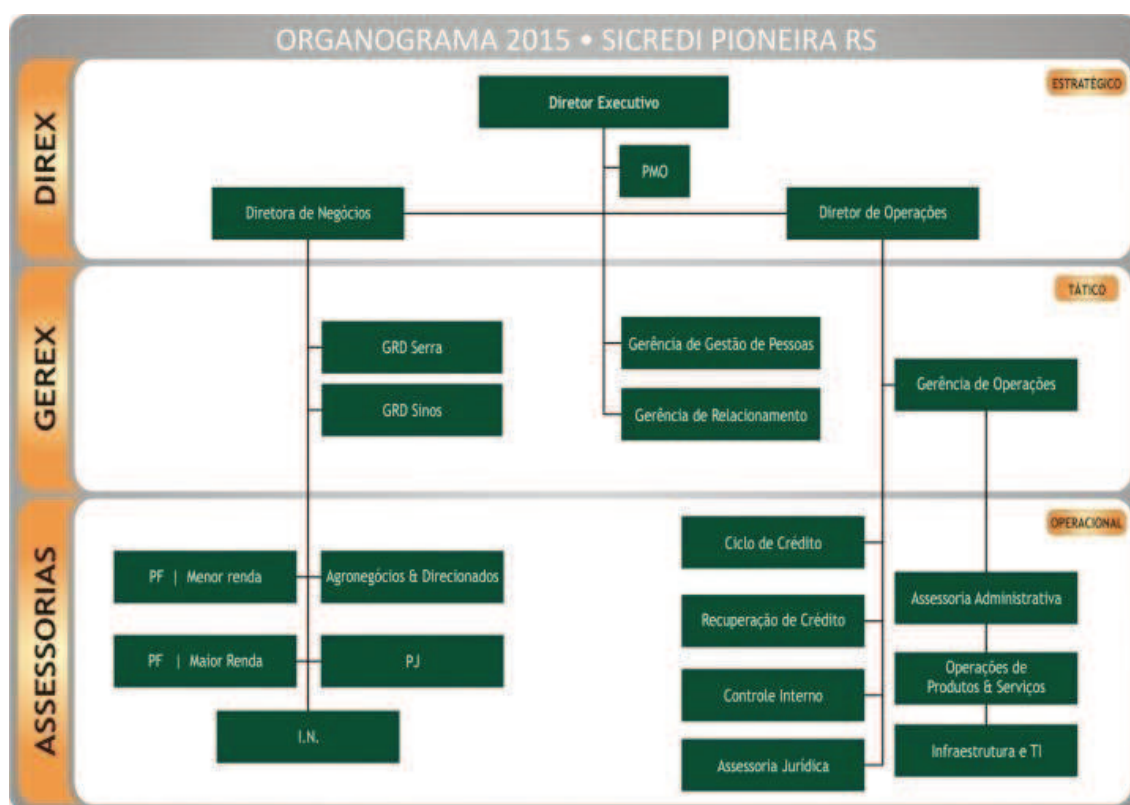
Fonte: Sicredi Pioneira, 2017.

O organograma apresentado demonstra que no processo hierárquico da cooperativa os associados representam a base decisória, evidenciando a importância do processo democrático no fluxo decisório da organização.

O contexto histórico da cooperativa Sicredi acompanha a gênese das cooperativas de crédito no Brasil e no Rio Grande do Sul. A cooperativa, com base no Balanço Social Anual de 2015 (SICREDI, 2016) conta com 39 unidades de atendimento nos 21 municípios de sua área de ação, e está presente com pelo menos uma unidade de atendimento em cada um deles. Em alguns desses municípios, a Sicredi é a única instituição financeira presente. Esse fato é de grande importância para a comunidade, pois evita o deslocamento de seus munícipes para cidades vizinhas – o que levaria a movimentação da economia para estas em detrimento à economia local.

A área de ação compreende: São Leopoldo (3 unidades de atendimento), Portão, Novo Hamburgo (4 unidades de atendimento), Estância Velha (2 unidades de atendimento), Ivoti, Lindolfo Collor, São José do Hortêncio, Presidente Lucena, Dois

Quadro 19 - Organograma da estrutura gerencial da Sicredi Pioneira RS



Fonte: Sicredi, 2016.

O organograma apresentado demonstra o sistema de organização gerencial e como este processo é organizado em formato de setores interligados.

7.7 O campo empírico: com fenômeno social

Tendo como referência o significativo crescimento das cooperativas no país e, em especial, das cooperativas do ramo de crédito e suas implicações na dinâmica econômica, algumas questões foram chamando a atenção e gerando questões que nortearam o projeto de doutorado, tais como: até que ponto o desenvolvimento desse ramo implica em um crescimento da cultura cooperativista ou em uma adequação ao mercado de crédito formal? Com base nesta dúvida, também questionamos qual a função social dessas organizações para suas comunidades, ou se existe relação entre o seu desenvolvimento e o desenvolvimento das comunidades onde estão inseridas. A análise dos quadros apresentados demonstra fatores quantitativos referentes a empreendimentos sob o registro de cooperativas; no entanto, no sentido qualitativo e em termos de representação de crescimento da cultura cooperativista, essa análise necessita

de pesquisas mais complexas. Neste sentido, nossa trajetória reflexiva sobre o campo do cooperativismo e suas contradições nos leva a refletir sobre suas peculiaridades como fenômeno social, e assim reconhecer que dados quantitativos representam parcialmente sua representatividade nas comunidades onde estão inseridos.

Nesta linha argumentativa, encontramos em Schneider (2007) o reconhecimento de que, para além dos dados quantitativos, questões de fundo político, ideológico e epistemológico – e até de resultados de gestão – carecem de contínua investigação referente aos limites dessa forma de organização na sociedade contemporânea. Ainda segundo o autor, é importante salientar que essa forma de organização também tem incorporado culturas similares às formas de organização econômica de mercado que seguem o modelo mercantil de trabalho. Esta adequação é defendida com a justificativa de “adequação ao mercado para permanecer competitiva e crescer”. Como consequência desta adequação à cultura mercantil capitalista, reconhecemos duas situações: por um lado, o aprimoramento instrumental e técnico no processo de gestão de negócios, o que possibilita às cooperativas se desenvolver como empresa e garantir sua sustentabilidade; por outro lado, o risco de reproduzir as mesmas mazelas desse modelo de desenvolvimento, tais como: precarização das relações de trabalho, reprodução de modelos de gestão empresarial centralizada e hierárquica, voltada para a geração de benefícios financeiros centralizados e socialmente excludentes, bem como a distorção entre meios e fins da gestão cooperativista. Esta dupla relação com a cultura mercantil nos leva a considerar a ocorrência de possíveis rupturas entre as bases do movimento cooperativista e o desenvolvimento de empreendimentos nesse formato. Sendo assim, as estatísticas de crescimento de empreendimentos sob o registro de cooperativas não representariam, em medida proporcional, uma ampliação da proposta cooperativista como um processo de desenvolvimento mais plural ou como alternativa ao modelo mercantil ou como uma ação contra-hegemônica aos princípios desse modelo do capitalismo.

O reconhecimento da complexidade desses tensionamentos representativos da organização cooperativa apontou a necessidade de utilizar procedimentos de análise mais complexos para uma pesquisa sobre esse fenômeno social. Ou seja, foram buscados procedimentos que avaliassem a dinâmica social e econômica, reconhecendo que as dimensões não tangíveis da gestão cooperativista influenciam diretamente na dinâmica das organizações. Neste sentido, avaliamos pertinente elencar os elementos que influenciam direta ou indiretamente a eficiência de uma gestão de empreendimentos

cooperativos, utilizando procedimentos de análise que superem simplificações estatísticas quanto ao crescimento do cooperativismo e reconheçam a complexidade das experiências geradas no contexto da organização. Com esta referência de análise, intenciona-se, no contexto desta pesquisa, evidenciar alguns elementos influenciadores do processo de gestão de um empreendimento que se propõe cooperativo. Mais especificamente, intenciona-se evidenciar a indissociabilidade entre os elementos tangíveis e intangíveis influenciadores da gestão cooperativista.

8. METODOLOGIAS APLICADAS

Como forma de identificar os questionamentos apresentados, a metodologia da pesquisa considera uma análise da dimensão qualitativa com as ações sociais desenvolvidas na central da cooperativa de crédito Sicredi Pioneira voltadas ao desenvolvimento de indicadores de resultado que incorporam elementos sociais e econômicos da gestão. A delimitação principal que avaliamos com condições de evidenciar o conjunto de elementos influenciadores intangíveis da gestão cooperativista foi relacionada às ações de fomento à cultura cooperativista, gerando o que delimitamos nesta pesquisa como indícios de investimentos em **capital social cooperativista** e sua relação com elementos potencializadores de uma **eficiência cooperativista** que, de acordo com a delimitação anterior do conceito, apresenta a relação de resultados tangíveis e intangíveis da gestão desse modelo de organização tendo como referência indicadores de análise relacionados à tríade da gestão cooperativista. Destacamos que no contexto da pesquisa não é nossa intenção avaliar a eficácia destas ações; nos limitamos à análise dos indicadores de resultado, e vamos nos ater à delimitação referente aos sentidos de eficiência específica da gestão deste modelo de organização.

No caso deste trabalho, trata-se da pesquisa realizada a partir das ações da cooperativa de crédito Sicredi Pioneira junto à comunidade da cidade de Nova Petrópolis – e, mais especificamente, do programa de desenvolvimento da Casa Cooperativa de Nova Petrópolis e as experiências desenvolvidas em apoio às cooperativas escolares, por considerarmos que estas ações estão relacionadas a um tipo específico de civismo relacionado à cultura cooperativista e que estas ações representam os principais indicadores de resultado de uma gestão voltada a fortalecer os vínculos sociais cooperativistas, ou seja, o fortalecimento de um capital social cooperativista. Destacamos que estas ações representam a delimitação de aprofundamento de análise sobre os indicadores de resultados da gestão da cooperativa.

Sobre pesquisas qualitativas no campo do capital social delimitamos uma forma de abordagem que dialoga com as perspectivas de pesquisa na área. Por esta análise, Grootaert et al. (2003) consideram, que embora tenham proposto um método quantitativo para a mensuração do estoque de capital social, afirmam que grande parte da tradição de pesquisas relacionadas ao tema provém de análises qualitativas.

Spellenberg (2001), que propôs uma metodologia para mensurar o capital social, defende que, para a elaboração desse tipo de levantamento – tanto para o estoque quanto

para o fluxo –, as questões devem ser elaboradas levando em conta o cenário local. Ou seja: algumas questões passíveis de serem utilizadas para o levantamento em determinada região podem não ser úteis para a mesma pesquisa se esta for aplicada em outro local. A autora informa também que é importante caracterizar com a maior precisão possível o local e o contexto a ser estudado, pois o foco de fomento do capital social pode estar em grupos ou instituições distintos. Essas considerações confirmam a escolha dos métodos pela investigação a partir de uma pesquisa qualitativa e através do estudo de caso com caráter exploratório, com base em ações específicas da cooperativa em uma determinada microrregião, além de respaldar a importância de uma delimitação precisa entre os grupos de análise buscando ações que evidenciem incidências de capital social.

Quanto ao número de entrevistados, Duarte (2002, p. 143) afirma que:

Numa metodologia de base qualitativa o número de sujeitos que virão a compor o quadro das entrevistas dificilmente pode ser determinado a priori – tudo depende da qualidade das informações obtidas em cada depoimento, assim como da profundidade e do grau de recorrência e divergência destas informações. Enquanto estiverem aparecendo “dados” originais ou pistas que possam indicar novas perspectivas à investigação em curso as entrevistas precisam continuar sendo feitas. À medida que se colhem os depoimentos, vão sendo levantadas e organizadas as informações relativas ao objeto da investigação e, dependendo do volume e da qualidade delas, o material de análise torna-se cada vez mais consistente e denso. Quando já é possível identificar padrões simbólicos, práticas, sistemas classificatórios, categorias de análise da realidade e visões de mundo do universo em questão, e as recorrências atingem o que se convencionou chamar de “ponto de saturação”, dá-se por finalizado o trabalho de campo, sabendo que se pode (e deve) voltar para esclarecimentos.

Neste sentido, a estratégia encontrada para a construção das perguntas da entrevista e posterior sistematização e exame foi pautada pela divisão entre as ações características de duas categorias analíticas:

a) Ações de fonte de capital social (conexão e geradores de capital social), categoria esta definida como “ações de fonte”. São ações como as que potencializam tanto o surgimento de capital social como sua manutenção. No caso específico, trata-se da geração e da manutenção do capital social cooperativista.

b) Ações de consequências (rebatimento) das ações da cooperativa, reconhecidas como o resultado das ações desenvolvidas pela entidade de fonte de capital social. No caso, trata-se do reconhecimento das consequências das ações da cooperativa delimitada.

O objetivo dessa tipificação foi identificar e evidenciar a relação entre as ações (fonte) e suas consequências (rebatimento). Este método teve como referência o trabalho de pesquisa de mestrado de Matos (2009) que também utilizou o método comparativo entre esses dois elementos de análise de capital social. Essa pesquisa serviu como base para a adaptação das perguntas e a análise de dados; ou seja, esse é um método já utilizado e reconhecido para esse tipo de análise das fontes e das consequências do capital social.

Para a realização das entrevistas, a base conceitual de tipificação das categorias de análise destacadas, foram utilizadas perguntas elaboradas a partir de dois quadros de referências, construídos através de uma revisão bibliográfica sobre capital social e suas finalidades: o Quadro 20 evidencia elementos de ocorrência ou não de ações geradoras de capital social e seus reflexos:

Quadro 20 - Indicativos de ações geradoras de capital social e seus reflexos

| Autor | Principais fontes geradoras | Ações coletivas | Resultados |
|-------------------------|---|---|---|
| Coleman, 1990 | Ações da estrutura social. | Que facilitam ações comuns de interesse dos atores dentro de uma estrutura com um fim conjunto. | Ações coletivas. |
| Bourdieu, 1985 | Redes pertencentes de um mesmo grupo. | Organizações em rede e/ou motivação de continuidade da rede. | Que asseguram aos seus membros suprir suas necessidades; ações que demonstrem a manutenção da rede. |
| Putnam, 1993 | Aspectos das organizações sociais com fundo coletivista. | Que permitem ações de cooperação. | Geram benefícios mútuos, desenvolvimento e democracia. |
| Woolcock e Narayan 1998 | Normas em rede. | Facilitam ações coletivas. | Reconhecimento de benefícios comuns. |
| Fukuyama, 1995 | Recursos morais, confiança com base em mecanismos culturais. | Reforçam os grupos sociais. | ---- |
| Banco Mundial | Intuições, relacionadas a ações e valores – os sete princípios de referência. | Que estimulam a interação de pessoas. | Maior facilidade de desenvolvimento socioeconômico e mais democracia. |

Fontes : Adaptado pelo autor. (FLORES; RELLO, 2001).

O Quadro 21 relata, de forma sintética, tais constatações, no que diz respeito às ações que possam gerar incremento de capital social, enquanto o Quadro 22 sintetiza as constatações da categoria de análise relacionada aos reflexos – ou seja, os resultados que se podem obter a partir da existência de capital social.

Quadro 21 - Quadro de referência: ações que geram capital social, a partir de autores selecionados

| Autor | Fonte de capital social |
|-------------------------------|--|
| Sette, Sette e Souza (2005) | Realização de cursos que visam a desenvolver habilidade técnicas, mas também valores como solidariedade, participação e responsabilidade. |
| Farias e Faria (2008) | Ações que estimulam a intenção dos membros da sociedade; organizações e formação de redes e de padrões de convivência; ações de estímulo à cooperação e à confiança; formação de redes de incentivo. |
| Woolcock apud Bandeira (2007) | Normas e redes que facilitam a ação coletiva; redes sociais, formais ou informais entre os cidadãos e atores. |
| Spellenberg (2001) | Participação em associações voluntárias e comunitárias. |
| Bandeira (2007) | Sociabilidade informal: visitar parentes e amigos, participar de atividades de lazer com outras pessoas, entre outros. |

Fonte: Elaborado pelo autor.

Quadro 22 - Quadro de referência: consequências ou rebatimentos do capital social a partir de autores selecionados

| Autor | Consequência de capital social |
|--|---|
| Putnam (2000) apud Dotto (2003) | Elevado nível de participação cívica, que, por sua vez, tende a fortalecer a relação estabelecida entre o desempenho institucional e a comunidade. |
| Barquero (2001) | Estímulo à capacidade de agir em benefício mútuo e coletivo de comum finalidade. |
| Grootaert e Van Bastelaer (2002) apud Silva e Salanek Filho (2006) | Facilidade na difusão de informação. |
| Spellenberg (2001) | Além de facilitar o acesso a informações, facilita a transformação desses dados (informações) em conhecimento, através da interação que ocorre entre os atores locais, nos âmbitos político, social e econômico, entre outros. Fomenta o sentimento de identidade e pertença do cidadão à região, que, por sua vez, tem extrema importância na participação cívica local. |
| Baquero e Baquero (2007) | Desenvolvimento de uma sociabilidade que reforça as instituições democráticas. |
| Franco (2001) | Melhor funcionamento das instituições; maior facilidade na regulação de conflitos; maior produção de bens privados e públicos; fortalecimento da sociedade civil. |

| | |
|-------------------------------|--|
| Nazari (2004) | No plano individual, desencadeia sentimento de confiança, reciprocidade, identidade cívica e previsibilidade; no plano social, fortalece a cooperação sistêmica, coesão social, atitudes virtuosas e padrões valorativos e éticos no espaço público; e no plano institucional, leva ao engajamento em associações voluntárias e na vida cívica, participação política e horizontalidade nas relações sociais e institucionais. |
| Woolcock apud Bandeira (2007) | Confiança, aumento na produção de cooperação não hierárquica. |

Fonte: Elaborado pelo autor.

Com base na tipificação dessas duas categorias de análise (fonte e rebatimento), o questionário da pesquisa desta tese foi elaborado com vistas a identificar ambas as dimensões – ou seja, as ações geradoras e as consequências.

De acordo com as delimitações apresentadas, podemos reconhecer que a incidência de capital social pode se dar com base em ações de fomentos a outros capitais intangíveis, tais como: capital comunitário, em ações em rede junto à comunidade; capital intelectual, em ações de estímulo ao conhecimento e informação; capital cultural, reconhecendo a questão patrimonial e simbólica.

Com essa delimitação, objetivou-se demonstrar uma possível interação entre a cooperativa e suas ações sociais junto à comunidade onde está inserida, atuando como uma entidade de geração de capital social local. Esta possível interação seria evidenciada mediante o possível cruzamento de dados quantitativos e qualitativos sobre o desenvolvimento da cooperativa no âmbito da empresa e as principais ações sociais desenvolvidas pela unidade Sicredi Pioneira. Não foram destacadas ações de cunho econômico, de formação interna ou de apoio a eventos. Quanto aos resultados monetários da cooperativa Sicredi Pioneira, esta análise é representada com base nos demonstrativos quantitativos que citam a cooperativa como a oitava maior cooperativa de crédito do país e a quinta maior cooperativa de crédito da confederação da Sicredi no Brasil (SICREDI, 2016).

Com base nos objetivos apresentados, avaliamos, para a aplicação metodológica da pesquisa, a necessidade do uso de um conjunto de procedimentos que possibilitassem um aprofundamento adequado para contemplar tanto a abrangência do tema como as especificidades do objeto empírico. Neste sentido, identificamos no procedimento metodológico denominado “triangulação” uma abordagem que possibilitou a construção de um quadro abrangente de análises sobre o foco deste trabalho. De acordo com Teixeira (2010), a triangulação combina diferentes métodos, incorporando diferentes fontes de informação e procedimentos de análise, ampliando a possibilidade de

compreender, de forma mais abrangente, os fenômenos que estão sendo estudados. Argumenta ainda que “a triangulação propicia aos investigadores oportunidades importantes, incentivando a imaginação e a criação de novos métodos de pesquisa e novas formas de compreender problemas” (TEIXEIRA, 2010, p. 77). A autora reconhece que o procedimento de triangulação pode contribuir para uma maior percepção dos problemas de pesquisa. Operacionalmente, a triangulação tem sido conduzida pela combinação de pelos menos dois métodos: um de natureza quantitativa e outro de natureza qualitativa. Consideramos que a abordagem por vários enquadramentos representou um fator estratégico de condução desta pesquisa, em especial na construção da sistematização dos resultados. Nesta pesquisa, a conjunção de métodos relaciona: método quantitativo e qualitativo e técnicas de análise descritivo-explicativa e comparativa – tendo como referência um estudo de caso.

Optamos por um estudo de caso por reconhecer, nesta abordagem, melhores condições de obter uma resposta dentro das prerrogativas da pesquisa. Yin (2001, p. 146) considera-a, neste sentido, uma “estratégia de pesquisa que busca examinar um fenômeno contemporâneo dentro do seu contexto”. Ainda segundo esse autor, o estudo de caso pode ser definido como

Um conjunto de dados que descrevem uma fase ou a totalidade do processo social de uma unidade, em suas várias relações internas e nas suas fixações culturais, quer seja essa unidade uma pessoa, uma família, um profissional, uma instituição social, uma comunidade ou uma nação.

Para Yin (2001), a investigação com base no estudo de caso possibilita um recorte no grupo de estudo, além de potencializar uma determinada perspectiva, uma vez que os fenômenos micro tendem a se desenvolver de acordo com um contexto maior. Essa abordagem será integrada a um processo exploratório que incorpora métodos correlacionados. No contexto desta pesquisa, o estudo de caso se deu na delimitação das ações sociais da cooperativa de crédito Sicredi Pioneira, no contexto geográfico da cidade de Nova Petrópolis, RS, como forma de evidenciar uma perspectiva analítica referente à incidência de uma forma de análise de resultados referente à gestão da cooperativa que incorporem elementos multidimensionais. Elementos estes que aqui reconhecemos com incidência de uma “eficiência cooperativista”.

8.1 Sobre a abordagem exploratória: elementos de análise

Para Gil (2000), as pesquisas exploratórias têm como objetivo proporcionar maior familiaridade com o problema estudado, com vistas a torná-lo mais explícito. Nesta pesquisa, esta etapa objetivou a construção de uma base de dados referente à delimitação do campo de pesquisa, e optou-se, neste sentido, por dividi-la em duas partes: uma é referente ao campo teórico, e outra referente ao campo empírico. A etapa teórica objetivou apresentar uma delimitação dos principais conceitos trabalhados no sentido de contextualizar teoricamente a pesquisa apresentada, tendo como referência um aprofundamento epistemológico do cooperativismo. Trabalhou-se também no sentido da construção de uma delimitação das duas categorias de análise centrais da pesquisa, os conceitos de “capital social cooperativista” e “eficiência cooperativista”. Para este fim, trabalhamos com técnicas conjugadas: pesquisa bibliográfica, eletrônica e de periódicos, bem como de artigos, dissertações e teses que tratam dos temas relacionados. Na etapa exploratória de campo empírico, é apresentada uma pesquisa descritivo-explicativa como forma de delimitar o campo empírico trabalhado descrevendo os elementos de análise e ao mesmo tempo tentando decifrar seus significados de forma explicativa no contexto dos objetivos da pesquisa. Esta etapa visa a demonstrar a influência da organização da cooperativa de crédito Sicredi Pioneira no desenvolvimento de uma cultura cooperativista na comunidade local, ou, em outras palavras, o estímulo a um capital cultural voltado ao cooperativismo, bem como a incidência de indicadores de resultado de gestão que reconheçam estas ações como elementos constitutivos dos objetivos de uma “eficiência cooperativista”. Segundo Gil (1996), a abordagem descritivo-explicativa tem como objetivo demonstrar criticamente as características de determinada população, grupo de estudo ou fenômeno, bem como suas representações, com base em vários elementos de análise que o pesquisador avalia como relevantes para a construção analítica. Segundo o autor, a delimitação de um grupo de estudo tem por objetivo levantar as opiniões, atitudes e crenças de uma população ou grupo visando a identificar a existência de associações entre variáveis – tendo como referência desta análise técnica a pesquisa qualitativa. No contexto desta pesquisa, a etapa explicativa teve como objetivo central demonstrar os fatores que determinaram ou contribuíram para a ocorrência dos processos desenvolvidos, suas razões, motivações e consequências.

Na etapa descritivo-explicativa, foi incorporado um conjunto de procedimentos metodológicos no sentido de refinar os dados de análise da pesquisa e delimitar contextualmente a cooperativa estudada. Neste sentido, trabalhamos com elementos de análise tanto qualitativos quanto quantitativos, tendo como técnicas: análise bibliográfica documental; pesquisa eletrônica; e construção de enquadramento de grupos de entrevista, análise de patrimônio cultural, símbolos e monumentos municipais e acervo fotográfico; também foi utilizada a composição do diário de campo como forma de compor o processo de análise das impressões registradas pelo pesquisador, tanto como observador como participante de muitas das ações descritas na pesquisa. Consideramos que o conjunto das informações selecionadas nesta etapa contribuiu para uma visão ampliada das motivações e consequências das ações sociais do objeto central do estudo de caso – no caso, a cooperativa de crédito Sicredi Pioneira. Nesta etapa da tese, explicamos brevemente a composição das estratégias e das abordagens utilizadas para compor o recorte analítico do objeto de estudo.

A abordagem sócio-histórica representou no contexto dos objetivos, nesta pesquisa, uma abordagem estratégica de análise qualitativa para a composição do campo empírico. A abordagem sócio-histórica possibilita análises de um sentido de trajetória e de significações sociais. No âmbito desta pesquisa, a análise de trajetória do nosso objeto de estudo, a cooperativa de crédito Sicredi Pioneira, contribuiu no sentido de interpretar as motivações de algumas ações e as consequências destas no âmbito das ações junto à comunidade local e constituição de significações sociais. Como estratégia de resgate e análise de trajetória histórica, atuamos em conjunto com outras organizações da região que trabalham no resgate e na manutenção do patrimônio do cooperativismo, por meio de acervo documental e fotográfico e de relatos escritos dessas trajetórias: a Fundação Padre Amstad e a Casa Cooperativa de Nova Petrópolis. Também nesta etapa, trabalhamos com análise da pesquisa empírica, relacionando o patrimônio cultural local específico às representações da cultura cooperativista, tais como: a) monumento do cooperativismo denominado de “força cooperativa”, b) o monumento do Padre Amstad, c) acervo fotográfico, d) símbolos da cidade. Freitas (2002, p. 33) considera esta abordagem como estratégica no sentido de que possibilita um panorama mais abrangente da análise social e, neste sentido, menos reducionista ou idealista.

A perspectiva sócio-histórica, tendo o materialismo histórico-dialético como pano de fundo, expressa em seus métodos e arcabouço conceitual as marcas de sua filiação dialética. Analisando a produção de autores sócio-históricos como Vygotsky, Bakhtin e Luria, percebo como a sua abordagem teórica pode fundamentar o trabalho de pesquisa em sua forma qualitativa, imprimindo-lhe algumas características próprias. A perspectiva sócio-histórica baseia-se na tentativa de superar os reducionismos das concepções empiristas e idealistas. Isso fica evidente no que Vygotsky (1896-1934) assinala como a “crise da psicologia” de seu tempo, que se debate entre modelos que privilegiam ora a mente e os aspectos internos do indivíduo, ora o comportamento externo. Procura desse modo construir o que chama de uma nova psicologia que deve refletir o indivíduo em sua totalidade, articulando dialeticamente os aspectos externos com os internos, considerando a relação do sujeito com a sociedade à qual pertence. Assim, sua preocupação é encontrar métodos de estudar o homem como unidade de corpo e mente, ser biológico e ser social, membro da espécie humana e participante do processo histórico. Percebe os sujeitos como históricos, datados, concretos, marcados por uma cultura como criadores de ideias e consciência que, ao produzirem e reproduzirem a realidade social, são ao mesmo tempo produzidos e reproduzidos por ela.

Com base na abordagem sócio-histórica, reconhecemos o patrimônio cultural como elemento de análise relevante como delimitação do campo por representar uma expressão da construção de processos de significação local, o que possibilitou evidenciar elementos analíticos para o pesquisador dentro dos objetivos da pesquisa. Destacamos a importância, para os objetivos desta pesquisa, do reconhecimento dos monumentos relacionados ao cooperativismo como um dos elementos de análise da pesquisa empírica de campo, por representar um processo de significação da comunidade local. Neste sentido, Canclini (2008, p. 290-302) considera:

Compreender a colocação de um monumento urbano como signo ou símbolo é fundamental para estabelecer suas relações com o social e com a percepção do monumento como imagem. Se um monumento é visto como um símbolo pelo observador, considerando-se a maneira como a sociedade o interpreta e qual a forma que ele assume no imaginário coletivo, pois é a imagem que ele assume para os habitantes da cidade que expressa e define sua importância para o social. Se visto como signo, compreendemos como o monumento se coloca para um observador como ideia da representação de alguma coisa. A forma como um monumento público se apropria de um determinado espaço e o ressignifica é, por vezes, fundamental para o entendimento de um espaço. Estes trabalhos determinam o espaço e a arquitetura circundante, tomando-se marcos, verdadeiros pontos de confluência do tecido urbano, como “nós” no panorama geral oferecido pela agitada vida de uma cidade.

Com base nas considerações do autor, podemos reconhecer que a análise das representações dos monumentos públicos demonstra uma construção coletiva e pública de entendimento cívico territorial, expressa em uma representação estética, assim expressando fragmentos analíticos de representações coletivas de significação. Em um sentido contextual histórico, tem um sentido intencional de trajetória intergeracional,

visto que “o monumento ficará para as gerações futuras reconhecerem as representações das gerações do presente, estas novas gerações podem manter estas representações ou rejeitar” (CANCLINI, 2008, p. 210). Por outra abordagem, podemos considerar que os monumentos representam um capital cultural e comunitário que compõe a trajetória de uma comunidade, podendo assim representar fatores identitários coletivos e, neste sentido, representando elementos constitutivos de capital social específico de determinada comunidade. No contexto da pesquisa, estes monumentos representam evidências de um envolvimento da cooperativa com a comunidade, relacionado a investimentos e capital cultural local.

O uso de indicadores de resultado contribuiu na composição de elementos de análise das prioridades da gestão da cooperativa. Neste sentido, trabalhamos com dois indicadores principais: o Balanço Social Anual e o Anuário de Sustentabilidade. Estes indicadores visam a identificar as representações e demonstrativos dos “sentidos de resultados” de sustentabilidade e crescimento relacionados à gestão cooperativa. Neste sentido, não trabalharemos com os resultados expressos nestes indicadores na gestão da cooperativa, visto que o objetivo desta delimitação se restringe às representações de “resultado” previstas pela gestão da cooperativa (SICREDI, 2016). Não é nossa intenção discutir a efetividade ou eficácia destes indicadores, pois nesta pesquisa trabalhamos com o sentido de resultado previsto, eficiência, e não com o de análise de resultado alcançado, eficácia. Na delimitação temporal, nos detemos nos demonstrativos dos anos de 2015 e 2016 por se tratarem do período de uso do Anuário de Sustentabilidade. Avaliamos que o uso desses indicadores, como parte de pesquisas empíricas, poderá fornecer elementos de análise que contribuam para respostas – tanto às hipóteses com aos objetivos desta pesquisa. Como aprofundamento da análise das ações descritas nestes documentos, nos limitaremos às ações descritas como Casa Cooperativa e cooperativas escolares, por serem reconhecidas, nesta pesquisa, como as principais ações de estímulos a uma cultura cooperativista local e construção de capital social cooperativista. Sendo assim, estas duas ações representam os elementos centrais de análise, estando presentes tanto nos indicadores de resultado da cooperativa como na análise sócio-histórica e nas entrevistas posteriores.

Sobre as significações geradas junto à comunidade envolvida nas ações sociais cooperativas, avaliamos que a delimitação destas significações junto dos atores envolvidos nestas ações contribui no sentido de evidenciar as motivações e consequências das ações da cooperativa estudada, no estímulo a uma cultura

cooperativa local. Como forma de categorizar este grupo, iremos delimitá-lo com “comunidade cooperativa local”, por representar um grupo de estudo com características comuns. Para os objetivos desta etapa, trabalhamos com o uso de entrevistas semiestruturadas a fim de identificar as significações das representações deste grupo delimitado. Destacamos que o uso de entrevistas representa uma estratégia complementar às etapas anteriores como forma de agregar informações e análise do campo empírico. Esta etapa teve como base interpretativa o procedimento de análise de conteúdo, o que possibilitou a produção de dados e a sua sistematização a partir da coleta de fragmentos significativos tanto das entrevistas como do seu contexto. As informações empíricas desta etapa contribuíram na composição de dois momentos interpretativos interligados – dos referenciais teóricos anteriormente desenvolvidos e das duas categorias de análise descritas anteriormente: as ações de “fonte de capital social” e a análise das “consequências destas ações ou rebatimento”. A construção das análises decorrentes destes dois momentos referenciam as bases analíticas para as considerações finais.

8.2 Estratégias para definição de universo de pesquisa

Esta etapa tenta caracterizar a cooperativa estudada para um posterior aprofundamento de análise dos indicadores do resultado da gestão da cooperativa e delimitação das principais ações sociais voltadas ao fomento da cultura cooperativista. Esta etapa utiliza um conjunto de técnicas e procedimentos de coleta de dados: **elementos quantitativos**, com base em indicadores percentuais; documental; **elementos qualitativos**, com base em análise de registro fotográfico patrimonial, e símbolos da comunidade; análise descritivo-explicativo (das ações de fundo social voltadas ao cooperativismo) com uso do diário de campo e referências bibliográficas; e entrevistas semiestruturadas.

A pesquisa limitou-se geograficamente ao contexto da comunidade de Nova Petrópolis, RS, dando enfoque ao que delimitamos como “comunidade cooperativa local”, envolvida diretamente nos principais projetos sociais fomentados pela cooperativa. Este grupo de estudo é representado pelos seguintes sujeitos pesquisa: alunos e professores das cooperativas escolares e gestores da cooperativa de crédito Sicredi Pioneira envolvidos com as principais ações sociais da cooperativa.

Quanto ao recorte das ações, justifica-se por considerarmos que estas ações ajudam a evidenciar, assim como os outros elementos de análise, um panorama das ações da cooperativa para motivar uma cultura cooperativista na comunidade local. Como principais ações sociais relacionadas às prerrogativas desta pesquisa, delimitamos: a organização da Casa Cooperativa de Nova Petrópolis e as cooperativas escolares, por se tratarem de tecnologias sociais desenvolvidas de forma pioneira no país a partir do fomento da cooperativa estudada.

Sobre o universo de pesquisa, avaliamos essa delimitação apresentada como adequada aos objetivos da pesquisa, seguindo indicativos de Silva e Menezes (2005), para quem o universo de pesquisa representa a totalidade de indivíduos que possuem as mesmas características definidas para um determinado estudo.

Para Vergara (2005), “população” ou “universo” de pesquisa representa um conjunto de elementos que possuem características comuns; no caso, são as pessoas que atuam no campo da educação cooperativista dentro da comunidade local. A amostra é uma parte da população escolhida conforme algum critério de representatividade, que demonstra parte do universo selecionado de acordo com os objetivos da pesquisa.

Devido às peculiaridades do grupo de estudo (a comunidade cooperativa local), avaliamos que a melhor forma de escolher os entrevistados seria a autorreferência de membros dessa mesma comunidade. Neste sentido, optou-se por trabalhar com o método denominado de “bola de neve”. Segundo Velasco e Díaz de Rada (1997), a pesquisa de campo, aplicada em ambientes comunitários, pode ser reconhecida como uma investigação sociocultural que exige métodos que possibilitem a organização e a produção do conhecimento, a análise tendo por base as referências da própria comunidade. Essa estratégia é reconhecida por seu potencial de identificar os sujeitos referenciados como representantes da comunidade. Segundo Velasco e Díaz de Rada (1997, p. 45):

Uma via para a execução desse trabalho de pesquisa em campo em comunidades é a técnica metodológica *snowball*, também divulgada como *snowball sampling* (“bola de neve”). Essa técnica é uma forma de amostragem não probabilística utilizada em pesquisas sociais onde os participantes iniciais de um estudo indicam novos participantes que por sua vez indicam novos participantes e assim sucessivamente, até que seja alcançado o objetivo proposto (o “ponto de saturação”). O “ponto de saturação” é atingido quando os novos entrevistados passam a repetir os conteúdos já obtidos em entrevistas anteriores, sem acrescentar novas informações relevantes à pesquisa. Portanto, a *snowball* (“bola de neve”) é uma técnica de amostragem que utiliza cadeias de referência, uma espécie de rede.

O ponto de saturação seria o momento em que o pesquisador identifica a repetição nas falas dos entrevistados, e com base nesta constatação o pesquisador tem duas alternativas, ou muda o foco das perguntas, o que acarretaria alteração no roteiro e construção da pesquisa, ou limita a crítica de entrevistas evitando assim um volume desnecessário de respostas que remetem às mesmas análises. Ainda segundo Velasco e Díaz de Rada (1997), a avaliação sobre a crítica de entrevistados depende do contexto e do foco da pesquisa, não tendo uma regra quantitativa a ser seguida.

Nesse caso, a forma de aplicação das entrevistas é desenvolvida de forma autorreferenciada pelo grupo onde, independentemente de quem for o escolhido para iniciar a abordagem de entrevistas, este irá determinar o próximo entrevistado, por via de indicação. Neste sentido, os entrevistados iniciais são o que Albuquerque (2005) reconhece como as “sementes”, identificadas em sua comunidade. O primeiro indivíduo é reconhecido como a “semente” que indicará outras pessoas envolvidas na atividade – e que, posteriormente, irão indicar outras pessoas, seguindo-se esse procedimento até que o pesquisador identifique o ponto de saturação. Segundo Albuquerque (2005, p. 45):

[...] a “bola de neve” é considerada não probabilística, tendo em vista que não é possível determinar a probabilidade de seleção de cada participante na amostra. Para a autora, uma vantagem dos métodos que utilizam cadeias de referência é que em redes sociais complexas, como uma população oculta, por exemplo, é mais fácil um membro da população conhecer outro membro do que os pesquisadores identificarem os mesmos, o que se constitui em fator de relevância para as pesquisas que pretendem se aproximar de situações sociais específicas.

A técnica foi aplicada no sentido de legitimar o grupo de estudo, composto por membros da comunidade cooperativa local, como recorte de análise. Ela foi desenvolvida com a divisão de entrevistados em dois grupos envolvidos em ações relacionadas uma à outra.

Na escolha desses métodos, do universo de análise e do grupo de estudo, foram levados em conta os seguintes critérios: a) o resultado das indicações com base na delimitação da técnica “bola de neve”; b) a familiaridade do pesquisador com a comunidade referida, pois temos atuado junto à comunidade cooperativa local e participado dos principais eventos cooperativos, desenvolvidos em parceria com a cooperativa referida. A familiaridade com o contexto nos possibilitou uma articulação eficiente dentro do grupo estudado e o conhecimento das trajetórias do cooperativismo

na região; (c) a trajetória de pesquisas anteriores que tenho desenvolvido para a produção de artigos e capítulos de livros, bem como participação como palestrante em atividades relacionadas.

Compreendemos que a aproximação do pesquisador com seu objeto de pesquisa (tanto teórico como empírico) possibilita, por um lado, uma maior inserção quanto aos objetivos da pesquisa e, conseqüentemente, um melhor entendimento tanto das peculiaridades desse meio como do pioneirismo de algumas ações; mas, por outro lado, pode influenciar na construção crítica dos dados levantados e, neste sentido, pode comprometer a prerrogativa de imparcialidade da pesquisa. Reconhecemos essas considerações, assim como reconhecemos a impossibilidade de a análise do pesquisador ser totalmente imparcial, sendo ela o resultado de sua trajetória sociocultural, estando ele próximo ou distante de seu campo teórico ou empírico. Compreendemos a pesquisa como o resultado de um conjunto de interações e percepções de certo contexto; sendo assim, cabe, no exercício da pesquisa, o indicativo da imparcialidade também como uma experimentação do fazer-se pesquisador.

Para Zuben (2015), o mito da imparcialidade científica tem como base o mito da racionalidade iluminista. “Tais mitos pretendem a existência de uma racionalidade ‘pura’, um lugar privilegiado do qual é possível tudo ver e compreender, tudo conhecer, tudo julgar de forma imparcial e justa.” Ainda segundo Zuben (2015, p. 100):

O mito da razão iluminista converteu-se no mito da razão científica no século XIX, por obra dos positivistas. Segundo estes, o conhecimento científico é superior a qualquer outro justamente em razão das condições de neutralidade e objetividade em que é produzido. O sujeito conhecedor se põe “fora” da realidade de seu objeto. Assim, pode vê-lo desinteressadamente, sem vínculos que “contaminem” sua razão.

Neste sentido, reconhecemos que a proximidade do pesquisador com seu campo empírico e teórico não desqualifica o processo de construção de análise crítica sobre o objeto. A imparcialidade analítica da pesquisa representa um processo a ser construído em um sentido de ética do trabalho do pesquisador como agente relacionado à construção da pesquisa e por consequência construção das análises representativas. Sendo assim, não identificamos que a proximidade do pesquisador venha a refletir algum tipo de limitação na análise dos dados apresentados. Também por considerarmos, com base em Zuben, que toda pesquisa traz em si as impressões representativas do pesquisador e a imparcialidade possível a ser construída.

Esta etapa consistiu na tentativa de compreender as percepções do grupo delimitado como **universo de pesquisa** a fim de identificar como esses sujeitos representavam a relação entre as ações sociais de apoio à cultura cooperativa (por parte da cooperativa estudada), o desenvolvimento do empreendimento cooperativo e a influência que tem sobre a comunidade local. Neste sentido, trabalhamos com a técnica do uso de entrevista semiestruturada, buscando responder às duas hipóteses apresentadas na introdução. A aplicação das entrevistas foi limitada ao universo da comunidade local envolvida com as principais atividades e ações de educação cooperativista, grupo esse delimitado de “comunidade cooperativa local”. Foram selecionados três indivíduos de cada área de ação para que respondessem à entrevista. Tanto Labes (1999) como Dencker (2000) apontam a importância do uso de entrevistas semiestruturadas no processo de pesquisa como uma forma de aproximar o pesquisador de seu campo empírico, bem como no confronto das hipóteses e problemas desenvolvidos na justificativa do trabalho. Para a análise das entrevistas na etapa de sistematização, não foram destacados os nomes dos entrevistados a fim de evidenciar apenas as impressões presentes entre os grupos, preservando a identidade dos indivíduos – visto que as perguntas foram elaboradas no sentido comparativo, ou seja, as respostas de um grupo poderiam ser contestadas ou reafirmadas pelo outro grupo. Essa estratégia contempla o objetivo das entrevistas de identificar a relação entre: ações de fonte, por partes dos entrevistados do Grupo 1, e a análise de resultado dessas ações por parte dos entrevistados do Grupo 2. Consideramos como ferramenta complementar desta etapa o uso do diário de campo, como apoio na organização de percepções no campo empírico.

8.2.1 Procedimento de análise de conteúdo

Como forma de examinar as entrevistas, trabalhamos com o procedimento de análise de conteúdo, procedimento este reconhecido por incorporar um conjunto de abordagens de análise para um posterior agrupamento na sistematização das informações. Segundo Minayo (2008), essa abordagem trabalha com procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens, indicadores que permitem a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção e recepção dessas mensagens realizada por meio das transcrições de entrevistas, depoimentos e documentos. O autor considera que essa abordagem compara as estruturas semânticas

(significantes) com as estruturas sociológicas (significados) dos enunciados a fim de articular a superfície dos enunciados dos textos com os fatores que determinam suas características: variáveis psicossociais, contexto cultural e processos de produção de mensagem.

Segundo Minayo (2008), existem várias modalidades de análise de conteúdo, dentre as quais destacamos: análise lexical, análise de expressão, análise de relações, análise temática e análise de enunciação. Nesta pesquisa, trabalhamos com análise temática, pois é considerada apropriada para as investigações qualitativas, uma vez que trabalha com a noção de tema (o qual está ligado a uma afirmação sobre determinado assunto); além disso, comporta um conjunto de relações, e os dados podem ser agrupados em categorias. Para Minayo (2008, p. 316), “a análise temática consiste em descobrir os núcleos de sentido que compõem uma comunicação cuja presença ou frequência signifique alguma coisa para o objetivo analítico visado”. De acordo com a mesma autora, operacionalmente, a análise temática ocorre em três fases:

1) Pré-análise: organização do que vai ser analisado; exploração do material por meio de várias leituras; também é chamada de “leitura flutuante”.

2) Exploração do material: é o momento em que se codifica o material; primeiro, faz-se um recorte do texto, para posterior análise da forma de classificação, organizando-o em categorias teóricas ou empíricas.

3) Tratamento dos resultados: nesta fase, trabalham-se os dados, destacando as informações obtidas – as quais serão interpretadas tendo como base o que denominamos de Quadros de Referência (21 e 22). No âmbito da pesquisa, estes quadros atuam como referências para o agrupamento das perguntas relacionadas ao que denominamos de Quadros Explicativas (23 e 24). Estes quadros também representam um agrupamento que demonstra qual o objetivo de cada grupo de perguntas. É importante salientar a estratégia utilizada para a análise comparativa: os quadros explicativos foram delimitados a partir da correlação entre as perguntas de cada quadro. Explicada na forma de exemplo, a pergunta número 1 do quadro sobre a geração de **fonte** (Quadro 23) tem relação com a resposta comparativa da pergunta 1 do quadro sobre conexão de capital social (Quadro 24), relacionando a **consequência (rebatimento)** das ações voltadas à fonte e conexão, e assim sucessivamente.

O objetivo desta técnica, relacionada ao enquadramento das perguntas de forma correlacionada, possibilitou a análise das respostas em conjuntos também correferenciados, favorecendo a interpretação da possível relação entre causa (fonte) e

consequência (rebatimento). Sendo assim, as análises das respostas foram agrupadas em unidades de análise, com o potencial de serem correlacionadas de forma convergente ou divergente. Essa estratégia também justifica o anonimato dos entrevistados, visto que um grupo poderia constatar a disparidade de suas respostas com as do outro grupo; sendo todos membros do mesmo contexto de análise, isso poderia gerar constrangimentos nas respostas e na posterior divulgação dos dados.

O quadro abaixo representado visa a evidenciar a intenção ou os objetivos de cada grupo de perguntas utilizado nas entrevistas do Grupo 1, identificadas nas categorias de ações de fonte e conexão de capital social.

Quadro 23 - Quadro explicativo: objetivos com as perguntas do Grupo 1 - fontes de capital social

| Questão | Grupo 1 – Geração – Fonte x Conexão |
|---------|---|
| 1 | Identificar a atuação do entrevistado junto ao projeto das cooperativas escolares. |
| 2 | Relacionar a intencionalidade da ação de fomento a uma educação voltada à ação comunitária e às suas consequências. |
| 3 | Identificar a intencionalidade de ação voltada tanto ao fortalecimento da cultura cooperativista de engajamento local como a ganhos tangíveis e intangíveis para a cooperativa. |
| 4 | Explicitar a intencionalidade da cooperativa em sua ação de fomento à cultura cooperativista local, de rede ou de comunitaris mo. |
| 5 | Identificar os mecanismos que a cooperativa tem utilizado para fomentar o projeto das cooperativas escolares. |
| 6 | Explicitar os resultados na rede comunitária, bem como a diretriz de continuidade das ações e o potencial de continuidade. |

Fonte: Elaborado pelo autor.

Tendo como referência as intenções descritas em cada pergunta elaborada para o Grupo 1 – categoria de fonte e conexão de capital social –, podemos estabelecer uma relação com as intenções a serem identificadas no conjunto de perguntas do Grupo 2 – voltado a perguntas relacionadas a consequências das ações da categoria de rebatimento das ações voltadas à construção ou ao fortalecimento de capital social.

Quadro 24 - Quadro explicativo: objetivos buscados em cada questão presente no questionário elaborado e utilizado nas entrevistas do Grupo 2

| Questão | Grupo 2 – Geração – Consequência (Rebatimento) |
|---------|--|
| 1 | Identificar a atuação do entrevistado junto ao projeto das cooperativas escolares. |
| 2 | Identificar a relação entre a resposta dos gestores da cooperativa Sicredi Pioneira e a percepção junto à participante do desenvolvimento das cooperativas escolares. |
| 3 | Identificar a relação entre a resposta dos gestores da Cooperativa Sicredi Pioneira e a percepção junto à participante do desenvolvimento das cooperativas escolares no âmbito do ambiente escolar e comunidade, visando a identificar causa e consequência. |
| 4 | Identificar a percepção junto à participante do desenvolvimento das cooperativas escolares quanto às motivações da cooperativa Sicredi Pioneira em fomentar este projeto. |
| 5 | Relacionar as impressões dos envolvidos na organização junto às cooperativas escolares e a visão dos gestores da cooperativa. |
| 6 | Estabelecer relação entre as respostas dos gestores da cooperativa e os envolvidos diretamente com as cooperativas escolares no âmbito das potencialidades de continuidade da proposta. |

Fonte: Elaborado pelo autor.

Com a análise comparativa referente às respostas das duas categorias de análise, intencionou-se identificar e evidenciar, por um lado, o movimento intencional no caso das ações sociais da cooperativa de crédito Sicredi Pioneira, e, por outro lado, os resultados desta ação junto à comunidade cooperativa envolvida.

8.2.2 A composição das perguntas e o cruzamento dos dados

Com base nas considerações da multidimensionalidade reconhecidas na geração e nas consequências do capital social, o roteiro de perguntas teve como objetivo identificar indícios a partir de duas categorias de análise: as ações da cooperativa, relacionadas à fonte de capital social, e as consequências (resultados ou rebatimento) dessas ações. Foram utilizadas duas categorias (grupos) de entrevistas correlacionadas:

1) Grupo 1: Composto por entrevistados que participam da gestão da cooperativa e atuam nas ações sociais da cooperativa, de forma direta ou indireta. Alguns também atuam na Casa Cooperativa de Nova Petrópolis e somam um total de três entrevistados. Este conjunto representa a identificação de ações geradoras de capital social, caracterizadas anteriormente como **ações de fonte** ou **ações de conexão**. No caso desta pesquisa, trata-se das ações que a cooperativa desenvolve e que, por suas características,

podem ser enquadradas dentro dessas delimitações. Neste sentido, as perguntas da entrevista têm relação com ações dessa categoria, sendo o público da entrevista formado pelos gestores da cooperativa que operam com o fomento das cooperativas escolares – público reconhecido aqui como **Grupo 1**.

2) Grupo 2: Composto por entrevistados que participam nas ações sociais da cooperativa, professores e alunos envolvidos nas cooperativas escolares reconhecidos em um grupo de quatro entrevistados. Identificação de **consequências das ações**, caracterizadas anteriormente como o **rebatimento**, ou seja, a identificação das ações promovidas pela Coop (cooperativa escolar) e seus resultados. Neste sentido, o público da entrevista são os operadores do projeto, professores e coordenadores, bem como os envolvidos nos resultados dessas ações (no caso, alunos) – público reconhecido aqui como **Grupo 2**.

9. APRESENTAÇÃO DA PESQUISA DOS ELEMENTOS DE ANÁLISE

Nesta etapa da pesquisa, são apresentados os elementos de análise do campo empírico de forma descritivo-explicativa e também com análise dos resultados em comparativos com os objetivos e hipóteses da pesquisa, bem como a relação entre este campo e as referências teóricas. Atuamos no sentido de tecer o processo explicativo entre elementos da teoria e da prática na perspectiva de gerar um mosaico interpretativo das referências de análise previstas. A pesquisa de campo teve como base viagens do pesquisador até a cidade de Nova Petrópolis, onde foram desenvolvidas visitas à cooperativa Sicredi Pioneira, para falar da pesquisa e organizar agendamentos das entrevistas. Também foram feitas visitas à cooperativa escolar Bom Pastor, na Linha Imperial, para falar da pesquisa com professores e com a direção da escola e da cooperativa escolar, bem como com pais de alunos e alunos associados da cooperativa, para posterior agendamento das entrevistas junto aos alunos associados e professores, assim como análise do diário de campo construído desde o início das atividades do pesquisador como participante da comunidade cooperativa local quando atuava como professor na única faculdade da cidade. Nestas visitas, foram feitas as fotos dos monumentos que também compõem os dados empíricos da pesquisa e da análise documental, recomposição do diário de campo adequado ao contexto da pesquisa.

No cruzamento dos dados do campo realizamos análises dos dados levantados na etapa descritivo-explicativa, quais sejam: Relatório Anual Social, Relatório de Sustentabilidade, análise da constituição e ações da Casa Cooperativa e cooperativas escolares; a relação da cooperativa com o fomento da cultura cooperativista relacionada com os monumentos locais voltados ao cooperativismo; e análise entre as respostas das duas categorias de entrevistados delimitadas nos quadros já referidos e **diário de campo**. O objetivo desta etapa consiste em identificar uma possível inter-relação entre ações sociais da cooperativa estudada em prol do fomento a uma cultura cooperativista e ao fortalecimento de capital social cooperativista, e suas consequências na análise de resultado da cooperativa; ou seja, evidenciar a forma como estas ações são indicadas como um resultado a ser gerado pela gestão da cooperativa. Tendo como referência de análise as respostas dos entrevistados e os direcionamentos apontados nos indicadores socioeconômicos de resultado da cooperativa.

9.1 Os indicadores socioeconômicos da cooperativa de crédito Sicredi Pioneira

Os indicadores socioeconômicos, apresentados nesta etapa da pesquisa, representam parte da análise do campo empírico. De acordo com o que foi descrito anteriormente, os dois indicadores apresentados representam as evidências sobre os “sentidos de resultado” previstos pela cooperativa em âmbito gerencial como resultado de deliberações em assembleias. Ou seja, demonstra a análise multidimensional das representações da cooperativa sobre “resultados esperados da gestão da cooperativa” a serem demonstrados aos associados. O objetivo em evidenciar estes indicadores com parte da análise empírica visa a responder os indicativos das hipóteses e objetivos específicos, de que as ações da cooperativa de crédito Sicredi Pioneira têm como referência de “resultado” ações tanto no âmbito social com econômico, além de salientarem como referência os princípios cooperativistas e o fortalecimento de vínculos sociais voltados à cultura cooperativista. Neste sentido, as análises decorrentes destes indicadores intencionam evidenciar que a cooperativa articula seus “resultados de eficiência” dentro das diretrizes da “tríade da gestão cooperativista” por incorporar elementos relacionados a princípios cooperativos, dimensão social e econômica. Sendo assim, também demonstrar que a cooperativa opera em um sentido de eficiência específico ao cooperativismo, prevendo resultados tanto no sentido tangível como intangível da cooperativa – sentido este reconhecido nesta pesquisa no conceito de “eficiência cooperativista”. Descrevendo de outra forma: o reconhecimento de indícios de uma estratégia de gestão que incorpora elementos sociais e econômicos de forma multidimensional como forma de manter a sustentabilidade da cooperativa.

O primeiro indicador (Anuário de Sustentabilidade) representa um estudo comparativo entre as ações da cooperativa no âmbito social, em comparativo com o desenvolvimento da cooperativa e sua contribuição no desenvolvimento da cultura cooperativista das regiões onde está inserida; o segundo indicador (Balanço Social Anual) descreve as principais ações desenvolvidas pela cooperativa no contexto da localidade ou região onde está inserida, com destaque aos objetivos previstos, resultados alcançados e projeções de continuidade.

Iniciaremos com o indicador de sustentabilidade que representa diretamente análise de resultados multidimensionais da cooperativa. Seguem, em destaque, considerações de apresentação descritas no Relatório Anual de Sustentabilidade Sicredi 2015. (SICREDI, 2015, p. 5).

Desempenho Sustentável – descreve os públicos relacionados a instituição – associados, fornecedores, colaboradores, dirigentes, parceiros estratégicos, governo e sociedade civil – e as práticas e formas de atuação adotadas no relacionamento com esses públicos. [...] Na construção da sua visão da sustentabilidade, o Sicredi partiu do pressuposto de que as cooperativas, pela sua forma e natureza jurídica própria e em razão de seus princípios, já têm a sustentabilidade na essência, pois trabalham para o desenvolvimento econômico e social de suas comunidades. Falta reforçar, interna e externamente, esse atributo como um diferencial diante do mercado financeiro e da sociedade. Concluída a fase de preparativos, as primeiras ações se concretizaram em 2013. Entrou em operação o ferramental de análise de projetos, com indicadores socioambientais específicos, e foram efetivados os subcomitês nas centrais e no Centro Administrativo.

As informações do relatório de sustentabilidade da cooperativa estudada retratam os modelos de negócio da cooperativa, bem como delimitam de forma multidimensional os sentidos de “resultados esperados da gestão, ou seja, sentido de eficiência”. Este documento representa uma forma de gerar transparência da instituição financeira cooperativa junto aos seus associados, colaboradores e comunidade e evidenciar os sentidos de resultados gerados. O relatório é composto por 50 indicadores quantitativos relacionados a fatores que a cooperativa delimita no documento como “fatores de sustentabilidade”. Estes indicadores são agrupados em onze categorias de análise gerencial. O quadro abaixo, desenvolvido pelo pesquisador, representa uma síntese analítica descritiva deste documento, com o objetivo de evidenciar tanto as áreas de ação da cooperativa como os resultados a serem gerados. Tendo como referência a abordagem descritiva explicativa, o quadro apresentado é dividido da seguinte maneira: são onze as linhas que representam os conjuntos de indicativos das áreas previstas como resultados a serem gerados, e três colunas: a primeira coluna, as categorias de análise – descreve as áreas de atuação da cooperativa; a segunda coluna, temas abordados – representa uma breve descrição dos indicadores que compõem cada área de análise; e a terceira coluna, análise do pesquisador – traz as considerações interpretativas do pesquisador sobre o conjunto de indicadores de forma a relacionar com os objetivos da pesquisa e o campo teórico apresentado. Destacamos que o quadro e as considerações decorrentes avaliam os indicadores e não necessariamente seus resultados gerados, tendo em vista que o objetivo desta etapa da pesquisa é demonstrar o direcionamento estratégico da cooperativa no âmbito do resultado esperado.

Quadro 25 - Indicadores: anuário de sustentabilidade

| Categorias de análise | Tema abordado | Análise do pesquisador |
|---|--|--|
| 1 - Satisfação e confiança do associado | Avalia a qualidade e a confiança do relacionamento do Sicredi com seus associados. A satisfação é percebida pela capacidade de atendimento às necessidades e expectativas do associado e, a confiança pelo nível de familiaridade e segurança com que os associados se relacionam com o Sicredi. | Neste conjunto de indicadores fica evidenciada a preocupação da cooperativa em gerar referências para fidelização do associado. Entre os indicadores relacionados está a participação em assembleias e reuniões de núcleos. |
| 2- Modelo de gestão | Apresenta o modelo participativo de governança do Sicredi, processos pelos quais a organização formaliza e monitora decisões estratégicas e operacionais. Ao mesmo tempo, engaja seus associados e fortalece o senso de pertencimento desse público ao Sistema Sicredi. | Neste agrupamento de indicadores, ficam evidenciados os fatores de controle de processos decisórios adequados às diretrizes das assembleias com base em indicadores comparativos que demonstram desde ações sociais até questões relacionadas à igualdade de gênero. |
| 3 - Transparência e engajamento | Aponta a disponibilização de informação adequada e oportuna aos públicos da instituição, para engajar associados, colaboradores e comunidade nos processos decisórios do Sicredi. | Demonstra as estratégias de nucleações da cooperativa, periodicidade das reuniões de núcleos, bem como crítica de associados passando por crítica de indicativos para as assembleias por núcleo. |
| 4 - Cultura cooperativa | Avalia o engajamento dos colaboradores à cultura cooperativa. Fomenta a cultura cooperativa entre os colaboradores como condição necessária à manutenção da unidade, da coesão e do alinhamento interno no Sistema Sicredi. | Demonstra as ações internas da cooperativa em prol da cultura da cooperação bem como as ações de formação voltadas a este setor, tanto para agentes internos da cooperativa como para a comunidade cooperativa local. Entre as ações destacadas, estão programas de formação interna e o programa “A união faz a vida”, voltado à cultura da cooperação em escolas locais. |
| 5 - Difusão do cooperativismo | Aborda a propagação da cultura cooperativa, para ampliar o conhecimento dos colaboradores, associados e comunidade sobre os benefícios de uma organização cooperativa para a sociedade, culminando com o crescimento do Sicredi. | Este tema traz indicadores do número de reuniões de formação interna voltada à cultura cooperativista (princípios, valores, história do cooperativismo, etc.). Representa um conjunto de formação específica também voltada para a comunidade. É neste setor que entram as ações das cooperativas escolares e da Casa Cooperativa de Nova Petrópolis. |

| | | |
|--|--|---|
| 6 - Desenvolvimento local e regional | Indica os impactos positivos das atividades do Sicredi nas localidades onde atua. É o valor econômico, social e ambiental compartilhado gerado pela presença da organização nas comunidades. | Evidencia as ações socioeconômicas da cooperativa junto às comunidades próximas tanto no âmbito da educação ambiental como no fomento da agricultura familiar e do empreendedorismo social e individual. |
| 7- Educação financeira | Demonstra o processo de conscientização dos públicos do Sicredi, mostrando valor no relacionamento com a organização, a partir do conhecimento de conceitos, serviços e produtos financeiros, para que façam escolhas mais alinhadas ao seu bem-estar. | A cultura de organização financeira é trabalhada em escolas e palestras para a comunidade, além de cursos específicos para associados no sentido de evitar o endividamento familiar. Traz indicativos dos números de palestras e ações em escolas e crítica de participantes por região. |
| 8 - Tecnologia da informação para o relacionamento com o associado | Demonstra a ampliação dos meios de relacionamento do Sicredi com seus associados, inovando em produtos, serviços e canais de atendimento alinhados às necessidades e expectativas desse público. | Demonstra os canais de comunicação entre a cooperativa e os associados, no sentido de aproximação da cooperativa junto à comunidade associada, possibilitando maior transparência da gestão. Traz indicadores da crítica de canais, bem como públicos atendidos. |
| 9 - Tecnologia operacional | Demonstra a crescente digitalização do setor financeiro para melhorar a eficiência de processos internos e da gestão de fornecedores, entregando mais qualidade e reduzindo o tempo de resposta ao associado. | Traz uma série de indicadores relacionados às tecnologias de gestão e controle operacional. Visa a evidenciar a preocupação da cooperativa com a gestão de riscos tanto de fraudes e desacordos com as diretrizes das assembleias. |
| 10 - Critérios socioambientais | Analisa concessão de crédito. Apresenta a ampliação da visão de risco do Sicredi, com o objetivo de estimular práticas socioambientais responsáveis entre os associados. | Traz indicadores relacionados à gestão de riscos ambientais e ações estimuladas pela cooperativa para conscientização socioambiental junto aos associados. |
| 11 - Solidez financeira | Demonstra os resultados financeiros, a capacidade de gerar negócio e a avaliação de riscos do Sicredi. Pilares fundamentais para manter o nível de confiança e de credibilidade com seus principais públicos. | Este conjunto de indicadores demonstra um conjunto de análises quantitativas tanto do crescimento monetário da cooperativa como também melhorias no processo de serviços prestados aos associados. Demonstra a preocupação da cooperativa em apresentar a maior crítica possível de serviços adequados às necessidades regionais. |

Fonte: Adaptado pelo autor (SICREDI, 2016).

Ainda com base neste indicador, e destacando reconhecimentos públicos das ações socioeconômicas da cooperativa, iniciamos com o reconhecimento do ranking do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) em 2015 sobre a cooperativa como uma das principais organizações relacionadas ao desenvolvimento regional, em especial a agricultura familiar, descrito da seguinte forma no Sustentabilidade Sicredi (2015, p. 4), reconhecimento este repetido em 2016.

A instituição financeira cooperativa foi o agente financeiro que liberou o maior volume de crédito do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), com recursos do BNDES, no Plano Safra 2014/2015, totalizando R\$ 882 milhões, em 16.539 operações.

9.1.1 Segundo conjunto de indicadores: Anuário Social da Cooperativa

Esta etapa do trabalho busca demonstrar as ações sociais desenvolvidas pela cooperativa descritas no Anuário Social da Cooperativa (2016). Esta ferramenta de análise tem duas finalidades para a cooperativa: a primeira, evidenciar internamente as ações da cooperativa nos aspectos sociais junto a associados e comunidade; por outro lado, dar visibilidade sobre destinação de ações e recursos da cooperativa. Destacamos que na composição do quadro foram selecionadas apenas as ações que reconhecemos com tendo presente a questão do fomento voltado às referências da “tríade da gestão cooperativista”. No entanto, cabe destacar que este indicador, na sua totalidade, também incorpora ações voltadas à divulgação de uso de recursos da cooperativa, cursos de formação interna, intercâmbios, apoio a projetos sociais, culturais e esportivos na região. Estes temas não foram apresentados por não representarem o foco principal desta pesquisa.

As ações estratégicas da cooperativa voltadas às ações sociais têm base financeira em duas fontes: no Fates (fundo de assistência técnica e educação) que representa uma formalidade estatutária legal das cooperativas e no Fundo Social da cooperativa que “representa um direcionamento de recursos que a cooperativa, em assembleia, reconhece como uma forma de fomentar mais as ações sociais” (BALANÇO ANUAL, 2015). Com base na mesma fonte, este recurso financeiro não pode ser utilizado para eventos, mas apenas para apoio a entidades sociais da região. As entidades beneficiadas por esse recurso precisam estar vinculadas à comunidade e devem ser legalmente constituídas, devendo ter CNPJ e Estatuto Social. No caso de

escolas públicas ou cooperativas escolares, os projetos poderão ser encaminhados por uma entidade de representação. Para ter acesso ao Fundo Social, a entidade beneficiada deve ser associada à Sicredi Pioneira RS.

Como forma de contextualização, seguem exemplos de projetos que podem ser financiados pelo Fundo Social – descritos detalhadamente por região e ação na página da cooperativa na internet – Balanço Social Anual da cooperativa Sicredi Pioneira (2015, p. 50). Projetos educacionais: ampliação do acervo de bibliotecas, projetos envolvendo portadores de necessidades especiais, meio ambiente, inclusão social, creches, escolas, cooperativas escolares.

- Projetos culturais: folclore, música, teatro.
- Projetos esportivos: desde que destinados à inclusão social de crianças e jovens.

Com o objetivo de evidenciar de forma didática a relação das ações sociais da cooperativa e os objetivos de análise da pesquisa, desenvolvemos um quadro descritivo/analítico. O quadro é dividido em: a) ações sociais da cooperativa, que evidenciam programas e estratégias; b) diretrizes, que descrevem brevemente os objetivos da ação; c) e análise do pesquisador, que tenta delimitar às ações as perspectivas analíticas da pesquisa. Neste sentido, tendo como referência o Anuário Social da Cooperativa (2016), destacamos o conjunto de ações que seguem descritas no quadro abaixo.

Quadro 26 - Indicadores: anuário social da cooperativa Sicredi

| Ações sociais | Diretrizes | Análise do pesquisador |
|---|---|--|
| Índice de Satisfação do Associado (ISA) | Demonstra a relação entre os associados e os serviços que utilizam da cooperativa, bem como o tempo de atividade destes associados. | Evidencia quantitativamente o grau de fidelização do associado tendo como referência atividades contratadas por este associado, bem como participação deste associado em ações da cooperativa relacionadas ao terceiro princípio. |
| Conselho jovem | Os jovens deste conselho fazem parte das cooperativas escolares, são ou foram lideranças destas cooperativas. O conselho se reúne de forma bimestral, a fim de discutir questões sobre cooperativismo na região, cooperativas escolares. A diretriz deste grupo é o | Este grupo é visto pela cooperativa como a continuidade da formação de jovens das cooperativas escolares. São convidados pela cooperativa a participar os jovens com maior inversão nas cooperativas escolares. Atuam como referências junto às cooperativas |

| | | |
|------------------------|---|--|
| | desenvolvimento de novas lideranças locais. | escolares, ajudam a criar novas cooperativas escolares. Ações relacionadas ao quinto, sexto e sétimo princípios. |
| Programa Pertencer | Visa a aproximar o associado do processo de gestão da cooperativa, com pré- assembleias em núcleo, debates sobre temas a serem levados para assembleia. Visa a fortalecer a relação da cooperativa nas microrregiões que compõem a área de abrangência da cooperativa. | Este programa também intenciona tornar a cooperativa próxima às necessidades do associado. Representa uma forma de aproximar as necessidades dos associados das diretrizes da cooperativa, e criar sinergia. Ações relacionadas ao primeiro, segundo, quinto, sexto e sétimo princípios. |
| Programa Crescer | Voltado à educação cooperativa e capacitação técnica. Tem como diretriz qualificar a participação do associado no processo de gestão da cooperativa, por meio de participação nas assembleias e núcleos da cooperativa na região. | Investimento voltado ao fortalecimento do capital intelectual da cooperativa, fortalecer vínculos com os associados. A ideia é propiciar ao associado formas de entender melhor a dinâmica da cooperativa. Ações relacionadas ao primeiro, segundo, quinto, sexto e sétimo princípios. |
| Casa Cooperativa | Representa uma iniciativa da cooperativa, com apoio de outras entidades da região; visa a estimular a cultura cooperativista, atuando com educação, fomento a novas cooperativas e lideranças locais. Apoio à cultura cooperativa local. | Representa uma das principais ações sociais voltadas ao fomento da cultura cooperativista local. Tem como foco principal o apoio às cooperativas escolares e ações junto à comunidade no âmbito do cooperativismo. Fortalecimento dos vínculos sociais entre a cooperativa e a comunidade com base na cultura cooperativista. Fortalece capitais intangíveis voltados ao cooperativismo: capital social, comunitário, político, cultural e intelectual. Ações relacionadas ao quarto, quinto, sexto e sétimo princípios. |
| Cooperativas escolares | Forma de estimular a cultura cooperativista com base em um processo que incorpora teoria e prática na constituição de cooperativas nas escolas da região. Trabalha empreendedorismo, gestão, planejamento estratégico, liderança. Representa um dos focos de atuação da Casa Cooperativa. | Representa uma das principais ações sociais voltadas ao cooperativismo; forma de potencializar o capital social cooperativista, em especial junto a jovens da região e comunidade escolar. Incorpora uma qualificação do capital cultural, comunitário e intelectual voltado ao cooperativismo. Ações relacionadas ao quinto, sexto e sétimo princípios. |
| Projetos em rede com a | - Parceria com entidades locais | Estas ações visam a fortalecer a |

| | | |
|-------------------------------|--|---|
| comunidade local | que atuam com a comunidade rural dos principais projetos: Cetanp (Centro regional de qualificação profissional de produtores rurais) – parceria com a Emater; EFA (Escola família agrícola) - Parcerias como o Sebrae, como forma de qualificação de empreendedores locais. - Parcerias com fundações e associações locais além de cooperativas e Poder Público. | economia agrícola, seguindo uma vocação local para a agricultura familiar. Também como forma de potencializar ações da cooperativa junto à comunidade. Fortalecimento do capital comunitário, intelectual e social, bem como da economia local. São ações integradas onde a cooperativa atua como parceira junto à comunidade. Ações relacionadas ao quinto, sexto e sétimo princípios. |
| Programa “A união faz a vida” | Visa a promover a cultura da cooperação e cidadania. Desenvolvida junto a comunidades escolares da região. Articulado com membros da cooperativa como grupo gestor, e agentes da comunidade. | Atua no fortalecimento de vínculos sociais, entre a cooperativa e a comunidade. A cooperativa é a única financiadora do projeto. Potencializa tanto capital social como comunitário. Ação relacionada em especial ao sétimo princípio. |

Fonte: Adaptado pelo autor (SICREDI, 2016).

Na análise do quadro, tendo como referência a “Tríade da Gestão Cooperativista”, fica evidenciado que as ações da cooperativa têm como direcionamento estratégico os princípios cooperativistas relacionados. Neste sentido, consideramos que a articulação destes princípios atua de forma a potencializar capitais intangíveis voltados à cultura cooperativista, gerando resultados nas dimensões sociais e econômicas da organização. Outro elemento que pode ser destacado é o público-alvo das ações da cooperativa, sendo pessoas das comunidades, mas em especial produtores rurais, e jovens, ou seja, atua com a vocação socioeconômica local, no caso a agricultura familiar.

Na análise dos quadros fica evidenciada a proposta de modelo gerencial em incorporar elementos de uma economia substantiva por incorporar elementos de resultados voltados ao desenvolvimento sociocultural local voltado à cultura cooperativista junto ao desenvolvimento econômico monetário. Interação esta que para uma empresa voltada à economia de mercado pode ser conflitava, mas como diretriz de uma empresa no formato de cooperativa, esta diretriz toma uma conotação estratégica considerando a questão de meios e fins, questão apresentada anteriormente, que distingue estes dois modelos de empresa. Sobre a interação entre a instância empresa da gestão de cooperativas, Schneider (2007, p. 17) argumenta que “em sua dimensão de

empresa, a cooperativa tem como finalidade viabilizar o empreendimento econômico a partir das diretrizes previstas pelos associados em assembleia e definidas em seu estatuto/regimento interno” – ou seja, há uma formalização das relações, dos objetivos e das operações, de forma a reproduzir uma racionalidade instrumental voltada à viabilidade econômica do empreendimento. O autor continua na mesma página:

[...] a maioria dos fracassos nas organizações cooperativas não se deve de forma exclusiva à falta de espírito cooperativo, mas à falta de visão de empresa, de conhecimentos voltados à visão técnico-administrativa, porque quando a cooperativa fracassa como empresa econômica, fracassa, igualmente, sua pretendida projeção social e humana.

Segundo Schneider (2007), a dimensão econômica instrumental precisa ser entendida como um meio para o objetivo social na organização cooperativa. Como exemplo disso, a diferenciação quanto ao sentido de lucro monetário, voltado à lógica de empresa mercantil, contrapõe-se ao sentido de ganho ou sobra na dimensão da gestão cooperativa. Schneider (2007, p. 15) ainda considera a compreensão dessa diferenciação como elemento central do processo de gestão.

Quando se diz que não visar ao lucro é uma das características da cooperativa, certamente não significa que ela seja uma entidade beneficente. As cooperativas buscam realizar funções econômicas, através de uma empresa, mas vinculadas ao social, pois buscam prestar serviços que visem a satisfazer necessidades das pessoas (necessidades de alimentação, habitação, trabalho e renda, saúde, lazer, vida digna, etc.). Na filosofia de sua organização, almeja-se afirmar a primazia do fator trabalho sobre o capital, reconhecendo, porém, no capital, um meio importante para o desenvolvimento e a consolidação das cooperativas na sua dimensão empresarial.

Com base nas considerações de Schneider fica evidenciado que na proposta cooperativista de organização, o capital, no seu sentido monetário, não é a centralidade da organização, mas sim um meio para gerar benefícios aos associados, por meio do trabalho e não pelo capital, distinguindo-se assim de empresas com base no capital com primazia no valor monetário relacionada ao modelo de economia de mercado. Com base nestas considerações podemos identificar que a organização cooperativa representa uma organização contrária à primazia da monetarização da economia de mercado. Esta delimitação de objetivos de resultados da gestão da cooperativa estudada fica demonstrada na análise explicativa dos quadros. No contexto desta pesquisa, reconhecemos esta delimitação como indícios de um sentido de eficiência cooperativista, por evidenciar que o sentido de resultados da cooperativa está

relacionado a integrar fatores tangíveis e intangíveis da gestão, tendo como referência os princípios cooperativistas.

Ainda no sentido de demonstrar a pluralidade do sentido de resultado da gestão cooperativa, utilizamos o esquema triangular de Polanyi que demonstra que diferenciação entre as organizações socioeconômicas se dá com base na distinção entre os meios e os fins adotados no agir econômico entre os agentes econômicos. Podemos argumentar com base na apresentação dos indicadores dos quadros que: há um direcionamento em atuar na esfera da economia monetizada, mas não mercantil, por reconhecermos nos demonstrativos apresentados a existência de elementos comuns entre os princípios cooperativistas e aspectos relacionados tanto ao comunitarismo como a reciprocidade, fortalecimento dos vínculos sociais. Reconhecemos também aproximação com os princípios cooperativistas da intercooperação, no princípio do compromisso com a comunidade e no princípio da gestão democrática entre os sócios. Também reconhecemos a relação entre os indicadores apresentados e os resultados gerados no fomento de capitais intangíveis voltados ao fomento de uma cultura cooperativista local.

No entanto, ainda na abordagem de Polanyi é identificado que as relações econômicas não operam de forma homogênea, ou seja, não podem ser categorizadas de forma totalizante. Mesmo reconhecendo as proximidades da proposta cooperativista com as diretrizes de uma economia monetizada, mas não mercantil, também reconhecemos elementos de uma de uma economia mercantil relacionados aos princípios do utilitarismo em combinação com princípios da reciprocidade e comunitarismo. (GAIGER, 2013, p. 31).

Para distinguir as peculiaridades da proposta de organização cooperativa em suas dimensões sociais e econômicas, a identificação da combinação do agir econômico neste modelo de organização possibilita gerar subsídios interpretativos quanto à abrangência dessa interação.

O reconhecimento desses elementos influenciadores e representativos da experiência cooperativa aponta para a necessidade de avaliar a graduação dos ativos sociais e como estes operam em maior ou menor intensidade com as diferentes formas do agir econômico e social na gestão cooperativa. Ou seja, avaliar a intensidade do fortalecimento dos vínculos sociais de reciprocidade e a aderência de práticas voltadas aos princípios e valores cooperativos ou voltados aos princípios do utilitarismo de uma economia de mercado.

Mesmo reconhecendo que, na experiência na cooperativa, a obtenção de renda seja um objetivo primordial, os vínculos sociais representam um catalisador desse processo produtivo, com base no fortalecimento da relação entre os associados da cooperativa e entre empreendimentos cooperativos, em consonância com os princípios da intercooperação e da comunidade ao mesmo tempo em que necessita gerar resultados monetários para sustentabilidade financeira da organização. O entendimento de que a gestão cooperativa operara com base na combinação de fatores influenciadores distintos, em sua natureza, aponta para o reconhecimento de um hibridismo como sendo inerente às peculiaridades da gestão deste modelo de organização, tendo como base as considerações de Canclini (2008, p. 19) sobre hibridismo. Entendemos este conceito da seguinte forma:

[...] entendo como hibridismo os processos socioculturais nos quais estruturas ou práticas que existam de forma separada se combinam para gerar novas estruturas, objetivos e práticas. Cabe esclarecer que as estruturas híbridas não podem ser consideradas de fontes únicas.

Tendo como referência as considerações apresentadas neste capítulo, identificamos algumas reflexões sobre o processo de gestão das organizações cooperativas que contribuiriam nos direcionamentos analíticos da pesquisa:

1) A necessidade de considerar a pluralidade da proposta cooperativista como uma referência de experiência híbrida evidencia a necessidade de se avaliar, de forma mais ampla, a abrangência dos objetivos previstos por esse modelo de organização, os quais não se restringem exclusivamente à viabilidade econômica do empreendimento. Pois atua na combinação de diferentes formas de interação social e o agir econômico.

2) Identificando o hibridismo dos empreendimentos voltados à experiência cooperativa, avalia-se a necessidade de aprimoramento de ferramentas gerenciais que possibilitem a aplicação dialética das duas formas de abordagem, compreendendo as aproximações e os distanciamentos tanto dos princípios relacionados ao utilitarismo como dos relacionados ao fortalecimento de um capital social cooperativista.

3) No hibridismo referido, a proposta cooperativa resgata a compreensão da abrangência sobre o agir econômica dentro da proposta cooperativa, caracterizando-se por um “agir cooperativo” e por um “agir utilitarista”. Caberia, neste sentido, definir em quais dessas instâncias a formação e a gestão cooperativa estariam gerando melhores resultados.

Reconhecer o hibridismo associado à experiência cooperativa, na interação entre princípios econômicos e formas de vínculos sociais, possibilita a construção de indicadores que permitem verificar a abrangência dessa interação. Sendo assim, cabe destacar que a devida dosagem de intercâmbio entre os princípios do agir econômico se faz inerente ao agir no mercado. No entanto, isto não representa proporcionalmente uma adequação aos princípios da economia de mercado, o que geraria um contexto de descaracterização da cooperativa, sendo essa uma questão estratégica para estudos sobre as diretrizes do cooperativismo contemporâneo.

9.2 Ações sociais voltadas ao capital social cooperativista

Esta etapa da pesquisa visa a demonstrar um aprofundamento das ações sociais da cooperativa no sentido de atuar como fomentadora de uma cultura cooperativista em âmbito local. Neste sentido, as principais ações de fomento à configuração de um capital social cooperativista, ações estas que fazem parte dos indicadores de resultado da cooperativa, de acordo com o que foi apresentado anteriormente, configuram ações que evidenciam resultados voltados a uma eficiência cooperativista. Como recorte de pesquisa iniciamos com programa “A união faz a vida”, como forma de contextualização, para focar posteriormente nas três principais ações de fomento a cultura cooperativista, desenvolvidas pela cooperativa na região de Nova Petrópolis: A Casa Cooperativa de Nova Petrópolis e a constituição das Cooperativas Escolares e apoio a produção patrimonial cultural voltado ao cooperativismo. A escolha dessas ações tem como referência as experiências do pesquisador no contexto de ações na região, assim como o reconhecimento da comunidade cooperativa local. O público envolvido nessas ações também representa a base das entrevistas de campo.

Programa “A união faz a vida”

O Programa “A união faz a vida” é considerado o primeiro grande projeto social voltado ao estímulo ao cooperativismo a partir do fomento a cultura da cooperação. O programa consiste em atividades voltadas à comunidade escolar e à formação de professores para que atuem como multiplicadores do programa em suas escolas. O programa é apresentado em quatro cadernos que dão início à coleção de educação cooperativa. A construção desse programa é resultado de um conjunto de ações que

visavam a identificar formas de promover a cultura cooperativista (CASA COOPERATIVA DE NOVA PETRÓPOLIS, 2017).

Na década de 80, o Sicredi contava com mais de 60 cooperativas de crédito que, após terem enfrentado dificuldades relacionadas aos sobressaltos da economia, viviam um período de desenvolvimento. Mas ainda havia desafios a vencer. Num ambiente onde um número expressivo de cooperativas, especialmente as agropecuárias, apresentavam dificuldades econômicas, era preciso garantir a sobrevivência dos empreendimentos cooperativos, ampliando o conhecimento sobre o cooperativismo e a natureza das sociedades cooperativas. Como forma de enfrentar esses desafios, o Sicredi decidiu pela criação de materiais de divulgação sobre cooperação e cooperativismo e o desenvolvimento de programas de cooperativismo nas escolas, com o objetivo de sensibilizar crianças e jovens para o tema. O objetivo principal era disseminar o cooperativismo como forma de desenvolvimento. Após pesquisa junto às organizações relacionadas ao cooperativismo, no Brasil e no exterior, foram encontradas iniciativas que abordavam questões pontuais sobre o cooperativismo, mas nenhum programa específico que pudesse contribuir para o atendimento das necessidades percebidas pelas cooperativas foi identificado. A avaliação era de que não bastava a simples disseminação de informações sobre o cooperativismo, era preciso ousadia e planejamento para transformar a percepção das pessoas também, sobre a sua capacidade de participar como agentes empreendedores de seu próprio desenvolvimento econômico e social. Na raiz deste problema encontrava-se um regime político e econômico no qual o Estado fora, por mais de 30 anos, o maior empreendedor. [...] Em 1992, em uma visita às cooperativas de crédito da Argentina e do Uruguai, dirigentes do Sicredi entraram em contato com uma Cooperativa Habitacional nas cercanias de Montevideú, onde funcionava, também, uma Cooperativa Escola. Impressionados, foram recebidos e guiados por um garoto de 11 anos, presidente da cooperativa, simpático, entusiasmado e demonstrando muito conhecimento sobre cooperativismo. Esse episódio corroborou a tese de que era essencial buscar a construção de uma nova cultura sobre cooperação e empreendedorismo. Assim, em 1993, o Sicredi se aproximou do Centro de Desenvolvimento e Pesquisa sobre Cooperativismo da Universidade do Vale do Rio do Sinos – São Leopoldo/RS, com o apoio do Padre Roque Lauchner então coordenador e o Padre Jose Odelso Schneider. A ideia era desenvolver um programa de educação cooperativa, cujo projeto previa contratação de especialistas nas diversas disciplinas curriculares de ensino, os quais proporiam metodologias que privilegiassem o empreendedorismo e o coletivismo, em substituição à prática individual. Surgia então a ideia inicial do Programa “A união faz a vida”: em 27 de janeiro de 1994, o Conselho de Administração da Cooperativa Central de Crédito do RS aprovou o cronograma inicial, de acordo com o qual se implantaria o projeto piloto no município de Santo Cristo/RS. A partir daí, as sementes do Programa brotaram e multiplicaram-se. Novos educadores e instituições de ensino superior somaram-se ao Programa e contribuíram com a adesão de novos municípios e novos estados.

O Programa “A união faz a vida”, orientado pelas conquistas ao longo dos anos e por seu desafio de tornar-se nacional, tem por objetivo contribuir com a educação integral de crianças e adolescentes, compreendendo que educar integralmente é formar uma pessoa globalmente, tornando-a apta a participar do mundo em que vive, de modo a realizar suas necessidades e expandir suas potencialidades. Segundo Marcio Port

(SICREDI, 2016), “essa perspectiva de educar integralmente compreende os sujeitos em suas múltiplas características: física, emocional, psicológica, intelectual, cultural e espiritual” (SICREDI PIONEIRA, 2017).

Com base em uma análise dos manuais de apoio e de apresentação do programa, material este disponível publicamente no website da cooperativa, é possível considerar que o programa alinha-se à concepção de educação integral – que compreende o indivíduo como um ser uno, indivisível, e em constante desenvolvimento, respeitando e conjugando as dimensões cognitivas, afetivas, sociais e corporais dos envolvidos na relação educativa. Segundo Marcio Port (SICREDI PIONEIRA, 2017), efetivar a educação integral requer uma prática pedagógica que compreende o ser humano em sua integralidade, diversidade, universalidade e singularidade. Nessa concepção, as experiências pessoais de educadores, crianças, adolescentes e o repertório cultural dos sujeitos envolvidos ocupam lugar de destaque.

Port (2011) considera que o programa metodológico considera que “a educação não acontece exclusivamente na escola”. Essa constatação aproxima o Programa “A união faz a vida” do conceito de “comunidade de aprendizagem”, o qual pressupõe que todas as pessoas da comunidade participam da educação das crianças e adolescentes, e que, nesse movimento, educadores também aprendem. (SICREDI PIONEIRA, 2017).

Ainda segundo Port, “no desafio de construir e vivenciar atitudes e valores de cooperação e cidadania, a escola e as diferentes organizações sociais compõem uma rede de possibilidades educativas que, cooperativamente, participam da educação integral”. O programa é dividido nas seguintes etapas, descritas no relatório social anual. (SICREDI, 2016).

Vivenciando trajetórias cooperativas: essa etapa representa um conjunto de referências teórico-conceituais e metodológicas, além de um repertório de vivências de atitudes e valores de cooperação e cidadania – o que Schneider denominaria de “agir cooperativo”. Seu público leitor privilegiado são educadores que se engajam na perspectiva cooperativista, exercendo um apoio no desafio de incluir ou intensificar as práticas cooperativas no seu cotidiano.

Formando educadores: esse material traz orientações para a formulação de planos de formação de educadores e tem como público leitor as assessorias pedagógicas responsáveis pela preparação dos educadores que participam do programa.

Álbum “trajetórias cooperativas”: é destinado às crianças e adolescentes e convoca para o registro lúdico de aprendizagens, projetos e anotações relevantes.

Através do programa de educação cooperativa “A união faz a vida”, as cooperativas de crédito integrantes do Sicredi (SICREDI PIONEIRA, 2017).

[...] reafirmam sua crença de que a construção e vivência de atitudes e valores de cooperação e cidadania contribuem para a formação de cidadãos capazes de empreender e criar, coletivamente, alternativas de desenvolvimento econômico, socioambiental e cultural.

Segundo Port (2014), o Programa “A união faz a vida” visa a contribuir com a educação integral de crianças e adolescentes, voltando-se para a cultura da cooperação e “compreendendo que educar integralmente é formar uma pessoa globalmente, tornando-a apta a participar do mundo em que vive, de modo a realizar e expandir suas necessidades e potencialidades” (SICREDI PIONEIRA, 2017).

9.2.1 O fomento a uma cultura cooperativista local

A constituição da Casa Cooperativa, do apoio à cultura cooperativista e das cooperativas escolares representa um grupo de ações que se dão em contextos interligados. Destacamos que essas ações constituem uma experiência recente no Brasil e, por consequência, possuem pouca análise teórica bibliográfica no âmbito nacional. Neste sentido, a coleta de dados sobre essa organização deu-se basicamente através de dados primários – evidências empíricas constituídas através de pesquisa documental, entrevistas com o grupo gestor da cooperativa e com participantes da comissão de organização da entidade, e recomposição de anotações do pesquisador no decorrer da trajetória de trabalho junto à comunidade. Este ordenamento possibilitou subsídios para compor um diário de campo específico da pesquisa da tese. Mas podemos considerar, a título de organização cronológica, que tudo inicia com dois monumentos relacionados ao cooperativismo em Nova Petrópolis.

Como já foi destacado anteriormente, trabalhamos a análise sócio-histórica como forma de evidenciar os sentidos de trajetória dos fatos, e sua importância dentro do processo de análise prevista na pesquisa, sobre a relação entre a cooperativa e a comunidade. Neste sentido, este resgate histórico e de representações simbólicas visa a evidenciar elementos de análise voltados à cultura local e a relação com a cooperativa. Iniciando com uma delimitação da cidade de Nova Petrópolis e a composição de referências ou marcos culturais associados ao cooperativismo – no caso, os símbolos e os monumentos locais, relacionados ao cooperativismo. As descrições decorrentes

seguem de descritivo explicativo com análise referencial e composição de relatos e diário de campo, a fim de contextualizar e delimitar a relação entre os fatos e os objetivos da pesquisa.

Os monumentos representativos da história do cooperativismo na região constituem monumentos dinâmicos, que incorporam elementos referenciais da cultura cooperativista em consonância com ações da cooperativa estudada bem como a produção de outros símbolos da cidade voltados ao cooperativismo. Consideramos relevante destacar que esta região foi colonizada basicamente por imigrantes germânicos, voltada a uma economia da agricultura familiar, medias agroindústrias, e pequenas empresas de manufatura. Mas as referências socioculturais deste local não estão relacionadas diretamente ao imigrante, ou ao trabalho da agricultura, ou aos pioneiros. A referência local é pautada no cooperativismo. Esta referência fica explícita em monumentos e símbolos da cidade. Segundo análise do diário de campo (2015), não foram encontrados indícios de que a incidência desta cultura do cooperativismo local ocorra por influência de fatores do contexto local, poder público, organizações da sociedade cível ou privada. Só foram encontradas referências à influência da cooperativa estudada como entidade fomentadora desta cultura. O atual símbolo da cidade está associado à constituição da Casa Cooperativa e das cooperativas escolares. Esta logomarca da cidade foi alterada por influência destas ações na comunidade.

Figura 9 - Símbolo de Nova Petrópolis



Fonte: Casa Cooperativa de Nova Petrópolis, 2017.

Este símbolo, reconhecido desde 2011 como referência da cidade, surgiu após um concurso, feito entre alunos da primeira cooperativa escolar da cidade, na escola Bom Pastor. Em formato de guirlanda, este símbolo representaria um produto a ser vendido pela cooperativa, e produzido pelos alunos. A escolha do símbolo foi com base em um

concurso municipal. Este símbolo concorreu com outros e foi o escolhido, por conter vários elementos relacionados ao cooperativismo, tais como: as cores do arco-íris que representam a diversidade reconhecida nos princípios cooperativos, as sete pessoas de mãos dadas, que representam os sete princípios e a união entre pessoas, os pinheiros no centro que representam a força e união cooperativas. Este símbolo é vendido nas lojas da cidade como lembrança da cidade, também está nos principais monumentos da cidade, bem como nos selos de divulgação. O concurso, assim como a compra das guirlandas produzidas pela cooperativa escolar, foi apoiado pela Sicredi Pioneira, como forma de apadrinhamento da cooperativa em forma de intercooperação. Outras cooperativas da cidade também reconhecem este símbolo como referência do cooperativismo local. Como fonte destas informações, utilizamos as descrições do diário de campo (25 de janeiro de 2012). Ainda com base no diário de campo, consideramos como relevante destacar que a primeira cooperativa escolar do país iniciou exatamente na mesma localidade da primeira cooperativa de crédito do país, e onde está o monumento do padre Teodoro Amstad, Linha Imperial pertencente à cidade de Nova Petrópolis, mas distante sete quilômetros da cidade. Ambas as experiências relacionadas à cooperativa Sicredi Pioneira.

O capital cultural voltado ao cooperativismo representa em Nova Petrópolis uma das bases identitárias da comunidade, com roteiro de visitação voltado a um turismo histórico patrimonial, relacionado ao cooperativismo, sendo este baseado na trajetória de constituição da cooperativa de crédito estudada, e a cooperativa de produção Piá: Sede da Sicredi Pioneira RS, Sede da Cooperativa Piá, Museu Sicredi, Museu Padre Amstad, Pedra Simbólica do Cooperativismo. No entanto, tem destaque neste roteiro o primeiro monumento ao cooperativismo da região, o monumento ao Padre Amstad em Linha Imperial. (CASA COOPERATIVA DE NOVA PETRÓPOLIS, 2017).

Figura 10 - Monumento ao cooperativismo



Fonte: Fotografado pelo autor. (2013)

O monumento retrata por meio de várias placas comemorativas o reconhecimento da comunidade da importância do Padre Amstad como referência comunitária do cooperativismo. Antes do monumento do cooperativismo no centro da cidade de Nova Petrópolis, esse monumento ao Padre Amstad em Linha Imperial (a sete quilômetros de Nova Petrópolis) já representava o primeiro monumento ao cooperativismo de crédito e a seu idealizador. As escolas da região têm atividades relacionadas a homenagens ao padre, além de comemorações cívicas nas datas de referência sobre ele – datas de nascimento, data de chegada à Linha Imperial, data de fundação da Caixa Rural. Esta relação cívica é fomentada anualmente pela cooperativa de crédito Sicredi Pioneira. Esse monumento representa uma base da cultura cooperativista local, sendo também um marco simbólico das referências da cooperativa estudada, visto que o Padre Amstad representa o idealizador, na região, da forma de organização coletiva de fundos de apoio mútuos, dando as bases para a posterior organização da cooperativa estudada. Este monumento conta com referências ao

trabalho do Padre Jesuíta. Além das placas comemorativas, há duas que destacam seu pioneirismo e ação voltada a um comunitarismo local junto aos imigrantes da época da colonização alemã: do lado esquerdo, a representação do padre sobre o lombo de um burro, este símbolo representa a forma como ele se deslocava pelas comunidades da região; e à direita a placa demonstra a referência à aproximação do padre junto à comunidade; no centro do monumento, o símbolo da cidade antes de ser mudado para o símbolo referido anteriormente. (Relato este descrito anteriormente).

O segundo monumento representativo desta trajetória local é o monumento reconhecido como a “Força do Cooperativismo”, inaugurado em 2002. É o primeiro e o mais representativo monumento ao cooperativismo do mundo, conforme afirmação feita pelo ex-presidente da ACI, Ivano Barberini (1939-2009). O monumento foi inaugurado por ocasião do centenário da Sicredi Pioneira RS, e constitui-se da representação de sete pessoas caracterizando as diversas profissões da época, carregando uma pedra que “estava no caminho” – segundo a citação do Padre Amstad de 1900, que fazia referência à união de pessoas com objetivos comuns para contornar dificuldades. Sua grande representatividade também é traduzida pelas sete pessoas que simbolizam os sete princípios do cooperativismo e as sete cores da sua bandeira. (CASA COOPERATIVA DE NOVA PETRÓPOLIS, 2017).

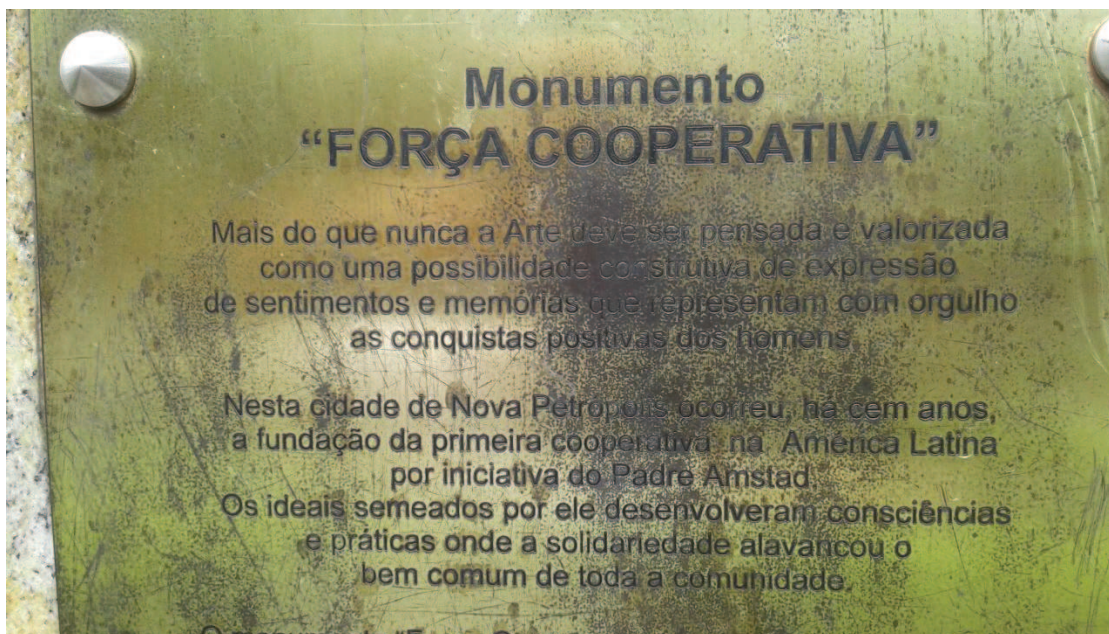
Figura 11 - Monumento “Força cooperativa”

Fonte: Fotografado pelo autor (2015).

Essa obra representa o principal monumento da cidade, localizado na praça central. Ele é cercado por placas com homenagens e reconhecimentos relacionados aos valores que simboliza e à cidade de Nova Petrópolis. Esse monumento, assim como o do Padre Amstad, é reconhecido nesta pesquisa como evidência empírica, visto que trata de um registro patrimonial coletivo com representação documental, por meio das placas comemorativas que fazem parte da base do monumento. Algumas destas placas representam o único registro público de eventos da comunidade cooperativa local. Podemos considerar este monumento como marco histórico do cooperativismo na cidade, com proporções internacionais, sendo reconhecido como o primeiro monumento do cooperativismo do mundo. Podemos reconhecê-lo como um monumento dinâmico, pois nas bases desta obra têm sido incorporadas, nos últimos anos, placas comemorativas ou de reconhecimento de acontecimentos importantes para a cidade no âmbito do cooperativismo. Reconhecemos essa obra como um elemento de análise que evidencia a sinergia entre as ações da cooperativa e sua interação com a comunidade e o fomento da cultura cooperativista local.

A primeira placa do monumento traz a motivação de sua edificação, bem como a delimitação de sua representação.

Figura 12 - Placa do monumento “Força cooperativa”

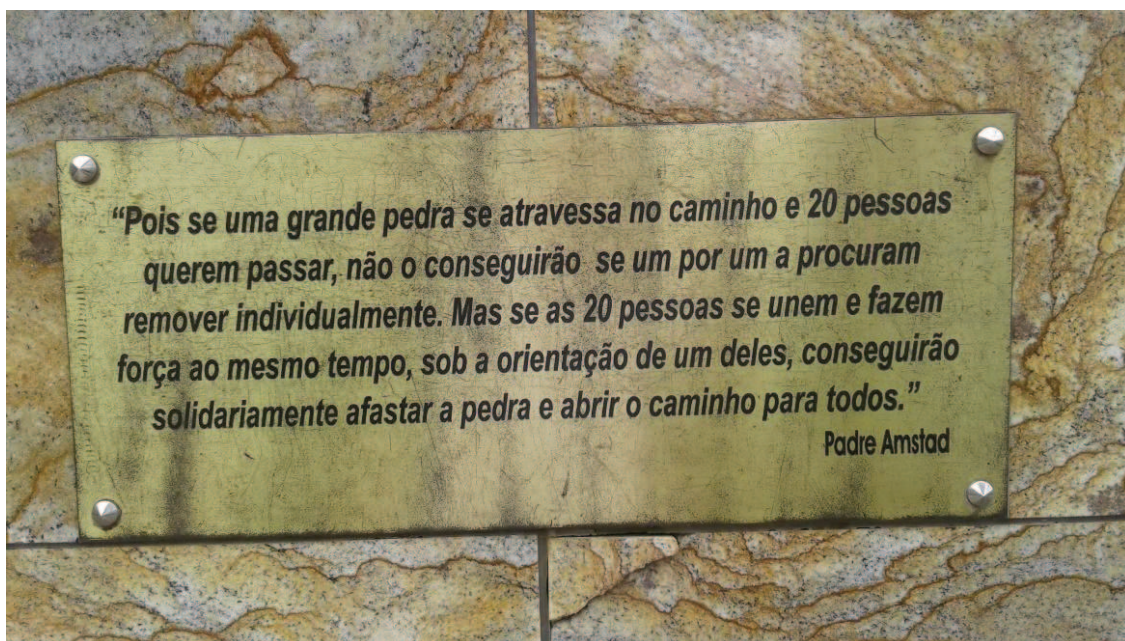


Fonte: Fotografado pelo autor (2015).

Essa placa destaca o sentido de criação do monumento, como forma de reconhecimento da importância do cooperativismo para a comunidade. Ela traz descritas referências ao cooperativismo e suas bases históricas, bem como a importância dessa iniciativa para comunidade. Também relata a importância dos pioneiros locais na edificação do cooperativismo.

A próxima placa traz as bases referenciais da organização cooperativa na região e, em especial, da cooperativa estudada, pois trata das bases filosóficas da constituição local em favor do desenvolvimento coletivo.

Figura 13 - Placa do monumento em reconhecimento à importância da frase de referência do Padre Amstad



Fonte: Fotografado pelo autor (2015).

A frase reproduzida na placa, que já foi descrita anteriormente na delimitação histórica das cooperativas de crédito, representa as bases da educação cooperativa. Reconhecemos que o fato de estar descrito no monumento principal da cidade demonstra a intrínseca relação entre a cidade e o cooperativismo. A frase tem sido utilizada em outros eventos da comunidade cooperativa e sendo reconhecida como uma forma didática de explicar a importância do ato de cooperar. (Diário de campo, 2016).

Sobre a história do monumento e os desdobramentos que ele ocasionou na organização da Casa Cooperativa de Nova Petrópolis e nas cooperativas escolares, iniciamos pela descrição de Port (2014). Em 2002, o Sr. Ivano Barberini⁶, então presidente da ACI, esteve no Brasil visitando a cidade de Nova Petrópolis e teve a oportunidade de conhecer o monumento ao cooperativismo já citado, inspirado pela frase sobre a “pedra no caminho” do Padre Theodor Amstad. Na ocasião, Barberini comentou que se tratava do “mais representativo monumento ao cooperativismo do mundo” (CASA COOPERATIVA DE NOVA PETRÓPOLIS, 2017).

Em 2006, na Itália, o Sr. Ivano Barberini recebeu uma delegação de representantes da Casa Cooperativa de Sunchales (Argentina) para convidá-lo a

⁶ As citações do Sr. Ivano Barberini podem ser encontradas no site da Casa Cooperativa de Nova Petrópolis pelo seguinte endereço: <http://www.capitaldocooperativismo.com.br/>

participar da inauguração do que acreditavam ser o primeiro monumento ao cooperativismo do mundo. Ao aceitar o convite, Barberini comentou que o referido monumento era na verdade o segundo, e que o primeiro estaria na cidade de Nova Petrópolis, localizada no sul do Brasil. Incentivou a comissão de Sunchales a conhecer o tão representativo monumento ao cooperativismo, chamado “Força cooperativa”, bem como a história e a tradição cooperativista de Nova Petrópolis (RECH; BAIOTO, 2016)

Seguem, abaixo, fotos do que seria o segundo monumento representativo do cooperativismo no mundo.

Figura 14 - Monumento do cooperativismo em Sunchales, na Argentina



Fonte: Fotografado pelo autor (2011).

Figura 15 - Miniatura do monumento



Fonte: Fotografado pelo autor (2011).

Este monumento representa os sete pilares do cooperativismo descritos nos princípios, e representa um marco histórico da cidade de Sunchales, situado na avenida central de entrada da cidade, tendo na sua proximidade uma praça construída no mesmo período como forma de local de convivência e homenagens ao cooperativismo. (Relato do diário de campo, setembro de 2011, em visita do pesquisador à cidade de Sunchales, Argentina).

Ainda segundo o diário, de campo (2011) após a inauguração do monumento em Sunchales, Nova Petrópolis recebeu a delegação argentina para conferir a data de fundação do primeiro monumento ao cooperativismo no mundo, após a conferência oficial e constatação oficial do pioneirismo do monumento brasileiro como mais antigo que o argentino, que foi inaugurado em 2002. Nessa visita, soube-se que Sunchales possuía o título de Capital Nacional do Cooperativismo da Argentina, e sugeriu-se que Nova Petrópolis também poderia conquistar tal título em seu país, pois apesar de ter

reconhecidamente o primeiro monumento do cooperativismo do mundo, não tinha o indicativo nacional como Capital Nacional do Cooperativismo. Sendo assim, uma comitiva municipal iniciou um movimento de reconhecimento nacional junto ao governo federal. Em 2007, por lei municipal (NOVA PETRÓPOLIS, 2007); em 2008, por lei estadual (RIO GRANDE DO SUL, 2008); e no dia 19 de janeiro de 2010, a partir da lei federal 12.205/2010 (DIÁRIO OFICIAL, 2010), Nova Petrópolis tornou-se a Capital Nacional do Cooperativismo do Brasil, sob decreto de lei do então presidente Luiz Inácio Lula da Silva, em reconhecimento à importância da cidade para a história do cooperativismo nacional (CASA COOPERATIVA DE NOVA PETRÓPOLIS, 2017).

Figura 16 - Placa da OCB em homenagem à cidade



Fonte: Fotografado pelo autor (2015).

Esta placa foi doada pelo sistema OCB, como reconhecimento à lei promulgada que reconheceu a cidade como capital do cooperativismo nacional. A placa traz o indicativo da comemoração do dia do cooperativismo reconhecido internacionalmente, como forma de reconhecimento do monumento do cooperativismo e do título de Capital Nacional do Cooperativismo. (Relato do diário de campo, outubro de 2016).

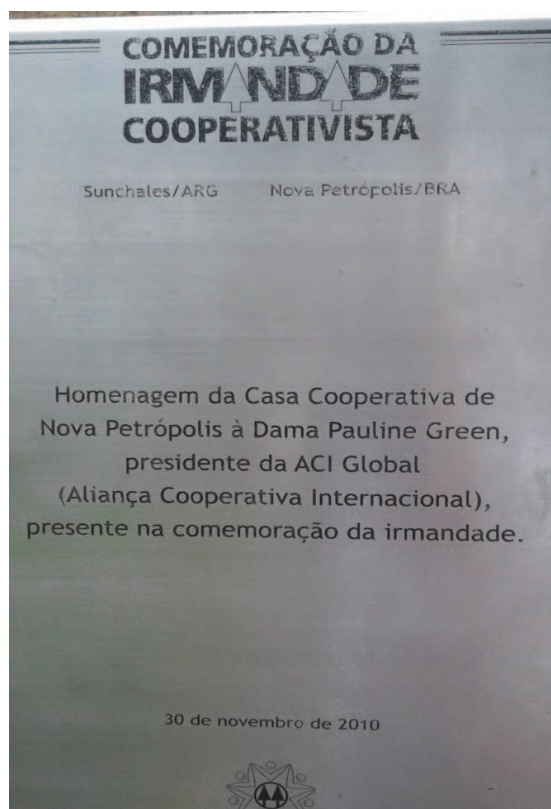
Em 2010, as duas capitais nacionais do cooperativismo oficializaram um termo de cooperação bilateral denominado de “acordo de irmandade entre as capitais americanas do cooperativismo”. O termo foi constituído pelos agentes envolvidos mais

diretamente no processo – ou seja, pelos gestores da cooperativa Sicredi Pioneira e membros da comunidade cooperativa envolvidos na Casa Cooperativa de Sunchales. (Análise do diário de campo, 2013). O evento que oficializou a irmandade foi histórico para o cooperativismo mundial e ocorreu em dois momentos:

Segundo registro do diário de campo, o primeiro foi na cidade de Sunchales, em 25 de setembro de 2010, na Argentina, contando com a presença da comunidade cooperativa de Sunchales, autoridades públicas locais, representantes da ACI Internacional e da ACI Américas, representantes das cooperativas argentinas e da comissão de cooperativas e comunitárias de Nova Petrópolis. Nesse evento, foi assinado o termo de irmandade entre as duas capitais do cooperativismo nas Américas, definindo termos de cooperação que incluíam a troca de tecnologias voltadas ao fomento do cooperativismo – entre elas, as tecnologias sociais, a organização da Casa Cooperativa e as cooperativas escolares. (Referências do diário de campo). (CASA COOPERATIVA DE NOVA PETRÓPOLIS, 2017).

A formalização desse acordo de irmandade também foi incorporada às bases do monumento do cooperativismo na cidade.

Figura 17 - Placa formalizando a relação de irmandade



Fonte: Fotografado pelo autor (2015).

Esta placa incorporou as bases do monumento em novembro de 2010, além da logomarca da irmandade, como forma de expressar publicamente no principal marco histórico do município a relação de intercooperação municipal. Esta placa representa um documento público da integração das duas cidades referências do cooperativismo na América Latina – representando também o segundo registro oficial de ato de irmandade entre capitais do cooperativismo (o primeiro é o documento do acordo de irmandade). (Diário de campo, novembro de 2016)

A cooperativa Sicredi Pioneira foi a principal fomentadora do processo de integração entre as duas capitais do cooperativismo. A logomarca abaixo representada foi construída de forma colaborativa entre os membros do que, na época, representava um colegiado de organização da Casa Cooperativa. A proposta da logomarca foi discutida de forma democrática entre os membros deste colegiado. (Relato do diário de campo, 2016). Abaixo, segue a ilustração da logomarca.

Figura 18 - Logomarca do evento de irmandade



Fonte: Casa Cooperativa de Nova Petrópolis, 2017.

O segundo momento de formalização do acordo de apoio bilateral entre as duas capitais do cooperativismo ocorreu no auditório do Centro de Eventos de Nova Petrópolis em 15 de julho de 2011, onde foi apresentado formalmente o documento de irmandade entre as duas cidades em prol do cooperativismo, além da placa de comemoração do evento e da apresentação da comissão de organização da Casa Cooperativa de Nova Petrópolis (Relato do diário de campo, 2016, e Site da capital do cooperativismo). No mesmo dia, inspirada na experiência da Casa Cooperativa de Sunchales e contando com a presença das principais lideranças cooperativas no âmbito de movimento internacional, foi fundada oficialmente a Casa Cooperativa de Nova

Petrópolis – uma entidade sem fins lucrativos, composta por representantes de instituições da cidade de Nova Petrópolis que apoiam o cooperativismo e o associativismo e que têm como principal objetivo fomentar a educação e a cultura do cooperativismo na região, além de divulgar o título de Capital Nacional do Cooperativismo. (Relato do diário de campo, 2011). (CASA COOPERATIVA DE NOVA PETRÓPOLIS, 2017).

A cooperativa de crédito Sicredi Pioneira representa, nesse contexto, a entidade fomentadora da iniciativa: ela convidou os representantes da comunidade cooperativa da região a participar da comissão de organização da proposta, estatuto, regimento interno, organização e fomento das viagens das comitativas locais para conhecer e gerar aproximação com as experiências argentinas no âmbito do cooperativismo. As entidades convidadas a participar desse processo foram: Cooperativa Agropecuária Piá, Prefeitura Municipal de Nova Petrópolis, Associação Comercial e Industrial de Nova Petrópolis, Associação Theodor Amstad, Associação Histórico-Cultural Amstad, Colégio Frederico Michaelsen, Faculdade Cenecista de Nova Petrópolis e Escola Bom Pastor. Teve como local principal de reuniões a sede da Sicredi Pioneira em Nova Petrópolis. Desde 2015, é sediada em uma propriedade da cooperativa na Linha Imperial, distrito de Nova Petrópolis e região, em um prédio que foi sede inicial das atividades da cooperativa – tendo, assim, um apelo histórico muito significativo para a comunidade cooperativa. As referências aqui destacadas são provenientes do diário de campo do evento, visto que o pesquisador estava presente como representante da faculdade Cenecista (CASA COOPERATIVA DE NOVA PETRÓPOLIS, 2017).

Conforme seu Estatuto Social, de 12 de maio de 2011, proposto pela comissão organizadora da entidade, a associação Casa Cooperativa de Nova Petrópolis teria as seguintes atribuições de ação (CASA COOPERATIVA DE NOVA PETRÓPOLIS, 2017).

- a) Promover a educação e a cultura do cooperativismo;
- b) Fomentar atitudes cooperativistas entre entidades e pessoas;
- c) Estimular a comunidade a ser multiplicadora do cooperativismo e do associativismo;
- d) Incentivar a criação e desenvolvimento de cooperativas e associações, através de capacitação, fomento, divulgação e articulação de redes de cooperação;
- e) Divulgar o título local de Capital Nacional do Cooperativismo;
- f) Estimular o desenvolvimento de lideranças;

g) Promover a cultura, a defesa e conservação do patrimônio histórico e artístico do cooperativismo;

h) Defender, preservar e conservar o meio ambiente e promover o desenvolvimento sustentável;

i) Promover a ética, a paz, a cidadania, os direitos humanos, a democracia e outros direitos universais;

j) Promover o desenvolvimento econômico e social e combate à pobreza.

Com base nesta referência estatutária, as ações da Casa Cooperativa são divididas em três diretrizes principais de atuação: 1) comunicação cooperativista que divulgue a cidade como Capital Nacional do Cooperativismo; 2) fomento a eventos relacionados ao cooperativismo; 3) fomento da cultura e educação cooperativistas. Dentro das prerrogativas desta pesquisa, aprofundamos o estudo da terceira diretriz – em especial, sobre uma ação voltada ao fortalecimento da cultura cooperativista junto à comunidade: a formação de novas lideranças através das cooperativas escolares (CASA COOPERATIVA DE NOVA PETRÓPOLIS, 2017).

Fica evidenciado através das notações do diário de campo do pesquisador (3 de novembro de 2011) que a constituição da Casa Cooperativa de Nova Petrópolis foi pensada no sentido de construir a legitimidade de um processo coletivo atuando na promoção da educação e da cultura cooperativistas. Essas ações remetem à questão de fortalecimento de vínculos com a comunidade local, gerando um fluxo de reciprocidade. Com base nas impressões descritas pelo pesquisador, todo o processo de edificação desta organização representativa do cooperativismo local foi desenvolvido com base em uma metodologia participativa com a comunidade local. Ou seja, foi aberto convite direto a instituições e agentes sociais locais para contribuírem da execução organizativa da Casa Cooperativa. Eram reuniões semanais e um colegiado local, para discutir as diretrizes de organização da Casa Cooperativa. As reuniões eram em locais diversos cedidos pelas entidades parceiras motivadas na constituição da organização. (Descrição do diário de campo, 2011).

9.2.2 As cooperativas escolares como desdobramento das ações da Casa Cooperativa de Nova Petrópolis

Como já foi destacado anteriormente, a constituição das cooperativas escolares representa, nesta pesquisa, um dos projetos da cooperativa estudada que impedem o

fomento à cultura cooperativista local. Neste sentido, o objetivo desta etapa da pesquisa descritiva/explicativa é demonstrar a relação entre a proposta de organização das cooperativas escolares e o fomento ao capital social cooperativo. Neste momento da pesquisa serão brevemente apresentadas, a título de contextualização, as origens da constituição das cooperativas escolares, bem como suas diferenças em relação a outros programas sociais desenvolvidos pela cooperativa junto à comunidade.

De acordo com o descrito anteriormente, as ações sociais da cooperativa de crédito Sicredi Pioneira são desenvolvidas em diversas áreas em um total de mais de 100 projetos sociais destacados em setores primordiais para o equilíbrio social, dentre eles o desenvolvimento do agronegócio, esporte, mobilização solidária, meio ambiente, empreendedorismo, saúde e educação. Esse direcionamento ao apoio integrado junto à comunidade teve início já em sua origem, pois a cooperativa tem atuado em apoio à comunidade local – o que fortaleceu os vínculos regionais. Essas ações eram informais, e apenas em 1990 os dirigentes do Sicredi, em visita a cooperativas de crédito do Uruguai e da Argentina, conheceram o trabalho de uma cooperativa escolar. A partir daí, perceberam que seria fundamental buscar a construção de uma nova cultura de empreendedorismo e cooperativismo para além dos projetos sociais vinculados de forma direta a cooperativas. (Relato do diário de campo, 2010).

Nesse contexto, as cooperativas escolares surgem, no Brasil, tendo início nas experiências de Nova Petrópolis, ainda como métodos embrionários, fomentados basicamente pela cooperativa estudada. Segundo relato de uma professora envolvida nesta ação, referência do Grupo 2 da pesquisa:

[...] pode considerar como uma tecnologia social capaz de transformar o processo escolar como um todo e de transmitir os fundamentos do cooperativismo, bem como seus princípios e valores, mas é impedido pela comunidade local, que se não fosse o apoio da cooperativa Sicredi Pioneira, esta experiência talvez ainda não estivesse acontecendo.

Os relatos do diário de campo (2012) apontam que a cooperativa estudada, após tomar conhecimento das experiências das cooperativas escolares e da Casa Cooperativa, na Argentina, iniciou um processo de intercâmbio, levando representantes de entidades locais para conhecer as experiências na Argentina – tendo como objetivo criar um grupo de apoio para o desenvolvimento da Casa Cooperativa de Nova Petrópolis. E ainda segundo o diário de campo (2012), o desenvolvimento dessa iniciativa foi realizado no formato de associação de pessoas representantes de entidades locais, como já foi

destacado anteriormente, mas mesmo atuando como um colegiado, a base dos recursos físicos, financeiros e humanos está no grupo gestor da Sicredi Pioneira. No entanto, a principal diretriz do grupo gestor da cooperativa é que tanto o desenvolvimento da Casa Cooperativa como o das cooperativas escolares não está vinculado à marca da Sicredi Pioneira. (Diário de campo, 2012). Neste sentido, os aprofundamentos das entrevistas expõem com mais detalhes essa diretriz da gestão.

9.2.3 A origem da proposta das cooperativas escolares

As primeiras experiências registradas de cooperativas escolares surgiram na França, no final da Primeira Guerra Mundial, entre os anos de 1914 e 1917. (RECH, 2015).

O autor destaca ainda que o professor Barthelemy Profit, inspetor das escolas no país – que estavam horrorizadas pelos rescaldos deixados pela Primeira Guerra Mundial –, propôs aos alunos agrupados em pequenas associações de tipo cooperativo que executassem por si a aquisição de móveis, de equipamentos e de materiais educativos. Os alunos escolheram voluntariamente pertencer a esses grupos, dispondo de um professor que atuava como guia ou conselheiro e que controlava a organização para que se praticasse a democracia participativa.

A experiência das cooperativas escolares começou como uma iniciativa de professores franceses convencidos dos benefícios da parceria de cooperação na educação. Eles colocaram na prática o que, mais tarde, foi expandido a todas as escolas francesas. (RECH; BAIOTO, 2015).

Na segunda metade do século XX, as cooperativas escolares também surgiram na Suíça, Polônia, Canadá, Estados Unidos e em outros países. Na América Latina, encontrou um terreno fértil para o seu desenvolvimento especialmente na Argentina, mas também em Porto Rico, Equador, México, Colômbia e Costa Rica. (RECH; BAIOTO, 2015).

Na cidade de Sunchales, na Argentina – reconhecida como a capital nacional argentina do cooperativismo –, as cooperativas escolares surgiram na década de 1930, com o crescimento das migrações europeias para a região, o que ampliou a experiência do cooperativismo e das cooperativas escolares em seus países de origem.

A organização de uma cooperativa escolar, no que tange à participação de alunos e professores, tem como referência o desenvolvimento de uma cooperativa formal com

ênfase nos princípios do cooperativismo (HALL; BAIOTO, 2016). Em cada uma, um produto diferente é fabricado, envolvendo as decisões diretas dos alunos – desde a escolha dos materiais até a administração da cooperativa.

A cooperativa de crédito Sicredi Pioneira, a partir da organização de aproximações com as cooperativas argentinas, foi protagonista na construção dos processos de intercâmbios entre as cooperativas da cidade de Sunchales, na Argentina, de acordo com as considerações já apontadas.

Por iniciativa da organização da Casa Cooperativa, a primeira cooperativa escolar brasileira tem suas atividades iniciadas no dia 18 de novembro de 2012, com a criação da Coeobompa (Cooperativa Escolar Bom Pastor), sendo a pioneira na cidade de Nova Petrópolis. Essa cooperativa escolar serviu de impulso para a criação de novas cooperativas desse ramo com registro reconhecido em âmbito nacional, constituindo uma experiência pioneira no país e por isto os estudos nesta área iniciam apenas em 2016. (CASA COOPERATIVA DE NOVA PETRÓPOLIS, 2017b). De acordo com relato de entrevistado membro das cooperativas escolares:

[...] experiências na cidade argentina de Sunchales. Sunchales é a capital nacional do cooperativismo na Argentina, e é uma cidade que possui praticamente em todas as escolas uma cooperativa escolar e 70% da população é cooperativista. E o pessoal da Sicredi, da prefeitura e professores foram até lá e trouxeram a ideia de fazer algo parecido aqui, e deu certo, [...] escolar tem por função a aprendizagem do cooperativismo. Através dela, os alunos aprendem a construir e aprovar as suas atas, a elaborar o livro-caixa, a calcular os custos de produção, a organizar as reuniões. Os alunos aprendem empreendedorismo e a serem líderes da sua empresa (empresa cooperativa) e da sua comunidade. Acredito que temos muito aprendizado. Um deles é a liderança. O espírito de liderança, não apenas de mandar, mas de pegar junto e fazer. Tu tens que liderar a cooperativa e não chefia-la. E a gente conhece muito a realidade, a gente aprende a lidar com as pessoas. Isso é um aprendizado que eu acredito que eu tive com a cooperativa. A cooperativa para mim significa, através do que eu conheci, uma entidade, uma instituição que valoriza o ser humano e que valoriza o trabalho, através não somente de trabalhar e receber, mas pensar nos trabalhadores e nos associados. A tua contribuição que vai ter um resultado.

Com a proliferação dessas cooperativas escolares, surgiu no dia 29 de junho de 2014 a primeira Federação das Cooperativas Escolares do Brasil, a Fecoopes Pioneira. A Federação é composta por 12 cooperativas escolares gaúchas (Coeobompa; Coopercouni; Coopervin; Cooperskiefer; Unipah; Coeemef São José; Cooperas; Coopsanta; Coeamstad; Cooperpiá; Cooperfred; e Cooperativa Beijá Flor), e surge com o objetivo de reforçar a doutrina do cooperativismo e integrar os alunos envolvidos, servindo de exemplo a todas as cooperativas escolares de outras regiões do

país tendo como referências as experiências dos cursos de formação desenvolvidos na Casa Cooperativa de Nova Petrópolis (CASA COOPERATIVA DE NOVA PETRÓPOLIS, 2017).

A metodologia de organização das cooperativas escolares foi discutida dentro da Casa Cooperativa e desenvolvida com base na parceria com as escolas interessadas da comunidade. Nessa metodologia, alguns passos são reconhecidos como base para a organização de uma cooperativa escolar (CASA COOPERATIVA DE NOVA PETRÓPOLIS, 2017), referências estas discutidas em um comitê específico dentro da Casa Cooperativa, com a participação de professores da comunidade, e membros da cooperativa, segundo o diário de campo (2012).

- Realizar momentos de sensibilização da comunidade escolar e comunidade local;
- Construir diagnósticos da realidade local onde a cooperativa irá funcionar;
- Realizar um Programa de Formação inicial com professores e alunos;
- Definir e preparar o professor orientador que acompanhará o projeto;
- Inserir a proposta da Cooperativa Escolar no Projeto Político-Pedagógico da escola;
- Identificar possíveis produtos e serviços a serem desenvolvidos pela cooperativa;
- Definir estruturas e espaços físicos a serem disponibilizados para as atividades da cooperativa: sala para reuniões; local para as oficinas de produção e de comercialização;
- Realizar a 1ª assembleia geral, onde se aprova o estatuto, elege e empossa a diretoria;
- Realizar e registrar a primeira reunião da diretoria da cooperativa;
- Registrar a documentação da cooperativa na secretaria da escola, secretaria municipal de educação, na Ocergs e no Comdica.

No contexto de desenvolvimento de uma cooperativa escolar, qualquer estudante pode se associar a esse projeto educativo. É imprescindível que seja respeitado o princípio da **adesão voluntária e livre**. Ou seja, os estudantes devem ter acesso a informações sobre o que são as cooperativas escolares e devem ser sensibilizados/mobilizados para se associar. (COSTA; BAIOTO, 2017).

Ao envolver seus sócios e parceiros nas atividades, as cooperativas escolares se tornam uma experiência de trabalho coletivo e solidário, onde a produção e a

comercialização de produtos se misturam com a prestação de serviços e a relação com as comunidades. Tudo acontece num processo de gestão que se faz através da **participação econômica dos sócios**. As oficinas de produção possibilitam que os associados se unam em iniciativas empreendedoras. É daí que surgem os rendimentos financeiros da cooperativa. A organização contábil das movimentações da cooperativa torna-se um importante aprendizado de gestão e de educação financeira. Os processos de comercialização dos produtos e prestação de serviços podem se tornar oportunidades para a cooperativa escolar ampliar sua relação com a comunidade, gerar impactos sociais e contribuir para o desenvolvimento local. (COSTA; BAIOTO, 2017).

Ao se caracterizar como uma associação de estudantes, onde estes são reconhecidos como “donos do negócio”, as cooperativas escolares, administradas pelos alunos e com apoio de um professor orientador, passam a ser um espaço para se atuar com **autonomia e independência**. A gestão da cooperativa deve respeitar o princípio da autonomia e da capacidade de organização própria promovida pelos sócios. (COSTA; BAIOTO, 2017).

Outro resultado percebido com o desenvolvimento das cooperativas escolares é a oportunidade que os estudantes têm para aprender e praticar métodos de governança cooperativa. Aprendem a zelar pelo princípio da transparência, garantindo canais e fluxos para o compartilhamento de informações e resultados. Assim como acontece nas cooperativas tradicionais, reguladas pelas leis e sistemas nacionais e internacionais, na gestão das cooperativas escolares os líderes da associação devem criar condições para a participação efetiva dos sócios, ampliando espaços para o monitoramento, avaliação e controle sobre o desenvolvimento da cooperativa. (HALL; BAIOTO, 2016).

As cooperativas escolares operam em períodos inversos aos turnos escolares, o que significa que seus membros se colocam, voluntariamente, a serviço de um projeto coletivo. As escolas colocam à disposição suas estruturas e compreendem, por dentro de suas propostas pedagógicas. (capitaldocooperativismo.com.br).

Com a formação das cooperativas escolares, há uma interação maior entre comunidade, escola, pais e alunos – o que se relaciona com o propósito do trabalho em cooperação, em prol de uma ação cooperativista na escola. As atividades desenvolvidas pelos alunos contribuem para a melhoria do sistema, pois eles podem divulgar em sua localidade os propósitos e vantagens da organização cooperativa. (HALL, 2003). Neste sentido, essas organizações atuam como associações de estudantes, e têm demonstrado em seu processo prático as bases da educação cooperativista voltada para o

desenvolvimento de práticas econômicas, sociais e culturais em benefício dos associados. (COSTA; BAIOTO, 2017).

As cooperativas escolares regem suas atividades e se desenvolvem legalmente amparadas em observância a duas leis federais: a 8.069/90, que dá conteúdo ao Estatuto da Criança e do Adolescente, e a 5.764/71, que institui a Política Nacional do Cooperativismo. Dessa forma, o projeto atende exigências e regras legais para poder realizar suas atividades sem violar o que preconiza a legislação atual. No caso do Estatuto da Criança e do Adolescente, por exemplo, ao reconhecer as cooperativas escolares como uma atividade socioeducativa, o documento resguarda o projeto para que não coloque seus participantes (em sua maioria adolescentes) em situação de exploração de trabalho infantil. (COSTA; BAIOTO, 2017).

Ao mesmo tempo, as cooperativas escolares vêm ao encontro das metas para a educação brasileira na próxima década, definidas dentro do Plano Nacional de Educação. Isso pode ser percebido, por exemplo, no artigo 1º, § 2º desse documento, onde se afirma que:

[...] a ampliação da jornada escolar diária se dará por meio do desenvolvimento de atividades de acompanhamento pedagógico, experimentação e investigação científica, cultura e artes, esporte e lazer, cultura digital, educação econômica, comunicação e uso de mídias, meio ambiente, direitos humanos, práticas de prevenção aos agravos à saúde, promoção da saúde e da alimentação saudável, entre outras atividades. (BRASIL, 2014)

Por sua vez, os Planos Municipais de Educação, que se tornam Lei Municipal, apresentam metas que vêm ao encontro do que está posto no Plano Nacional de Educação. Dessa forma, o desenvolvimento das cooperativas escolares em âmbito municipal também poderá reconhecer e considerar o que está preconizado nos Planos Municipais de Educação. No caso do Rio Grande do Sul, outra instituição que referenda o desenvolvimento das cooperativas escolares é a Organização das Cooperativas do RS – Ocergs. Nessa instância, também é necessário proceder com o registro e a validação das cooperativas escolares, enviando requerimento, cópia da ata de constituição, estatuto social e relação detalhada dos associados fundadores. Além disso, é necessário que a cooperativa escolar seja registrada na secretaria geral da escola, após ter sua proposta reconhecida e inserida no projeto político-pedagógico da instituição. Deverá ser providenciada, também, uma autorização por escrito dos pais ou responsáveis pelos alunos, sempre que forem menores de idade. (COSTA; BAIOTO, 2017).

Com base no diário de campo (12 de novembro de 2014), relatamos que as ações da Casa Cooperativa têm atuado como fonte de estímulo ao desenvolvimento e à organização das experiências de cooperativas escolares. Neste sentido, ela contribui para o desenvolvimento de uma cultura voltada ao cooperativismo, incorporando, além da comunidade cooperativa, também a comunidade escolar local. Neste período o pesquisador não tinha a construção clara do conceito de capital social cooperativo, mas sim de uma cultura cooperativista. Trabalhamos esta referência das entrevistas posteriores no sentido de evidenciar a relação entre essas duas ações da cooperativa e as ações de fomento ao que delimitamos como a incidência de um capital social cooperativista reconhecida como as ações de fonte e conexão e suas consequências (rebatimento) junto à comunidade local.

Desde a fundação da Casa Cooperativa, esta tem atuado no fomento, formação, desenvolvimento e assessoria às cooperativas escolares e à cultura cooperativista. Neste momento, destacamos – a título de localização epistemológica e diferenciação de ações da cooperativa – que essas ações são voltadas para a cultura do cooperativismo como um princípio doutrinário e não para a cooperação como uma ação social (BAIOTO, 2015). As ações dessa cooperativa voltadas à cultura da cooperação fazem parte de outro programa de desenvolvimento socioeducacional da cooperativa denominado “A união faz a vida”, já explicado anteriormente. Esse projeto tem características epistemológicas voltadas à cultura da cooperação e não necessariamente ao cooperativismo, representando assim ação distinta.

Como resultado analítico do conjunto de experiências no âmbito sociocultural desenvolvido pela cooperativa (monumentos, cultura cooperativista, representação, Casa Cooperativa e cooperativas escolares), podemos evidenciar uma intencionalidade da cooperativa na construção de um contexto voltado ao desenvolvimento de um capital social cooperativista. Por esta análise, soma-se o reconhecimento de que o fomento ao capital social é um elemento gerador de desenvolvimento, por fortalecer o tecido social, ao mesmo tempo em que opera como um canalizador de energias em prol de um bem comum. Por este prisma, podemos considerar que o fomento a uma cultura cooperativista, e por consequência de um fortalecimento dos vínculos sociais, representa um fator estratégico para a cooperativa. No contexto da pesquisa, o reconhecimento ao fomento de um capital social cooperativista, como reconhecimento de resultados em âmbito de sustentabilidade desta organização e criação de coesão social, é um fator estratégico. Tendo como referência os autores trabalhando inicialmente, e o Quadro 25,

sobre a relação entre investimentos em capital social, e desenvolvimento, destacamos em especial a posição do Coleman (2001) sobre o reconhecimento do Banco Mundial sobre a relação entre investimentos em capital social e desenvolvimento como sendo um fator relacionado diretamente a uma ação estratégica voltada a integrar as pessoas em prol de um objetivo de bem comum.

Com base na análise dos indicadores da cooperativa, e o recorte sobre as ações voltadas ao fomento de capital social cooperativista, podemos considerar que estas ações, no âmbito da gestão da cooperativa, representam uma ação estratégica para a sustentabilidade da cooperativa. E assim reconhecidas dentro de um conjunto de ações voltadas a estes resultados, o que podemos interpretar como resultados voltados a uma eficiência cooperativista. O reconhecimento que estas ações geram resultado na gestão da cooperativa também fica evidenciado no número de outras cooperativas vinculadas ao sistema Sicredi e de outros ramos, que estão fomentando o desenvolvimento de cooperativas escolares em suas comunidades de ação. De acordo com o diário de campo (2017), em conversas junto a gestores da Oscergs, existe um reconhecimento, como sistema cooperativo que “os resultados deste tipo de ação para a Sicredi Pioneira também podem gerar resultados para outras cooperativas”, ou seja, são resultados intangíveis de curto prazo, mas com reconhecimento de resultados a médio e longo prazo. Esta conclusão também é apresentada por um representante central das cooperativas de crédito Sicredi, que relata que este fomento a cooperativas escolares faz parte atualmente de uma estratégia reconhecida em âmbito da Sentral e da Federação do sistema Sicredi, assim como foi com o programa União Faz a Vida, que iniciou como um programa da Sicredi Pioneira, e atualmente faz parte dos projetos de toda rede Sicredi em âmbito nacional. (Diário de campo, 2017).

Quando falamos em resultados esperados, estamos relacionando a um sentido específico de resultado – que reconhece a relação entre capitais tangíveis e intangíveis no âmbito da gestão da organização cooperativa como ativos a serem potencializados. Resultados estes que, de acordo com os demonstrativos indicadores de resultado da cooperativa Sicredi Pioneira, incorporam elementos diretamente relacionados aos princípios cooperativistas, ou seja, um sentido de eficiência cooperativista reconhecida, neste contexto apresentado, como uma forma de resultado voltado à sustentabilidade deste modelo de organização.

9.3 Análise das entrevistas com a comunidade cooperativa local

A compilação das entrevistas seguiu no sentido previsto anteriormente, ou seja, evidenciar uma possível intencionalidade da cooperativa estudada como entidade de ações de fonte de capital social cooperativista em comparativo com identificação de ações de consequência destas. Neste sentido, ao analisar as experiências da pesquisa de campo, podemos evidenciar três linhas de interpretação dentro das duas categorias de análise: 1) A motivação de organização da Casa Cooperativa de Nova Petrópolis, e por consequência das cooperativas escolares, seria o resultado do aprofundamento da experiência cooperativista enraizada no contexto histórico da comunidade local. Sendo assim, a influência da cooperativa de crédito Sicredi Pioneira estaria acompanhando uma oportunidade do contexto; 2) O foco dessas ações seria uma forma de marketing social das cooperativas junto à comunidade, no sentido de agregar valor à relação com ela, e neste sentido essa ação teria um fundo utilitarista; 3) Em sentido contrário, a cooperativa referida seria a motivadora dessa experiência no sentido de fortalecer relações de vínculo com a comunidade (capital social), por reconhecer esta ação como um resultado a ser gerado pela cooperativa junto à comunidade em prol da cultura cooperativista, articulado com o quinto princípio (educação, treinamento e informação) e o sétimo princípio (compromisso com a comunidade), e que estas ações reverteriam para cooperativa de forma sinérgica. E neste sentido, o um alinhamento com suas prerrogativas estatutárias de ação de uma gestão voltada a uma eficiência cooperativista. As conclusões decorrentes da análise do campo empírico, agrupadas com o referencial teórico, possibilitaram um direcionamento interpretativo tanto aos objetivos como das hipóteses da pesquisa.

Sobre a influência da cooperativa no fomento de uma cultura cooperativista em âmbito local iniciamos com a resposta de um entrevistado do Grupo 2:

[...] que não é porque Nova Petrópolis é berço da primeira cooperativa de crédito da América Latina que o cooperativismo é uma cultura praticada e enraizada na comunidade. Acho que se não fosse o apoio da cooperativa [Sicredi Pioneira] talvez nem tivéssemos o título de capital do cooperativismo.

E ainda com base no diário de campo, vale destacar que na cidade de Nova Petrópolis existem poucas cooperativas; as duas principais fazem parte da Casa Cooperativa, da Sicredi Pioneira e da cooperativa de produção Piá. As outras

praticamente não participam das ações cooperativistas, as cooperativas existentes estão vinculadas à área de produção ou de trabalho, mas não participam nem da Casa Cooperativa, que tem livre associação de pessoas ou entidades sociais, nem das ações integradas a comunidade. Também não há um estímulo local para a organização de cooperativas no âmbito empresarial, nem tampouco a própria Casa Cooperativa tem potencializado o surgimento de outras cooperativas na região além das cooperativas escolares. Essa constatação revela que a experiência da associação passa por uma condição de constante necessidade de afirmação do diferencial cooperativista, não dispondo somente de conjunturas regionais favoráveis. Ou seja, a necessidade de ações intencionais direcionadas para o fomento da cultura cooperativista, demonstrando assim a necessidade de ações que representem fontes de capital social. Na sequência sobre o tema, seguem as considerações de entrevistados membros da cooperativa Sicredi Pioneira, que demonstram motivações recorrentes nas questões:

O fato de a cidade ser a Capital Nacional do Cooperativismo faz com que as pessoas tomem mais conhecimento acerca do cooperativismo e da sua história do que em outras cidades. Apesar disso, as iniciativas envolvendo a cooperação são todas promovidas e desenvolvidas pelas cooperativas sediadas na cidade. Significa que a cultura cooperativista não tende a influenciar outras ações em outras entidades, associações ou empresas. Isto significa que é necessário estarmos constantemente lembrando a todos dos benefícios e diferenciais de uma cooperativa (Entrevistado do Grupo 1).

Barquero (2000) já aponta que não é necessariamente a existência de organizações cooperativas em determinada região que garante a incidência de ações de fonte de capital social. O autor aponta também a necessidade de ações intencionadas para geração de capital social, ações que possam ser avaliadas como gerando o fortalecimento dos vínculos com a comunidade envolvida. E esta intencionalidade fica evidenciada nas falas posteriores dos entrevistados, como objetivo da criação da Casa cooperativa de Nova Petrópolis e das cooperativas escolares.

Segundo um entrevistado do Grupo 1, um dos primeiros direcionamentos estratégicos da cooperativa Sicredi no apoio da Casa Cooperativa foi a desvinculação do título de Capital do Cooperativismo à origem do Sicredi, como relata a seguir:

[...] a Casa Cooperativa surgiu com o objetivo inicial de manter vivo o título de capital do cooperativismo, título concedido à cidade em função de ter a primeira cooperativa de crédito da América Latina instalada. Mas, quando se oficializou o título, nós entendemos que não era justo deixar esse título atrelado ao Sicredi, então nós pensamos em criar uma entidade que fosse realmente a promotora do título, justamente para envolver outras pessoas, a

comunidade, porque fazer só em nome do Sicredi ficaria uma coisa muito particularizada (Entrevistado do Grupo 1).

Para um dos conselheiros entrevistados do Grupo 1:

Quando falamos sobre a Casa Cooperativa, tentamos desvincular da ação da Sicredi Pioneira, pois entendemos que é nossa obrigação como cooperativa responder às necessidades da comunidade e potencializar a cultura cooperativista para, no futuro, esta iniciativa prosperar para as [comunidades] futuras. Sendo assim, quando falamos em Casa Cooperativa, estamos falando do resultado de uma ação cooperativista, compartilhada e não de uma entidade.

Estas respostas demonstram que há uma intencionalidade em fortalecer laços sociais que atuem como fomentadores do cooperativismo, em que a associação Casa Cooperativa tem pautado suas bases de ação. É importante destacar que a cooperativa, apesar de ser reconhecida com entidade fomentadora da Casa Cooperativa de Nova Petrópolis, não utiliza essa relação como marketing social, pois trabalha no sentido de desvincular a marca da cooperativa da ação desenvolvida. Podemos considerar que, neste sentido, a cooperativa reconhece que o objetivo da ação é pautado no fomento do cooperativismo e não no fomento da cooperativa. Outra consideração que fica evidenciada na entrevista é a preocupação com as gerações futuras, e que a ação da cooperativa tem objetivos em manter um legado sociocultural intergeracional. Este aspecto demonstra a relação entre ações de fortalecimento de capital social voltado à cultura cooperativista, o que reconhecemos como capital social cooperativo, por meio do investimento em um capital cultural específico do cooperativismo, onde a Casa Cooperativa entra como uma parte deste tipo de investimento, assim como o investimento nos monumentos locais já destacados. Ainda com base na entrevista, fica evidenciado um sentido de economia substantiva voltada ao bem-estar da comunidade, e uma preocupação com as gerações futuras. Este direcionamento também é apontado por Putnam (1993) como um princípio de fonte geradora de capital social, por representar fomento a ações sociais de fundo coletivo tendo como objetivo benefícios coletivos. Coleman (1999) também reconhece estas ações coletivas como fonte de capital social. No âmbito gerencial, fica evidenciado que estes resultados fazem parte dos direcionamentos de “resultado da gestão cooperativa”.

As características de intencionalidade de atuar como fonte de capital social ficam evidenciadas na análise das respostas deste grupo. Avaliamos que as respostas

posteriores, relacionadas ao Grupo 2 (ações de rebatimento ou consequências), podem confirmar esta análise.

Um entrevistado do Grupo 2 fez a seguinte consideração referente ao que considera ser estrategicamente os “pilares de trabalho na Casa Cooperativa de Nova Petrópolis”:

[...] trabalhamos somente atividades com base na educação do cooperativismo e o principal trabalho realizado por este pilar são as cooperativas escolares, que geram muito, muito serviço por ano, porque têm que fazer a criação de novas cooperativas escolares, a manutenção das cooperativas existentes, cursos, fóruns, formaturas, viagens de estudo, etc. Esta experiência das cooperativas escolares inicialmente foi fomentada pela Sicredi Pioneira, mas agora é trabalho da Casa Cooperativa porque a ideia é que o cooperativismo seja da comunidade. A experiência das cooperativas escolares já está em outro nível de estruturação com a fundação da primeira Federação de Cooperativas Escolares do Brasil. (Entrevistado do Grupo 2).

O que ficou explícito para o pesquisador, de acordo com as anotações do diário de campo, é que uma intencionalidade da ação da Casa Cooperativa está relacionada a potencializar uma formação cooperativista independente da figura da instituição cooperativa Sicredi ou segmentos econômicos. Já se identifica a possibilidade de formação de lideranças cooperativistas, o fomento à constituição de novas cooperativas e a perspectiva de estruturação de programas de formação permanentes que possam atender também a um público de não associados da comunidade local envolvido no cooperativismo. A questão da formação de liderança cooperativista representa um fator estratégico para a continuidade da cooperativa e para o cooperativismo como movimento social. É o que fica evidenciado tanto nos quadros de resultados da gestão da cooperativa como nas entrevistas apresentadas. Esta evidência demonstra a reação: a intencionalidade da cooperativa Sicredi no fomento da Casa Cooperativa, e as consequências identificadas por entrevistado do Grupo 2 (rebatimento ou consequência da ação); esta análise confirma a hipótese apresentada na pesquisa de que há intencionalidade da cooperativa em gerar um capital social específico da cultura cooperativista, e que esta intencionalidade está vinculada às ações geradas pela cooperativa na comunidade, em âmbito estratégico. Esta evidência aproxima as ações da cooperativa como uma organização que atua dentro de uma perspectiva de uma economia substantiva (POLANYI, 2000) onde o resultado econômico está associado à melhoria da qualidade de vida da comunidade e, nas perspectivas da pesquisa, de atuar voltada a uma eficiência cooperativista.

Segundo entrevistado do Grupo 2, encontramos a seguinte afirmação:

[...] a organização da Casa Cooperativa e das cooperativas escolares foi ação fundamental para o resgate e construção da linha histórica da trajetória do cooperativismo na região. São ações para divulgar o cooperativismo para a comunidade, para fomentar a educação do cooperativismo. Então, é uma entidade... Vamos fazer um comparativo: é uma Ocergs aqui em Nova Petrópolis. (Entrevistado do Grupo 2).

Neste fragmento de entrevista, revela-se o valor identitário vinculado à Casa Cooperativa e à cultura cooperativista na comunidade local, bem como a interligação com outras entidades de apoio além da cooperativa Sicredi. Também fica evidenciado um direcionamento de forma independente das ações de apoio ao cooperativismo, referenciado pela organização das cooperativas do estado (Ocergs). Neste sentido, nos relatos relacionados à organização da Casa Cooperativa, podemos compreender as representações e significados do projeto e os desafios em constituir vínculos e comprometimento entre entidades e comunidade a partir das vivências e da formação cooperativista. Esta resposta demonstra a intencionalidade do fortalecimento de vínculos sociais cooperativistas com base no fortalecimento de um patrimônio sociocultural cooperativista. Essas referências remetem a um sentido de civismo comunitário, termo aprofundado nas considerações de Fernandes (2003, p. 34) relacionando as diretrizes de capital social cooperativo, visto que fortalece vínculos cívicos voltados ao cooperativismo demonstrando assim relação direta da abrangência de uso do conceito.

O termo “comunidade cívica” está intimamente ligado aos temas da ação e da participação dos cidadãos na vida pública. Uma comunidade cívica pode ser caracterizada idealmente como um espaço político-territorial circunscrito, composto de cidadãos dispostos e capazes de participar da vida pública em suas diferentes dimensões, sendo esta uma das referências de capital social.

No desenvolvimento das entrevistas relacionadas às ações da Casa Cooperativa, ficam evidenciadas as tensões relacionadas a uma falta de unidade de entendimento interna dos associados da cooperativa no que tange à relevância dessas ações sociais. Destaque apresentado por um entrevistado do Grupo 1, que desenvolve sobre este ponto:

Apesar da cooperativa [Sicredi Pioneira] desenvolver ações sociais e destinar sua gestão para contemplar as duas dimensões da empresa cooperativa, é difícil demonstrar para os associados a importância de ações e investimentos de fundo social voltados à cultura dos princípios do cooperativismo, como é

o caso da Casa Cooperativa. Tem gente que acha que é perda de tempo. Isto porque essas pessoas só veem a cooperativa como forma de ganhar mais dinheiro. (Entrevistado do Grupo 1).

Esta resposta da entrevista demonstra que a ação social também visa a um convencimento interno entre os associados envolvidos na **comunidade cooperativa local** e os associados não envolvidos nessa comunidade. Esta constatação demonstra a interação entre análises de reconhecimento das diferentes percepções de ação junto à cooperativa, o que em Morin podemos reconhecer com base em duas categorias de análise (a dialógica e o macroconceito trinitário) um melhor entendimento sobre estas divergências dentro da organização cooperativa. Tendo como base o processo de análise dialógica, reconhecemos que a coexistência de diferentes interpretações em uma mesma unidade social complexa se complementa como forma de fortalecimento desta unidade. Neste sentido, também reconhecemos que esta divergência dentro da organização cooperativa é complementar, visto que no processo democrático este processo é complementar da organização e não excludente ou em oposição. Com base na análise interpretativa do macroconceito trinitário, fica evidenciado que a interação de um sistema complexo também é composta por processos onde o todo não necessariamente representa a totalidade das partes, por reconhecer a complexidade destas partes dentro do processo de interação. Ou seja, em Morin o sistema social é reconhecido de forma multidimensional, e o não reconhecimento desta multidimensionalidade representa, segundo ao autor, um limitador na compleição da complexidade inerente à interação social.

Com base nesta análise, reconhecemos que mesmo com interpretações dicotômicas sobre as representações entre associados, a cooperativa, reconhecida como uma unidade complexa, não perde sua matriz referencial, consideração esta que fica presente nas entrevistas anteriores e próximas. Com base nesta resposta, fica evidenciada a necessidade de um constante investimento em educação cooperativista, uma vez que reconhecemos que a organização cooperativa tem por premissa representar uma ação contra-hegemônica ao modelo de economia de mercado. Por esta análise, confirma-se assim a importância da cooperativa estudada em gerar mecanismo de continuidade de uma formação de jovens e adultos para aprofundamentos da cultura cooperativista na região.

A categoria “capital social” é referenciada nessa narrativa com destaque para a importância do investimento constante do empreendimento na educação cooperativista

voltada ao protagonismo de seus agentes na perspectiva de construção e vínculos não utilitaristas – estratégia que Farias e Faria (2008, p. 23) caracterizam como um conjunto de “ações que estimulem a intenção dos membros da sociedade; organizações e formação de redes e de padrões de convivência; ações de estímulo à cooperação e à confiança; formação de redes de incentivo”.

Também em relação a ações de fonte de capital social, Spellenberg (2001, p. 87) defende que:

Além de facilitar o acesso a informações, facilita a transformação desses dados (informações) em conhecimento, através da interação – o que ocorre entre os atores locais, nos âmbitos político, social e econômico (entre outros). Fomenta o sentimento de identidade e pertença do cidadão à região, que, por sua vez, têm extrema importância na participação cívica local.

Ainda sobre este ponto destacamos resposta de membro do Grupo 2, onde identificamos a seguinte relação:

Com a criação da Casa Cooperativa, ampliou-se em muito o número de voluntários que defendem o movimento cooperativo. São pessoas que não teriam se juntado de forma voluntária se as ações fossem realizadas pela Sicredi Pioneira RS. Um grande ganho foi a ampliação do capital intelectual, reunindo-se em uma única entidade pensadores e realizadores vindos de diversas entidades e empresas. (Entrevistado do Grupo 2).

Essas singularidades das experiências socioeconômicas desenvolvidas pela Sicredi Pioneira através do apoio junto à Casa Cooperativa evidenciam as potencialidades e desafios da experiência cooperativista em sua ação prática de interagir dinamicamente nos grupos sociais, a partir dos valores e princípios cooperativistas – e na forma de articular resultados socioeconômicos voltados ao desenvolvimento do que reconhecemos como capital social cooperativista. Neste sentido, o fortalecimento das identidades coletivas (que reconhecemos como o estímulo a esse tipo de capital) pode representar uma ação estratégica voltada ao fortalecimento de uma cultura local cooperativista. Os relatos e considerações desenvolvidos demonstram que as motivações da cooperativa em fomentar a organização da Casa Cooperativa, assim como os desdobramentos relacionados à constituição das cooperativas escolares, remetem a um sentido de pertencimento e fortalecimento de uma cultura local voltada ao cooperativismo. Assim, reconhecemos essas ações como referências de fonte de capital social, com base nas características apontadas por Farias e Faria (2008), que

reconhecem a importância das ações em redes de cooperação social entre membros de uma comunidade, como forma de ação de fonte de capital social.

Ações de fonte de capital social específicas do cooperativismo favorecem a construção de ações em rede de cunho cooperativista. Fica evidenciado na narrativa do entrevistado que essas ações têm sido desenvolvidas em parte por ações voluntárias, tanto de membros da referida comunidade cooperativa como de pessoas que vão sendo incorporadas voluntariamente a essa movimentação comunitária em prol do cooperativismo.

Como forma de destacar um sentido de reconhecimento de resultados para a gestão da cooperativa, destacamos o relato de uma das gestoras da cooperativa que evidencia o duplo sentido de resultados para a instituição – as ações voltadas à Casa Cooperativa e às cooperativas escolares:

A Pioneira comprovadamente hoje é referência para muitas cooperativas, inclusive para órgãos reguladores. Pela importância da educação na vida das pessoas, especialmente em jovens, as cooperativas escolares têm como objetivo principal formar novos líderes para nossa região que tenham presentes em seus valores os princípios cooperativistas. É notório em todas as frentes sociais como clubes, associações e comunidades religiosas que enfrentam problemas na renovação de suas lideranças: a renovação não ocorre por falta de consciência ou interesse, mas por despreparo de pessoas. Até mesmo em iniciativas puramente econômicas encontramos esta carência, inclusive nas cooperativas. E mesmo que seja provável que muitos dos jovens formados em cooperativas escolares não venham a trabalhar em uma cooperativa após concluir seus estudos, todavia, temos como certo que venham a ser mais ativos nas comunidades em que eles moram, principalmente pela experiência que tiveram nas cooperativas escolares. Com esse trabalho espera-se convictamente que, no futuro, esses jovens preencham a lacuna existente da falta de líderes. (Entrevistado do Grupo 1).

A resposta desse gestor da cooperativa demonstra o reconhecimento da sinergia entre os resultados tangíveis de médio e longo prazo (tanto para a cooperativa como para a comunidade envolvida localmente) e os resultados intangíveis, de curto, médio e longo prazo. Essa análise demonstra a forma como os gestores da cooperativa reconhecem a dupla dimensão da gestão cooperativa, confirmando o sentido de referências de uma eficiência cooperativista, por incorporar aspectos da tríade da gestão cooperativista. Ainda com base nesta resposta, é possível destacar aspectos relacionados a um sentido de reconhecimento da responsabilidade da cooperativa em gerar novos cooperativistas na comunidade, em especial entre os jovens. Este direcionamento remete ao quinto princípio do cooperativismo, ou seja, educação e formação permanentes. Esta diretriz do cooperativismo nada mais é do que o reconhecimento de que a formação

continuada dentro do cooperativismo representa um fator estratégico para a gestão deste modelo de organização.

O próximo conjunto de respostas do Grupo 2 volta-se especificamente para o desenvolvimento das cooperativas escolares. Tendo como base as respostas que abordam a forma como os princípios e valores do cooperativismo são trabalhados nas bases de formação das cooperativas escolares, destacamos a resposta de dois representantes da cooperativa Sicredi Pioneira, incluídos no Grupo 2. Segundo o primeiro entrevistado,

[...] reconhecemos que as cooperativas escolares são um laboratório de aprendizagem da educação cooperativista. É a teoria colocada em prática, resultando em expressivo desenvolvimento dos alunos que se envolvem: liderança, empreendedorismo, cooperação, solidariedade, foco, trabalho em equipe, gestão, motivação [...].

E ainda em destaque a esse tema, temos a resposta do segundo entrevistado, membro do grupo gestor da cooperativa, que salienta a forma como essa ação é interpretada por esse grupo:

As cooperativas escolares, hoje, se tornaram um marco do movimento cooperativo do ramo financeiro, e ainda mais fortemente na Pioneira, por ser implantadora do projeto na região, ocupo-me pela Casa Cooperativa, tanto no planejamento que é feito através do Pilar Educação, também como facilitador no curso [...] Quando pensamos no quinto princípio das cooperativas, fica evidenciado que ele foi criado para proporcionar educação e comunicação para os associados, o que não é descartado nas ações da Pioneira. Porém, é conceito na Sicredi Pioneira que investir no jovem é ainda muito mais promissor por garantir, além da longevidade da cooperativa, uma organização com associados muito mais e melhor preparados, não somente com conhecimentos teóricos, mas com vivência prática, algo que nenhum currículo escolar proporciona atualmente no nosso país. Dessa forma, entendemos que o quinto princípio, além de ser cumprido, ainda trará efeito bem maior, visto os resultados já constados com o surgimento de novas lideranças, com valores e posturas éticas e construtivas [...].

A cooperativa reconhece no projeto das cooperativas escolares uma ação tanto de fomento e continuidade da cultura cooperativista como um potencial de sustentabilidade futura da própria cooperativa, tendo como base uma análise de reciprocidade e continuidade. Também fica evidenciada a clareza da base conceitual da ação – no caso, o quinto princípio do cooperativismo sobre educação e formação. A preocupação em conciliar teoria e prática na metodologia de formação das cooperativas escolares demonstra a abrangência de entendimentos por parte desse grupo sobre a importância e o comprometimento com a efetividade da ação. Reconhecemos nessas

falas evidências de ações de fomento a um **capital social cooperativista**, visto que demonstram a intencionalidade por trás da ação. Com base no quadro de referência de ações de fonte de capital social, podemos reconhecer essa ação dentro das delimitações do Banco Mundial, assim como na delimitação de Putnam (2000), que reconhece como fontes de capital social as “ações de instituições relacionadas a valores ou princípios sociais” – ou, segundo Bandeira (2007), como um “conjunto de normas em rede que facilitam as ações coletivas: redes sociais, formais ou informais entre atores distintos”. Quando relacionamos estas falas ao sentido de uma eficiência cooperativista, identificamos que para os gestores entrevistados o resultado gerado pelas ações juntos à Casa Cooperativa e às cooperativas escolares visa à construção de ativos sociais e, por consequência, um sentido de continuidade e sustentabilidade tanto da cooperativa como da cultura cooperativa. Fica evidenciado nestas falas, assim, um reconhecimento da existência de uma sinergia de capitais, tangíveis e intangíveis, e que esta sinergia gera um resultado favorável à cooperativa. Com base no quadro entre meio e fins (Quadro 5), esta constatação demonstra que para a cooperativa os resultados econômicos representam uma forma de gerar resultados sociais. Também é possível relacionar estas análises dentro do quadro definido como Triáde da Gestão Cooperativista, uma vez que, com base nas entrevistas em comparativo com os princípios cooperativos, podemos reconhecer vários princípios cooperativistas tais como: intercooperação, envolvimento com a comunidade e investimento em educação cooperativa.

Com relação ao modo como essas intencionalidades são reconhecidas junto aos agentes envolvidos nas cooperativas escolares, o Grupo 2 destaca-se pelas seguintes respostas de uma professora do programa:

[...] os princípios cooperativistas são muito importantes para que os alunos compreendam a importância do conceito onde estão inseridos e sua importância na sociedade [...] Contribui para a mudança comportamental do aluno dentro e fora do ambiente escolar. A junção de cooperativa e educação procura estimular os indivíduos à responsabilidade social numa sociedade democrática. A atuação das cooperativas escolares no aluno adolescente é visível não apenas para os professores como também para os próprios alunos que se tomam mais participativos e atuantes, integrados na vida social como um todo. (Entrevistado do Grupo 2).

Segundo a entrevistada, em comparativo com o diário de campo (2016), existe um reconhecimento na comunidade escolar de que os princípios cooperativos trabalhados na constituição das bases metodológicas do programa possibilitam mudanças nos alunos no contexto escolar, dando-lhes um maior protagonismo desde

que são jovens na participação das cooperativas. Neste sentido, Barquero (2001) reconhece como evidência de capital social “estímulo à capacidade de agir em benefício mútuo e coletivo de comum finalidade, ações cívicas”. Nessa mesma abordagem, podemos compreender que, no contexto das cooperativas escolares, além da difusão de informação e formação cooperativista, também ocorre a mudança de postura dos alunos. Spellenberg (2001, p. 89) reconhece, neste sentido, evidências de rebatimento de ações de fomento ao capital social:

Além de facilitar o acesso a informações, facilitar a transformação desta informação em conhecimento através da interação que ocorre entre os atores locais, [...] fomenta o sentido de identidade e pertença do cidadão à região, que por sua vez tem extrema importância na participação cívica local.

Esse enquadramento do autor vai ao encontro de outra referência sobre essas ações cívicas em Franco (2001): “Melhora o funcionamento das instituições: maior facilidade na regulação de conflitos, maior produção de bens privados, e públicos, fortalecimento da sociedade cível”. Esse reconhecimento – de que o desenvolvimento do capital social pode potencializar aspectos cívicos como produção de bens – demonstra a interação direta entre incremento em ativos sociais e o retorno em ativos tangíveis tanto para a comunidade como para a cooperativa. Estas diretrizes podem reconhecer como um indicador de um processo de gestão que incorpora as diminuições social e econômica da cooperativa reconhecendo estas como elementos influenciadores do processo de gestão, o que nos confirma a posição de um sentido de resultado voltado a uma análise de eficiência cooperativista, por incorporar tanto aspectos dos princípios cooperativos como aspectos socioeconômicos.

Vale destacar um gestor da cooperativa que reconhece na trajetória desse projeto as bases da educação cooperativista e a continuidade da trajetória dos pioneiros do cooperativismo na região, evidenciando seu reconhecimento sobre o fortalecimento da cultura local relacionada ao cooperativismo:

Enquanto mantivermos a nossa base no grande objetivo do fundador da cooperativa, Padre Theodor Amstad, que tinha como foco principal construir comunidades perfeitas, que tivessem tudo o que fosse necessário para que as pessoas vivessem com dignidade, as cooperativas escolares formarão cidadãos esclarecidos e imbuídos em atuar com valores e princípios de cidadania. Quando passarem a interagir com as comunidades em que vivem, construirão formas de cooperação e farão melhorias que repercutirão para todos. E isto fará com que, em algum tempo, possa ser alcançado um novo e melhor nível das “comunidades perfeitas” a que o Padre Amstad visava. Em isto se tomando realidade, a Sicredi Pioneira terá tido sua influência

alcançada e ainda fará que a cooperativa tenha tido retorno do investimento social por ter proporcionada esta influência, pois faz parte desta comunidade que passou por transformações econômicas e sociais. (Entrevistado do Grupo 1).

Na resposta de outro gestor, temos um comentário sobre a análise de resultados diretos:

Do ponto de vista comercial, não há um retorno direto e nem é essa a intenção da Sicredi Pioneira RS. Porém, do ponto de vista social, há um retorno representativo com a mudança do perfil destes jovens, que transformarão as comunidades em curto espaço de tempo. (Entrevistado do Grupo 1).

Em resposta à mesma pergunta por parte de um entrevistado do Grupo 1, identificamos as correlações de entendimento entre intencionalidade de ação e resultado (consequência):

[...] o notório desenvolvimento das cooperativas escolares representa o desejo de promovermos uma sociedade mais justa, fraterna e cooperativa. Nas escolas, se vê uma aplicabilidade das cooperativas escolares no currículo e, com isso, aumenta o interesse dos alunos e professores, que também observam uma melhora nos indicadores de aprendizagem. (Entrevistado do Grupo 1).

No contexto da pesquisa, a análise comparativa das respostas dos dois grupos demonstra uma preocupação tanto com uma formação voltada ao cooperativismo como uma educação que possibilite mudanças de paradigmas no ambiente escolar. Encontramos nas falas dos entrevistados uma maneira de relatar um conjunto de experiências vividas, que demonstram um processo reflexivo sobre esta experiência na cooperativa.

A análise correlacionada entre as principais respostas sobre o enquadramento das ações de fonte de capital social, assim como a análise das consequências dessas ações, evidencia a sinergia das ações da cooperativa em prol do fortalecimento do **capital social cooperativista**. As respostas, apresentadas de forma comparativa (respostas do Grupo 1 e posterior comparativo com resposta do Grupo 2), fornecem subsídios que explicitam a abrangência das ações sociais da cooperativa Sicredi Pioneira, bem como demonstram as representações de resultados esperados pelo grupo gestor nas ações sociais em que investem. Reconhecemos, assim, que as ações apresentadas confirmam a hipótese inicial: que as ações voltadas aos projetos sociais destacados visam a fortalecer os vínculos com a comunidade, em reconhecimento da

importância de investimentos no quinto e sétimo princípios cooperativistas como fatores de sustentabilidade tanto da cooperativa como da comunidade onde se está inserido. Essa consideração reforça o reconhecimento de ações voltadas às prerrogativas da Tríade da Gestão Cooperativista e, por consequência, a elementos relacionados a uma eficiência cooperativista ao mesmo tempo que é voltada à construção de um conjunto de ações relacionadas a formas de interações com a comunidade local, possibilitando um contexto de experiências sociais voltadas às premissas cooperativistas.

Na construção analítica entre o campo teórico e o empírico com base nas entrevistas e diário de campo, podemos estabelecer algumas relações em evidenciar a relação entre o contexto vivido e a produção de significado. Se considerarmos experiência como uma “maneira de construir o mundo, de forma sempre provisória, em fluxo constante, condicionada tanto pelas dimensões sociais como pelas representações de ator social” (DUBET, 1994, p. 55), podemos argumentar que a natureza da organização dos **atores sociais** em cooperativa pode ser compreendida como um processo de **experimentação e significação do agir cooperativo** (SCHNEIDER, 2003). Esse entendimento tem por base um procedimento de análise que considera dois pontos inter-relacionados: (a) o âmbito individual, relacionado às trajetórias e formas de entendimento dos atores sociais sobre as responsabilidades e limites de sua ação em uma cooperativa, sobre a construção de subjetividades e sobre as formas de vínculos nos processos sociais de cooperação e/ou competição; (b) e o âmbito formativo estatutário, pois a necessidade de **socialização do ator social** refere-se às prerrogativas basilares da cooperativa, expressas no cooperativismo como doutrina.

Neste sentido, podemos reconhecer este conjunto de experiências dentro de um sentido de produção de experiências vividas. Essa abordagem favorece o exame de questões da dinâmica da **ação social**, como: a noção de pertencimento ou negação da relação com a cooperativa; compreender, de uma forma mais ampliada, as lógicas **de ação social** no âmbito da interação social dos cooperados; identificar os fatores internos e externos de conflitos de interesses e de motivação. Identificar essas dinâmicas possibilita reconhecer dimensões intangíveis que atuam de forma determinante no contexto da cooperativa.

Veronese (2008) considera, sobre a influência de fatores relacionada à produção de experiência, como sendo essa uma forma de experimentação denominada “produção de subjetividades e significações”. A autora traz esta análise para demonstrar como fatores relacionados à experiência social podem vir a atuar como elementos

determinantes tanto para a continuidade como para o fracasso de um empreendimento no formato de cooperativa. Justifica-se, neste sentido, a importância de procedimentos de análise que considerem a **experiência social vivida** como fator relevante para diagnósticos mais precisos e menos dicotômicos desse contexto.

A delimitação teórica de um **agir social na cooperativa** demonstra que a **experiência social e de ação cooperativista** estaria associada a um conjunto de formas de entendimento dos **atores sociais** no que tange à sua experimentação do **agir cooperativo**, podendo ser ampliado, aqui, ao sentido do **agir em cooperativa**, como forma de delimitar a dimensão cooperativa como empreendimento e não como processo social. Neste sentido, as falas dos entrevistados refletem relatos de uma agir social voltado a uma proposta cooperativista, e não a um sentido apenas de cooperação, como processo social.

Ao elaborar uma delimitação referente à produção intencional da cooperativa estudada em gerar uma **ação social cooperativista**, é prudente ressaltar que esta análise não pode ser explicada de forma dicotômica, mas pelas características do contexto da cooperativa, como por exemplo: (a) a proposta estatutária da cooperativa e as subjetividades criadas a partir da interação entre cooperados; (b) as prerrogativas de princípios cooperativistas e as necessidades de adequação às “lógicas de ação” da economia de mercado; (c) a corresponsabilidade sobre os processos da gestão cooperativa e os processos hierárquicos de gestão; (d) a necessidade de ação cooperada e os interesses individuais; (e) a compreensão referente à abrangência dos princípios do processo democrático, referente ao fluxo de tomada de decisão e às construções de hierarquias, saber e poder produzidas na gestão cooperativa; (f) a adequação ou não adequação dos atores sociais às prerrogativas do modelo cooperativista. Essas instâncias de **ação dos atores sociais**, assim como tantas outras ações inter-relacionadas, não seriam passíveis de entendimento apenas pela análise da dualidade. Assim, o sentido de “experiência” descrito por Dubet contribui para demonstrar mais **elementos explicativos** de análise, a fim de designar as múltiplas formas de **ação social** no âmbito da dinâmica cooperativa.

A **experiência cooperativista** poderia ser entendida como sendo **dialógica** por compor variadas motivações de ações individuais ou coletivas que dialogicamente gerariam nos indivíduos representações de suas vivências na dinâmica contextual da cooperativa. As experimentações decorrentes do **agir em cooperativa** representariam, dessa forma, processos de uma construção contextual interpretada dentro de uma análise

de **recursividade** onde as motivações e interações dos indivíduos são compreendidas de forma contextualizada. Justificando, assim, a importância de trazer para a pesquisa os relatos dos atores sociais envolvidos na comunidade cooperativa, associada à análise teórica, como forma de responder as indagações decorrentes da pesquisa.

Neste sentido, podemos considerar, com base na análise das entrevistas à luz da teoria e das categorias de análise (fonte de capital social e consequências de capital social), que as ações estratégicas da cooperativa de crédito Sicredi Pioneira atuam no sentido de potencializar experiências cooperativistas junto à comunidade envolvida. E que o fomento destas ações representa, dentro do escopo de análise de resultados da cooperativa, elemento estratégico da gestão. Ou explicado de outra forma: a cooperativa possibilita circunstâncias socioculturais e econômicas favoráveis ao fomento de uma cultura cooperativista tendo como base o fortalecimento de um capital social cooperativista, a fim de gerar resultados voltados tanto à dimensão tangível como à intangível para sustentabilidade da cooperativa.

10. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Tendo como base as referências motivacionais desta pesquisa – em evidenciar a indissociabilidade das dimensões social e econômica do empreendimento cooperativo –, reconhecemos que uma breve análise das trajetórias interpretativas da pesquisa possibilitará, neste momento, demonstrar a abrangência das conclusões decorrentes da construção da tese. Identificamos, inicialmente, os limites conceituais referentes a uma delimitação analítica adequada à complexidade da gestão desse modelo de organização. Sendo assim, uma das diretrizes iniciais do trabalho, ainda na delimitação teórica, foi a construção de matrizes conceituais como ferramentas de análise das peculiaridades inerentes à experiência cooperativa. Neste sentido, foi demonstrada no desenvolvimento da pesquisa a delimitação dos conceitos no âmbito teórico para posterior identificação da aplicabilidade dessas matrizes como referencial interpretativo – tanto do campo teórico como do campo empírico.

O conceito de “tríade da gestão cooperativa” possibilitou demonstrar o potencial dos princípios cooperativistas, ao referenciar a construção de ferramentas estratégicas de gestão para esse modelo de organização. No que se refere ao sentido operacional da tese, reconhecemos que o quadro/conceito evidencia a sinergia entre capitais tangíveis e intangíveis como fatores estratégicos na ampliação dos referenciais analíticos dos resultados da gestão do empreendimento cooperativo.

Destacamos que os dados empíricos da pesquisa, com base no modelo de gestão da cooperativa de crédito Sicredi Pioneira, demonstram que a avaliação dos resultados dessa gestão incorpora tanto os resultados tangíveis como os intangíveis do processo de planejamento e avaliação das ações. Essa abordagem demonstra um diferencial na análise dos resultados do empreendimento. Nessa linha de análise, podemos considerar que uma gestão que reconheça a indissociabilidade entre a dimensão social e econômica, no planejamento estratégico e na avaliação de resultados, tem condições de potencializar o que delimitamos conceitualmente de “eficiência cooperativista”. Consideramos que esse modelo conceitual de eficiência possibilita ampliar o campo de ação da cooperativa por incorporar aspectos multidimensionais dos resultados da gestão.

Como referência para a análise do campo empírico, identificamos nas diretrizes estratégicas da cooperativa Sicredi Pioneira elementos voltados a esse sentido de eficiência. Esse reconhecimento fica evidenciado na análise do Relatório de Sustentabilidade; no Relatório Anual Social (SICREDI, 2016); na sistematização das

entrevistas com o universo de pesquisa; bem como nas considerações do diário de campo.

Os conceitos anteriormente apresentados foram construídos a partir da elaboração do quadro denominado “Demonstrativo de diferenciação de meios e fins da gestão em cooperativa” (Quadro 5). Registramos que a construção desse quadro se deu em um momento anterior à pesquisa, a partir de uma necessidade explicativa e didática, nas aulas da pós-graduação em gestão de cooperativas, sobre a diferenciação entre as duas formas de organização. O quadro representou uma delimitação inicial sobre a importância de diferenciar essas duas dimensões entre meios e fins da gestão de um empreendimento – por um lado, daquele que se propõe cooperativo, e de outro, de uma empresa que se reconhece como capitalista. O reconhecimento dessa diferenciação nos parece um dos limitadores da gestão das cooperativas contemporâneas e, por consequência, um limitador na análise de resultado do empreendimento.

A delimitação do conceito de “capital social cooperativista” já tinha sido pensada anteriormente como uma tentativa embrionária de delimitação explicativa, a fim de evidenciar um capital social específico ao campo de análise do cooperativismo. No entanto, foi na delimitação conceitual do termo no processo da tese que os contornos ficaram claros, adquirindo um potencial de aplicabilidade como base interpretativa.

No contexto da tese, esse conceito foi central como forma de evidenciar que as ações da cooperativa Sicredi Pioneira, no âmbito social, representam o fomento de um tipo específico de vínculo comunitário voltado a um processo de fortalecimento da cultura cooperativista, e que esse processo possibilita ações recíprocas de apoio da comunidade às ações da cooperativa e da cooperativa em relação à comunidade, gerando, com isso, um civismo participativo local ou um empoderamento comunitário dos processos de ação de cunho cooperativista.

A construção das ferramentas de análise anteriormente contextualizadas contribuiu para a interpretação dos dados levantados tanto na etapa exploratória como em comparativo com a análise dos resultados da pesquisa qualitativa. No processo de tratamento dos dados, evidenciamos que algumas ações sociais da cooperativa possibilitam uma forma de inserção diferenciada na comunidade local. Reconhecemos que os dados convergentes entre as ações sociais de fomento a **uma cultura e capital social cooperativista** como um fator influenciador nos resultados na dimensão econômica não são evidenciados de forma absoluta e quantificável. No entanto, a pesquisa demonstrou, através das análises desenvolvidas sobre as entrevistas e sobre o

conjunto de indicadores da cooperativa, uma convergência no sentido de resultados voltados a uma **eficiência cooperativista**.

O reconhecimento desses resultados foi possibilitado pela metodologia aplicada: de análise interpretativa das respostas entre as duas categorias de análise, das ações de fonte de capital social e dos resultados destas ações na dimensão operativa na comunidade. Essa metodologia possibilitou demonstrar o reconhecimento, por parte dos dois grupos estudados, da correlação entre o fortalecimento do **capital social cooperativista** e a avaliação de resultados destas ações na sustentabilidade da organização cooperativa.

As considerações apresentadas convergem no sentido de reconhecer que os objetivos propostos por cada etapa da pesquisa foram contemplados, assim como a confirmação das hipóteses de trabalho, inclusive com o direcionamento de ferramentas de análise para a construção de indicadores adequados a avaliar a construção do planejamento estratégico de uma gestão voltada para a constituição de uma **eficiência cooperativista**.

Retomando as referências das hipóteses levantadas para a pesquisa, avaliamos que demonstramos as seguintes evidências: a) A cooperativa estudada articula ações de fomento a uma cultura cooperativista local, e estas ações podem ser reconhecidas nos monumentos culturais de identificação da cidade; no direcionamento estratégico das ações da cooperativa, descrito nos quadros de indicadores apresentados; na análise detalhada das duas principais ações destinadas à cultura cooperativista (cooperativas escolares e Casa Cooperativa); nas entrevistas desenvolvidas junto à comunidade cooperativa local; e no suporte dado pelo diário de campo. b) Fica evidenciado, com base nos dados apresentados, que os resultados previstos nas ações junto à Casa Cooperativa e às cooperativas escolares são mensurados por parte da cooperativa com indicadores de resultados a serem gerados, bem como a um reconhecimento por parte dos entrevistados de que estas ações geram resultados no sentido da sustentabilidade da organização. A eficácia dessas duas ações também fica demonstrada no trabalho de campo desenvolvido junto a essas iniciativas geradas por parte da cooperativa Sicredi Pioneira. Quanto aos objetivos previstos, consideramos que fica demonstrado, com base nos elementos de análise apresentados, que o capital social cooperativista representa um fator estratégico para a gestão da cooperativa. Destacando que a geração de resultados neste campo está descrita nos indicadores de resultado da cooperativa, e que com base em uma análise mais detalhada dessas ações fica evidenciada a sua abrangência junto à

comunidade local e seu potencial de gerar um capital social específico junto a esta comunidade. Esta conclusão fica demonstrada tanto nas entrevistas como no diário de campo e nas ações destinadas ao fomento de uma cultura cooperativista local.

A trajetória da pesquisa possibilitou uma experiência analítica sobre um contexto vivenciado de forma mais aprofundada e crítica que nos levou a reconhecer que a cooperativa referida tem potencializado, através do fomento à **cultura do cooperativismo**, um **capital social cooperativista**. Este capital é articulado de forma estratégica, a fim de gerar uma sustentabilidade ao empreendimento, no sentido de potencializar, por sinergia de capitais, uma **eficiência cooperativista**.

No entanto, também reconhecemos alguns limitadores de um sentido mais amplo da “eficiência cooperativista”, por reconhecermos que dentro dos princípios cooperativistas encontram-se outras questões que estão fragilizadas nas ações da cooperativa em questão. Neste sentido, destacamos que um dos pilares dos princípios cooperativistas, a **intercooperação**, que visa a estimular o apoio a outras cooperativas no formato de redes de cooperação, representa uma ação incipiente da cooperativa referida. Essa diretriz também referenciou o surgimento da Casa Cooperativa de Nova Petrópolis, que, em seu referencial estatutário inicial, direciona-se ao incentivo ao surgimento de outras cooperativas na região, o que potencializaria outras dimensões do desenvolvimento local.

As experiências anteriores, decorrentes da pesquisa e da análise de anotações do pesquisador no contexto de sua participação efetiva na organização da Casa Cooperativa de Nova Petrópolis, como também na organização das diretrizes das cooperativas escolares, permitiu uma análise crítica das diretrizes dessas organizações. Destaca-se que as diretrizes da Casa Cooperativa de Sunchales, Argentina (que serviu de referência para a organização da Casa Cooperativa de Nova Petrópolis), é conhecida por atuar no fomento ao cooperativismo de forma mais ampla, para além das cooperativas escolares e eventos culturais. Ressaltamos, neste sentido, que a base do desenvolvimento regional de Sunchales tem sido potencializada com o apoio dessa entidade para o surgimento de cooperativas de diferentes ramos.

O surgimento dessa entidade, no contexto argentino, também se legitima pela carência de uma organização representativa e de fomento no formato da experiência brasileira da OCB e SESCOOP, sendo estas entidades consagradas em sua atuação na área do cooperativismo. Reconhecemos, portanto, que a tecnologia de organização da Casa Cooperativa e das cooperativas escolares representa, nesse contexto, apenas parte da

abrangência possível de trabalho dessa organização. O que fica evidenciado é que a cooperativa estudada atua dentro das diretrizes de uma eficiência cooperativista no desenvolvimento da cultura cooperativista na região, o que, reciprocamente, remete a resultados tangíveis e intangíveis da gestão da cooperativa. No entanto, passada mais de meia década do início dos trabalhos do conselho de organização da entidade, não há registro de apoio ao surgimento de novas cooperativas na região, nem tampouco incentivo para um empreendedorismo cooperativo regional, ou ações de incremento aos arranjos produtivos locais no formato de cooperativas. Essas ações são consideradas como elementos fomentadores para o surgimento da entidade na região. Esses elementos interpretativos estão evidenciados nos registros escritos do pesquisador e explicitados no estatuto da entidade.

Historicamente, considera-se que a cooperativa Sicredi Pioneira apresenta exemplos de apoio ao desenvolvimento socioeconômico local, com destaque para o mérito de ter apoiado de várias maneiras a organização da cooperativa de produção Píá. O surgimento dessa cooperativa é resultado da organização de pequenos produtores rurais da agricultura familiar voltados à produção leiteira, com o apoio da cooperativa Sicredi. Essa iniciativa, notoriamente, possibilitou novas alternativas de desenvolvimento regional; no entanto, a mesma não foi difundida como uma prática da cooperativa na contemporaneidade. Por esse viés, reconhecemos que a cooperativa vem desperdiçando seu potencial de fomento também para o desenvolvimento regional sustentável. Neste sentido, reconhecemos que os potenciais da Casa Cooperativa, sob a tutela direta da cooperativa Sicredi Pioneira, poderiam ser uma fonte de apoio ao desenvolvimento regional com base no cooperativismo, assim como poderiam fomentar junto às cooperativas escolares a formação de multiplicadores de novas cooperativas na comunidade.

Consideramos que as potencialidades dessas ações poderiam apresentar resultados mais sustentáveis tanto para a cooperativa como para a comunidade local. Sendo assim, reconhecemos que o sentido de “eficiência cooperativista” poderia ser ampliado de forma a incorporar, além de uma entidade de **fonte de cultura cooperativa e de capital social cooperativista**, também o apoio ao desenvolvimento de novas cooperativas.

Como continuidade para estudos futuros, avaliamos como caminho principal, decorrente desta pesquisa, um aprofundamento sobre as potencialidades da construção de indicadores de eficiência cooperativista que incorporem fundamentos para um

desenvolvimento regional sustentável como fator estratégico da gestão desse modelo de organização, incorporando capitais tangíveis e intangíveis nesses resultados.

Acreditamos que esses estudos possam contribuir para um melhor entendimento sobre os potenciais da cultura cooperativista, princípios e valores, frente aos desafios do cooperativismo contemporâneo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRUCIO, F.L. **O impacto do modelo gerencial na Administração Pública**: um breve estudo sobre a experiência internacional recente. Brasília, DF: Escola Nacional de Administração Pública, 1997. (Cadernos, n. 10).

ALBUQUERQUE, P.P. Reflexões sobre contemporaneidade, educação e agir cooperativo. In: SCHNEIDER, J.O. (Org.). **Educação cooperativa e suas práticas**. São Leopoldo: SESCOOP, 2005.

AMARAL FILHO, J. Desenvolvimento regional endógeno em ambiente federalista. **Planejamento e Políticas Públicas**, Brasília, n. 14, p. 35-70, dez. 1996.

_____. **É negócio ser pequeno, mas em grupo: desenvolvimento em debate**: painéis do desenvolvimento brasileiro. Rio de Janeiro: BNDES, 2002.

ANTUNES, M.T.P. **Capital intelectual**. São Paulo: Atlas, 2000.

ARRETCHE, M.T.S. Políticas sociais no Brasil: descentralização em um Estado federativo. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 14, n. 40, p. 111-141, jun. 1999.

BAIOTO, C.D. **Educação cooperativa solidária**: perspectivas e limites. 2008. Dissertação (Mestrado). UNISINOS, São Leopoldo.

_____. Educação cooperativa solidária: perspectivas e limites. **Cadernos IHU Ideias – UNISINOS**, São Leopoldo, ano 7, n. 115, 2009.

_____. **Santa Cruz do Sul**: capital do fumo. Porto Alegre: Martins Livreiro, 1998.

BAIOTO, C.D. (Org.). **Diálogos sociológicos**: perspectivas contemporâneas. Porto Alegre: Editora Cirkula, 2015.

BAIOTO, C.D.; COSTA. **Cooperativas escolares, desafios para uma educação significativa**. 2017. Disponível em: <<http://www.palavracoes.com.br>>. Acesso em: 19 set. 2017.

BAIOTO, C.D.; HALLAL. **Cooperativismo como caminho para uma educação cidadã**. 2016. Trabalho de Conclusão de Curso – UNISINOS, São Leopoldo/RS.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. **Resolução nº 2.193/95**. 1995. Disponível em: <http://www.bcb.gov.br/pre/normativos/res/1995/pdf/res_2193_v2_P.pdf>. Acesso em: 17 dez. 2017.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. **Resolução nº 2.788**. 2000. Disponível em: <http://www.bcb.gov.br/pre/normativos/busca/downloadNormativo.asp?arquivo=/Lists/Normativos/Attachments/47229/Res_2788_v1_O.pdf>. Acesso em: 17 dez. 2017.

BANDEIRA, P.S. Diferenças regionais quanto ao capital social e crescimento econômico no Rio Grande do Sul. **Redes**, Santa Cruz do Sul, v. 12, n. 1, p. 93-124, jan./abr. 2007.

_____. Participação, articulação de atores sociais e desenvolvimento regional. In: BECKER, D.F.; BANDEIRA, P.S. (Orgs.). **Determinantes e desafios contemporâneos**. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2000. p. 23-128.

BAQUERO, M. **Reinventando a sociedade na América Latina**: cultura política, gênero, exclusão e capital social. Porto Alegre: UFRGS, 2001. p. 19-49.

BAQUERO, M.; BAQUERO, R. Trazendo o cidadão para a arena pública: capital social e empoderamento na produção de uma democracia social na América Latina. **Redes**, Santa Cruz do Sul, v. 12, n. 1, p. 93-124, jan./abr. 2007.

BARON, S.; FIELD, J.; SCHULLER, T. **Social capital**: critical perspectives. Oxford, UK: Oxford University Press, 2000.

BARQUERO, A.V. **Desarrollo económico local y descentralización: aproximación a un marco conceptual**. Santiago de Chile: CEPAL, 2000.

_____. **Desenvolvimento endógeno em tempos de globalização**. Porto Alegre: Fundação de Economia e Estatística, 2001.

BECKER, D. Economia política do (des)envolvimento regional contemporâneo. In: BECKER, D. (*In Memoriam*); WITTMANN, M.L. (Orgs.). **Desenvolvimento regional**: abordagens interdisciplinares. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2003. p. 37-66.

BIO, S.R. **Sistemas de informação**: um enfoque gerencial. São Paulo: Atlas, 1996.

BNDES. **Arranjos produtivos locais e desenvolvimento**. Disponível em: <<http://www.bndes.gov.br/conhecimento/seminario/apl.pdf>>. Acesso em: 20 out. 2007.

BOGARDUS, E.S. **Principios y problemas del cooperativismo**. México: Libreros Mexicanos Unidos, 1964.

BOISIER, S. Política econômica, organização social e desenvolvimento regional. In: HADDAD, P.R. (Org.). **Economia regional**: teorias e métodos de análise. Fortaleza: BNB-ETENE, 1989. p. 589-694.

_____. Em busca do esquivo desenvolvimento regional: entre a caixa-preta e o projeto político. **Planejamento e Políticas Públicas**, Brasília, n. 13, p. 111-145, jun. 1996.

BORTOLI, N.; PEREIRA, W. Uma análise da Rerum Novarum e suas influências no Direito do Trabalho. 2014. Disponível em: <<https://jus.com.br/artigos/29884/uma-analise-da-rerum-novarum-e-suas-influencias-no-direito-do-trabalho>>. Acesso em: 17 dez. 2017.

BOURDIEU, P. O capital social. In: CATANI, A.; NOGUEIRA, M. A. (Orgs.) **Escritos de Educação**. Petrópolis: Vozes, 1998.

BOUTROS-GHALI, B. **An agenda for development**. ONU: New York, 1995.

BRASIL. **Constituição (1988)**. Constituição da República Federativa do Brasil: promulgada em 5 de outubro de 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em: 17 dez. 2017.

BRASIL. **Lei nº 5.764, de 16 de dezembro de 1971**. Define a Política Nacional de Cooperativismo, institui o regime jurídico das sociedades cooperativas, e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L5764.htm>. Acesso em: 17 dez. 2017.

BRASIL. **Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002**. Institui o Código Civil. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/L10406.htm>. Acesso em: 17 dez. 2017.

BRASIL. **Lei nº 13.431, de 4 de abril de 2017**. Estabelece o sistema de garantia de direitos da criança e do adolescente vítima ou testemunha de violência e altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente). Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2017/Lei/L13431.htm#art25>. Acesso em: 17 dez. 2017.

BRASILEIRO, M.H.M. A organização social e produtiva como estratégia e fortalecimento do capital social em destinos turísticos. **Cadernos de Análise Regional**, Salvador, v. 5, n. 1, 2006.

BRITO, J.; ALBAGLI, S. **Glossário de arranjos e sistemas produtivos e inovativos locais**: rede de pesquisa em sistemas produtivos e inovativos locais. Rio de Janeiro: REDESIST, 2003.

BRONZO, C. **Programas de proteção social e superação da pobreza**: concepções e estratégias de intervenção. FAFICH/UFMG, 2005.

CAMPOS, A.C. **Arranjos produtivos no estado do Paraná**: o caso do município de Cianorte. 2004. 218p. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Econômico). Universidade Federal do Paraná, Curitiba.

CANCLINI, N.G. **Culturas híbridas**. São Paulo: EDUS, 2008. p. 19.

CAPORALI, R.; VOLKER, P. (Orgs.). **Metodologia de desenvolvimento de arranjos produtivos locais**: projeto Promos. Brasília: SEBRAE, 2004.

CARON, A. **Inovações tecnológicas nas pequenas e médias empresas industriais em tempos de globalização**: o caso do Paraná. 2003. 412p. Tese (Doutorado em Engenharia da Produção). Universidade, Federal de Santa Catarina, Florianópolis.

CASA COOPERATIVA DE NOVA PETRÓPOLIS. 2017. Disponível em: <<http://www.capitaldocooperativismo.com.br>>. Acesso em: 12 dez. 2014.

CASSIOLATO, J.E.; LASTRES, H.M.M.; SZAPIRO, M. **Arranjos e sistemas produtivos locais e proposições de políticas de desenvolvimento industrial e tecnológico**. Nota Técnica 27 – Projeto de pesquisa “arranjos e sistemas produtivos locais e as novas políticas”. Rio de Janeiro, 2000.

CASSIOLATO, J.E.; SZAPIRO, M. Uma caracterização de arranjos produtivos locais de micro e pequenas empresas. In: LASTRES, H.M.M.; CASSIOLATO, J.E.; MACIEL, M.L. (Orgs.). **Pequena empresa**: cooperação e desenvolvimento local. Relume Dumará: UFRJ, 2003. p. 35-50.

CASTANHEIRA, M.A.V. **Capital social, sustentabilidade e esporte**: elementos para a construção de uma educação em valores a partir do esporte do voleibol. 2008. 250p. Dissertação (Mestrado em Organizações e Desenvolvimento). FAE Centro Universitário, Curitiba.

CASTEL, R. **As metamorfoses da questão social**: uma crônica do salário. 4. ed. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 1998.

CATTANI, A.D. (Org.). **A outra economia**. Porto Alegre: Veraz Editores, 2003.

CENTENARO, A.E.M. **A influência do capital social no fomento de projetos de financiamento coletivo**. 2013. Tese (Doutorado). UNISINOS, São Leopoldo.

CHIAVENATO, I. **Recursos humanos na empresa**: pessoas, organizações e sistemas. 3. ed. São Paulo: Atlas, 1994. p. 67-76.

CLEMENTE, A. **Economia regional e urbana**. São Paulo: Atlas, 2000.

CMMAD – Comissão Mundial sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento. **Nosso futuro comum**. 2. ed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1991.

COLEMAN, J.S. **Foundations of social theory**. Cambridge: Harvard University Press, 1990.

CORREA, S.M.S. (Org.). Migração e a (re)construção do capital social. In: **Capital social e desenvolvimento regional**. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2003. p. 303-334.

- D'ARAÚJO, M.C.S. **Capital social**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.
- DAFT, R.L. **Teorias e projetos das organizações**. 6. ed. Rio de Janeiro: LTC, 1999.
- DEMO, P. **Solidariedade como efeito de poder**. São Paulo: Cortez Editora, 2002.
- DENCKER, A.F.M. **Métodos e técnicas de pesquisa em turismo**. São Paulo: Futura, 2000.
- DOTTO, D.M.R. et al. Estudos regionais comparados: reflexões sobre o capital social. In: BECKER, D. (*In Memoriam*); WITTMANN, M.L. (Orgs). **Desenvolvimento regional**: abordagens interdisciplinares. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2003.
- DUARTE, R. Pesquisa qualitativa: reflexões sobre o trabalho de campo. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, n. 115, p. 139-154, mar. 2002. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/cp/n115/a05n115.pdf>>. Acesso em: 07 fev. 2009.
- DUBET, F. **Sociologia da experiência**. Tradução de Fernando Tomaz. Editora Éditions Du Seuil, 1994.
- DURSTON, J.; DUHART, D. **Formación y pérdida de capital social comunitario mapuche**: cultura, clientelismo y empoderamiento en dos comunidades. 1999-2002. Santiago do Chile: Cepal, 2003.
- FALCÃO, J. **Fronteiras entre o individual e o coletivo**. Trabalho, cultura e cooperação no RS. Porto Alegre: Razão Bureau Editorial, 2006.
- FARIAS, I.Q.; FARIA, M.V.C.M. Capital social e a formação de grupos solidários do Programa Crediamigo: desafios e possibilidades. **Economia e Gestão**, Belo Horizonte, maio/ago. 2008. Disponível em: <http://www.iceg.pucminas.br/espaco/revista/no17_n.asp>. Acesso em: 15 dez. 2016.
- FERNANDES, M. **Desenvolvimento sustentável**: antinomias de um conceito. Belém: AUA, 2003.
- FERRARINI, A. V. **Pobres**: possibilidades de construção de políticas emancipatórias. São Leopoldo: Oikos, 2008.
- FLORENZANO, M.B. **Pólis e oikos, o público e o privado na Grécia Antiga**. Labeca: MAE-USP, 2001.
- FLORES, M.; RELLO, F. Capital social: virtudes y limitaciones. In: CONFERENCIA REGIONAL SOBRE CAPITAL SOCIAL Y POBREZA, 2001, Santiago de Chile. Anais eletrônicos. 2001. Santiago de Chile: Cepal y Universidad del Estado de Michigan, Santiago de Chile, 2001. Disponível em:

<<http://www.eclac.cl/prensa/noticias/comunicados/3/7903/flores-relo.pdf>>. Acesso em: 18 abr. 2016.

FOLADORI, G. **Limites do desenvolvimento sustentável**. Campinas: UNICAMP, 2001.

FRANCO, A. **Capital social**. Brasília: Instituto de Política Millennium, 2001.

_____. **Pobreza e desenvolvimento local**. Brasília: AED, 2002.

FRANCOIS, P. **Social capital and economic development**. New York: Routledge, 2002.

FREIAS, M. T. S. A abordagem sócio-histórica como orientadora da pesquisa qualitativa. 2002. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0100-15742002000200002>. Acesso em: 17 dez. 2017.

FOUCAULT, M. **As palavras e as coisas**. 9. ed. São Paulo: Martins Fontes editora, 1990.

FUKUYAMA, F. **Confiança**: as virtudes sociais e a criação da prosperidade. Rio de Janeiro: Rocco, 1996.

GAIGER, L. I. **Antiutilitaris mo**: fundamentos e prismas de análise das sociedades contemporâneas. São Leopoldo: UNISINOS, 2013. Seminário de Tese I.

GAIGER, L. I. **Economia solidária e metautilitaris mo**: apontamentos. São Leopoldo: UNISINOS, 2012. p. 16-27.

GIDDENS, A. **Mundo em descontrole**: o que a globalização está fazendo de nós. São Paulo: Record, 1999.

GIL, A. C. **Como elaborar um projeto de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 1996.

_____. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2000.

GODBOUT, J. **Introdução à dádiva**. Rio de Janeiro: Revista Brasileira de Ciências Sociais, 1998.

GODOI, C. K.; BANDEIRA-DE-MELLO, R.; SILVA, A. B. (Orgs.). **Pesquisa qualitativa em estudos organizacionais: paradigmas, estratégias e métodos**. São Paulo: Saraiva, 2006.

GOMES, R. Análise e interpretação de dados de pesquisa qualitativa. In: MINAYO, M.C.S. (Org.). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. 27. ed. Petrópolis: Vozes, 2008.

GRAMSCI, A. Os intelectuais e a organização da cultura. Rio de Janeiro: Editora civilização Brasileira, 1982.

GRANATO, E.F. **Cooperativismo e associativismo**. Fundação Educacional de Penápolis. Fevereiro, 2009.

GROOTAERT, C. et al. **Questionário Integrado para Medir Capital Social (QI-MCS)**. 2003. Disponível em: <https://posgraduacao.faccat.br/moodle/pluginfile.php/1788/mod_resource/content/0/Questionario%20Integrado%20para%20medir%20Capital%20Social%20Banco%20Mundial.pdf>. Acesso em: 20 fev. 2012.

HALL, S. **A identidade cultural na pós-modernidade**. 7. ed. Rio de Janeiro: DP&A Editora, 2003.

HARTMANN, J.F. **A importância do capital intelectual para eficiência sistêmica da sociedade cooperativa Sicredi vale do Jaguari**. 2012. Projeto de Trabalho de Conclusão (Pós-Graduação em Gestão Cooperativa). Universidade Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo.

HOBSBAWM, E. **A era dos extremos: o breve século XX**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

HOGAN, D.J. Mobilidade populacional, sustentabilidade ambiental e vulnerabilidade social. **Revista Brasileira de Estudos de População**, São Paulo, v. 22, jul./dez. 2005.

HOGAN, D.J; MARANDOLA JR., E. As dimensões da vulnerabilidade. **São Paulo em Perspectiva**, v. nnnn 20, n. 1, p. 33-43, jan./mar. 2006.

HUNT, E.K. **História do pensamento econômico: uma perspectiva crítica**. 2. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2005.

IBGE. 2017. Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/>>. Acesso em: 17 dez. 2017.

IRION, J.E. O. **Cooperativismo e economia social**. São Paulo: Editora STS, 1997.

JAHN, A.; SILVA, R. Capital intelectual: o valor agregado ao conhecimento da empresa Apple. **Revista Tecnologia e Sociedade**, n. 13, jul./dez., 2011.

KAZTMAN, R. (Coord.). **Activos y estructuras de oportunidades**. Estudios sobre las raíces de la vulnerabilidad social en el Uruguay. Montevideo: Oficina del Programa de

las Naciones Unidas para el Desarrollo (PNUD) y Oficina de la CEPAL en Montevideo, LC/MVD/R, 1999.

KAZTMAN, R.; FILGUERA, F. As normas como bem público e privado: reflexões nas fronteiras do enfoque “ativos, vulnerabilidade e estrutura de oportunidades” (Aveo). In: CUNHA, J.M.P. (Org.). **Novas metrópoles paulistas: população, vulnerabilidade e segregação**. Campinas: Nepo/Unicamp, 2000.

KELLER, P.F. Clusters, distritos industriais e cooperação interfirmas: uma revisão de literatura. **Economia e Gestão**, Belo Horizonte, v. 8, n. 16, 2008. Disponível em: <http://www.iceg.pucminas.br/espaco/revista/no16_n.asp>. Acesso em: 15 dez. 2016.

KLAES, L.S. **Cooperativismo e ensino a distância**. 2005. Tese (Doutorado em Engenharia da Produção). UFSC, Florianópolis.

KLIKSBERG, B. El rol del capital social y de la cultura en el proceso de desarrollo. In: KLIKSBERG, B.; TOMASSINI, L. (Orgs.). **Capital social y cultura: claves estratégicas para el desarrollo**. Buenos Aires: BID – Fondo de Cultura Económica, 2000.

LABES, E.M. **Questionário: do planejamento à aplicação na pesquisa**. Chapecó: Grifos, 1999.

LEWIS, M.W; GRIMES, A.J. Metatriangulação: a construção de teorias a partir de múltiplos paradigmas. **Revista de Administração de Empresas**, São Paulo, v. 45, n. 1, p. 72-91, jan./mar., 2005.

LIMA, C.M.D. Atores sociais e liderança no processo de formação de capital social: proposta à cooperativa agropecuária. In: CONGRESSO DA SOBER, 43., 2005. Ribeirão Preto. Anais... 2005. Ribeirão Preto, 2005. 1 CD-ROM.

LIMA, G.C. O discurso da sustentabilidade e suas implicações para a educação. **Ambiente e Sociedade**, São Paulo, v. 6, n. 2, p. 99-119, jul./dez. 2003.

LYRA, B.A.G. **Determinantes da origem de cooperativas de crédito no Brasil**. 2011. Dissertação (Mestrado em Administração). Universidade de São Paulo (USP), Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade, São Paulo. Disponível em: <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/12/12138/tde-15122011-163810/pt-br.php>>. Acesso em: 15 jun. 2014.

MACIEL, M.L. Confiança, capital social e desenvolvimento. **Econômica**, Rio de Janeiro, v. 3, n. 2, p. 283-288, dez. 2001.

MANICA, S.A. Confrontos ideológicos do cooperativismo na economia de mercado 2012. **Revista Reflexões Cooperativistas**, v. 3, n. 23. Porto Alegre: SESCOOP/RS.

MARTINS, H.H.T.S. Metodologia qualitativa de pesquisa. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 30, n. 2, p. 289-300, maio/ago. 2004. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ep/v30n2/v30n2a07.pdf>>. Acesso em: 15 jun. 2014.

MARX, K. Da manufatura à fábrica automática. In: GORS, A. (Org.). **Crítica da divisão do trabalho**. Tradução por Estela dos Santos Abreu. São Paulo: Martins Fontes, 1989.

MAUSS, M. **Sociologia e antropologia**. v. 2. São Paulo: Editora Pedagógica e Universitária, 1974.

MEIRELLES, H.L. Direito administrativo brasileiro. São Paulo: Malheiros, 2002.

MORAES, J.L.A. Capital social e desenvolvimento regional. In: CORREA, S.M.S. (Org.). **Capital social e desenvolvimento regional**. Santa Cruz do Sul: UNISC, 2003. p. 123-148.

MORIN, E. A epistemologia da complexidade. In: MORIN, E.; LE MOIGNE, J-L. **A inteligência da complexidade**. Tradução de Nurimar Maria Falci. São Paulo: Peirópolis, 2000. (Coleção Nova Consciência).

_____. **Ciência como consciência**. Rio de Janeiro: Bertrand, 2009.

_____. Ciência e consciência da complexidade. In: MORIN, E.; LE MOIGNE, J-L. **A inteligência da complexidade**. Tradução de Nurimar Maria Falci. São Paulo: Peirópolis, 2000. (Coleção Nova Consciência).

_____. **O método 2: a vida da vida**. Porto Alegre: Sulina, 2000.

_____. **O método 4: as ideias: a sua natureza, vida, habitat, e organização**. Portugal: Publicações Europa-América, 1991.

_____. **O método 5: o conhecimento do conhecimento**. Portugal: Publicações Europa-América, 2001.

MORIN, E; LE MOIGNE, J-L. **A inteligência da complexidade**. Tradução de Nurimar Maria Falci. São Paulo: Ed. Peirópolis, 2000. (Coleção Nova Consciência).

NAMORADO, R. **Cooperativismo: um horizonte possível**. Coimbra: Cooperativa Editorial de Coimbra, 2005.

NAMORADO, R. **Os princípios cooperativos**. Coimbra: Cooperativa Editorial de Coimbra, 1995.

NACIONES UNIDAS. **Resolución A/RES/64/136**. 2010. Disponível em: <<http://www.un.org/esa/socdev/documents/resolutions/2009/a-res-64-136-sp.pdf>>. Acesso em: 2 jan. 2018.

NAZZARI, R.K. **Capital social, cultura e socialização política**: a juventude brasileira. 2003. Tese (Doutorado em Ciência Política). UFRGS, Porto Alegre.

NAZZARI, R.K. et al. Desenvolvimento sustentável e capital social: confiança, cooperação e participação política no Paraná. In: SEMINÁRIO DO CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS, 3., 2004, Cascavel. Anais eletrônicos. Disponível em: <<http://www.unioeste.br/campi/cascavel/ccsa/IIISeminario/artigos/Artigo%2012.pdf>>. Acesso em: 20 jan. 2016.

OCB. **Sistema OCB**. Disponível em: <www.ocb.org.br>. Acesso em: 2 jan. 2018.

OCERGS. 2016. Disponível em: <www.sescergs.com.br>. Acesso em: 2 jan. 2018.

OLIVEIRA, S.L. **Metodologia científica aplicada ao direito**. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2002.

PANZUTTI, R. **Estratégias de financiamento das cooperativas agrícolas no estado de São Paulo**. São Paulo: Livraria Pioneira Editora, 1998.

PENA, R.F.A. Economia de mercado. In: **Brasil Escola**. 2017. Disponível em: <<http://brasilecola.uol.com.br/geografia/economia-mercado.htm>>. Acesso em: 05 out. 2017.

PERIUS, V. Cooperativismo – cooperativa. In: CATTANI, A.D. (Org.). **A outra economia**. Porto Alegre: Veraz, 2003.

PINHEIRO, M.M.S. **As liberdades humanas como bases do desenvolvimento**: uma análise conceitual da abordagem das capacidades humanas de Amartya Sen. Brasília/Rio de Janeiro: Ipea, 2012.

PINHO, D.B. **A doutrina cooperativa nos regimes capitalistas e socialistas**. 2. ed. São Paulo: Pioneira, 1966.

_____. **Economia e cooperativismo**. São Paulo: Saraiva, 1982.

_____. **O cooperativismo no Brasil**: da vertente pioneira à vertente solidária. São Paulo: Saraiva, 2004.

PIRES, M.L.L.S. (Org.). **Cenários e tendências do cooperativismo brasileiro**. Recife: Unircoop Américas, 2004.

POLANYI, K. **A grande transformação**. As origens da nossa época. 2. ed. Rio de Janeiro: Campus, 2000.

PORT, M.; MEINEN, Ê. **Cooperativismo financeiro**: percurso histórico, perspectivas e desafios. Brasília: Confébras, 2014.

PUTNAM, R.D. **Comunidades e democracia**. A experiência da Itália moderna. São Paulo: Ática, 2001.

QUEIROZ, C.A.R.S. **Manual da cooperativa de serviços e trabalho**. São Paulo: STS, 1996.

RAMBO, A.; RÜCKERT, A. O sistema territorial de Claude Raffestin: para pensar o desenvolvimento territorial. In: **Encontro Estadual de Geografia**, 23., 2008, Bento Gonçalves. Anais... Bento Gonçalves: UFRGS, 2008.

RAMBO, A.B. Theodor Amstad. **Perspectivas Econômicas**, v. 35, n. 47, 2000. (Série Cooperativismo).

RECH, V.; BAIOTO, C.D. **Cooperativas escolares**: uma inovação social. 2016. Trabalho de Conclusão e Curso. UNISC, Santa Cruz do Sul.

RODRIGUES, R. Educação cooperativa. **Revista SEBRAE**, v. 23, n. 139, p. 34-48, jun. 2002.

ROSSI, M.A.; TIERNO, P. **A dimensão econômica da teoria política aristotélica**. São Paulo: Lua Nova, 2009.

SABOURIN, E. Teoria da reciprocidade e socioantropologia do desenvolvimento. **Sociologias**, v. 13, n. 27, p. 24-51, 2011. Disponível em: <<http://www.seer.ufrgs.br/index.php/sociologias/article/view/22435/13008>>. Acesso em: 21 dez. 2017.

SALANEK FILHO, P. **Capital social e cooperativismo agropecuário no processo de desenvolvimento sustentável local**: uma avaliação da região de atuação da cooperativa Copacol. 2007. 160p. Dissertação (Mestrado em Organizações e Desenvolvimento). FAE Centro Universitário, Curitiba.

SANTOS, B.S. **A crítica da razão indolente**: contra o desperdício da experiência. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2000.

SANTOS, B.S. (Org.). **Conhecimento prudente para uma vida decente**: um discurso sobre as Ciências. Porto: Editora Afrontamento, 2004.

SANTOS, L.D. **Sistemas e arranjos produtivos locais** : o caso do polo de informática de Ilhéus/BA. Disponível em: <<http://www.redesist.ie.ufrj.br/>>. Acesso em: 08 fev. 2008.

SCHARDONG, A. (Org). **O cooperativismo de crédito no Brasil**: do séc. XX ao séc. XXI. Santos André: 2004.

SCHILLING, V. **As grandes correntes do pensamento**. 2. ed. Porto Alegre: EGE, 1999.

SCHMIDT, P.; SANTOS, J.L. **Avaliação de ativos intangíveis**. 2. ed. Atlas: São Paulo, 2009.

SCHNEIDER, J.O. A doutrina do cooperativismo nos tempos atuais. **Cadernos Cedope**, São Leopoldo, v. 10, n. 12, 2001.

_____. **Democracia, participação e autonomia cooperativa**. 2. ed. São Leopoldo: UNISINOS, 2003.

_____. **Educação e capacitação cooperativa** : sua importância e aplicação. São Leopoldo: UNISINOS, 2007.

SCHNEIDER, J.O. (Org.). **A educação cooperativa e suas práticas**. São Leopoldo: UNISINOS, 2003.

SEN, A.K. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

SEN, A.K. **Desigualdade reexaminada**. Rio de Janeiro: Record, 2000.

SEN, A.K. Development as Capability Expansion. **Journal of Development Planning**, nº 19, 1989.

SEN, A.K. **Sobre ética e economia**. Tradução: Laura Teixeira Motta. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

SESCOOP. **Sistema OCB**. Brasília, DF: 2015. Disponível em: <www.sescoop.org.br>. Acesso em: 10 fev. 2015.

SOUZA SETTE, A.T.M. de; SOUZA SETTE, R. de; SOUZA, M.S. A organização cooperativa sob a ótica dos cooperados. In: CONGRESSO DA SOBER, XLIII, 2005, Anais 34., Ribeirão Preto, 24 a 27 de julho de 2005.

SICREDI – COOPERATIVA DE CRÉDITO. Nova Petrópolis, 2016. Disponível em: <<http://www.cooperativismodecredito.coop.br>>. Acesso em: 16 mar. 2015.

SICREDI PIONEIRA. 2017. Disponível em: <<https://www.sicredipioneira.com.br/>>. Acesso em: 17 dez. 2017.

SILVA, C.L. Proposta de um modelo de monitoramento e avaliação do desenvolvimento sustentável. In: SILVA, C.L. (Org.). **Desenvolvimento sustentável: um modelo analítico integrado e adaptativo**. Petrópolis: Vozes, 2006. p. 15-28.

SILVA, E.L., MENEZES, E.M. **Metodologia da pesquisa e elaboração de dissertação**. 4. ed. Florianópolis: UFSC, 2005.

SILVA, C.L.; SALANEK FILHO, P. Capital social e cooperativismo no processo de desenvolvimento sustentável: estudo da cooperativa Bom Jesus da Lapa. In: OLIVEIRA, G.B.; SOUZA-LIMA, J.E. (Orgs.). **O desenvolvimento sustentável em foco: uma contribuição multidisciplinar**. São Paulo: Annablume, 2006.

SMITH, A.F.; KELLY, T. O capital humano na economia digital. In: HESSELBEIN, F. et al. **A organização do futuro**. 5. ed. São Paulo: Futura, 1997. p. 219-232.

STIGERT, P. **O impacto do IPO no desempenho econômico-financeiro de uma empresa da construção civil**: o caso da MRV. 2013. Dissertação (Mestrado Acadêmico em Administração). Faculdade Novos Horizontes, Belo Horizonte. Disponível em: <<http://www.unihorizontes.br/mestrado2/wp-content/uploads/2013/09/PAULO-STIGERT.pdf>>. Acesso em: 15 jan. 2015.

TEIXEIRA, J.C. et al. **A triangulação metodológica na divisão de Administração Pública e Gestão Social**: analisando a área mais representativa entre os estudos que utilizaram triangulação nos anais de 2007 a 2009. Anais do encontro de administração pública e governança, 2010. Vitória.

TESCH, W. **Cooperativismo de trabalho**: alternativa ao desemprego. São Paulo: Laser Press, 1995.

TORRES, M.D.F. **Estado, democracia e administração pública no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.

VEIGA, J.E. **Do global ao local**. Campinas: Armazém do Ipê, 2005.

VELASCO, H.; DÍAZ DE RADA, A. **La lógica de la investigación etnográfica**. Un modelo de trabajo para etnógrafos de la escuela. Madrid: Trotta, 1997.

VERGARA, S.C. **Métodos de pesquisa em Administração**. São Paulo: Atlas, 2005.

VERONESE, M.V. **A psicologia na transição paradigmática**: um estudo sobre o trabalho na economia solidária. 2004. Tese (Doutorado em Psicologia). PUCRS, Porto Alegre, 2004.

_____. **Psicologia social e economia solidária**. Aparecida: Letras, 2008.

VIEIRA, C.R. **História do pensamento econômico**: uma abordagem introdutória. São Paulo: Atlas, 1988.

VISCONTI, G.R. Arranjos cooperativos e o novo paradigma tecnoeconômico. **Revista do BNDES**, Rio de Janeiro, v. 6, n. 16, p. 317-344, dez. 2001.

WOOLCOCK, M.; NARAYAN, D. **Capital social**: implicaciones para la teoría, la investigación y las políticas de desarrollo. World Bank Research Observer, 2000.

XIMENES, T. Capital social, redes sociais e inovações produtivas. **Ambiente & Sociedade**, Campinas, v. 11, n. 2, 2011. Disponível em:
<<http://www.scielo.br/pdf/asoc/v11n2/v11n2a12.pdf>>. Acesso em: 30 mar. 2016.

YIN, R.K. **Estudo de caso**: planejamento e métodos. Porto Alegre: Bookman, 2001.

APÊNDICE 1

Perguntas do Grupo 2 - relacionadas à segunda categoria: Rebatimento

- 1) Qual seu envolvimento nas cooperativas escolares?
- 2) Em sua opinião, os princípios cooperativistas são estimulados na organização das cooperativas escolares?
- 3) De que maneira a organização da cooperativa escolar influenciou no ambiente escolar e na comunidade local?
- 4) Em sua opinião, qual o objetivo da cooperativa Sicredi Pioneira em fomentar o desenvolvimento das cooperativas escolares?
- 5) Como a cooperativa Sicredi Pioneira tem participado no fomento ao projeto de cooperativas escolares?
- 6) Em sua opinião, qual a explicação para o crescimento e expansão das cooperativas escolares?
- 7) Por quanto tempo continua a relação de apoio entre a cooperativa Sicredi (por meio da Casa Cooperativa) e a cooperativa escolar?

APÊNDICE 2

Perguntas do Grupo 1 – relacionadas à primeira categoria: Fonte – e Conexão

- 1) Qual sua atividade junto ao Sicredi e as cooperativas escolares?
- 2) Em sua opinião, qual a relação entre educação cooperativista e organização das cooperativas escolares?
- 3) De que maneira a cooperativa tem fomentado o desenvolvimento de cooperativas escolares?
- 4) Em sua opinião, qual a importância das cooperativas escolares para a cooperativa Sicredi Pioneira e para a comunidade local?
- 5) Em sua opinião, qual a motivação da cooperativa em fomentar projetos como o desenvolvimento de cooperativas escolares nos últimos anos?
- 6) Em sua opinião, qual a explicação para o crescimento e expansão das cooperativas escolares?
- 7) Em sua opinião, de que maneira o desenvolvimento de projetos como as cooperativas escolares e a Casa Cooperativa retorna para a cooperativa Sicredi Pioneira na forma de sustentabilidade e crescimento?

APÊNDICE 3

Quanto aos periódicos em formato virtual, seguem os links dos principais:

- Gestão Cooperativa: <http://gestaocooperativa.com.br/>
- RGC – Revista de Gestão e Organizações Cooperativas:
<http://cascavel.ufsm.br/revistas/ojs-2.2.2/index.php/rgc>
- Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares (ITCP):
<http://www.itcp.coppe.uftj.br/informativo.php>

Portal de periódicos:

- Acesso Livre: <http://acessolivre.capes.gov.br/>
- Domínio Público:
<http://www.dominiopublico.gov.br/pesquisa/PesquisaObraForm.jsp>
- Portal Capes: <http://www.periodicos.capes.gov.br/>
- Portal de Periódicos Científicos UFRGS: <http://www.ufrgs.br/periodicos>
- Portal de Periódicos Científicos UFSC: <http://www.periodicos.ufsc.br/>
- Portal de Periódicos Eletrônicos da UFG: <http://www.revistas.ufg.br/>
- Portal de Periódicos Científicos da UEL: <http://www.uel.br/revistas/uel/>
- Portal de Revistas USP: <http://www.revistas.usp.br/revusp>
- Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira:
<http://portal.inep.gov.br/>
- Scielo: <http://www.periodicos.capes.gov.br/portugues/index.jsp>
- BDTD – Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações: <http://bdtd.ibict.br/>
- Dialnet: <http://dialnet.unirioja.es/>

Diversos:

- Associação Brasileira de Estatística: <http://www.abennacional.org.br/>
- Saber Cultura: <http://www.saber.cultural.nom.br/>
- Mecanismo para Referência On-line: <http://www.rexlab.ufsc.br:8080/more/>
- Jornais do Mundo: <http://www.espanhol.org/diarios.htm>
- Ciência Hoje: <http://cienciahoje.uol.com.br/>
- Europeana: <http://www.europeana.eu/portal/>

- RAE – Revista de Administração de Empresas – Publicação da Escola de Administração de Empresas da Fundação Getúlio Vargas: <http://www.fgvsp.br/rae>
- READ – Revista Eletrônica de Administração da UFRGS: <http://www.read.ea.ufrgs.br/>
- RAC – Revista de Administração Contemporânea: http://www.anpad.org.br/periodicos/content/frame_base.php?revista=1
- Revistas Eletrônicas da PUCRS: <http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/>
- Information Week Brasil – Revista quinzenal que une *business* e tecnologia: <http://www.informationweek.com.br/>
- Brazilian Business Review: <http://www.bbronline.com.br/>